Diário OFICIAL Executivo

Ano CXI

Edição Digital nº 11659 | 109 páginas
Curitiba, Terça-feira, 14 de Maio de 2024

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 16
Procuradoria Geral do Estado 17
Controladoria Geral do Estado 18

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 18
Secretaria da Agricultura e Abastecimento 28
Secretaria das Cidades 29
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 30
Secretaria da Cultura 32
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 32
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 39
Secretaria da Educação 47
Secretaria da Fazenda 79
Secretaria de Infraestrutura e Logística 80
Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital ...81
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 82
Secretaria do Planejamento 82
Secretaria da Saúde 82
Secretaria da Segurança Pública 86
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 105
Receita Estadual do Paraná 106

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 108
Sociedades de Economia Mista 108
Em Tempo 109

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Luciana Carla da Silva Azevedo — Controladora-Geral
Ivo Ferreira Neto — Diretor-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Elisandro Pires Frigo — Secretário
Luiza Cabel Corteletti — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Natalino Avance de Souza — Secretário
Richardson de Souza — Diretor-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Camila Mileke Scucato — Secretária
Valdomiro Hrysay — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Everton Luiz da Costa Souza — Secretário
Louise Da Costa e Silva Garnica — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Ricardo José Magalhães Barros — Secretário
Christiano Souto Puppi — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital
Marcelo Rangel Cruz de Oliveira — Secretário
Jessica Thais Ieger — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Hilton Santin Roveda — Secretário
Rubia Marcieli de Lima Rossi — Diretora-Geral

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amador Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Mauro Rafael Moraes e Silva — Secretário
Kevin Luan Bossa — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Chefe do Departamento de Imprensa Oficial do Estado
Leonardo Weldt Franceschi
Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Lei nº 21.980

14 de maio de 2024.

Altera a Lei n° 17.172, de 24 de maio de 2012, que estabelece a Função Privativa-Policial na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Anexo IX da Lei n° 17.172, de 24 de maio de 2012, passa a vigorar conforme o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Compete ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - CBMPR, conforme demanda da estrutura organizacional, designar as Funções Privativas-Policiais - FPPs de chefia e assessoramento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 14 de maio de 2024.

Darci Piana
Governador do Estado em exercício

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 21.539.699-1

51381/2024

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 21.980

ANEXO IX DA LEI Nº 17.172, DE 24 DE MAIO 2012
FUNÇÃO PRIVATIVA-POLICIAL DE CONFIANÇA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBMPR

SIMBOLOGIA	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	ATRIBUIÇÃO	QUANTIDADE
FPP1	COMANDANTE-GERAL	DIREÇÃO	1
FPP2	SUBCOMANDANTE-GERAL	DIREÇÃO	1
FPP4	DESIGNAÇÃO POR ATO DO CG-CBMPR	CHEFIA	4
FPP5	DESIGNAÇÃO POR ATO DO CG-CBMPR	ASSESSORAMENTO	3

51384/2024

Lei nº 21.981

14 de maio de 2024.

Institui a Rede Estadual de Ajuda Humanitária.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui a Rede Estadual de Ajuda Humanitária, que tem como objetivo a assistência emergencial para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de crise humanitária.

Parágrafo único. A Rede Estadual de Ajuda Humanitária promoverá ações de resposta emergencial de caráter humanitário, inclusive para enfrentamento de situações de emergência e calamidade pública decretadas por outros Estados da Federação.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - ajuda humanitária: toda e qualquer ação que contribua, de forma imediata e eficaz, para prevenir, proteger, preparar, evitar, reduzir o sofrimento e auxiliar pessoas que se encontrem, momentaneamente ou não, em situações de emergência, de calamidade pública, de risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, e situação de vulnerabilidade;

II - crise humanitária: situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave e generalizada violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário;

III - situação de vulnerabilidade: condição emergencial e urgente que evidencie a fragilidade da pessoa no âmbito da proteção social, com risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos e humanitários;

IV - proteção social: conjunto de políticas públicas estruturadas para prevenir e mitigar situações de vulnerabilidade social e de risco pessoal e social que impliquem violação dos direitos humanos.

Art. 3º Consideram-se medidas de assistência emergencial:

I - proteção social;

II - garantia dos direitos humanos;

III - proteção dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, bem como de outros grupos sociais vulneráveis;

IV - logística e distribuição de insumos;

V - doações de alimentos, medicamentos e outros itens de primeira necessidade;

VI - atenção e cuidado à saúde;

VII - segurança pública.

Art. 4º No âmbito da Administração Pública Estadual, a Rede de Ajuda Humanitária será integrada pelas Secretarias competentes pela defesa dos direitos humanos e pela promoção da política de assistência social, bem como pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil - CEDC.

§ 1º A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil - CEDC será responsável por constituir uma Comissão Permanente, sendo seus representantes nomeados e suas responsabilidades delimitadas, posteriormente, por ato normativo expedido para esse exclusivo fim.

§ 2º Compete à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil - CEDC:

I - a coordenação da Rede Estadual de Ajuda Humanitária;

II - a definição das diretrizes e das ações prioritárias da Administração Pública Estadual para a execução das medidas de assistência emergencial;

III - a promoção e articulação da participação das entidades e organizações da sociedade civil na execução das medidas de assistência emergencial.

Art. 5º Para promoção das medidas de que trata o art. 3º desta Lei, os órgãos e entidades integrantes da Rede Estadual de Ajuda Humanitária poderão formalizar acordos de cooperação, termos de fomento ou termos de colaboração com organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades relevantes na defesa dos direitos humanos.

Art. 6º Com a finalidade de fomentar a participação da sociedade civil, a Rede Estadual de Ajuda Humanitária poderá promover campanhas de arrecadação permanentes, atuando como intermediadora entre doadores e destinatários em situação de vulnerabilidade.

Art. 7º A parceria público-privada, por meio da participação de organizações da sociedade civil e empresas, deverá ser fomentada pela Rede Estadual de Ajuda Humanitária, que poderá se utilizar de mecanismos para facilitar a realização de doações e fomentar o desenvolvimento de projetos para situações de crise humanitária.

Art. 8º A execução das medidas de assistência emergencial estará sujeita às disponibilidades orçamentárias e financeiras anuais, sendo de responsabilidade orçamentária do órgão ou entidade que propôs a medida.

Art. 9º As informações relativas à execução de recursos destinados a medidas de assistência emergencial previstas nesta Lei receberão ampla transparência, com obrigatoriedade de sua divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores no prazo de dez dias úteis da sua realização.

Art. 10. Qualquer cidadão poderá representar junto aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público contra irregularidades relacionadas a medidas de assistência emergencial previstas nesta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 14 de maio de 2024.

Darci Piana
Governador do Estado em exercício

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 22.074.913-4

51386/2024



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 5.768

Cria no âmbito do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná a Penitenciária de Integração Social de Piraquara.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, bem como a entrega da obra de construção de estabelecimento penal e a imprescindibilidade de seu funcionamento, conforme consubstanciado no protocolo nº 20.168.362-9,

DECRETA:

Art. 1º Cria na estrutura organizacional do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná - DEPPEN, unidade de execução programática da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, a unidade penal denominada: Penitenciária de Integração Social de Piraquara – PISP.

Art. 2º A SESP regulamentará a destinação, capacidade e funcionamento da unidade criada por este Decreto, observada as Diretrizes da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

51599/2024

DECRETO Nº 5.769

Homologa situação de emergência no Município de Dois Vizinhos em face da ocorrência de Enxurradas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Dois Vizinhos, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 22.139.327-9,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 20.913, de 8 de maio de 2024, exarado pelo Prefeito de Dois Vizinhos, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Enxurradas.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

51601/2024

DECRETO Nº 5.770

Homologa situação de emergência no Município de Siqueira Campos em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Siqueira Campos, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 22.158.458-9,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 50, de 10 de maio de 2024, exarado pelo Prefeito de Siqueira Campos, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

DECRETO Nº 5.771

Homologa situação de emergência no Município de Tupãssi em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Tupãssi, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 22.157.876-7,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 37, de 10 de maio de 2024, exarado pelo Prefeito de Tupãssi, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

51604/2024

DECRETO Nº 5.772

Homologa situação de emergência no Município de Marechal Cândido Rondon em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Marechal Cândido Rondon, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 22.159.393-6,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 175, de 9 de maio de 2024, exarado pelo Prefeito de Marechal Cândido Rondon, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

51605/2024

DECRETO Nº 5.773

Homologa situação de emergência no Município de Ponta Grossa em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Ponta Grossa, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 22.152.985-5,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 23.390, de 8 de maio de 2024, exarado pela Prefeita de Ponta Grossa, a qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

51607/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 5.774

Cumprimento de decisão judicial para exoneração de DANIELLE BORDIN, do cargo de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão judicial proferida nos Autos nº 45261-03.2023.8.16.0182, da 4ª Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme consubstanciada no protocolo nº 22.058.378-3,

DECRETA:

Art. 1º Exonera DANIELLE BORDIN, RG nº 9.737.697-2, do cargo de Professor de Ensino Superior, na Classe de Professor Adjunto, Regime de Trabalho de 40 horas semanais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, nomeada provisoriamente pelo Decreto nº 6.598, de 5 de janeiro de 2021, em atendimento à determinação judicial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

51608/2024

DECRETO Nº 5.775

Cumprimento de decisão judicial para exoneração de DANIELA VIEIRA DOS SANTOS, do cargo de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Londrina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão proferida nos Autos nº 9562-53.2020.8.16.0182, da 6ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Paraná, conforme consubstanciada no protocolo nº 16.527.770-8,

DECRETA:

Art. 1º Exonera DANIELA VIEIRA DOS SANTOS, RG nº 9.210.993/MG, do cargo de Professor de Ensino Superior, na Classe Professor Adjunto, Regime de Trabalho de 40 horas semanais, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, nomeada provisoriamente pelo Decreto nº 4.578, de 5 de maio de 2020, em atendimento à determinação judicial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

51611/2024

DECRETO Nº 5.776

Retifica o art. 2º do Decreto nº 5.597, de 25 de abril de 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.836, de janeiro de 2004, e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.055.357-4,

DECRETA:

Art. 1° Retifica o art. 2º do Decreto nº 5.597, de 25 de abril de 2024, nos seguintes termos:

I – onde se lê: "IX - Representantes do Conselho Regional de Psicologia do Paraná:

Titular: CLEFAUDE ESTIMABLE, RNM nº G192452P;

Suplente: RIMA AWADA ZAHRA, RG nº 8.411.201-1".

II – leia-se: "IX - Representantes do Conselho Regional de Psicologia do Paraná:

Titular: CLEFAUDE ESTIMABLE, RNM nº G192452P;

Suplente: VICTÓRIA DE BIASSIO KEPLA, RG nº 11.103.421-4".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

SANTIN ROVEDA
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

51612/2024

DECRETO Nº 5.777

Transfere cargo de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Educação para a Secretaria de Estado Trabalho, Qualificação e Renda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Transfere da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação para a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, um cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete - Símbolo CCE-3, com a respectiva titular SILVANA AVELAR DE ALMEIDA KAPLUM, RG nº 4.009.199-8, alterando a denominação do cargo para Assessor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

51613/2024

DECRETO Nº 5.778

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) Cargo de Assessor - CCE-14 do Departamento de Trânsito do Paraná; - 1 (um) Cargo de Assessor - CCE-13 da Casa Civil.	em	- 1 (um) Cargo de Assessor - CCE-9 para o Departamento de Trânsito do Paraná.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

51615/2024

DECRETO Nº 5.779

Nomeação de EDUARDO RODRIGUES DE LIMA, para exercer cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Exonera EDUARDO RODRIGUES DE LIMA, RG nº 13.687.083-1, do cargo, em comissão, de Assessor – Símbolo CCE-14, do Departamento de Trânsito do Paraná.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, EDUARDO RODRIGUES DE LIMA, RG nº 13.687.083-1 para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-9, do Departamento de Trânsito do Paraná.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

51619/2024

DECRETO Nº 5.780

Nomeação de IGOR RIBAS CESAR, para exercer cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, IGOR RIBAS CESAR, RG nº 1.903.612-5, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Ciretran Categoria C - Símbolo CCE-11, do Departamento de Trânsito do Paraná, no município de Castro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

51620/2024

DECRETO Nº 5.781

Nomeação de EMERSON HOCHSTEINER DE VASCONCELOS SEGUNDO, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, EMERSON HOCHSTEINER DE VASCONCELOS SEGUNDO, RG nº 7.130.927-4, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-8, da Casa Civil, a partir de 27 de maio de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

51621/2024

DECRETO Nº 5.782

Exonera, a pedido, de ARTHUR CASSEMIRO BISPO de cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.155.073-0,

DECRETA:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Exonera, a pedido, ARTHUR CASSEMIRO BISPO, RG nº 15.106.827-MG, do cargo, em comissão de Assessor – Símbolo CCE-8, da Casa Civil, a partir de 13 de maio de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

51622/2024

DECRETO Nº 5.783

Nomeação de JOSIANE GODOY LIMA, para integrar o Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas com amparo no art. 25 da Constituição Federal, nos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.013.116-5,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia JOSIANE GODOY LIMA, RG nº 6.074.094-1 para integrar no Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, como membro suplente da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, em substituição de PAULA TURRA GRECHINSKI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

SANTIN ROVEDA
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

51623/2024

DECRETO Nº 5.784

Nomeação de membro titular e suplente, representantes da Secretaria de Estado da Educação, para compor o Conselho Estadual dos Direitosda Pessoa Idosa do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.115.541-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR, os seguintes representantes governamentais:

I – MARLI APARECIDA CASPROV CORCINI, RG nº 3.660.129-9, como conselheira Titular, em substituição JAQUELINE INÊS KOLODA MOLETTA;

II - ROGÉRIO MIRANDA PRADO, RG nº 10.547.442-9, como conselheiro Suplente, em substituição ANDERSON MUNIZ CANIZELLA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

51624/2024

DECRETO Nº 5.785

Retifica o Decreto nº 5.596, de 25 de abril de 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 22.013.059-2,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto nº 5.596, de 25 de abril de 2024, na parte onde se lê: "GIZELE CRISTINA CARNEIRO, RG nº 7.625.534-2", leia-se: "GIZELE CRISTIANA CARNEIRO, RG nº 7.625.534-2."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

SANTIN ROVEDA
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

51625/2024

DECRETO Nº 5.786

Nomeação de membro para compor o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.122.886-3,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT/PR, representantes da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR:

I - JOSIL DO ROCIO VOIDELA BAPTISTA, RG n° 5.096.116-8, como Conselheiro Titular;

II - ANDRÉ LUIZ DI SÉRIO, RG 5.529.330-9, como Conselheiro suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

51626/2024

DECRETO Nº 5.787

Designações para funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.159.410-0,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a designação de AMANDA CECILIO DE MIRANDA, RG nº 14.810.185-0, na função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-13, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, efetivada pelo Decreto nº 5.498, de 16 de abril de 2024.

Art. 2º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, para exercerem funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania:

GIVANILDO DALLABRIDA, RG nº 5.545.170-2, Assessor – Símbolo FCE-10, ficando exonerado EVERTON ELIAS TREVISAN, RG nº 9.139.083-3;

EVERTON ELIAS TREVISAN, RG nº 9.139.083-3, Assessor – Símbolo FCE-13.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

SANTIN ROVEDA
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

51627/2024

DECRETO Nº 5.788

Nomeação DANIEL GUGELMIN, para cargo em comissão da Secretaria de Estado da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.126.068-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, DANIEL GUGELMIN, CPF nº 088.820.419-13, para exercer, em comissão, cargo de Assessor – Símbolo CCE-7, da Secretaria de Estado da Saúde, no Município de Pato Branco.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
Secretário de Estado da Saúde

51629/2024

DECRETO Nº 5.789

Nomeação de GLAUCIO JOSÉ RIZZARDI, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, GLAUCIO JOSÉ RIZZARDI, RG nº 3.558.170-7, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-5, da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, ficando exonerado, a pedido, a partir de 15 de maio de 2024, DARIO CHECHI DE CRISTO, RG nº 7.140.466-8.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

51631/2024

DECRETO Nº 5.790

Nomeação de ALEXANDRE MAGNO DE LIMA SANTOS, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970, ALEXANDRE MAGNO DE LIMA SANTOS, RG nº 6.112.865-4, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-7, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

51634/2024

DECRETO Nº 5.791

Nomeação de THAYRAN EKAVE FRAIZ, para cargo em comissão da Secretaria de Estado da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, THAYRAN EKAVE FRAIZ, RG nº 8.052.404-8, para exercer, em comissão, cargo de Chefe de Divisão – Símbolo CCE-10, da Secretaria de Estado da Saúde, no Município de Cornélio Procópio, ficando exonerado GERALDO ALVES, RG nº 3.410.160-4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
Secretário de Estado da Saúde

51635/2024

DECRETO Nº 5.792

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) Cargo de Assessor - CCE-5 da Controladoria Geral do Estado.	em	- 1 (um) Cargo de Chefe de Unidade - CCE-9 para o Departamento de Trânsito do Paraná; - 1 (um) Cargo de Assessor - CCE-11 para a Casa Civil.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 15 de maio de 2024.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

51637/2024

DECRETO Nº 5.793

Nomeação de BRUNA MARCONDES DE OLIVEIRA REIMANN, para exercer cargo em comissão, no Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a partir de 15 de maio de 2024, BRUNA MARCONDES DE OLIVEIRA REIMANN, RG nº 12.359.313-6, do cargo, em comissão, de Assessor - Símbolo CCE-5, da Controladoria Geral do Estado.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, BRUNA MARCONDES DE OLIVEIRA REIMANN, RG nº 12.359.313-6, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Unidade - Símbolo CCE-9, do Departamento de Trânsito do Paraná, a partir de 15 de maio de 2024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

51639/2024

DECRETO Nº 5.794

Concede promoção para os ocupantes da carreira de Perito Oficial de Natureza Criminal do Quadro Próprio de Peritos Oficiais do Estado do Paraná, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no inciso I do art. 54 da Lei Complementar nº 258 de 14 de julho de 2023, e no protocolado nº 21.865.837-7,

DECRETA:

Art. 1º Concede promoção aos servidores a seguir relacionados do Quadro Próprio de Peritos Oficiais do Estado do Paraná – QPPO:

NOME	RG	CARREIRA	CARGO	DE		PARA	
				CLASSE	NÍVEL	CLASSE	NÍVEL
GIOVANI GORAIEBE POLLACHINI	15.896.757-0	PERITO OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL	PERITO OFICIAL CRIMINAL 40H	4ª	I	4ª	II
LEONARDO RODRIGUES DA SILVA	9.230.825-1	PERITO OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL	PERITO OFICIAL CRIMINAL 40H	4ª	I	4ª	II
JEFFERSON ALVES LOPES	15.031.939-0	PERITO OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL	PERITO OFICIAL CRIMINAL 40H	4ª	I	4ª	II
LEONARDO DE ATAIDE JEDNERALSKI	10.801.759-7	PERITO OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL	PERITO OFICIAL CRIMINAL 40H	4ª	I	4ª	II
BEATRIZ ROSSI CANUTO DE MENEZES RODRIGUES	15.903.087-3	PERITO OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL	PERITO OFICIAL CRIMINAL 40H	4ª	I	4ª	II
JEFTE TEIXEIRA DA SILVA	15.341.588-9	PERITO OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL	PERITO OFICIAL CRIMINAL 40H	4ª	I	4ª	II

Parágrafo único. A promoção que trata o *caput* deste artigo terá efeitos funcionais e financeiros a partir de sua publicação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

51641/2024

DECRETO Nº 5.795

Concede as medalhas que especifica a militares.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, com base no art. 250, da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, em face da proposição do Comandante-Geral da PMPR consubstanciada nos protocolos nºs 22.036.997-8, 20.843.965-0, 20.957.634-1 e 22.001.042-2,

DECRETA:

Art. 1º Concede a Medalha de Sangue, nos termos do art. 253, da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, conforme deliberado na reunião 492ª, da Comissão de Mérito da PMPR aos militares estaduais:

Nº	Graduação	Nome	RG
1	Cb. QPM 1-0	CRISTIANO GOMES DA FONTE	9.796.243-0
2	Sd. QPM 1-0	ELISEU IURCZAKI	9.660.843-8
3	Sd. QPM 1-0	RENAN BERNARDO NETO	9.305.356-7
4	Sd. QPM 1-0	MATHEUS GARCIA BOGO	7.400.135-1
5	Sd. QPM 1-0	VAGNER FABIO DA ROCHA	8.515.418-4

Art. 2º Concede a Medalha de Humanidade, nos termos do art. 257, da Lei nº 1.943, de 1954, conforme deliberado na reunião 492ª, da Comissão de Mérito da PMPR aos militares estaduais:

Nº	Graduação	Nome	RG
1	Sd. QPM 1-0	VICTOR HENRIQUE HIPÓLITO SCHWANTES	10.305.872-4
2	Sd. QPM 1-0	WAGNER TOSSULINO	8.374.696-3

Art. 3º Concede a Medalha de Sangue, conforme decisão judicial em caráter definitivo, constante nos autos n° 0018032-68.2023.8.16.0182, ao 1° Ten. QOPM VITOR VOLTOLINI JUNIOR, RG nº 8.050.476-4.

Art. 4º Concede a Medalha de Humanidade, conforme decisão judicial em caráter definitivo, constante nos autos n° 0007552-79.2023.8.16.0069, a Sd. QPM 1-0 JESSICA MARYS DE FATIMA MARQUETE MANFRE, RG nº 10.805.806-4, e ao Sd. QPM 1-0 WILLIAM MANFRE, RG nº 9.742.866-2.

Art. 5º Concede a Medalha de Humanidade, conforme decisão judicial em caráter definitivo, constante nos autos n° 0026401-85.2022.8.16.0182, ao Cb. QPM 1-0 DIOGO MOISES FERREIRA DA SILVEIRA, RG nº 7.677.982-1.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de maio de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

51642/2024

Decreto nº 5796

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no § 5º do artigo 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.111.598-8,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuada uma Transferência no Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de Maio de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

Darci Piana
Governador do Estado, em exercício

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 5796 Formalização 2024FC000331/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Grupo da Fonte	Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento								100.000,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento								100.000,00
6502 - Diretoria Geral								100.000,00
F.65.02.20.608.22.8257 - Fortalecimento da Agricultura Familiar								100.000,00
	50	500	4.4.40.42	0	Não definida	4105	4112306	100.000,00
						Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		100.000,00
							Total Geral	100.000,00

Anexo ao Decreto nº 5796 Formalização 2024FC000331/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Grupo da Fonte	Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento								100.000,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento								100.000,00
6502 - Diretoria Geral								100.000,00
F.65.02.20.608.22.8257 - Fortalecimento da Agricultura Familiar								100.000,00
	50	500	3.3.40.41	0	Não definida	4105	4112306	100.000,00
						Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		100.000,00
							Total Geral	100.000,00

51643/2024

Decreto nº 5797

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no § 5º do artigo 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.111.598-8,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuada uma Transposição no Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de Maio de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

Darci Piana
Governador do Estado, em exercício

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 5797 Formalização 2024FC000332/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Grupo da Fonte	Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento								150.000,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento								150.000,00
6502 - Diretoria Geral								150.000,00
F.65.02.20.608.22.8257 - Fortalecimento da Agricultura Familiar								150.000,00
	50	500	4.4.40.42	0	Não definida	4104	4121109	150.000,00

							Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	150.000,00
							Total Geral	150.000,00

Anexo ao Decreto nº 5797 — Formalização 2024FC000332/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Grupo da Fonte	Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento								150.000,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento								150.000,00
6502 - Diretoria Geral								150.000,00
F.65.02.20.605.22.8258 - Direito Humano à Alimentação Adequada								150.000,00
	50	500	3.3.40.41	0	Não definida	4104	4121109	150.000,00
							Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	150.000,00
							Total Geral	150.000,00

51644/2024

Decreto nº 5798

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no inciso VIII, § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.135.376-5,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de Maio de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

Darci Piana
Governador do Estado, em exercício

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 5798 — Formalização 2024FC000333/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Grupo da Fonte	Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
14 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil								300.000,00
140000 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil								300.000,00
1401 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil								300.000,00
F.14.01.06.122.31.8013 - Gestão Administrativa Defesa Civil								300.000,00
	50	500	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	150.000,00
	50	500	3.3.90.15	0	Não definida	4100	9999999	150.000,00
							Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	300.000,00
							Total Geral	300.000,00

51645/2024

Decreto nº 5799

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no § 5º do artigo 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 22.114.779-0, 22.138.812-7,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuada uma Transposição no Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 311.800,00 (trezentos e onze mil e oitocentos reais) de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de Maio de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

Darci Piana
Governador do Estado, em exercício

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo ao Decreto nº 5799 Formalização 2024FC000327/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Grupo da Fonte	Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
47 - Secretaria de Estado da Saúde								49.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								49.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								49.000,00
F.47.60.28.846.99.9062 - Encargos Especiais FUNSAUDE								49.000,00
	75	799	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	7.000,00
	60	659	3.3.90.07	0	Não definida	4100	9999999	28.000,00
	75	759	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	14.000,00
63 - Secretaria de Estado de Trabalho, Qualificação e Renda								262.800,00
636000 - Fundo Estadual do Trabalho								262.800,00
6360 - Fundo Estadual do Trabalho								262.800,00
F.63.60.11.333.36.8049 - Ações do FET								262.800,00
	75	761	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	262.800,00
						Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		311.800,00
							Total Geral	311.800,00

Anexo ao Decreto nº 5799 Formalização 2024FC000327/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Grupo da Fonte	Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
47 - Secretaria de Estado da Saúde								49.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								49.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								49.000,00
F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial								35.000,00
	60	659	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	14.000,00
	75	799	3.3.90.39	359	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	7.000,00
	75	759	3.3.90.39	359	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	14.000,00
F.47.60.10.304.35.8434 - Vigilância Sanitária								14.000,00
	60	659	3.3.90.39	301	Numero de municípios com a Implantação do Sistema da Qualidade em Vigilância Sanitária	4100	9999999	14.000,00
63 - Secretaria de Estado de Trabalho, Qualificação e Renda								262.800,00
630000 - Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda								262.800,00
6302 - Diretoria Geral								262.800,00
F.63.02.11.333.36.8472 - Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda								262.800,00
	75	761	3.3.90.39	2099	Curso de capacitação profissional disponibilizado gratuitamente à população no âmbito da indústria, comércio e serviços, com o objetivo de promover a colocação no mercado de trabalho e manutenção de renda.	4100	9999999	262.800,00
						Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		311.800,00
							Total Geral	311.800,00

51648/2024

Despachos do Governador

DESPACHOS DO GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

22.021.477-0/24 - 1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLO Nº 22.021.477-0**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 3º, do Decreto nº 2428/2019, o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para participarem do 10º Fórum Mundial da Água, a ser realizado na cidade de Bali - Indonésia, no período de 18/05/2024 a 25/05/2024. Tiago Martins Bacovis RG nº 7767870-0 Danielle Teixeira Tortato RG nº 5201454-9 **2.** A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. **3. PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. Em 14/05/2024. (Enc. Proc. ao IAT).

CASA MILITAR

22.108.165-0/24 - 1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLO Nº 22.108.165-0**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 3º, do Decreto nº 2428/2019, o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para a avaliação de lote de armamento, adquirido através do Pregão Eletrônico Internacional nº 411/2023, na cidade de Viena – Áustria, no período de 24/05/2024 a 01/06/2024. Luiz Alexandre Murbach Soares, RG 5.721.752-9 Rafael Cezar Simino, RG nº 7.600.317-3 Cretã Almeida Baptista, RG nº 7.738.014-0 João Tadeu Souto Geruntho, RG nº 10.424.247-2. **2.** A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. **3. PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. Em 14/05/2024. (Enc. Proc. à Casa Militar).

51581/2024

Despachos do Chefe da Casa Civil

DESPACHOS DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

22.026.349-5/24 1. À vista dos elementos de instrução do **PROTOCOLADO nº 22.026.349-5** e considerando o caráter discricionário da pretensão administrativa, aliada à competência prevista no art. 1º, inc. II, do Decreto Estadual nº 10.432/2014, **AUTORIZO** o afastamento da servidora **ANA PAULA DE ALMEIRA SANTOS SAMPAIO** – RG nº 9.746.016-7, com ônus limitados aos vencimentos, a fim de participar do curso de aprimoramento em inglês nível intermediário II do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa – PDPI, a ser realizado na Michigan State University, nos Estados Unidos, no período de 24/6/2024 a 11/8/2024. 2. Para o *decisum* administrativo acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e da oportunidade, a subsunção fática às normas legais e regulamentares foram realizadas exclusivamente pelo Órgão de origem. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. EM 14/05/2024 (Enc. Proc. à SEED).

22.025.475-5/24 1. À vista dos elementos de instrução do **PROTOCOLADO**

nº 22.025.475-5 e considerando o caráter discricionário da pretensão administrativa, aliada à competência prevista no art. 1º, inc. II, do Decreto Estadual nº 10.432/2014, **AUTORIZO** o afastamento da servidora **ANA CLAUDIA COSSINI** – RG nº 6.696.616-0, com ônus limitados aos vencimentos, a fim de participar do curso de aprimoramento em inglês nível intermediário II do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa – PDPI, a ser realizado na Michigan State University, nos Estados Unidos, no período de 24/6/2024 a 9/8/2024. 2. Para o *decisum* administrativo acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e da oportunidade, a subsunção fática às normas legais e regulamentares foram realizadas exclusivamente pelo Órgão de origem. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. EM 14/05/2024 (Enc. Proc. à SEED).

51576/2024



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Casa Civil

DETRAN

EXTRATO DA PORTARIA Nº 841/2024-DP

Designar, Vera Maria Ventura de Pina, RG nº 1.436.820-5, CPF nº 451.339.05904, servidora deste Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, para atuar como **gestora**, e Vanessa Sanae Iwamoto, RG nº 8.164.705-4, CPF nº 032.550.87988, servidora deste Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR para atuar como **fiscal**, e os servidores, Amanda Patricia de Oliveira, RG nº 13.888.211-0, CPF nº109.099.389-70 e Gustavo Valentim Rejani, RG 10.751.017-6, CPF nº 073.539.03988, como **corresponsáveis das fiscalizações** dos Contratos oriundos do Pregão Eletrônico nº 025/2023, que tem por objeto, a contratação de empresa especializada para execução de serviços de sinalização viária horizontal e vertical em diversos municípios do Estado do Paraná.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Adriano Furtado
Diretor Presidente do Detran-PR

50314/2024

PORTARIA N.º 557/2024–DP

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido nos Protocolados n.ºs 20.281.007-1 e 21.966.649-7
RESOLVE:
Art. 1º DETERMINAR, com fundamento no Artigo 22, incisos I, II e X, do Código de Trânsito Brasileiro, c/c o Artigo 68 da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN a qual regulamenta tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, Portaria nº 636/2015 e Portaria nº1661/2021, como também, de seu corpo diretivo e funcional, e seguindo o rito processual determinado pelo Artigo 11 e seguintes do Decreto Estadual n.º 5.792/2012, e por analogia a Lei Federal n.º 9.784/99, e igualmente com a Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), a Lei n.º 14.230/2021 e subsidiariamente a Lei nº 20.656/2021, bem como, os demais regulamentos aplicáveis ao caso, a instauração do PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apurar conduta adversa às normas impostas pela Administração Pública – DETRAN/PR e responsabilidade administrativa, consoante as investigações preliminares constantes no Protocolado acima indicado, em face de:
- CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES MANDACARU LTDA - (MANDACARU LTDA – Nome Fantasia), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08.880.992/0001-09, credenciado para exercer suas atividades no Município de Maringá/Paraná, com endereço comercial na Avenida Mandacaru, nº 1623, Bairro – Parque Das Laranjeiras, Município de Maringá/PR, e vinculada à 13ª CIRETRAN – Maringá, representada pelos seus sócios: SALETTE APARECIDA CORREA DE SOUZA, inscrita no CPF/MF sob n.º 832.621.059-53, portadora da Carteira de Identidade Civil n.º 5.991.033/PR., VALDEMICIO SILVA DE SOUZA, inscrito no CPF/MF sob n.º 487.747.409-97, portador da Carteira de Identidade Civil n.º 3.644.815/PR., tendo, em tese, infringido o Artigo 44, incisos I, II, III, V e VI; Artigo 48, incisos I, II, VIII, Artigo 69, incisos I, II, III e IV, da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN, a qual dispõe tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, como também, de seu corpo diretivo e funcional, estando sujeitos as penalidades previstas na Resolução n.º 789/2020 – CONTRAN, no artigo 74 e seus incisos. Ainda, em tese, infringiram o Art. 1º, Parágrafo único; Parágrafo 2º, alíneas "a", "b"; Parágrafo 4º, do Artigo 2º, todos da Portaria nº 1661/2021-DETRAN
- CAROLINE CORREA DE SOUZA, brasileira, Diretora-Geral, do Centro de Formação de Condutores MANDACARU, portadora do RG n.º 130.031.948-3/PR, e inscrita no CPF n.º 076.652.519-86, credenciada para exercer suas atividades no município de Maringá/Paraná, com endereço profissional na Avenida Mandacaru, nº 1623, Bairro – Parque Das Laranjeiras, Município de Maringá/PR, tendo, em tese, infringido o Artigo 63, inciso II, alíneas "b", "d", "e", "f", "g", Artigo 69, incisos I, II , III e IV, estando sujeita as penalidades previstas no artigo 74 e seus incisos, todos da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN, a qual dispõe tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, como também, de seu corpo diretivo e funcional; e como Instrutora Teórica e Prática, tendo, em tese, infringido o Artigo 63, inciso I, alíneas "a", "b", "c", "f", "g", Artigo 72, incisos I, II, III, e V, estando sujeita as penalidades previstas no artigo 74 e seus incisos, todos da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN, a qual dispõe tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, como também, de seu corpo diretivo e funcional.
- VALDEMICIO SILVA DE SOUZA, brasileiro, Diretor de Ensino do Centro de Formação de Condutores MANDACARU LTDA, inscrito no CPF/MF sob n.º 487.747.409-97, portador da Carteira de Identidade Civil n.º 3.644.815-6/PR., credenciado para exercer suas atividades no município de Maringá/Paraná, com endereço profissional na Avenida Mandacaru, nº 1623, Bairro – Parque Das Laranjeiras, Município de Maringá/PR, tendo, em tese, infringido o Artigo 63, inciso III, alíneas "a", "b", "d", "e"; Artigo 70, incisos I, II e III, estando sujeito as penalidades previstas no Artigo 74 e seus incisos, todos da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN, a qual dispõe tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, como também, de seu corpo diretivo e funcional; e como Instrutor Teórico tendo, em tese, infringido o Artigo 63, inciso I, alíneas "a", "c", "f", "g", Artigo 72, incisos I, III e V, estando sujeito as penalidades previstas no artigo 74 e seus incisos, todos da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN, a qual dispõe tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, como também, de seu corpo diretivo e funcional;
- SALETTE APARECIDA CORREA DE SOUZA, brasileira, Instrutora Teórica/Prática do Centro de Formação de Condutores MANDACARU LTDA., portadora do RG n.º 5.991.033-7/PR e inscrita no CPF nº 832.621.059-53, credenciada para exercer suas atividades no município de Maringá/Paraná, com endereço profissional na Avenida Mandacaru, nº 1623, Bairro – Parque Das Laranjeiras, Município de Maringá/PR, tendo, em tese, infringido o Artigo 63, inciso I, alíneas "a", "c", "f", "g", Artigo 72, incisos I, III e V, estando sujeita as penalidades previstas no artigo 74 e seus incisos, todos da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN, a qual dispõe tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, como também, de seu corpo diretivo e funcional;
- ADRIANA ORCEZI, brasileira, Instrutora Teórica/Prática do Centro de Formação de Condutores MANDACARU LTDA., portadora do RG n.º 8.294.981-0/PR e inscrita no CPF nº 043.981.669-63, credenciada para exercer suas atividades no município de Maringá/Paraná, com endereço profissional na Avenida Mandacaru, nº 1623, Bairro – Parque Das Laranjeiras, Município de Maringá/PR, tendo, em tese, infringido o Artigo 63, inciso I, alíneas "a", "c", "f", "g", Artigo 72, incisos I, III e V, estando sujeita as penalidades previstas no artigo 74 e seus incisos, todos da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN, a qual dispõe tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, como também, de seu corpo diretivo e funcional;
- FÁBIO DA SILVA VIEIRA, brasileiro, Instrutor Teórico/Prático do Centro de Formação de Condutores MANDACARU LTDA., portador do RG n.º 13.798.307-9/PR e inscrito no CPF nº 000.818.341-44, credenciado para exercer suas atividades no município de Maringá/Paraná, com endereço profissional na Avenida Mandacaru, nº 1623, Bairro – Parque Das Laranjeiras, Município de Maringá/PR, tendo, em tese, infringido o Artigo 63, inciso I, alíneas "a", "c", "f", "g", Artigo 72, incisos I, III e V, estando sujeito as penalidades previstas no artigo 74 e seus incisos, todos da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN, a qual dispõe tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, como também, de seu corpo diretivo e funcional;
- WILMEIDE SILVA SOUZA MACHADO, brasileiro, Instrutor Teórico/Prático do Centro de Formação de Condutores MANDACARU LTDA., portador do RG n.º 3.348.548-4/PR e inscrito no CPF nº 540.291.809-06, credenciado para exercer suas atividades no município de Maringá/Paraná, com endereço profissional na Avenida Mandacaru, nº 1623, Bairro – Parque Das Laranjeiras, Município de Maringá/PR, tendo, em tese, infringido o Artigo 63, inciso I, alíneas "a", "c", "f", "g", Artigo 72, incisos I, III e V, estando sujeito as penalidades previstas no artigo 74 e seus incisos, todos da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN, a qual dispõe tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, como também, de seu corpo diretivo e funcional;
- MATEUS CORREA DE SOUZA, brasileiro, Instrutor Teórico/Prático do Centro de Formação de Condutores MANDACARU LTDA., portador RG n.º 13.031.937-8/PR e inscrito no CPF nº 123.091.459-55, credenciado para exercer suas atividades no município de Maringá/Paraná, com endereço profissional na Avenida Mandacaru, nº 1623, Bairro – Parque Das Laranjeiras, Município de Maringá/PR, tendo, em tese, infringido o Artigo 63, inciso I, alíneas "a", "c", "f", "g", Artigo 72, incisos I, III e V, estando sujeito as penalidades previstas no artigo 74 e seus incisos, todos da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN, a qual dispõe tanto sobre as atividades dos Centros de Formação de Condutores, como também, de seu corpo diretivo e funcional;
Art. 2º – Que será assegurado aos denunciados o direito de defesa escrita, do pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LV.
Art. 3º Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão será composta pelos servidores: SILVANA BALDANZI - TÉCNICO DE ATIVIDADE DE TRÂNSITO - portadora do RG nº 2.094.864-7, inscrita na OAB/PR nº 12.056, KÁTIA ALESSANDRA RODRIGUES – TÉCNICO DE ATIVIDADE DE TRÂNSITO – portadora do RG nº 6.131.203-0/PR e MICHELI APARECIDA RECALCATTI – CARGO EM COMISSÃO – ASSESSOR – CCR, portadora da cédula de identidade RG sob n.º 7.720.778-3/PR, para, sob a presidência da primeira, dar cumprimento aos itens precedentes.
Art. 4º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que julgar pertinentes.
Art. 5º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 90 (noventa dias) dias, contados partir da publicação desta Portaria e prorrogáveis sucessivamente por período de 30 (trinta) dias, para concluir a apuração dos fatos, apresentando o relatório conclusivo e dando ciência à Autoridade Superior.
Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Gabinete do Diretor-Presidente, 24 de abril de 2024.

(Assinado eletronicamente)
Adriano Furtado,
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

47307/2024

PORTARIA N.º 829/2024-DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e conforme as disposições contidas no artigo 22, inciso X da Lei n.º 9503, de 23 de setembro de 1997, e na Resolução n.º 789, de 18 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e protocolo n.º 21.796.966-2, resolve:
CANCELAR
Art. 1º - Por inatividade, o credenciamento do CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES MONTE SIÃO LTDA. Com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 08.195.663/0001-10 credenciado para o Município de Campina Grande do Sul/PR.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Cumpra-se obedecendo as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Marcos Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR.

49862/2024

PORTARIA N.º 770/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 22.011.250-0, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. DEISE MARIA GANASSINI COSTA, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 035.917.749-28, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, sob a matrícula nº 1632018-8.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

PORTARIA N.º 785/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.970.695-2, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa DESPACHANTE BECKER LTDA, CNPJ nº 42.319.641/0001-53, representada pelo seu Despachante Documentalista LUIZ HENRIQUE BECKER DA SILVA, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 112.790.589-94, sob a matrícula nº 173018-5, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

49873/2024

ERRATA DO EXTRATO DAS PORTARIAS

N.º 206/2024 – DP – que tem por objeto, a aquisição de água mineral garrafa 500ml, onde se lê: PROCESSO Leia-se **Contrato n.º 06/2024**.
N.º 840/2024 DP – onde se lê: PROCESSO Leia-se aquisição de Fita para impressora portátil de etilômetro.
N.º 911/2024 DP –que tem por objeto, locação de Imóvel para abrigar a 101ª Ciretran de Reserva, onde se lê: PROCESSO Leia-se **Contrato n.º 08/2024.**
Devido a necessidade de ajuste no texto, mantendo o número da portaria em nova publicidade.

Curitiba, 10 de maio de 2024.
Adriano Furtado
Diretor-Presidente do Detran

49648/2024

Procuradoria Geral do Estado

Portaria Nº 023/2024-PGE

Lotar e realocar servidores públicos da Procuradoria-Geral do Estado.

A **DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inc. VII do art. 5.º da Lei nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º Lotar as servidoras públicas PATRÍCIA BORGES GUERIOS, RG nº 60.276-9, Cargo em Comissão – Assessora – CCE, no Núcleo de Integridade e Compliance Setorial - NICS da Procuradoria-Geral do Estado, com data retroativa a 15/04/2024, PATRÍCIA RICHTER, RG Nº 9.572.270-9, Cargo em Comissão - Assessora – CCE, na Procuradoria Funcional da Procuradoria-Geral do Estado, com data retroativa a 09/04/2024.

Art. **2º** Realocar a servidora TELMA ASSIS MACHADO MENDES, RG nº 4.157.757-6, Cargo Agente Profissional – Contadora, no Núcleo Fazendário Setorial da Procuradoria-Geral do Estado – NFS, a partir de 22/04/2024.

Art. **3º** Revogar a Portaria nº 25 de 22/04/2024-PGE.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

Lúcia Helena Cachoeira
Diretora-Geral

49932/2024

Resolução nº 095/2024-PGE

Designa Procurador do Estado para substituir durante férias regulamentares da titular, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar o Procurador do Estado **CHARLLES MENDES DE LIMA**, RG 15.790.115-0, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Francisco Beltrão, durante 10 (dez) dias, no período de 17/06/2024 a 26/06/2024, referente as férias do exercício de 2024, da titular, Procuradora do Estado Karen Marra Barbosa

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

50258/2024

Resolução nº 305/2023-PGE

Designa Procurador do Estado para substituir durante férias regulamentares do titular, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar o Procurador do Estado **BRUNO RABELO DOS SANTOS**, RG 13.538.493-3, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Paranaguá, durante 12 (doze) dias, no período de 15/01/2024 a 26/01/2024, referente as férias do exercício de 2022, do titular, Procurador do Estado Gustavo Henrique Ramos Fadda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

REPUBLICADA POR ALTERAÇÃO.

Curitiba, datada e assinada digitalmente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

49922/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Controladoria Geral do Estado

DESPACHO Nº 169/2024 – DG/CGE

Protocolo: 21.755.636-8

Interessado: Controladoria-Geral do Estado do Paraná

Assunto: Ampliação do fornecimento dos serviços de comunicação de dados

Autorizo, com fundamento no art. 1º, §3º e §5º do Decreto Estadual nº. 4.189/2016, e considerando a Informação nº 16/2024 – AT/CGE, a realização da despesa, bem como a contratação da ampliação de serviços continuados de operadora de telecomunicações, que atualmente é prestado pela empresa LIGGA Telecomunicações S.A, inscrita no CNPJ sob o n° 04.368.865/0001-66, visando ampliação de acesso aos serviços de telecomunicação de dados da rede do Estado do Paraná no valor de R$ 41.589,90 (quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa centavos), para o exercício de 2024, R$ 30.782,60 (trinta mil, setecentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos), para o exercício de 2025 e R$ 7.364,10 (sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), para o exercício de 2026, totalizando o montante de R$ 79.736,60 (setenta e nove mil, setecentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), oriunda do procedimento licitatório P.P nº 033/2021, Contrato GMS nº 126/2022, no intuito de atender as necessidades da Controladoria-Geral do Estado.

Publique-se e encaminhe-se ao NII/CGE para prosseguimento.

Curitiba, datado eletronicamente.

assinado eletronicamente

IVO FERREIRA NETO

Diretor-Geral da Controladoria-Geral do Estado

49956/2024

Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 5373 10/05/2024

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
220728897	CRISTIANE DE CASSIA CARREIRA	64349732	90	SEED	
221405978	JOVILDE ANTONIA PATEL	41743905	1	SEED	
221232062	RAQUEL MARIA BARBOSA	51453697	1	SEED	
221062310	SONIA ZAPOSTO BUENO DOS SANTOS	35989161	1	SEED	
221336372	TANIA REGINA DA ROSA KONZEN	44996693	2	SEED	
221354982	ZENILDA ALVES MACHADO	45654729	1	SEED	

49502/2024

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 5362 10/05/2024

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
MATHEUS COSTA DE AZEVEDO	201631249	1	NAUNICA	22.137.833-4	10/05/2024	SESP
DULCE COSTA COUTO	37405329	1	NII07	221152425	06/05/2024	SEED
LETÍCIA AVILA KAWANO	40862994888	1	NAUNICA	22.116.021-5	06/05/2024	SESP
LICIANE ELINE FERRETO MACHADO	86800985	1	NAE 16	219662092	04/04/2024	EMBAP

49503/2024

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

PORTARIA N. 4189 10/05/2024

ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

EXCLUIR DA PORTARIA N. 17939 DE 26/09/2014 O NOME DE FRANCISCO EDUARDO MANASSES

R.G. 30441435 LF - 1

49625/2024

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEJU N.º 372/2024

Declara a estabilidade de servidor ocupante do Cargo de Agente de Segurança Socioeducativo do QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e Previdência** e o **Secretário de Estado da Justiça e Cidadania**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e, considerando ainda, o contido na Resolução SEAP n.º 1.539/2023 e Resolução nº 193, de 07 de novembro de 2023, consubstanciada no protocolado sob o n.º 22.058.547-6,

RESOLVEM:

Art. 1º Declarar a estabilidade do servidor VOLNEI MOZEL VITORINO, RG nº 9.437.628-9 ocupante do cargo e função de Agente de Segurança Socioeducativo, pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE que cumpriu o período constitucional de 03 (três) anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade, referente ao estágio probatório, conforme dispõe o art. 4º da Resolução SEAP n.º 1.539, de 18 de maio de 2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Santin Roveda
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

49708/2024

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/PGE N.º 373/2024

Concede Promoção por Aquisição de Estabilidade aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e a **Procuradoria Geral do Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13 da Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador, de 27 de março de 2024 (protocolo n.º 21.796.803-8), o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, alterada pela Lei nº 21.367, de 28 de fevereiro de 2023, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE e o disposto no Protocolo n.º 21.986.311-0,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis, ativos, regidos pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE** na forma do inciso I, § 1º do artigo 9ºA da Lei 13.666/2002, conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional às Unidades de Recursos Humanos dos servidores, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

ANEXO ÚNICO
PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE

NOME	RG	LF	QUADRO	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
						CLASSE	CLASSE
ANDRE BURDA	8.477.446-4	1	QPPE	PGE	AGENTE PROFISSIONAL	I	II
ANSELMO SALOMON	7.108.725-5	1	QPPE	PGE	AGENTE PROFISSIONAL	I	II
CINTIA PEREIRA DA HORA	8.080.176-9	8	QPPE	PGE	AGENTE PROFISSIONAL	I	II
CLAUDETH KRAUS	1.353.854-9	1	QPPE	PGE	AGENTE PROFISSIONAL	I	II
DOUGLAS DANIEL CAMPOS VIEIRA	12.446.512-5	1	QPPE	PGE	AGENTE PROFISSIONAL	I	II
HELOISA MARIA LIMA PIOLI	6.036.631-4	1	QPPE	PGE	AGENTE PROFISSIONAL	I	II
LINCOLN DE BORTOLI	10.464.912-2	1	QPPE	PGE	AGENTE PROFISSIONAL	I	II
MARIA CAROLINA OLIVEIRA MORAES	9.500.948-4	1	QPPE	PGE	AGENTE PROFISSIONAL	I	II

49700/2024

Portaria SEAP nº. 09/2024

Designa servidores para desempenharem a função de Gestor, Fiscal, Fiscal Setorial, em Contratos Administrativos firmados por esta SEAP.

A **DIRETORA GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5° da Lei n° 21.352 de janeiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores para exercerem as funções de Gestor, Fiscal e Fiscal Administrativo e Setorial, nos Contratos Administrativos, com atribuições constantes no contrato e na Lei Estadual nº 15.608/2007, conforme abaixo:

CONTRATOS SEAP		
Contrato nº	GESTOR/CPF	FISCAL/CPF
5889/2022 – POSITIVO TECNOLOGIA		
3347/2023 - ATHENAS		
3372/2023 – VLP		
5994/2023 - EKOMOB		
6028/2023 – FK GRUPO		
6049/2023 - MACALE		
2828/2022 – CLARO		
4579/2022 – CLARO		
5749/2022 – COPEL		
2824/2022 – CORREIOS	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Sabrina de Goes Likes CPF. 089.257.649-97

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3295/2023 – CS BRASIL		
2414/2018 – DELTALIMP		
1872/2023 – ESSENCIAL		
1596/2023 – ESSENCIAL		
321/2020 – MEGATAXI		
3064/2022 – OI S.A.		
2628/2018 – PONTUAL		
3065/2022 – SERCOMTEL		
3069/2020 - PRIME	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Diego Fernandes Esqurski CPF. 089.257.649-97

CONTRATOS SEAP		
Contrato nº	**GESTOR/CPF**	**FISCAL/CPF**
4339/2023 - ELETRON	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Ilton Ferreira Mendes Junior CPF. 718.773.399-20
3228/2023 - SANEPAR	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Ilton Ferreira Mendes Junior CPF. 718.773.399-20
CONTRATOS SEAP		
Contrato nº	**GESTOR/CPF**	**FISCAL/CPF**
2106/2024 - TECPRINTERS	Sabrina de Goes Likes CPF. 089.257.649-97	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43

CONTRATO SEAP			
CONTRATO Nº	**GESTOR/CPF**	**FISCAL/CPF**	**FISCAL SETORIAL/CPF**
1580/2022 - PRODUSERV	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Sabrina de Goes Likes CPF. 089.257.649-97	Cleusa De Fátima Moreira Scacchetti CPF: 804.373.549-20
			Cristina Fernandes CPF: 768.563.729-49
			Fabio Nunes Junior CPF: 084.889.419-78
			Felipe Guilhermette CPF: 14.073.729-1
			Gabriel Kaspchak CPF: 081.323.579-06
			Gabriel Pawlaski Xavier CPF: 091.092.969-64
			Jessica Di Paula CPF: 039.837.999-81
			Juarez Mendes CPF: 519.541.849-72
			Ronald Márcio De Lima CPF: 714.698.009-00
			Leonardo Trevisan CPF: 026.127.749-98
			Luciano Henrique Busato CPF: 849.138.009-49
			Luiz Henrique Tortola Ambos CPF: 042.974.739-09
			Mario Cesar Nicoladelli CPF: 029.813.499-37
			Rafael Augusto Bertuol CPF: 016.829.999-20
			Ricardo André Borges CPF: 040.216.929-83
			Sabrina Goes CPF: 089.257.649-97

CONTRATOS SEAP		
Contrato nº	**GESTOR/CPF**	**FISCAL/CPF**
2002/2020 – CONISTEL	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Kassia Sarita Cavalari Basso CPF. 047.240.169-65
187/2019 – PARANÁ EM REDE		
2054/2020 - QUIMITEC		

CONTRATOS SEAP		
Contrato nº	**GESTOR/CPF**	**FISCAL/CPF**
1702/2018 - MASTER	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Sabrina de Goes Likes CPF. 089.257.649-97
		Kassia Sarita Cavalari Basso CPF. 047.240.169-65
		Silmara de Lima Matioski CPF. 897.266.429-49

CONTRATOS SEAP		
Contrato nº	**GESTOR/CPF**	**FISCAL/CPF**
2207/2022 - RCA	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Sabrina de Goes Likes CPF. 089.257.649-97 Kassia Sarita Cavalari Basso CPF. 047.240.169-65

CONTRATOS SEAP		
Contrato nº	**GESTOR/CPF**	**FISCAL/CPF**

1566/2022 - PONTUAL	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Sabrina de Goes Likes CPF. 089.257.649-97
		Vera Lúcia de Souza Ribas CPF. 478.728.029-53

CONTRATOS SEAP		
Contrato nº	**GESTOR/CPF**	**FISCAL/CPF**
1056/2020 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Vera Lúcia de Souza Ribas CPF. 478.728.029-53
7165/2023 – LUCIA ALVES CARVALHO / FAYAD IMÓ-VEIS	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Silmara de Lima Matioski CPF. 897.266.429-49

CONTRATOS SEAP		
Contrato nº	**GESTOR/CPF**	**FISCAL/CPF**
3672/2023 – PORTAL DO AR	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Gabriel Kaspchak CPF: 081.323.579-06
4654/2023 - APTA	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43	Kassia Sarita Cavalari Basso CPF. 047.240.169-65

CONTRATOS SEAP		
Contrato nº	**GESTOR/CPF**	**FISCAL/CPF**
LIGGA - 126/2022	Mario Cesar Nicoladelli CPF. 029.813.499-37	Ricardo Lazier CPF. 048.569.529-43

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria de fiscais setoriais nº 47/2023.

Publique-se.
Anote-se.

Luiza Cabel Corteletti
Diretora-Geral
Secretaria da Administração e da Previdência

50289/2024

Resolução SEAP nº. 5354

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

PROTOCOLO	NOME	ORGÃO
22.127.511-0	DENISE GABRIEL WITZEL	UNICENTRO
22.064.689-0	ROGERIO MOREIRA ORRUTEA	UEL
22.050.411-5	LAURO PADILHA	UEL
22.083.484-0	CELIA MARIA DA SILVA FERREIRA	UEM
22.079.893-3	BERNADETH GARUS	SESP
22.075.751-0	LUIS CARLOS CARRANZA	REPR

Curitiba, 09 de maio de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5355

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a JOSE WANDER BREGANO, R.G. nº 2.188.782-0, LF 01, UEL, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 11713/97 e Lei 19594/18, art. 15; Lei 6174/70, art. 170 e 171; Lei 10692/93, art. 13; Lei 15050/2006; Lei 11713/97, art. 16 c/c Lei 14825/05, art. 3º. Valor dos proventos R$ 15.560,68 (Quinze mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos). Cálculos de fls. 35 – PRPREV.
Protocolo nº 21.956.233-0.

Curitiba, 09 de maio de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 5356

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a ANTONIO JOSE CAMARGO, R.G. nº 1.463.826-1, LF 01, UEPG, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 11713/97 e Lei 19594/18, art. 15; Lei 6174/70, art. 170 e 171; Lei 10692/93, art. 13; Lei 15050/2006; Lei 11713/97, art. 16, c/c Lei 14825/05, art. 3º. Valor dos proventos R$ 15.560,68 (Quinze mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos). Cálculos de fls. 69 – PRPREV.
Protocolo nº 21.757.926-0.

Curitiba, 09 de maio de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5357

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a APARECIDA CONCEIÇÃO BARROS DA SILVA, R.G 6.022.128-6, LF01, ocupante do cargo de Agente Universitário, UEL, de acordo com o Artigo 4º, incisos I a V, §6°, inc. I e §7º, inc. I da Emenda Constitucional 45/2019; Lei 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 6174/70, art. 170 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. II; Lei 10692/93, art. 13 c/c Lei 17382/12, art. 13, inc. IV, §5º; Lei 10692/93 c/c Lei 15050/2006, art. 29, §4º. Valor dos proventos R$ 6.124,70 (Seis mil, cento e vinte e quatro reais e setenta centavos). Cálculos de fls. 35 – PRPREV.
Protocolo nº 21.796.361-3.

Curitiba, 09 de maio de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5358

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de LEANDRO WAHLBRINCK, R.G. nº 6.404.694-2 LF 01, 3º Sargento, PMPR, conforme cálculo de fls. 16 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 6.929,71 (Seis mil, novecentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos).
Protocolo nº 20.909.216-6

Curitiba, 09 de maio de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5359

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de TELMA REGINA LENERNEIER, R.G. nº 4.159.725-9, LF 01, Professor, SEED, conforme cálculo de fls. 09 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 18.547,19 (Dezoito mil, quinhentos e quarenta e sete reais e dezenove centavos).
Protocolo nº 21.000.578-1.

Curitiba, 09 de maio de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5360

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 5244 de 30/04/2024, na parte que concedeu o Abono de Permanência a ROSANA APARECIDA SCHWARTZ, RG. 3.279.229-4, LF 01, SEED. Conforme Despacho nº 1343/2024 – SEAP/DSF.
Protocolo n° 21.755.775-5.

Curitiba, 09 de maio de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

49141/2024

Portaria SEAP nº. 012/2024

Designa servidores para desempenharem a função de Gestor e de Fiscal no contrato administrativo firmado por esta SEAP.
A DIRETORA GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5° da Lei n° 21.352 de janeiro de 2023.
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores a seguir relacionados para exercerem as funções de Gestor e Fiscal no Contrato Administrativo nº 2394/2024, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

CONTRATO Nº	GESTOR/CPF	FISCAL/CPF
2394/2024 NETWORK INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA.	Eliane Felix da Silva CPF 034.794.179-65	Mário Cesar Nicoladelli CPF 029.813.499-37
	GESTOR SUBSTITUTO	FISCAL SUBSTITUTO/CPF
	Carla Renata dos Santos CPF 081.392.489-83	Victor Jose Jardim CPF 081.206.729-09

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luiza Cabel Corteletti
Diretora Geral
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

50062/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº 5374/2024

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 4468 de 18 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor Leonardo Rodrigues Pietro, RG n° 7.822.480-0, para responder como Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM/NAS, no período de 03/06/2024 a 21/06/2024, em virtude das férias da titular da função, a servidora Rita Oriana Rolim Chamorro, RG n° 7.533.004-9.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de Maio de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

49911/2024

Resolução SEAP nº 5379/2024

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 4468 de 18 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor Roberto Takeshi Nara, RG N° 7.082.408-6 para responder como Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI/NAS, no período de 13/05/2024 a 11/06/2024, em virtude das férias da titular da função, a servidora Luci Weyand Soares, RG n° 4.322.654-1.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor com efeito retroativos a data acima ficando revogadas todas as disposições ao contrário .

Curitiba, 13 de Maio de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

50124/2024

LOTTOPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

PORTARIA N° 035/2024 – LOTTOPAR

Estabelece regras gerais para exploração de quota fixa-jogos online pelos Concessionários autorizados pela Loteria do Estado do Paraná

O DIRETOR-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) o art. 3° da Lei n° 20.945/2021 que incumbe à Lottopar a competência para exploração, administração e fiscalização do serviço público de loterias no Estado do Paraná;
b) o Decreto Estadual nº 10.843, de 26 de abril de 2022, alterado pelo Decreto Estadual nº 5.514 de 17 de abril de 2024, que aprova o Regulamento da Loteria do Estado do Paraná, o qual estabelece o quadro regulatório da atividade de jogos, em suas diversas modalidades, que se desenvolve no âmbito do Estado do Paraná, com o objetivo de garantir a proteção da ordem pública, combater a fraude, prevenir comportamentos aditivos, proteger os direitos dos menores e salvaguardar os direitos dos apostadores;
c) o necessário controle das atividades de jogos lotéricos por meio de sua monitoração e supervisão, estabelecendo os requisitos técnicos que os operadores devem adotar para o correto desempenho dessas funções;
d) a definição dos requisitos técnicos e das especificações necessárias para o funcionamento das atividades lotéricas no Estado do Paraná que são de responsabilidade da Lottopar;
e) os termos e as atribuições conferidos pelas Leis Federais nº 13.756 de 2018, 13.709 de 2018 e 9.613 de 1998; f) a Lei Federal n° 14.790 de 29 de dezembro de 2023 que alterou a Lei Federal 13.756 de 2018, criando a modalidade lotérica de apostas de quota fixa em eventos virtuais de jogos on-line;
g) o Decreto Estadual nº 5.039 de 1º de março de 2024, que alterou o Decreto Estadual 2.434 de 7 de junho de 2023;

RESOLVE

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Estabelecer as regras mínimas para exploração e comercialização de apostas de quota fixa em eventos virtuais de jogos on-line pelos Concessionários no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Considera-se a exploração dos eventos virtuais de jogos on-line facultativa, cabendo ao Concessionário a discricionaridade de utilização do respectivo objeto
.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I – Aposta: ato por meio do qual se coloca determinado valor em risco na expectativa de obtenção de um prêmio, dividindo-se em:
a) aposta física: aquela realizada presencialmente mediante a aquisição de bilhete em forma impressa, antes ou durante a ocorrência do evento objeto da aposta;
b) aposta virtual: aquela realizada diretamente pelo apostador em canal eletrônico, antes ou durante a ocorrência do evento objeto da aposta.
II – Concessionário: pessoa jurídica que recebe a concessão da exploração do serviço público, em conformidade com as condições estabelecidas em edital.
III – Quota fixa: fator de multiplicação do valor apostado que define o montante a ser recebido pelo apostador, em caso de premiação, para cada aposta realizada.
IV – Apostador: pessoa natural, capaz com, pelo menos, dezoito anos de idade completos, que realiza uma aposta mediante registro, seja em meio físico ou eletrônico.
V – Jogo on-line: canal eletrônico que viabiliza a aposta virtual em jogo no qual o resultado é determinado pelo desfecho de evento futuro aleatório, a partir de um gerador randômico de números, de símbolos, de figuras ou de objetos definido no sistema de regras.
VI – Evento virtual de jogo on-line: evento, competição ou ato de jogo on-line cujo resultado é desconhecido no momento da aposta.
VII – Rejogo: prática de jogar novamente um jogo após tê-lo completado.

Art. 3º Ficam autorizados, exclusivamente em ambiente virtual, os jogos on-line que sejam oferecidos sob forma de quota fixa, com base em eventos virtuais e que seu resultado seja determinado pelo desfecho de um evento futuro aleatório, a partir de um Gerador Randômico de Números (Jogos, RNGs e Plataformas), de símbolos, figuras ou objetos, sendo obrigatórios, em cada jogo on-line, a divulgação de uma tabela de premiação, seu algoritmo e a divulgação do potencial de prêmios em cada jogada.
§1º Para o início da exploração e comercialização de apostas em eventos virtuais de jogos on-line, os Concessionários deverão apresentar certificação standart GLI-19, emitida em nome de qualquer jurisdição internacional por Laboratórios de Testes e Certificação independentes, reconhecidos internacionalmente.
§2º Após 90 (noventa) dias da expedição da Ordem de Serviço para jogos on-line, os Concessionários deverão apresentar certificação emitida em nome da jurisdição do Estado do Paraná, junto aos Laboratórios de Testes e Certificação, credenciados pela Lottopar.

Art. 4º Ficam totalmente vedadas a exploração e a comercialização de jogos on-line que tenham mecânica e identificação visual semelhante a outras modalidades de jogos lotéricos, tais como passiva, prognósticos numéricos ou específicos e instantânea.

CAPÍTULO II
DO DOMÍNIO DO CONCESSIONÁRIO

Art. 5º Para a comercialização e exploração de atividades de jogos on-line por meio de sites, os Concessionários devem utilizar site específico já validado para exploração e comercialização de Aposta de Quota Fixa, para o qual todas as conexões realizadas a partir do Estado do Paraná devem ser direcionadas, nos moldes estabelecidos em Edital e seus anexos, bem como ao Decreto Estadual nº 2.434/2023 alterado pelo Decreto Estadual nº 5.039/2024.
§1º Todas as transações e atividades devem ocorrer no domínio autorizado pela Lottopar, o qual constará na lista de concessionários licenciados divulgada no site oficial da Loteria do Estado do Paraná.
§2º É permitido apenas um site por Concessionário.
§3º O Concessionário deve comunicar oficialmente à Lottopar o nome de domínio e as informações relevantes do site que utiliza para o desenvolvimento desta atividade, bem como quaisquer alterações referentes a elas.
§4º É permitida a alteração de domínio pelo Concessionário, desde que informado à Lottopar no período de 30 (trinta) dias de antecedência.
§5º É proibido gerar tráfego para uma página que contenha redirecionamentos para domínios ou subdomínios não autorizados.
§6º O Concessionário não poderá comercializar produtos ou serviços não autorizados pela Lottopar.

Art. 6º O Concessionário de Aposta de Quota Fixa que explorar e comercializar jogos on-line deve estabelecer sistemas, mecanismos ou acordos que garantam que todas as atividades de jogo realizadas a partir do Estado do Paraná sejam atendidas pelo site informado à Lottopar.
§1º O Concessionário deve garantir que todas as conexões realizadas a partir do território paranaense, de sua propriedade ou controle, ou mesmo de sua matriz ou suas subsidiárias, sejam redirecionadas ao site específico do Concessionário, assim como informado à Lottopar.
§2º O Concessionário não poderá disponibilizar site alternativo, com o mesmo objeto, sob pena de rescisão do contrato de concessão.

CAPÍTULO III
DO SITE DO CONCESSIONÁRIO

Art. 7º O site do Concessionário deverá conter elementos para garantir a transparência, informação adequada e proteção do apostador. Esses elementos podem variar por Concessionário, porém todos os licenciados no Estado do Paraná devem apresentar, no mínimo, as seguintes funcionalidades e informações:

I. Informações da Empresa: informações claras sobre a empresa que opera o site, incluindo nome, endereço das lojas físicas no Estado do Paraná, informações de contato e detalhes de registro comercial.

II. Termos e Condições: os termos e a condições detalhados do uso do site e dos serviços oferecidos devem ser facilmente localizáveis. Isso inclui informações sobre regras de apostas, eventuais prêmios, depósitos, saques, limites, políticas de privacidade e quaisquer outras diretrizes relevantes.

III. Política de Privacidade: informação clara sobre como os dados pessoais dos apostadores serão coletados, armazenados e usados, transmitindo confiança aos apostadores em relação ao respeito à privacidade e à política de preservação de suas informações.

IV. Licenciamento e Regulamentação: informações claras e visíveis sobre as licenças e regulamentações pelas quais o Concessionário está autorizado a oferecer serviços de apostas. O site deve apresentar ainda a marca de site autorizado pela Lottopar, aplicado conforme manual disponível no endereço https://www.loteriasdoparana.pr.gov.br, assegurando ao apostador tratar-se de Concessionário que respeita as normas estabelecidas.

V. Política de Jogo Responsável: deve haver informações sobre práticas de jogo responsável, jogo saudável, incluindo limites de apostas, autoexclusão, ajuda para problemas de jogo e links para entidades e organizações de apoio especializado.

VI. Opções de Pagamento e Retirada: os métodos de pagamento e retirada disponíveis para os apostadores devem ser esclarecidos detalhadamente, incluindo informações sobre limites e prazos.

VII. Suporte ao Cliente: informações de fácil visibilidade sobre como entrar em contato com o suporte ao cliente, por e-mail, chat ao vivo ou telefone. O suporte ao cliente que inicialmente foram direcionadas a sites com domínio diferente, que sejam deve estar estruturado por áreas de atendimento: suporte sobre meios de pagamento; suporte sobre questões técnicas; suporte a produtos ou serviços específicos. O suporte referente aos meios de pagamento deverá direcionar o cliente para o SAC da empresa responsável em operar os meios de pagamento.

VIII. Instruções de Uso: instruções claras sobre como se registrar, fazer apostas, depositar e retirar fundos devem estar disponíveis para orientar os apostadores.

IX. Informações sobre proibição do jogo por Menores de Idade: deve estar claro que o jogo é restrito a maiores de 18 (dezoito) anos e informações sobre medidas de proteção para evitar o acesso de menores ao site devem ser fornecidas.

X. Política de Cookies: se o site utiliza cookies para rastreamento e análise, uma política de cookies detalhada deve ser disponibilizada.

XI. Promoções e Bônus: se oferecidos, detalhes sobre promoções, bônus e programas de fidelidade devem ser fornecidos, incluindo os termos e requisitos associados.

XII. Disponibilizar o link do SAC do operador.

XIII. Disponibilizar o link da ouvidoria da Lottopar.

XIV. Disponibilizar o Canal de Autoexclusão.

CAPÍTULO IV
DA IDENTIFICAÇÃO DOS APOSTADORES

Art. 8º A participação nos jogos regulamentados pela Lottopar requer o prévio cadastro e a devida identificação dos apostadores.

Parágrafo único. A realização de apostas digitais/online requer o prévio cadastro e a devida identificação dos apostadores.

Art. 9º Cabe aos Concessionários estabelecer os sistemas e mecanismos que facilitem e permitam a identificação dos apostadores nos jogos que organizam, condicionada à integração com o sistema de gestão e meios de pagamento disponibilizado pela Lottopar.

Parágrafo único. Será permitido o cadastro de apostador por meio de suas plataformas de mídia social ou conta de e-mail, desde que preencha o cadastro de modo integral.

Art. 10 A identificação do apostador, seguida da abertura de uma conta de jogo, é condição indispensável para a realização da aposta.

Art. 11 A identificação do apostador será feita por meio de um registro de usuário ativo único por operador, onde serão registrados e validados, no mínimo:

a) Nome completo.
b) Celular com DDD.
c) E-mail.
d) CPF.
e) Data de nascimento.

§1º Obrigatoriamente deverá constar a localização do apostador no momento de cadastro, devendo o apostador estar ciente de sua permissão ao acesso à sua localização. Caso o apostador não permita o acesso à localização, não será possibilitado o acesso ao cadastro.

§2º Após o aceite do apostador sobre a localização, deverá ser exibido um formulário de cadastro contendo minimamente as informações dispostas ao artigo 11º, caput.

§3º Os dados do apostador deverão ser validados junto a sistemas de dados públicos governamentais. Caso exista alguma divergência, o sistema automaticamente deverá solicitar a revisão dos dados pelo apostador, permitindo a conclusão somente com todos os dados inseridos corretamente.

§4º Após a consulta, se os dados coincidirem com os do sistema vinculado à Receita Federal do Brasil, o Concessionário receberá uma resposta positiva e os dados serão considerados validados.

§5º Nos casos em que os dados consultados não coincidam com o cadastro do sistema vinculado à Receita Federal do Brasil, o sistema fornecerá uma resposta negativa e, para o Concessionário, os dados serão considerados não validados. Após uma primeira negativa, serão possíveis outras duas tentativas de validação de dados vinculados a um mesmo número de CPF.

§6º Superados os números de tentativas descritas no §5°, o Concessionário não poderá realizar nova tentativa de validação do número de CPF em período inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

§7º O Concessionário registrará e conservará todas as consultas realizadas ao sistema vinculado à Receita Federal do Brasil, registrando data, hora e minuto da consulta.

§8º A confirmação do endereço de e-mail deverá ser realizada por envio de código de validação no endereço informado pelo apostador, preferencialmente no primeiro saque.

§9º O Concessionário deverá informar ao apostador que os dados coletados serão compartilhados e/ou encaminhados para a plataforma de gestão e meios de pagamento da Lottopar.

Art. 12 Na efetivação do cadastro, o sistema do Concessionário deverá gravar a localização e o IP – Internet Protocol, reportando as informações para a plataforma de gestão e meios de pagamento da Lottopar.

Art. 13 O Concessionário deve estabelecer procedimentos e mecanismos que garantam a impossibilidade de existência de mais de um registro ativo por apostador.

Parágrafo único. Caso o Concessionário identifique a existência de mais de um registro de conta por um mesmo apostador, deverá realizar o bloqueio imediato de todas as contas, bem como de apostas, bônus e depósitos, até que seja verificada a situação.

Art. 14 A abertura de um registro de apostador será iniciada por meio da correspondente solicitação de registro, na forma e pelo sistema determinado pelo Concessionário do jogo.

Parágrafo único. A solicitação de registro deve ser gravada nos registros do Concessionário e transmitida para a plataforma de gestão e meios de pagamento da Lottopar.

Art. 15 No procedimento de solicitação de registro por parte de um novo apostador em sites de apostas de quota fixa, o solicitante deve fornecer os dados mencionados no art. 11 desta Portaria, bem como quaisquer outros dados exigidos pelo Concessionário e considerados indispensáveis para verificar sua identidade.

Art. 16 No procedimento de solicitação de registro por um novo apostador em sites de apostas de quota fixa, o solicitante deve ser informado quanto às proibições descritas no art. 27 desta Portaria.

§1º Deve existir no site do cadastro um campo ou documento para manifestação de ciência quanto a tais proibições, bem como confirmação de não se enquadrar nas vedações previstas no art. 27 desta portaria.

§2º Essa declaração deve ser mantida pelo Concessionário no cadastro do apostador.

§3º Fica proibida a cessão de login e senha entre apostadores, sob pena de banimento.

Art. 17 O Concessionário é responsável pela correta identificação dos apostadores nos jogos que organizam ou desenvolvem.

Art. 18 Caso seja identificado que o apostador forneceu informações falsas ou inconsistentes, o Concessionário deverá encerrar ou bloquear a conta do apostador, bem como anular apostas e bônus, retornando, se houver, o depósito para a conta de origem, podendo descontar o valor mínimo de 4% (quatro por cento) sobre o valor depositado.

Art. 19 O Concessionário deverá realizar anualmente procedimento de atualização cadastral de seus usuários.

Parágrafo único. É vedado ao Concessionário confiscar ou reter o dinheiro do apostador que não revalidar suas informações cadastrais.

Art. 20 Deverá ser exigida nova autenticação da conta após 30 (trinta) minutos de inatividade na conta do apostador.

CAPÍTULO V
DA CONTA VIRTUAL DO APOSTADOR

Art. 21 A conta virtual do apostador e o aplicativo de apostas deverão propiciar aos apostadores a utilização dos serviços e produtos virtuais daquele Concessionário.

Art. 22 A conta virtual de um apostador é onde os fundos do apostador são mantidos para fins de apostas e transações relacionadas. Para garantir uma experiência segura e transparente para os apostadores, a conta virtual deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

I. Saldo Atual: deve ser exibido o saldo atual disponível na conta do apostador, permitindo que veja quanto dinheiro ele tem disponível para realizar apostas.

II. Histórico de Transações: um registro detalhado das transações anteriores, incluindo depósitos, saques, ganhos e perdas deve estar disponível para consulta, bem como o código Lottopar. Isso permite que o apostador rastreie suas atividades financeiras e mantenha controle sobre suas transações.

III. Depósitos e Retiradas: deve ser possível depositar fundos na conta virtual e realizar saques. As opções de pagamento e os procedimentos para depósito e retirada devem ser claramente esclarecidos.

IV. Bônus e Promoções: se o site de apostas oferecer bônus ou promoções, os

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

detalhes sobre bônus creditados na carteira virtual do apostador devem ser exibidos, incluindo informações sobre os requisitos de apostas associados ao bônus.
V. Histórico de Apostas: um registro das apostas feitas pelo apostador, incluindo detalhes como tipo de aposta, valor apostado, resultado e potencial ganho, deve estar disponível para consulta.
VI. Histórico de Atendimentos: um registro detalhado de todos os atendimentos solicitados no suporte ao cliente, incluindo detalhes sobre o número do protocolo, data e horário de atendimento, informação sobre a solicitação, data e horário de conclusão do atendimento e a resolução do atendimento.

VII. Histórico de Autoexclusão: um registro detalhado das solicitações de autoexclusão, incluindo detalhes sobre data e horário da solicitação de autoexclusão, data e horário que foi efetivada a autoexclusão, qual o canal de atendimento, contagem de prazo desde o pedido da autoexclusão.
VIII. Limites de Jogo: oferecer opções de autocontrole, como limites de depósito diário, semanal e mensal; limite de tempo para pausa no jogo, autoexclusão. Essas configurações devem ser facilmente acessíveis e modificáveis na conta virtual do apostador.
IX. Detalhes da Conta: informações sobre a conta do apostador, como nome de usuário, informações de contato e configurações de privacidade devem estar acessíveis para edição.

Art. 23 A conta virtual deve ser protegida com medidas de segurança robustas, para garantir a integridade e a privacidade das informações do apostador.
Art. 24 Os fundos que os apostadores têm na sua conta virtual são fundos confiados que devem estar disponíveis em uma conta livre de compensação e devem estar separados dos fundos dos Concessionários. Eles não podem ser utilizados para cobrir reinvindicações de terceiros contra o Concessionário.

CAPÍTULO VI
DA CARTEIRA VIRTUAL

Art. 25 Para a efetivação de depósito pelo apostador, é obrigatório que seja verificado se o método de pagamento escolhido é de mesma titularidade da conta do apostador.

Parágrafo único. O Concessionário não poderá aceitar método de pagamento que não seja de titularidade do apostador e que não esteja habilitado na Plataforma da Lottopar.

Art. 26 O Concessionário poderá efetuar cobrança de taxa de no mínimo 4% (quatro por cento) quando o apostador solicitar retirada do seu fundo sem que tenha realizado pelo menos uma aposta.
Parágrafo único. Deverá o Concessionário informar no momento do cadastro a possibilidade da cobrança que se refere o caput do artigo.

CAPÍTULO VII
DO CONTROLE DE PROIBIÇÕES

Art. 27 É proibida a realização de apostas por:
I. Menor de 18 (dezoito) anos de idade.
II. Pessoas legalmente incapazes.
III. Pessoas jurídicas.
IV. Pessoas autoexcluídas.
V. Pessoa que tenha ou possa ter acesso aos sistemas informatizados de apostas de quota fixa do Concessionário.
VI. Proprietário, administrador, diretor, pessoa com influência significativa, gerente ou funcionário do Concessionário que possua acesso privilegiado ao sistema.
VII. Agente público com atribuições diretamente relacionadas à regulação, ao controle e à fiscalização da atividade em nível estadual.
VIII. Pessoa que tenha ou possa ter qualquer influência no resultado de evento real de temática esportiva objeto de Aposta de Quota Fixa, incluindo:
a. atleta participante de competições organizadas pelas entidades integrantes do Sistema Nacional do Esporte;
b. pessoas que exerçam cargos de dirigentes desportivos, técnicos desportivos, treinadores, praticantes desportivos profissionais;
c. árbitro de modalidade desportiva, assistente de árbitro de modalidade desportiva, ou equivalente, empresário desportivo, agente ou procurador de atletas e de técnicos, técnico ou membro de comissão técnica;
d. membro de órgão de administração ou fiscalização de entidade de administração de organizadora de competição ou prova desportiva; e
e. responsável por entidade organizadora de competição ou prova desportiva.
§ 1º As vedações previstas nos incisos IV ao VIII deste artigo se estendem aos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta e colateral, até o segundo grau, inclusive, das pessoas impedidas de participar, direta ou indiretamente, na condição de apostador.
§ 2º São nulas de pleno direito as apostas realizadas em desacordo com o previsto neste artigo.
§ 3º Os impedimentos de que trata este artigo serão informados pelos Concessionários, de modo destacado, nos canais físicos ou virtuais de comercialização de apostas de quota fixa.

Art. 28 É responsabilidade dos Concessionários controlar as proibições referidas no art. 27 desta portaria.

Parágrafo único. Os Concessionários devem dispor dos meios que garantam o controle do cumprimento das proibições citadas no art. 27 desta p**ortaria.**

Art. 29 Os Concessionários são responsáveis pela verificação da maioridade **dos** apostadores nos jogos que organizam ou desenvolvem, podendo incorrer, caso ocorra a participação de menores, em infração tipificada na Lei n° 8.069/1990.

CAPÍTULO VIII
DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS REGISTROS DE APOSTADORES

Art. 30 A ativação do registro de apostador requer a verificação prévia dos dados conforme estabelecido no Capítulo V desta Portaria, bem como a verificação de que o apostador não está inscrito nas listas de autoexcluídos e/ou em listas de restrições. O Concessionário procederá da seguinte forma:
I. O apostador cuja identidade não tenha sido validada pelo sistema vinculado à Receita Federal do Brasil não poderá se cadastrar, jogar, fazer depósitos ou retiradas.
II. O apostador corretamente identificado por meio do sistema vinculado à Receita Federal do Brasil poderá depositar, participar de jogos e realizar retiradas. A situação deste apostador será considerada como ativa.
Art. 31 O Concessionário deverá suspender o registro de apostador que permaneça inativo por mais de 2 (dois) anos consecutivos.
§1º É caracterizada a inatividade da conta quando o apostador não entrou ou saiu de sua conta e não fez qualquer aposta por 12 (doze) meses consecutivos.
§2º Caso o apostador tenha fundo em sua carteira virtual, a título de depósito ou prêmio, o Concessionário deverá notificá-lo com antecedência mínima de 2 (dois) meses, sobre a possibilidade de cobrança de taxa mensal, a partir do décimo terceiro mês de inatividade da sua conta.
§3º Caso o apostador não realize o saque do seu fundo, o Concessionário poderá cobrar uma taxa mensal de conta inativa até o esvaziamento dos fundos da conta inativa.
§4º Após a suspensão da conta, o registro de apostador suspenso poderá ser ativado mediante solicitação do apostador.

Art. 32 O Concessionário deverá, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), adotar mecanismos de segurança sobre os dados e as informações dos apostadores que forem coletados, garantindo absoluta confidencialidade.

CAPÍTULO IX
DA GEOLOCALIZAÇÃO

Art. 33 Os Concessionários deverão utilizar, em toda e qualquer aposta realizada em seu sítio eletrônico, ferramenta de geolocalização/georreferência com capacidade de identificar e rastrear a posição geográfica do apostador. O Concessionário deve acionar:
I. Uma verificação de geolocalização antes da realização da primeira aposta após o login ou após uma alteração do endereço IP.
II. Verificações periódicas e recorrentes de geolocalização antes da realização de apostas da seguinte forma: (i) para conexões estáticas, pelo menos a cada vinte minutos ou cinco minutos se estiver dentro de dois quilômetros da fronteira; e (ii) para conexões móveis, em intervalos baseados na proximidade do apostador à fronteira com uma velocidade de viagem presumida de cento e quinze quilômetros por hora ou uma velocidade média demonstrada de uma estrada/caminho. Esse intervalo não deverá exceder vinte minutos.
§1° Será necessário o consentimento expresso do apostador, devendo lhe ser informado como os dados podem ser utilizados, o tempo de armazenamento deles e da possibilidade de eventual compartilhamento das informações com órgãos de segurança e de controle, em caso de apuração de irregularidade, tudo conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados.
§2° O apostador deve ser informado que a falta do consentimento expresso quanto à utilização da ferramenta será condição impeditiva para a conclusão do cadastro.
§3º A localização do apostador obtida por meio da ferramenta de geolocalização/georreferência deverá constar no Arquivo de Reporte que será enviado à plataforma de gestão e meios de pagamento da Lottopar, sendo obrigatório constar, preferencialmente, a informação da longitude e latitude, ou CEP ou cidade em que se encontra o apostador.
§4° O apostador deve ser cientificado de que seus dados serão armazenados durante o período de existência de sua conta, bem como que poderão ser compartilhados com órgãos de segurança e controle em caso de apuração de irregularidades, atendida à legislação vigente.

Art. 34 São expressamente proibidos realização de cadastro, efetivação de apostas ou cashout fora dos limites territoriais do Estado do Paraná, inclusive daquelas que estejam utilizando tecnologias de rede cujo objetivo seja ocultar ou camuflar seu endereço IP, devendo o sistema informar que o apostador fica convidado a jogar quando estiver em território paranaense.

Parágrafo Único. Deverão ser implementados mecanismos para detectar software, programas, virtualização e outras tecnologias que possam ocultar ou falsificar a localização física do apostador para fazer apostas.

Art. 35 O sistema do Concessionário de Aposta de Quota Fixa em Eventos Virtuais de Jogos Online deve submeter o apostador à verificação de localização nas seguintes circunstâncias:
I. No momento da realização do cadastro inicial do apostador.
II. Toda vez que houver o login na conta cadastrada.
III. Toda vez que houver a efetivação de nova aposta, desde que seja ela realizada em período superior a 30 (trinta) minutos da realização do login ou da última aposta.
§1° Se no momento do cadastro inicial do apostador a verificação pela ferramenta de geolocalização/georreferência apontar que ele está fora do limite territorial do Estado do Paraná, ou se não for possível identificar sua localização, o cadastro não deve ser efetivado pelo sistema.
§2° Se no momento da realização da aposta pelo apostador a verificação pela ferramenta de geolocalização/georreferência apontar que ele está fora do limite territorial do Estado do Paraná, ou se não for possível identificar sua localização, a aposta não deve ser efetivada pelo sistema.
§3° Na ocorrência de qualquer uma das inconsistências descrita nos parágrafos 1° e/ou 2° deste artigo, o apostador deve ser informado instantaneamente pelo sistema.

Art. 36 A localização do apostador obtida pela ferramenta de geolocalização/georreferencia deverá constar no Arquivo de Reporte a ser enviado à plataforma de gestão e meios de pagamento da Lottopar, sendo obrigatório constar informação da longitude e latitude ou CEP ou cidade em que se encontra o apostador.

Art. 37 O Sistema de apostas deverá possuir um mecanismo para detectar o uso de software de desktop remoto, rootkits, virtualização e/ou quaisquer outros programas com capacidade de contornar a detecção da geolocalização/georreferência.
§1° Se no momento da realização do cadastro pelo apostador for constatada a utilização de software ou mecanismo para fraudar, simular ou contornar a detecção da geolocalização/georreferência, o sistema do Concessionário deve impossibilitar a finalização do cadastro pelo apostador.
§2° Se a constatação da utilização de software ou mecanismo para fraudar, simular ou contornar a detecção da geolocalização/georreferência ocorrer no momento do login de apostador anteriormente cadastrado, o sistema do Concessionário deve impossibilitar a realização do login.
§3° Se a constatação da utilização de software ou mecanismo para fraudar, simular ou contornar a detecção da geolocalização/georreferencia ocorrer no momento da realização da aposta, esta não deverá ser efetivada pelo sistema.
§4º Verificar o endereço de IP de cada conexão de dispositivo de apostas remoto a uma rede, para garantir que uma rede privada virtual (VPN) ou serviço proxy não esteja em uso.
§5º Detectar e bloquear dispositivos que indicam violação ao nível do sistema.
§6º Impedir ataques do tipo "man-in-the-middle' ou técnicas de hacking semelhantes e evitar a manipulação de código.
§7º Utilizar mecanismos de detecção e bloqueio verificáveis para um nível de aplicativo.
§8° Ocorrendo qualquer das situações acima descritas, o apostador deve ser informado sobre a constatação de divergência de informação quanto à geolocalização/georreferencia identificada pelo sistema e a geolocalização/georreferência informada pelo apostador;

Art. 38 É absolutamente vedada, nos termos do artigo 6°, IX da Lei Geral de Proteção de Dados, a utilização das informações obtidas pela ferramenta de geolocalização/georreferência para fins discriminatórios (geo-pricing e geo-blocking), ilícitos ou abusivos, destacando-se que "As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios: I – não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

CAPÍTULO X
DO MEIO DE PAGAMENTO

Art. 39 O Concessionário deverá obedecer aos dispositivos determinados no Edital nº 001/2023 – LOTTOPAR referente à forma de pagamento, devendo estar integralmente conectado à plataforma de gestão e meios de pagamentos da Lottopar.

Parágrafo único. Serão aceitos exclusivamente pagamentos via PIX, devendo estes obrigatoriamente ser vinculados ao CPF do apostador, não sendo aceito pagamento em nome de terceiros.

DO PAYOUT

Art. 40 O Concessionário deverá observar o valor mínimo de payout em todos os jogos online a serem explorados.
§1º O valor de payout deverá estar em conformidade ao artigo 7º do Decreto Estadual nº 5.514/2024, referente à modalidade de Aposta de Quota Fixa (jogos online).
§2° A apuração do payout do §1º se dará trimestralmente nos primeiros 12 (doze) meses de operação, a contar da data de emissão da ordem de serviço, e para os anos subsequentes o payout será apurado mensalmente.
§3° Em todos os jogos online ofertados pelos concessionários, deverá estar explícito nas regras gerais para o apostador o payout praticado em cada jogo individualmente.

CAPÍTULO XI
DO PLANO OPERACIONAL DOS JOGOS ONLINE

Art. 41 O Concessionário deve apresentar à Lottopar o Plano Operacional (Anexo IX do Edital de Credenciamento n° 001/2023-LOTTOPAR) para aprovação.

Parágrafo único. O Plano Operacional deverá detalhar todos os jogos online que o Concessionário pretende explorar, devendo obrigatoriamente seguir as regras de jogo que trata o art. 3º desta Portaria.

Art. 42 A Lottopar possui 5 (cinco) dias para emissão de parecer sobre o Plano Operacional, podendo ser solicitadas correções ao Concessionário.
Parágrafo único. Caso seja necessária a correção pelo Concessionário, este terá 5 (cinco) dias para apresentação do Plano Operacional corrigido. Após correção, a Lottopar terá o prazo de 3 (três) dias para emissão de parecer sobre o Plano Operacional devidamente corrigido.

CAPÍTULO XII
DO TESTE DE INTEGRAÇÃO

Art. 43 Após a aprovação do Plano Operacional, em até 60 (sessenta) dias, o Concessionário deverá ter seu sistema validado no TESTE DE INTEGRAÇÃO, que simula um ambiente de produção, conforme Manual de Integração da PLATAFORMA DE GESTÃO E MEIOS DE PAGAMENTO e Manual Técnico de Integração a ser disponibilizado pela Lottopar.
§1º O Concessionário deverá apresentar cronograma para o planejamento da integração dos sistemas.
§2º Os testes de integração serão realizados e validados pela Diretoria Operacional e responsável técnico da Lottopar, bem como por responsável técnico do Concessionário.
§3º O teste de Integração deverá ser realizado na sede da Lottopar, devendo o Concessionário ter minimamente 1 (um) representante presencial e/ou remotamente.

Art. 44 Ao término da aprovação do Plano Operacional, bem como aprovação no Teste de Integração, a Lottopar disponibilizará o termo aditivo para assinatura do Concessionário.

CAPÍTULO XIII
DAS CERTIFICAÇÕES

Art. 45 Em até 90 (noventa) dias após a emissão da Ordem de Serviço, o Concessionário deverá apresentar as certificações descritas no art. 3º desta Portaria, emitidas pelos Laboratórios de Testes e Certificação credenciados pela Lottopar, vinculadas aos standards exarados pela Gaming Laboratories International (GLI), em língua portuguesa, emitidas em nome da Lottopar, relacionadas aos jogos online autorizados no Plano Operacional.
Parágrafo único. A certificação GLI-33 permanece sendo obrigatória para exploração das apostas de quota fixa em eventos reais de temática esportiva.

DOS PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS

Art. 46 O Concessionário deve submeter os processos de gerenciamento de mudanças à Lottopar para aprovação e homologação. Somente alterações de funcionalidades relacionadas à integração com a plataforma de gestão e meios de pagamento da Lottopar deverão ser autorizadas e homologadas previamente pela Lottopar. Os processos documentados de gerenciamento de mudanças devem descrever procedimentos de avaliação para identificar a criticidade das atualizações e determinar as atualizações que o Concessionário deve submeter a um Laboratório de Testes e Certificação homologado pela Lottopar para revisão e certificação.

Art. 47 Os processos de gerenciamento de mudanças devem ser:
I. Desenvolvidos de acordo com o Guia do Programa de Gerenciamento de Mudanças da GLI (GLI-CMP).
II. Aprovados pela Lottopar antes de sua implantação.
III. Auditados em intervalos anuais por um Laboratório de Testes e Certificação homologado pela Lottopar.

Art. 48 O Concessionário deve enviar relatórios trimestrais de mudanças aos Laboratórios de Testes e Certificação homologados pela Lottopar para revisão, garantindo que o risco seja avaliado de acordo com os processos de gerenciamento de mudanças e que a documentação das mudanças esteja completa.

Art. 49 Pelo menos uma vez por ano, o Concessionário deve ter seus produtos operando sob os processos de gerenciamento de mudanças aprovados avaliados por um Laboratório de Testes e Certificação homologado pela Lottopar. Para que o Concessionário continue a oferecer seus produtos conforme descrito acima, estes devem ser totalmente certificados de acordo com as especificações estabelecidas nestas normativas e em outras especificações técnicas a serem expedidas pela Lottopar e com documentação formal de certificação por um Laboratório de Testes e Certificação homologado pela Lottopar. Por justa causa, o Concessionário poderá buscar aprovação para uma extensão além da aprovação anual, se for demonstrada dificuldade. A decisão de conceder uma extensão por dificuldade está exclusivamente a critério da Lottopar.

Art. 50 Todas as certificações emitidas pelos Laboratórios de Testes e Certificação deverão ser nominadas à Lottopar, evidenciando o cumprimento das leis e regulamentos estabelecidos pela jurisdição do Estado do Paraná.

Art. 51 A Lottopar poderá, a qualquer tempo, expedir ato administrativo alterando os requisitos de certificação, no intuito de aprimorar a avaliação de integridade e segurança dos serviços lotéricos.

DOS TESTES DE SEGURANÇA

Art. 52 Anualmente, ou quando solicitado pela Lottopar, o Concessionário deverá realizar o ensaio de segurança, conforme disposto ao item 5.6 do Termo de Referência do Edital nº 001/2023.

CAPÍTULO XIV
DOS JOGOS ONLINE VEDADOS

Art. 53 Não será permitida a exploração de nenhum jogo online que não tenha certificação standard GLI e/ou que o apostador não conheça previamente o fator de multiplicação de sua aposta, bem como o montante estimado de prêmios.

CAPÍTULO XV
DO JOGO SEGURO E RESPONSÁVEL

Art. 54 O Concessionário deverá observar e seguir todas as regras dispostas na Portaria nº 08/2024 – Programa Estadual do Jogo Responsável.
§1° Deverá o Concessionário disponibilizar em seu site relógio contador de tempo online do apostador na sessão aberta, sendo de maneira facultativa aos apostadores manter a exibição dele.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CAPÍTULO XVI
DA PUBLICIDADE E MARKETING DOS JOGOS ONLINE

Art. 55 É vedado ao Concessionário de Apostas de Quota Fixa em Eventos Virtuais de Jogos Online veicular publicidade ou propaganda comercial que:
I. Tenha por objeto ou finalidade a divulgação de marca, de símbolo ou de denominação de pessoas jurídicas ou naturais, ou dos canais eletrônicos ou virtuais por elas utilizados, que não possuam a prévia autorização exigida por esta Portaria.
II. Veiculem afirmações infundadas sobre as probabilidades de ganhar ou os possíveis ganhos que os apostadores podem esperar.
III. Apresentem a aposta como socialmente atraente ou contenham afirmações de personalidades conhecidas ou de celebridades que sugiram que o jogo contribui para o êxito pessoal ou social.
IV. Sugiram ou deem margem para que se entenda que a aposta pode constituir alternativa ao emprego, solução para problemas financeiros, fonte de renda adicional ou forma de investimento financeiro.
V. Contribuam, de algum modo, para ofender crenças culturais ou tradições do país, especialmente aquelas contrárias à aposta.
VI. Promovam o marketing em escolas e universidades ou mesmo apostas esportivas dirigidas a menores de idade.
§1º É vedado realizar qualquer tipo de publicidade ou propaganda em meios de comunicação, físicos ou virtuais, sem o aviso de classificação indicativa da faixa etária direcionada, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 56 É vedado ao Concessionário, bem como às suas controladas e controladoras, adquirir, licenciar ou financiar a aquisição de direitos de eventos desportivos realizados no país para emissão, difusão, transmissão, retransmissão, reprodução, distribuição, disponibilidade ou qualquer forma de exibição de seus sons e imagens, por qualquer meio ou processo.

CAPÍTULO XVII
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONCESSIONÁRIO

Art. 57 O Concessionário deverá apresentar à Lottopar, sem prejuízo de outros relatórios ou documentos que venham a ser solicitados:
a) Relatório dos indicadores Financeiros, Estratégicos e Operacionais. No primeiro ano de operação dos jogos online, o respectivo relatório deverá ser apresentado de maneira trimestral, e a partir do segundo ano, o relatório deverá ser apresentado mensalmente.
b) Relatório por jogo operado e consolidado, de acompanhamento financeiro contendo o valor simtotal de arrecadação, os prêmios pagos, a Receita Bruta do Concessionário (GGR), os valores devidos ao Estado do Paraná e à Lottopar. No primeiro ano de operação dos jogos online, o respectivo relatório deverá ser apresentado de maneira trimestral, e a partir do segundo ano, o relatório deverá ser apresentado mensalmente.
c) Relatório do cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, quanto aos seus empregados. No primeiro ano de operação dos jogos online, o respectivo relatório deverá ser apresentado de maneira trimestral, e a partir do segundo ano, o relatório deverá ser apresentado mensalmente.
d) Relatório trimestral relatando as reclamações apresentadas, as respostas dadas ao apostador e as providências adotadas.
e) Relatório trimestral das demonstrações financeiras completas correspondentes ao trimestre anterior.
f) Balancete contábil, semestral, da captação das receitas extraordinárias.
g) Relatório físico-financeiro, semestral, das campanhas de conscientização realizadas com recurso proveniente das receitas extraordinárias.
h) Relatório anual dos ensaios de segurança da Solução de Software.
§1º O prazo para entrega dos relatórios de jogos online é até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao período exigido. O prazo para entrega da Prestação de Contas Anual é até o último dia do mês de fevereiro do ano subsequente.
§2º Todos os custos advindos da auditoria prestada por empresa independente de que trata os itens anteriores serão suportados pelo Concessionário.
§3º A não apresentação de qualquer prestação de contas e das demonstrações financeiras anuais completas, de que trata este capítulo, ou a sua prestação intempestiva, sujeitará o Concessionário, respeitado o devido processo legal, às penalidades previstas no Contrato e na legislação pertinente.
§4º O resultado da análise da prestação de contas anual será comunicado ao Concessionário por meio de ofício da Lottopar, que poderá exigir, ainda, complementações ou esclarecimentos.
§5º No caso de reprovação das contas apresentadas pelo Concessionário, será aberto processo administrativo, nos termos de portaria expedida pela Lottopar.
§6º O processo de prestação de contas será considerado concluído quando devidamente homologado pela Lottopar.
§7º Sempre que acionada por Órgãos de Controle Externo, a Lottopar poderá, a qualquer tempo, solicitar aos Concessionários informações adicionais não constantes nos relatórios, bem como poderá rever seus atos de aprovação referentes à prestação de contas.
§8º Disponibilizar, sempre que solicitado pela Lottopar, os dados de seus sócios, gestores, administradores, contratados ou subcontratados e funcionários envolvidos em sua operação, bem como outras informações pertinentes.

CAPÍTULO XVIII
DO PAGAMENTO

Art. 58 O Concessionário recolherá trimestralmente no primeiro ano, até o 5º dia útil do mês, à título de royalties, o valor correspondente aos percentuais previstos no inciso IV do artigo 9º do Decreto Estadual nº 10.843/2022 ou em norma legal que venha a substituí-lo.
§1º O Concessionário recolherá semestralmente, até o 5º (quinto) dia útil a contar da aprovação do relatório, à título de receita extraordinária, o valor correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido das receitas extraordinárias apuradas.
§2º O Concessionário recolherá trimestralmente no primeiro ano, até o 5º dia útil do mês, à título de outorga variável pela concessão do serviço público de AQF no Estado do Paraná, o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta do Concessionário (GGR), referente ao mês anterior.
§3º O Concessionário deverá efetuar a remuneração da Plataforma de Gestão e Meios de Pagamentos da Lottopar, individualmente em cada aposta, no valor de 3% (três por cento) sobre cada depósito e 1% (um por cento) sobre cada saque.
§4º Não haverá cobrança quando ocorrer o rejogo, ou seja, quando o apostador utilizar o saldo disponível em sua carteira virtual para realização de novas apostas.
§5º Os impostos aferidos referentes à operação objeto desta Portaria são de única responsabilidade do Concessionário.
§6º Por tratar-se de remuneração baseada em percentagem do volume de apostas, não haverá reajustes, exceto em caso de alteração da legislação no decorrer do presente contrato.
§7º Anualmente, no aniversário do contrato, deverá ser realizada revisão do valor global da contratação, sendo apurado o valor da arrecadação total correspondente ao exercício imediatamente anterior.
§8º A revisão do valor implica na atualização da garantia de execução do contrato.

Art. 59 O descumprimento desta provisão sujeita os operadores às sanções previstas.

Art. 60 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Cumpra-se.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

50262/2024

Loteria do Estado do Paraná - LOTTOPAR
LISTA DE CREDENCIADOS
Edital de Credenciamento nº 001/2024

Protocolo: 21.139.621-0

Nos termos do item 30.6 do Edital de Credenciamento nº 001/2024, a Comissão Especial de Credenciamento, designada por meio da Portaria n° 071/2023 – LOTTOPAR, apresenta relação de empresas CREDENCIADAS.

- ST SOFT PARTICIPAÇÕES LTDA – TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2024.
- PROHARDS COMERCIO, DESENVOLVIMENTO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2024.
- LOTELLA – CONSULTORIA, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A e KENO LOTERIA DO BRASIL LTDA – TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2024.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Comissão Especial de Credenciamento
Portaria 71/2023 LOTTOPAR

49590/2024

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

ADAPAR

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº 128, DE 06 DE MAIO DE 2024

Designa os servidores mentorados e mentores para participarem do Programa de Mentoria da Adapar.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, inciso VIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 4.377, de 24 de abril de 2012, bem como, os artigos. 12, inc. XVI; 26, inc. XXIII e 35, inc. IV do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 326/2013 e a Portaria nº 197/2022 que estabelece os procedimentos para o Programa de Mentoria da Adapar, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como mentores dos servidores admitidos na Adapar, por meio de Concurso Público:

UNIDADE REGIONAL DE SANIDADE AGROPECUÁRIA (URS)	CARGO, FUNÇÃO, NOME E LOTAÇÃO DO SERVIDOR MENTORADO FDA	CARGO, FUNÇÃO, NOME E LOTAÇÃO DO SERVIDOR MENTOR FDA
Cornélio Procópio	Med. Vet. Fernando Assis Menezez Reis Ulsa de Sapopema	Med. Vet. Nayara Tissot Lunardon Ulsa de Assai
Curitiba	Med. Vet. Elcio Mauricio Lutke Ulsa de Cerro Azul	Med. Vet. Guilherme Fonseca de Souza Ulsa de Rio Branco do Sul

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

49848/2024

Secretaria das Cidades

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

RESOLUÇÃO N° 023/2024

Súmula: Aprova a Atualização do Regulamento Operacional do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM

A Secretária de Estado das Cidades, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual n° 21.352, de 01 de janeiro de 2023, e pela Lei Estadual 17.655 de 07 de agosto de 2013,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar as atualizações do Regulamento Operacional Geral do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM, revisado nesta data e instituído pela Lei 17.665/2013.

Art. 2º Estabelecer que o anexo contendo a íntegra do Regulamento ora alterado e aprovado, permanecerá à disposição dos interessados na Secretaria de Estado das Cidades – SECID, no Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e em suas páginas eletrônicas oficiais.

Art. 3º Determinar que esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE.
Curitiba, 13 de maio de 2024

CAMILA MILEKE SCUCATO
Secretária de Estado das Cidades

50168/2024

RESOLUÇÃO CONJUNTA
N° 030/2024/SECID-SESP

A Secretária de Estado das Cidades, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 5.706/2024, bem como Resolução nº 022/2023, art. 1º, inciso I, em conjunto com o Secretário de Estado de Segurança Pública, na forma do que dispõe o inciso V e VI do artigo 4°, da Lei Complementar n° 21.352/2023;

Considerando que o artigo 35 da Lei Complementar n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, atribui à Secretaria de Estado das Cidades a competência para:
(i) planejar, coordenar a execução e a fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;
(ii) realizar as atividades de suporte às ações estaduais afetas às obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;
(iii) realizar e prestar apoio na elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, além da fiscalização, do monitoramento e do recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná;

Considerando o contido no Protocolo n° 17.371.864-0 e demais protocolos correlatos ao objeto contratado sob nº 6757/2022- GMS;

RESOLVEM

Art. 1º Estabelecer, de maneira conjunta, diretrizes para atuação coordenada da Secretaria de Estado da Segurança Pública, doravante denominada DEMANDANTE, e da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, doravante denominada DEMANDADA, no planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização do Serviço de Engenharia concernente à:
I - Contratação de empresa especializada para executar a obra de construção da Delegacia Cidadã Padrão 3A, com área de 1.791,23m2, sito à Avenida Luigi Amorese, no município de Londrina, Paraná.

Parágrafo único. A presente Resolução Conjunta não se aplica quando for adotado o Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD), de que trata o Decreto Estadual nº 11.180, de 23 de maio de 2022.

Art. 2º O planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de que trata a presente resolução compreende as seguintes etapas:
I – elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela DEMANDANTE, para o que poderá solicitar participação técnica da DEMANDADA;
II – indicação dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo preliminar do Estudo Técnico Preliminar;
III – definição do objeto da contratação, pela DEMANDANTE, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso, para o que poderá solicitar participação técnica da SECID;
IV – elaboração, pela DEMANDADA, do mapa de preços e demais documentos da fase interna da licitação que não estejam atribuídos à DEMANDANTE por esta resolução ou pela legislação em vigor.
V – nova indicação, quando necessário, dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo definitivo no termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;
VI – designação do agente ou comissão de contratação pela DEMANDADA;
VII – elaboração do edital da licitação pela DEMANDADA;
VIII – autorização da licitação pela DEMANDADA;
IX – realização dos atos licitatórios ou dos atos do processo de contratação direta pela DEMANDADA;
X – homologação da licitação e adjudicação pela DEMANDADA;
XI – celebração do contrato pela DEMANDADA;
XII – fiscalização da execução do CONTRATO por fiscal designado pela DEMANDADA.
XIII – gestão do CONTRATO por gestor designado pela DEMANDADA.

§ 1º Observados os procedimentos do Sistema de Gestão de Materiais (GMS) e do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), a DEMANDADA efetuará a descentralização do contrato e seus aditivos ao DEMANDANTE, que ficará responsável pelo empenho, liquidação e pagamento da despesa.

§ 2º A DEMANDADA enviará à DEMANDANTE os documentos necessários ao empenho, liquidação e pagamento, tais como contratos, termos aditivos, notas fiscais, medições e termos de recebimento.

§ 3º Além das etapas previstas neste artigo, os processos de contratação observarão todas as etapas e formalidades previstas no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e nos Decretos e Instruções Normativas da Secretaria de Estado da Fazenda que regulam a execução da despesa pública.

§ 4º No intuito de evitar problemas de comunicação e transtornos na execução, a DEMANDADA encaminhará eventuais solicitações em relação ao andamento e condução da obra ou serviço ao responsável designado pela DEMANDADA, evitando a intervenção direta junto à contratada, ao fiscal ou ao gestor do contrato.

Art. 3º O apoio técnico da DEMANDADA à DEMANDANTE na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, na definição do objeto da contratação e na instrução de eventuais aditivos será prestado através do seu corpo técnico e incluirá a coordenação da equipe encarregada, quando necessário para cumprir o que determinam os artigos 444 e 451, § 3º, do Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

Parágrafo Único. A aprovação dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência será feita conjuntamente pela DEMANDANTE e pela DEMANDADA.

Art. 4º Caberá:
I - à DEMANDADA a emissão e o pagamento da (s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica e Registro (s) de Responsabilidade Técnica relativas aos procedimentos técnicos realizados.
II – à DEMANDANTE a publicação dos atos previstos em Lei no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, arcando com os respectivos custos.

Art. 5º Os pedidos de eventuais alterações contratuais serão instruídos tecnicamente pela DEMANDADA com observância das determinações do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e submetidos à DEMANDANTE para as providências orçamentárias e financeiras, quando for o caso.

Art. 6º A DEMANDANTE poderá solicitar a DEMANDADA relatórios periódicos ou especiais sobre o processo de contratação e a execução dos serviços.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 7º Não haverá transferência de recursos orçamentários ou financeiros entre a DEMANDANTE e a DEMANDADA.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o termo final do prazo de garantia dos serviços realizados, inclusive a prevista no art. 618 do Código Civil.

Datado e assinado digitalmente.

Camila Mileke Scucato
Secretária de Estado das Cidades

Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

49927/2024

RESOLUÇÃO CONJUNTA
N° 032/2024/SECID-SESP

A Secretária de Estado das Cidades, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 5.706/2024, bem como Resolução nº 022/2023, art. 1º, inciso I, em conjunto com o Secretário de Estado de Segurança Pública, na forma do que dispõe o inciso V e VI do artigo 4°, da Lei Complementar n° 21.352/2023;

Considerando que o artigo 35 da Lei Complementar n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, atribui à Secretaria de Estado das Cidades a competência para:
(i) planejar, coordenar a execução e a fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;
(ii) realizar as atividades de suporte às ações estaduais afetas às obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;
(iii) realizar e prestar apoio na elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, além da fiscalização, do monitoramento e do recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná;

Considerando o contido no Protocolo n° 16.591.721-9 e demais protocolos correlatos ao objeto contratado sob nº 3597/2020- GMS;

RESOLVEM

Art. 1º Estabelecer, de maneira conjunta, diretrizes para atuação coordenada da Secretaria de Estado da Segurança Pública, doravante denominada DEMANDANTE, e da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, doravante denominada DEMANDADA, no planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização do Serviço de Engenharia concernente à:
I - Contratação de empresa especializada para executar a obra de Ampliação da Penitenciária Industrial de Cascavel, sito à Rodovia BR-277, Km 579, Área Industrial, sita no município de Cascavel, Paraná.

Parágrafo único. A presente Resolução Conjunta não se aplica quando for adotado o Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD), de que trata o Decreto Estadual nº 11.180, de 23 de maio de 2022.

Art. 2º O planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de que trata a presente resolução compreende as seguintes etapas:
I – elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela DEMANDANTE, para o que poderá solicitar participação técnica da DEMANDADA;
II – indicação dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo preliminar do Estudo Técnico Preliminar;
III – definição do objeto da contratação, pela DEMANDANTE, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso, para o que poderá solicitar participação técnica da SECID;
IV – elaboração, pela DEMANDADA, do mapa de preços e demais documentos da fase interna da licitação que não estejam atribuídos à DEMANDANTE por esta resolução ou pela legislação em vigor.
V – nova indicação, quando necessário, dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo definitivo no termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;
VI – designação do agente ou comissão de contratação pela DEMANDADA;
VII – elaboração do edital da licitação pela DEMANDADA;
VIII – autorização da licitação pela DEMANDADA;
IX – realização dos atos licitatórios ou dos atos do processo de contratação direta pela DEMANDADA;
X – homologação da licitação e adjudicação pela DEMANDADA;
XI – celebração do contrato pela DEMANDADA;
XII – fiscalização da execução do CONTRATO por fiscal designado pela DEMANDADA.
XIII – gestão do CONTRATO por gestor designado pela DEMANDADA.

§ 1º Observados os procedimentos do Sistema de Gestão de Materiais (GMS) e do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), a DEMANDADA efetuará a descentralização do contrato e seus aditivos ao DEMANDANTE, que ficará responsável pelo empenho, liquidação e pagamento da despesa.

§ 2º A DEMANDADA enviará à DEMANDANTE os documentos necessários ao empenho, liquidação e pagamento, tais como contratos, termos aditivos, notas fiscais, medições e termos de recebimento.

§3º Além das etapas previstas neste artigo, os processos de contratação observarão todas as etapas e formalidades previstas no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e nos Decretos e Instruções Normativas da Secretaria de Estado da Fazenda que regulam a execução da despesa pública.

§ 4º No intuito de evitar problemas de comunicação e transtornos na execução, a DEMANDADA encaminhará eventuais solicitações em relação ao andamento e condução da obra ou serviço ao responsável designado pela DEMANDADA, evitando a intervenção direta junto à contratada, ao fiscal ou ao gestor do contrato.

Art. 3º O apoio técnico da DEMANDADA à DEMANDANTE na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, na definição do objeto da contratação e na instrução de eventuais aditivos será prestado através do seu corpo técnico e incluirá a coordenação da equipe encarregada, quando necessário para cumprir o que determinam os artigos 444 e 451, § 3º, do Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

Parágrafo Único. A aprovação dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência será feita conjuntamente pela DEMANDANTE e pela DEMANDADA.

Art. 4º Caberá:
I - à DEMANDADA a emissão e o pagamento da (s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica e Registro (s) de Responsabilidade Técnica relativas aos procedimentos técnicos realizados.
II – à DEMANDANTE a publicação dos atos previstos em Lei no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, arcando com os respectivos custos.

Art. 5º Os pedidos de eventuais alterações contratuais serão instruídos tecnicamente pela DEMANDADA com observância das determinações do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e submetidos à DEMANDANTE para as providências orçamentárias e financeiras, quando for o caso.

Art. 6º A DEMANDANTE poderá solicitar a DEMANDADA relatórios periódicos ou especiais sobre o processo de contratação e a execução dos serviços.

Art. 7º Não haverá transferência de recursos orçamentários ou financeiros entre a DEMANDANTE e a DEMANDADA.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o termo final do prazo de garantia dos serviços realizados, inclusive a prevista no art. 618 do Código Civil.

Datado e assinado digitalmente.

Camila Mileke Scucato
Secretária de Estado das Cidades

Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

49986/2024

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA - AMEP
PORTARIA N° 48/2024/AMEP

EMENTA: **Limita o uso do Cartão Social, regulamentado pelo Decreto n° 4.975, de 26 de fevereiro de 2024**

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ - AMEP, nomeado pelo Decreto n° 4468/2023, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV do Regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (ANEXO I do Decreto nº 698/1995), em atendimento ao contido no protocolo n° 22.122.602-0

RESOLVE:

Art. 1° Limitar o uso diário em até 04 (quatro) passagens para os beneficiários do Programa Cartão Social.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 09 de maio de 2024.

Gilson de Jesus dos Santos
Diretor Presidente da Amep

49709/2024

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

UEL

PORTARIA N° 1237 – 10/05/2024

A Magnífica Reitora da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo nº 19.355.314-1, em especial o preliminar Parecer Jurídico nº 136/2021 (fls. 55 - 63), seguido do Relatório Final da Comissão Processante (fls. 184 - 223) e os Pareceres Jurídicos nº 608/2021 (fls. 225 – 231); nº 290/2022 (fls. 260 – 263); nº 524/2022 (fls. 290

– 295); nº 144/2023 (fls. 303 – 314a); bem como a Decisão contida nas (fls. 232 - 238); e a nobre decisão do Conselho Universitário (fls 335 – 335a),

R E S O L V E:

I – Diante do trânsito em julgado administrativo, que se proceda as diligências necessárias no Processo Administrativo Disciplinar nº 19.355.314-1, que fora instaurado para apuração de possíveis infrações tipificadas nos IV, V, VI do artigo 171, inciso III, V e XVI do artigo 172, todos do Regimento Geral da Universidade.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro

Reitora

50253/2024

PORTARIA GEFIS Nº 683/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 461/2024 Pregão Eletrônico nº260/2023

Contratada: Roche Diagnostica Brasil Ltda

Objeto: Locação de Conjunto de Analisadores Imunologicos e Bioquimicos, Com Fornecimento de Insumos Para O Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR
Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br

FISCAL
Tipo Contrato Administrativo Servidor Marcell Alysson Batisti Lozovoy Matricula 1335426 E-mail lozovoy@uel.br
Tipo Contrato Administrativo Servidor Elaine Regina Delicato de Almeida Matricula 0514590 E-mail elainedelicato@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,13 Maio 2024

Alcindo Cerci Neto

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

50020/2024

PORTARIA GEFIS Nº 684/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 459/2024 Chamamento Público nº1/2021

Contratada: Fernanda da Silva Julio

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Laboratório, Para O Hospital Universitário -Uel.

GESTOR
Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Airton de Moraes Matricula 0108190 E-mail airtonmoraes@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,13 Maio 2024

Alcindo Cerci Neto

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 685/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 458/2024 Chamamento Público nº1/2021

Contratada: Deisy Mara Lima de Oliveira

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Laboratório, Para O Hospital Universitário -Uel.

GESTOR
Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Airton de Moraes Matricula 0108190 E-mail airtonmoraes@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,13 Maio 2024

Alcindo Cerci Neto

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 686/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 457/2024 Chamamento Público nº1/2021

Contratada: Bruna Gil Aguiar

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Laboratório, Para O Hospital Universitário -Uel.

GESTOR
Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Airton de Moraes Matricula 0108190 E-mail airtonmoraes@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,13 Maio 2024

Alcindo Cerci Neto

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 687/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 456/2024 Chamamento Público nº1/2021

Contratada: Ana Kelly Gonçalves

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Laboratório, Para O Hospital Universitário -Uel.

GESTOR
Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Airton de Moraes Matricula 0108190 E-mail airtonmoraes@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,13 Maio 2024

Alcindo Cerci Neto

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

50186/2024

UEM

PORTARIA Nº 336/2024-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o Edital nº 016/2024-PRH e o contido no protocolo nº 21.605.470-9, resolve,

HOMOLOGAR

O **Resultado Final** do Teste Seletivo realizado pela Universidade Estadual de Maringá, para contratação de professores temporários para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o Edital nº 167/2024-PRH, de 02/05/2024 publicado no Suplemento de Concurso Público do Diário Oficial do Estado nº 11653 de 06/05/2024.

Maringá, 14 de maio de 2024

José Maria de Oliveira Marques

Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

49726/2024

UNESPAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA

O Reitor em exercício da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes **PORTARIAS:**

Portaria nº 650/2024 de 10/05/2024. Art. 1º Cancelar, a Portaria nº 160/2024 de 21 de fevereiro de 2024 que concedeu licença especial à professora Paula Tissiany Viana de Macedo Carneiro, RG nº 9.XXX.956-3/PR, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, na função de Professor Assistente, lotada no Campus de Apucarana.

Edmar Bonfim de Oliveira - **Reitor em exercício**

49602/2024

Secretaria da Cultura

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
RESOLUÇÃO Nº 35/2024 – SEEC

Súmula: Renovação de Entidades Culturais no Programa NotaParaná no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas respectivas atribuições legais, contidas no artigo 47, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e o Decreto Estadual nº 8.249/2017, que trata do Programa NotaParaná, conforme protocolo 21.821.009-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar os Certificados de Entidades Culturais no Programa Nota Paraná, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, emitido em favor das instituições:

I. Associação dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer, CNPJ nº 05.695.855/0001-06;

II. Grupo Folclórico Polonês Mazury, CNPJ nº 04.929.713/0001-95;

III. Instituto Adama, CNPJ nº 08.985.724/0001-43;

IV. Instituto Pegai Leitura Grátis, CNPJ nº 22.660.046/0001-70.

Art. 2º Esta resolução tem vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

Art. 3° Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

50211/2024

Diário OFICIAL Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

RESOLUÇÃO Nº 149/2024 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 021/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Alterar a redação do parágrafo único do art. 4º da Resolução nº 277/2023 - SEDEF, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Será liberado o valor mensal conforme estrutura de cada Centro de Custo, como segue:

CENTRO DE CUSTO	VALOR MENSAL
Núcleo Administrativo Setorial-SEDE	R$ 3.500,00
Núcleo Regional de Campo Mourão	R$ 1.500,00
Núcleo Regional de Cascavel	R$ 3.000,00
Núcleo Regional de Cornélio Procópio	R$ 2.000,00
Núcleo Regional de Curitiba	R$ 1.500,00
Núcleo Regional de Francisco Beltrão	R$ 2.000,00
Núcleo Regional de Guarapuava	R$ 3.000,00
Núcleo Regional de Londrina	R$ 3.000,00
Núcleo Regional de Maringá	R$ 1.500,00

Núcleo Regional de Paranaguá	R$ 1.500,00
Núcleo Regional de Paranavaí	R$ 1.500,00
Núcleo Regional de Ponta Grossa	R$ 3.000,00
Núcleo Regional de Umuarama	R$ 2.000,00

Art. 2º Alterar a redação do art. 12 da Resolução nº 277/2023 - SEDEF, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. As informações de que trata o art. **11** deverão estar disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, de que dispõe o § 2° do art. 174 da Lei n° 14.133/2021, assim que concluído os procedimentos estabelecidos no Manual de Integração, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso e operacionalização.

Art. 3° A prestação de contas deverá ser encaminhada através do sistema *eprotocolo*, conforme modelos de documentos apresentados nos Anexos I a IV da presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

ANEXO I
MODELO DE MEMORANDO

UNIDADE:
Município:
Data:___/___/____
OF. 0000/20____

Ao NFS/SEDEF,

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria a prestação de contas dos recursos por meio de "CARTÃO PAGAMENTO", referente ao período de _____ 2024, para manutenção do Núcleo Regional de XXX no valor de R$ _____ (valor por extenso).

Atenciosamente, ...
Chefe do Núcleo Regional de XXX

ANEXO II
MODELO DE DEMONSTRATIVO DE DESPESAS REALIZADAS

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS

_____/ 20XX

DESPESAS REALIZADAS

MATERIAL DE CONSUMO

Data	Fornecedor	Número Cartão	Nº NF	Descrição	Valor (R$)
				Total Gasto	R$ -

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Data	Fornecedor	Número Cartão	Nº NF	Descrição	Valor (R$)
				Total Gasto	R$ -

ANEXO III
MODELO DE JUSTIFICATIVA

UNIDADE:
Município:
Data:___/___/____

MOTIVAÇÃO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

Assunto: _____
Justificativa da Necessidade de aquisição do objeto
TEXTO
Razão do quantitativo demandado
TEXTO
Motivação para as especificações técnicas exigidas
TEXTO

Atenciosamente,
Chefe do Núcleo Regional de XXX

ANEXO IV
MODELO DE CERTIFICO/ATESTO DIGITAL

UNIDADE:
Município:
Data:___/___/____
Nome do diretor do NR:_____
RG:_____
Certifico e Atesto para os devidos fins a realização de despesas:
Nota Fiscal Nº
Fornecedor
CNPJ
Data da Emissão
Valor do documento
Sr. Chefe: Inserir e assinar eletronicamente no processo.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 153/2024 – SEDEF

Súmula: *Designar servidor para desempenhar a função de Gestor de Termo de Fomento.*

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 021/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor para exercer a função de Gestor da Parceria, em substituição à designada na Resolução nº 148/2023-SEDEF, com as atribuições constantes no art. 69, I, II, III e IV do Decreto Estadual nº 3.513/2016, conforme tabela abaixo:

PROTOCOLO	19.476.130-9
TERMO DE FOMENTO	**Nº 009/2023**
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ** CNPJ Nº 79.698.643/0001-00
GESTOR	**ANDRÉ LEONARDO SEVERO** CPF Nº ***.098.070-**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

49946/2024

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6° andar – Palácio das Araucárias
Curitiba – Paraná
Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social do Paraná
Reunião Ordinária de Abril/2024

Aos dez do mês de abril às duas horas do ano de 2024, se inicia a reunião ordinária da CIB/PR com atenção primária à lista de chamada estando presente os seguintes membros, Renata Mareziuzek dos Santos, Quelen Silveira Coden, Ticyana Paula Begnini, Gustavo Henrique Abboud Pontes, Daniela Severgnini Silva, Paula Cristina Calsavara, Samanta Krevoruczka, Thais Lourenço de Souza Bustamante, Cleusy de Fátima Nascimento, Rubiene de Fatima Costa Pereira, Lucilene Cristiane do Santos Diorio, Anderson Cristian Walter. Com relação aos convidados estiveram presentes Rebekka (SMAS Piraquara).A reunião teve início com a fala da Coordenadora Titular Renata que fez as considerações iniciais. Posteriormente o apoio técnico da comissão Marjorie Cavalheiro, realizou a leitura dos Informes, que se iniciou pelo Cadastro Único e Programa Bolsa Família, onde a Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família apresentou proposta da capacitação, com a descrição das vagas e divisão dos municípios, programação e local, sugerindo o envio de Ofício do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS convidando e reforçando a importância da participação dos Conselheiros Municipais de Assistência Social nessas municipalidades, como encaminhamento houve o envio de ofício aos gestores municipais solicitando apoio na participação nos seminários dos Municípios Prioritários. O próximo ponto de pauta abordou o Encontro FNAS pelo Brasil, explanado pela Coordenadora da CIB que informou que o evento foi promovido pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Governo Federal, onde mais de 300 municípios nos dois dias de evento participaram, e como encaminhamento pactuou-se pela divulgação aos municípios que não participaram do evento os materiais apresentados. Após declaração de ciência pela comissão, houve o informe do Programa de Transferência de Renda – Comida Boa que é repassado nesta CIB bimestralmente, portanto, em março foi gerada nova folha de pagamentos com base nos dados do CadÚnico de extração de 13/01/2024 e folha PBF de fevereiro de 2024. Foram selecionadas 112.498 famílias, sendo emitidos 27.788 novos cartões. A lista de beneficiários é composta por: 69.742 não recebem Bolsa Família 12.704 com crianças ou adolescentes, sendo 8.112 com crianças de até 6 anos; 37 indígenas; 09 quilombolas; 53 com membro resgatado do trabalho escravo; 490 de catadores de material reciclável; 10 com marcação de trabalho infantil. 42.756 recebem o Bolsa Família 42.689 com crianças ou adolescentes, sendo 42.509 com crianças de até 6 anos 589 indígenas; 95 quilombolas; 184 com membro resgatado do trabalho escravo; 833 de catadores de material reciclável; 372 com marcação de trabalho infantil. Estornos e Panorama de Pagamentos: Beneficiários com última recarga de crédito em novembro de 2023 Saldo maior que zero: 39.232 (R$ 5.512.959,44); Saldo de R$ 240,00 – 8.136 (R$ 1.952.819,47); Saldo de R$ 480,00 – 5.273 (R$ 2.747.040,00). Saldos estornados em abril, perfazendo 12% do total da folha sem utilização do benefício. Beneficiários com última recarga de crédito em fevereiro de 2024 Saldo maior que zero: 28.141 (R$ 6.571.399,85); Saldo maior ou igual a R$ 240,00 – 12% - 13.293 (R$ 6.223.072,91). Os saldos que permanecerem serão estornados em junho de 2024. Posteriormente houve o relato da reunião do GT Comida Boa realizado na data de 19 de março de 2024: O referido ponto de pauta foi discutido na última reunião do GT, sendo contextualizado por meio do relato apreciado na reunião plenária de Agosto/2023, lido por Marjorie, em que se dispõe: Programa de transferência de renda estadual foi instituído pela Lei n° 20747/2021 – Cartão Comida Boa e, conforme consta na Lei e no sítio eletrônico da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família – SEDEF: “O benefício tem por finalidade contribuir com a segurança socioassistencial de sobrevivência e renda das famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da concessão de benefício de caráter continuado. O benefício será concedido através de cartão magnético, que terá recarga mensal no dia 25 de cada mês, no valor de R$ 80,00. Não haverá saque do benefício, e sim a utilização direta em supermercados, mercados, empórios e assemelhados credenciados.” Assim, é estabelecido o limite de 112.500 Famílias e, segundo o CENSO 2022, no Paraná são 11,4 milhões de habitantes. Ou seja, as famílias mais afetadas pela miséria são aquelas atendidas pelo Programa Comida Boa, que de acordo com os dados estão em condição de extrema vulnerabilidade e pobreza. Para fins de análise da atualização do valor a ser concedido e restabelecimento do Poder de Compra, foi feito pesquisa para atualização dos valores, conforme se verifica: - INPC - 2021 a 2023 – 11,67% com valor corrigido o cartão passaria para R$ 89,34; - IPCA – 2021 a 2023 – 12,18% com valor corrigido o cartão passaria para R$ 89,74; - O Salário-Mínimo Nacional em 2021 era R$ 1100,00 e em 2023 passou a ser R$ 1320,00, aumento percentual acumulado de aproximadamente 16,66%, com valor corrigido o cartão passaria para R$ 93,32. Com a dissipação do Poder de Compra do Brasileiro ao longo dos anos 2021/2023, e considerando que a diminuição do Poder de Compra atinge, na maior medida, os mais POBRES, as variáveis de atualização para que seja cumprida a própria finalidade do benefício, o Conselheiro Leonardo Lugon indica a necessidade de atualização/reajuste, visando reequilibrar o Poder de Compra do beneficiado para o valor mínimo de R$ 93,32 por cartão. Considerando os dados e parâmetros de seleção e a conclusão lógica de que se tratam das 112.500 famílias mais vulneráveis, sugere-se que seja remetida recomendação aos Municípios em que residem essas famílias e ao Próprio Estado do Paraná para criação de Projetos/Programas específicos para resgate dessas famílias, caso ainda não existam. Como encaminhamento do referido ponto, pactuou-se por encaminhar o relato do último GT Comida Boa. Solicitar ao grupo que sistematizou as propostas sobre transferência de renda da XIV conferência estadual encaminhar material para subsídio do GT. O próximo informe abordou a temática do Piso Único de Assistência Social, onde o Chefe da Divisão de Gestão do SUAS, Gustavo Abboud, informou que no dia 18 de março de 2024 a Divisão de Gestão do SUAS, através do despacho n° 78/2024, encaminhou a Diretoria de Desenvolvimento Social – DIDES minuta de Resolução de habilitação financeira, constando a relação dos 73 municípios que cumpriram com os requisitos dispostos no artigo 1° da Resolução n° 14/2024 do CEAS/PR e, portanto, encontram-se aptos ao recebimento, por lote, da parcela referente ao 1° trimestre de 2024. Desta feita, em 20 de março de 2024 o Sr. Secretário do Desenvolvimento Social e Família editou a Resolução n° 45/2024-SEDEF, que foi publicada no Diário Oficial do Estado, na data de 21 de março de 2024, n° edição 11624. Feito isso, a assessoria técnica do gabinete do secretário devolveu os autos à Coordenação da Política de Assistência Social. A Coordenação da Política de Assistência Social, na data de 01 de abril de 2024, enviou os autos para a DGS solicitando que fosse efetuado pedido de pagamento ao Núcleo Fazendário Setorial. Por fim, Gustavo informa que está finalizando a avaliação do 2° lote de municípios que encontram-se habilitados. Após, será efetuado o pedido de pagamento. Nesse sentido, a CIB pactou pelo encaminhamento aos NRs e CAOPAS/MPPR a relação dos municípios que estão com as pendências apresentadas e orientações, para mobilização. Além da solicitação de apoio ao COGEMAS na mobilização dos municípios, e por último a realização de reunião com o CAOPAS para definir a metodologia de divulgação aos municípios. Finalizado os informes, a Coordenadora da CIB, iniciou a leitura dos pontos que exigiram pactuação de resolução, sendo o segundo ponto da pauta o atendimento de Pessoas em Situação de Rua no Inverno, Renata elucidou que considerando a proximidade do inverno e os impactos causados às pessoas em situação de rua e buscando a elaboração de estratégias que possam ser realizadas pelos municípios para o melhor atendimento dessa população, evitando-se a perda de vidas em decorrência do frio, como presenciado em anos anteriores, a Divisão de Proteção Social Especial apresenta minuta de Deliberação que prevê o repasse de Incentivo

financeiro aos 58 municípios que apresentam as menores temperaturas durante o período do inverno, segundo o Atlas Climático do Paraná (IAPAR/2019). A proposta leva em consideração o registro desse público no Cadúnico, com a previsão de repasses a partir de R$ 20.000,00 até R$ 350.000,00 para atendimento em benefícios eventuais, melhoria, ampliação e adequação do acolhimento institucional, entre outras possibilidades de atuação de acordo com as regulamentações municipais. O montante previsto da deliberação é de R$ 4.180.000,00, oriundos do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON e Fundo Estadual de Assistência Social. Posterior ao momento de explicação, houve a leitura da minuta de resolução que foi aprovada para publicação no DIOE. No mesmo sentido, o terceiro ponto da pauta abordou a ampliação da Deliberação n° 069/2022 do CEAS/PR, onde a Chefe da Divisão de Proteção Social Especial, Paula Calsavara, que explicou que a Deliberação n°069/2022 CEAS PR prevê o repasse fundo a fundo para municípios de pequeno porte I e II, custeando o acolhimento institucional de pessoas com deficiência e/ou idosas. Explicita-se que foram o total de 52 (cinquenta e duas) solicitações que cumpriram os prazos estipulados, no entanto, conforme art.8, § 1º, inicialmente apenas 15 (quinze) metas foram disponibilizadas. Como ocorreram 3 (três) falecimentos, seguindo a ordem cronológica estipulada na deliberação, os municípios que ocupavam as posições 16°, 17° e 18° foram contemplados, portanto, 34 (trinta e quatro) solicitações ficaram pendentes. Em uma primeira análise da DPSE, durante o mês de dezembro de 2023 e janeiro de 2024, foi possível constatar que 4 (quatro) usuários tinham falecido, 03 (três) não necessitavam mais do acolhimento pois voltaram ao núcleo familiar, 24 (vinte e quatro) encontravam-se em instituições de acolhimento, 02 (dois) aguardavam o acolhimento institucional e 01 (um) estava internado em hospital psiquiátrico, tendo o total de 27 (vinte e sete) solicitações pendentes. Posteriormente, foi realizada uma segunda análise para verificar se o perfil dos usuários correspondiam ao público de acolhimento institucional para pessoas com deficiência. Paula destacou que 02 (dois) usuários do SUAS não se enquadraram no perfil de pessoas com deficiência correspondendo o CID do primeiro de Epilepsia (CID 10 G40) e do segundo de Esquizofrenia (CID 10 F20), nos relatórios ambos tinham grau de dependência I, sem dependência de cuidados nas atividades da vida diária. Explicita-se que neste período, houve o falecimento de 01 (uma) usuária, 02 (dois) retornaram ao núcleo familiar, e 01 (um) declinou da vaga visto que o acolhimento já tinha sido realizado pelo município. Posto isto, a DPSE apresenta a minuta de Deliberação, considerando o cofinanciamento para 21 (vinte e uma) metas, a fim de atender a demanda que estava pendente. A técnica, salientou que todos os municípios já fizeram a adesão e plano de ação à Deliberação, mas não foram atendidos à época devido à impossibilidade financeira para custear todas as solicitações. Posterior à explicação houve a leitura da minuta de resolução que foi aprovada para publicação, juntamente com a aprovação de encaminhamento da nota técnica que dispõe sobre as características do acolhimento institucional de pessoas com deficiência aos municípios. Por fim, Coordenação da CIB agradeceu e encerrou a reunião. Esta Ata foi elaborada por Marjorie Elizabeth Zalewski Torres Cavalheiro – Apoio Técnico da CIB/PR.

50242/2024

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6° andar – Palácio das Araucárias
Curitiba – Paraná
Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social do Paraná
Reunião Ordinária de Fevereiro/2024

Aos cinco do mês de fevereiro às duas horas do ano de 2024, se inicia a reunião ordinária da CIB/PR com atenção primária à lista de chamada estando presente os seguintes membros, Renata Mareziuzek dos Santos, Quelen Silveira Coden, Gustavo Henrique Abboud Pontes, Daniela Severgnini Silva Paula Cristina Calsavara, Leonardo Ferreira, Magali Socher Luiz, Thais Lourenço de Souza Bustamante, Roseli Aparecida Godoi Rodrigues, Cleusy de Fátima Nascimento, Claudineia Falcade Scremim Porkote, Rubiene de Fatima Costa Pereira, Maria Vitória Barros Duarte Caleme, Lucilene Cristiane do Santos Diorio, Rosangela Batista da Silva Duarte, Hudson Marcio Moreschi Junior, Anderson Cristian Walter. Com relação aos convidados estiveram presentes Adrianis Galdino (CEAS/PR), Keity Cruz (CAOPAS/MPPR), Priscila Passig (COMESP), Marcus Vinicius Cardoso (COMESP), Elaine Cristina Lima Scantamburlo (DPSB/SEDEF), Leandro Telles da Silva (DPSB/SEDEF), Nadia Bonatto (SMAS/Francisco Beltrão), Manoel Barcellos (DGS/SEDEF, Tiago Fantinel (CPAS/SEDEF). A reunião teve início com a fala da Coordenadora Titular e da Presidenta do COGEMAS, Renata e Rosangela que fizeram considerações sobre a importância das reuniões da CIB, e a Presidenta do COGEMAS/PR aproveitou o momento inicial da reunião para informar sobre o processo eleitoral do colegiado, que elegeu a nova composição para o Biênio 2024/2026 da Diretoria Executiva, e falando sobre as novas representações do Colegiado na CIB. Posteriormente a Coordenadora Renata fez a leitura da pauta que foi apreciada e aprovada. Como primeiro ponto de pauta teve a aprovação do Calendário de Reuniões, onde Renata explicou que geralmente o calendário é aprovado sempre na última reunião do ano anterior, porém devido ao processo eleitoral do COGEMAS e as devidas renovações nas representações na CIB, optou-se por aprová-lo nesta primeira reunião de 2024. Ademais, explicou que o calendário foi pensado considerando as datas da Comissão Intergestores Tripartite, pois interfere devido à participação de alguns membros, sendo as datas Fevereiro: 05/02, março: 05/03, abril: 01/04, maio: 07/05, junho 03/06, julho: 02/07, setembro: 03/09, outubro: 01/10, novembro: 05/11, dezembro: 02/12, sendo pactuado o calendário para 2024, com sugestão de inclusão de link permanente para consulta do mesmo no grupo do WhatsApp. Como segundo ponto de pauta Indicação de representante para composição referente ao Núcleo Estadual de Educação Permanente, foi passada a palavra para o Chefe da Divisão de Gestão do SUAS, que informou sobre a alteração da palavra Núcleo para Comitê, chamando-se Comitê Estadual de Educação Permanente, para que pudesse iniciar a nova configuração com a composição completa foi solicitada a indicação efetiva da CIB, em que foi informado anteriormente sobre a nova composição do colegiado, portanto nesse sentido o Conselho Estadual de Assistência Social por meio do Ofício 170/2023 de 30 de outubro de 2023 solicita a esta CIB, indicação de representante da composição referente ao Núcleo Estadual de Educação Permanente, considerando o Art. 4° do Decreto Estadual n° 11873/2014, o Núcleo Estadual de Educação Permanente desempenha um papel crucial na promoção da formação e capacitação contínuas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, solicitam com isso para efetivação da indicação, os dados: nome completo; RG; telefone, e; e-mail para contato. Na reunião de Dezembro/2023 foi pactuado que diante das eleições do COGEMAS do biênio 2024-2026, houve o retorno da presente pauta, para indicação de membro titular e suplente para compor o NEEP. A Coordenadora, informou que a reunião ocorreria no próximo dia 07, em que foi realizado o convite, para participação independente da indicação nesse primeiro momento, sendo pactuado para a presidente do COGEMAS participar da primeira reunião que acontecerá no dia 07 de fevereiro as 14h00, e posteriormente indicará à equipe qual a composição, e encaminhar os dados para a secretaria executiva do CEEP. O ponto quatro da pauta abordou o estudo sobre a expansão da rede socioassistencial dos Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social, a Coordenadora Renata elucidou sobre a dificuldade de adesão dos municípios na Resolução n.º 109/2023 SEDEF/PR, portanto foi feita uma força tarefa com os municípios para fazerem de plano de ação, projetos estruturais da obra, e outros documentos. Informou que dos quatorze municípios contemplados, quatro já iniciaram suas obras, e estão sendo verificados a sobra de recurso que posteriormente serão verificados os destinos mais adequados. Portanto a Divisão de Proteção Social Básica elaborou o Estudo Técnico que visa a classificação dos municípios conforme porte populacional, com a finalidade de ordenar a priorização para construção de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, nos termos da Resolução n.º 109/2023 SEDEF/PR e outras normativas que venham a ser instituídas, a fim de prover a infraestrutura adequada dos CRAS e CREAS no Estado do Paraná. O técnico Leandro da DPSB, e o Chefe da DPSB realizaram a explanação com base na Metodologia de Score de Valor Crítico. O primeiro slide mostra o Modelo 3D de planta padrão de 206,65 m2 que os CRAS no Estado do Paraná possuem, reforçando sobre essa importância da estruturação visando melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços, no mesmo sentido no segundo slide, mostrou um exemplo de CREAS, do município de Fernandes Pinheiro, com Planta padrão de 206,65 m2. O técnico Leandro elucidou sobre a metodologia utilizada, de Score de Valor Crítico, utilizada atualmente pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que consiste em classificar os municípios conforme os indicadores avaliados, onde o grau de prioridade é definido pela quantidade de vezes que o município apresenta valores críticos, ou seja, abaixo da média em comparação com os demais. Nesse sentido, são os indicadores: o primeiro é a situação do imóvel onde se localiza o equipamento (imóvel alugado ou cedido); o segundo é o Percentual de população inscrita no Cadastro Único (acima da média estadual de 38,92%); o terceiro é o Índice de Desenvolvimento - IDCRAS e IDCREAS (Abaixo de 3); o quarto é o Índice de Desenvolvimento - IDCRAS e IDCREAS Serviços (Abaixo de 3) e o quinto Percentual de população com direitos violados acima da média estadual de 2,83%. Há um critério de desempate para definição de ordem de prioridade, sendo para os CRAS Percentual de população inscrita no Cadastro Único (acima da média estadual de 38,92%), e para o CREAS o percentual de população vitimada atendida nos CREAS (acima da média estadual de 2,83%). Os técnicos elucidaram que escolheram o primeiro indicador, devido as implicações do uso de imóveis locados ou cedidos, que faltam acessibilidade e condições de sigilo inadequadas, possuem lógica da improvisação e sem padrão construtivo, não são compatíveis para execução adequada dos serviços (atividades coletivas, atendimento individual, etc.). A partir deste indicador foram possíveis o levantamento de alguns dados, sendo: municípios com até 20mil habitantes, possuem 64 imóveis em 64 municípios de CRAS, e municípios com mais de 20mil habitantes são 58 imóveis em 41 municípios, já os CREAS nos municípios com até 20mil habitantes foram identificados 38 imóveis em 38 municípios, e municípios com mais de 20mil habitantes são 50 imóveis em 38 municípios. Leandro explanou sobre á escolha do segundo indicador do percentual de população inscrita no Cadastro Único, que é Instrumento do Governo Federal que permite identificar a população em situação de pobreza em todo o país. Atualmente é a porta de entrada para mais de 20 programas sociais do Governo Federal. Nesse indicador foram identificadas 4.455.086 pessoas cadastradas no Cadastro Único, pessoas em situação de Pobreza (renda per capita até R$218) são 1.522.434 pessoas, as pessoas em situação de baixa renda (renda per capita até ½ salário mínimo) são 1.280.036 pessoas, já a população com renda per capita acima de ½ salário mínimo são 1.652.616 pessoas (Fonte: MDS/Relatório de Informações Sociais - dez. 2023). Dentro desse critério identificou-se os municípios que ficam acima da média estadual de 38,92%, que no caso dos CRAS são os municípios com

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

até 20mil habitantes, 52 imóveis em 52 municípios, e municípios com mais de 20 mil habitantes são 25 imóveis em 19 municípios, e no caso dos CREAS municípios com até 20mil habitantes são 35 imóveis em 35 municípios, e 25 imóveis em municípios com mais de 20 mil habitantes em 24 municípios. O terceiro indicador que são os Índices de Desenvolvimento (abaixo de 3), foi elucidado que os mesmos foram criados em 2008 pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), consolidando um esforço para aprimorar as ações de monitoramento do SUAS, e tem o objetivo de mensurar, de uma maneira sintética, a qualidade dos serviços ofertados no âmbito dos CRAS. Os índices são calculados a partir de três dimensões e possuem cinco níveis de desenvolvimento, onde o nível 05 representa a situação que mais se aproxima dos padrões de qualidade desejáveis. Os ÍDS são divididos por níveis sendo insatisfatório 00 e 2.9, bom 04 e 05 e aceitável 03 e 3.9. Nesse sentido foram identificados alguns dados com esse indicador, sendo que no caso dos CRAS são os municípios com até 20mil habitantes 06 imóveis em 06 municípios, e municípios com mais de 20 mil habitantes são 16 imóveis em 12 municípios, e dos CREAS os municípios com até 20mil habitantes possuem 22 imóveis em 22 municípios, e municípios com mais de 20 mil habitantes são 17 imóveis em 15 municípios. Na mesma ótica, informou-se sobre o quarto indicador, em índices de desenvolvimento na dimensão serviços que foi eleita devido a precarização e dificuldades decorrentes dos efeitos da pandemia, sendo necessário portanto uma retomada e fortalecimento dos serviços ofertados. São os dados deste indicador: os CRAS dos os municípios com até 20mil habitantes são 09 imóveis em 09 municípios, e municípios com mais de 20 mil habitantes são 17 imóveis em 12 municípios, já os CREAS dos os municípios com até 20 mil habitantes são 12 imóveis em 12 municípios, e municípios com mais de 20 mil habitantes são 19 imóveis em 16 municípios. O último indicador que é o percentual da população vitimada atendida, que é a população que tenha alguma situação de vulnerabilidade e violência, a Chefe da Divisão de Proteção Social Especial, explicou a respeito das diferentes vulnerabilidades e violência mais identificadas, que são preenchidos no RMA do CREAS e foram levantados todas as ocorrências sendo produzida uma média estadual dos CRAS dos os municípios com até 20mil habitantes que são 33 imóveis em 33 municípios, e municípios com mais de 20 mil habitantes são 14 imóveis em 14 municípios. As gestoras municipais de Pinhais e Bocaiuva do Sul questionaram a respeito dos municípios que não possuem CREAS, que executam a gestão da Proteção Social Especial em departamento específico na Secretaria Municipal de Assistência Social, onde Paula elucidou que estão sendo priorizados municípios que possuem a estrutura CRAS e CREAS, visando melhorar a estrutura física em relação à própria unidade dos que já possuem, os municípios que não possuem instaurados são parte do próximo passo, que é a expansão do serviço nos municípios, sendo feito analise dos municípios que não tem CREAS e que tenham a situação de violação de direitos ampla e necessitaria da implementação do serviço. Por fim como conclusão teve a apresentação do Diagnóstico Final, metodologia para construção de CRAS Score de valor crítico, sendo divididos em: altíssima prioridade 4 valores críticos, alta prioridade 3 valores críticos, média prioridade 2 valores críticos, baixa prioridade 1 valor crítico, no caso dos CREAS será utilizada a mesma lógica porém com valores diferentes sendo altíssima prioridade 5 valores críticos, alta prioridade 4 valores críticos, média prioridade 3 valores críticos, baixa prioridade 1 ou 2 valores críticos. Nesse panorama, foram identificados nos municípios com até 20mil habitantes: altíssima prioridade: 8, alta prioridade: 16, média prioridade 35, baixa prioridade 05, já nos municípios com mais de 20 mil habitantes são de altíssima prioridade: 4, alta prioridade: 15, média prioridade 22, baixa prioridade 17. Posteriormente foi informado sobre o panorama geral dessa metodologia para os CRAS sendo altíssima prioridade: 12, alta prioridade: 31, média prioridade 57, baixa prioridade 22, sendo 122 CRAS que funcionam em estruturas alugadas ou cedidas. Com relação aos CREAS, foram identificados nos municípios com até 20mil habitantes: altíssima prioridade: 7, alta prioridade: 13, média prioridade 17, baixa prioridade 01, já nos municípios com mais de 20 mil habitantes são de altíssima prioridade: 2, alta prioridade: 7, média prioridade 14, baixa prioridade 27. Posteriormente foi informado sobre o panorama geral dessa metodologia para os CRAS sendo altíssima prioridade: 9, alta prioridade: 20, média prioridade 31, baixa prioridade 28, sendo 88 CRAS que funcionam em estruturas alugadas ou cedidas. Posteriormente à apresentação, foi sugerida a pactuação do estudo por meio resolução da CIB, contendo no anexo I da Resolução a classificação de municípios, que deve ser revisto a cada 02 anos, considerando possíveis mudanças nos valores dos indicadores avaliados. O conselheiro estadual Adrianis Galdino, faz suas considerações, atentando aos gestores no sentido dos imóveis que são cedidos, que é importante ser verificada se não ha possibilidade de transferência do imóvel ao órgão gestor municipal, para devida execução do serviço. Seguido da leitura completa da resolução, foi pactuada a minuta de resolução. O quinto ponto de pauta abordou a proposta de ampliação para 12 municípios do Piso Único de Assistência Social – PAS, portanto foi apresentado pela Coordenadora a minuta de Resolução que visa pactuar a expansão de municípios e a ampliação de valores do PAS, por meio da transferência dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social. Informou também sobre a alteração dos portes municipais que se configuram em Municípios de Pequeno Porte I - valor anual de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), Municípios de Pequeno Porte II - valor anual de R$ 100.000,00 (cem mil reais), Municípios de Médio Porte - valor anual de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), Municípios de Grande Porte I - valor anual de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e Municípios de Grande Porte II - valor anual de R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais). A Coordenadora, fez a leitura dos municípios que foram contemplados, e procedeu para a pactuação da minuta de Resolução. Na sequência, foram repassados os informes, sendo primeiramente o relato permanente do Programa Estadual de Transferência de Renda – Comida Boa, sendo feita a leitura pelo apoio técnico da CIB em que se dispõe, o crédito dos benefícios para a folha de pagamentos do mês de janeiro de 2024 foi efetuado normalmente no dia 25 de janeiro para as 112.500 famílias no montante de R$ 9 milhões. Em dezembro de 2023 houve o estorno de saldo de 54.451 beneficiários, no montante de R$ 4.951.910,80, referente aos beneficiários de junho a agosto, que não constaram na folha de pagamento de setembro e que não utilizaram os valores creditados até o início de dezembro de 2023. Na intenção de amenizar os estornos e garantir que o benefício chegue aos beneficiários, no dia 01 de fevereiro de 2024 foi enviado e-mail aos Núcleos e Instâncias Regionais e para a lista de gestores e responsáveis pelo Comida Boa no município com a lista de beneficiários que tem saldo em conta acima de R$ 160,00 e pode utilizá-los. Nesta semana estarão sendo enviados SMS aos beneficiários com aviso do benefício disponibilizado. São 79.116 beneficiários dos 399 municípios. A lista teve o saldo do dia 29 de janeiro e conteve o nome do beneficiário, o número do cartão, o município, data da última vez que utilizou o cartão e data da emissão do cartão. O e-mail reforçou a necessidade de busca ativa, também em parcerias com saúde e educação para a localização dos beneficiários, assim como a ação sobre o CadÚnico (atualização / exclusão) que é a base que gera os benefícios. Também foi lembrado aos municípios que os cartões que estão nos CRAS e que foram recebidos em junho de 2023, cujos nomes não se encontram na listagem enviada podem ser descartados. No fim da leitura, foi sugerido o repasse de informações sobre o programa de forma bimestral, sendo acatado pela comissão, e subsequentemente foi abordado sobre o próximo ponto de pauta que versou sobre a indicação do Grupo de Trabalho que discute o referido Programa. O conselheiro estadual Adrianis, levanta aos gestores municipais sobre a importância da pauta, devido à pertinência deste programa de transferência de renda, e contextualizou sobre as discussões passadas nessa comissão. Portanto conforme solicitação do CEAS/PR, considerando a previsão de reunião pactuada anteriormente, para ocorrer em fevereiro/2024, a CIB/PR deverá indicar dois representantes. Como próximo informe, o técnico Gustavo da DGS elucida sobre o panorama de implementação do Piso Único de Assistência Social, onde a Divisão de Gestão do SUAS em parceria com a Gestão de Fundos realizou o monitoramento acerca da inserção dos extratos de dezembro de 2023 dos pisos que os municípios já recebiam e, dos 387 municípios contemplados, somente 4 deixaram de fazer a inserção dentro do prazo estipulado pela Deliberação n° 066/2023 do CEAS/PR. Os municípios que não cumpriram o prazo legal e não se encontram aptos ao recebimento da primeira parcela do PAS/2024 são o seguintes: Imbau, Santa Maria do Oeste, Antonina e Palmas. Informamos que é necessária a regularização destas pendências para que os municípios acima elencados possam receber a 2° parcela do cofinanciamento em 2024. Além disso, ressaltamos que Gestão do SUAS iniciou o monitoramento sobre a inserção dos extratos de janeiro/2024, que se encerra no dia 10 de fevereiro de 2024. Ademais, destaca-se que a Gestão de Fundos procedeu com abertura das contas do PAS e repassou todas as informações sobre agência, conta e termo de acesso via e-mail. Após a abertura das contas, é necessário que os municípios façam a transferência dos recursos remanescentes para a conta nova. Importante que esta etapa seja cumprida dentro do prazo estipulado na Deliberação n° 066/2023 do CEAS/PR, que se finda no dia 29 de fevereiro de 2024. Consecutivamente à ciência da comissão sobre o panorama, houveram alguns questionamentos sobre a conta no banco, que foi explanado por Renata. A chefe da DPSE Paula, informou sobre o próximo informe que é o panorama da Adesão da Deliberação 072/23 – CEAS/PR - Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência, que dos 13 municípios beneficiados com a Deliberação 072/2023 do CEAS/PR e Resolução 011/2023 da CIB 7 municípios realizaram a adesão e finalizaram o Plano de Ação no SIFF, totalizando 13 vagas regionalizadas, com valor total a ser repassado de R$ 780.000,00 ao ano, apresentando uma planilha dividida por Município /Adesão Número de total vagas regionalizadas escolhidas e Valor anual, sendo respectivamente na ordem apresentada: Colombo – 2 - R$ 120.000,00, Curitiba Gov – 3 - R$ 180.000,00, Foz do Iguaçu – 2 - R$ 120.000,00, Guarapuava – 2 - R$ 120.000,00, Irati – 2 - R$ 120.000,00, Ponta Grossa – 1 - R$ 60.000,00, Rio Negro – 1 - R$ 60.000,00, o total são 13 vagas totalizando R$ 780.000,00. Os municípios de Arapongas, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Londrina e São José dos Pinhais não aderiram por atenderem somente a demanda local ou porque ainda precisam aprimorar a estrutura do serviço. Como último ponto de pauta, houve a explanação do panorama das inscrições da pós-graduação de Medida Socioeducativa, onde informa-se que o prazo para inscrição dos candidatos da Especialização/EAD foi prorrogado até o dia 09/02/2024. Até o momento foram recebidas 300 inscrições das 450 vagas disponibilizadas, neste sentido, a SEDEF tem reiterado a oferta de vagas aos municípios, ampliando a participação das inscrições com indicação dos profissionais da política de saúde e educação visando o fortalecimento das comissões municipais do SINASE, bem como, ofertando vagas remanescentes para sistema de garantia de direitos (conselhos e representantes atuantes nos mesmos: MP, Defensoria Pública, OAB, TJ). Paula informou sobre o cronograma atualizado do processo de seleção das inscrições, sendo: recebimento das inscrições (15/01/2024 a 09/02/2024), o prazo de análise da comissão de seleção (14/02/2024 a 16/02/2024), o prazo para correção dos inscritos (16/02/2024 a 20/02/2024) e publicação do resultado das inscrições homologadas que é no dia 22/02/2024. Por fim, houveram agradecimentos por parte da diretoria executiva do COGEMAS/PR e Coordenação da CIB. Esta Ata foi elaborada por Marjorie Elizabeth Zalewski Torres Cavalheiro – Apoio Técnico da CIB/PR.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6° andar – Palácio das Araucárias
Curitiba – Paraná
Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social do Paraná
Reunião Ordinária de Março/2024

Aos cinco do mês de março às duas horas do ano de 2024, se inicia a reunião ordinária da CIB/PR com atenção primária à lista de chamada estando presente os seguintes membros, Renata Mareziuzek dos Santos, Ticyana Paula Begnini, Daniela Severgnini Silva Paula Cristina Calsavara, Leonardo Ferreira, Magali Socher Luiz, Roseli Aparecida Godoi Rodrigues, Claudineia Falcade Scremim Porkote, Rubiene de Fatima Costa Pereira e Anderson Cristian Walter. Com relação aos convidados estiveram presentes Keity (CAOPAS/MPPR), Marcus (COMESP), Daniela (COMESP), Nadia Bonatto (Secretaria Municipal de Assistência Social de Francisco Beltrão), Carla e Daniela (SMAS Colombo), Adrianis (CEAS/PR), Tamires Araujo (CPAS/SEDEF), Marina Roveda (SEDEF), Isabela Vaz (CPAS/SEDEF), Ana Paula (DPSB/SEDEF). A reunião teve início com a fala da Coordenadora Titular e da Presidenta do COGEMAS, Renata e Rosangela que fizeram considerações iniciais, informando a inversão de pauta dos informes devido à apresentação da Divisão de Proteção Social Básica, que foi realizada pela técnica e representante da gestão estadual na CIB. Portanto como primeiro ponto dos informes do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, Magali informou sobre as ações de qualificação cadastral de 2024, a publicação da Instrução Normativa Conjunta nº 05, de 04 de janeiro de 2024 da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que define os públicos, procedimentos operacionais, cronograma e repercussões nos programas sociais relativos à Ação de Qualificação do Cadastro Único de 2024, que engloba os processos de Averiguação Cadastral e Revisão Cadastral, voltados para famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), bem como do Informe Cadastro Único nº 32, 08 de janeiro de 2024 do MDS, que informa o início das ações de Qualificação Cadastral de 2024. Posteriormente Magali fala sobre o panorama de averiguação cadastral no Paraná em 2024, que são 64.933 (sessenta e quatro mil e novecentos e trinta e três) famílias nessa situação, sendo 153 beneficiárias do PBF com indicativo de pensionista ou servidor público federal, estadual ou municipal, 2575 não beneficiárias do PBF com indicativo de pensionista ou servidor público federal, estadual ou municipal, 11.313 beneficiárias do PBF com divergência em outras bases do Governo Federal, 6.568 não beneficiárias do PBF com divergência em outras bases do Governo Federal, 17.098 unipessoais beneficiárias PBF, 14.074 unipessoais beneficiárias PBF, 13.352 unipessoais não beneficiárias PBF. Magali falou posteriormente sobre o cronograma de averiguação cadastral de 2024, contendo na exposição os cancelamentos, as mensagens, bloqueios e exclusão. No próximo slide, houve o informe dos critérios das famílias inseridas no processo e tiveram o cadastro atualizado em: Outubro de 2019 a dezembro de 2020 – beneficiárias BPF/BPC/TSEE foram 42.553 famílias, em Janeiro de 2021 a Junho 2021 - beneficiárias BPF/BPC/TSEE foram 34.797 famílias, em Julho 2021 a Setembro de 2021 - beneficiárias BPF/BPC/TSEE foram 22.297 famílias, em Outubro de 2021 a Dezembro 2021 - beneficiárias BPF/BPC/TSEE foram 28.899 famílias, em Outubro 2019 a Dezembro 2020 – não beneficiárias foram 94.525 famílias, totalizando 223.071 famílias. Magali informou sobre o cronograma de revisão cadastral, elucidando que no terceiro mês de bloqueio há o cancelamento, portanto para não influenciar na próxima folha de pagamento em abril, a revisão de março já foi encerrada. O publico de famílias que no ano de 2022 tiveram alteração de renda, excluiriam um membro que influenciou na alteração da renda, é o publico que o município tem que fazer revisão cadastral conforme estabelecido como obrigatoriedade. Portanto informou que nos casos que o município esteja com situações excepcionais de emergência e calamidade ou enfrentar situações de violência ou ameaça que impeçam a realização da visita ao domicílio deverá obrigatoriamente preencher o Questionário de impossibilidade de Visita Domiciliar disponível no Portal do cadastro Único, em que recomenda-se à gestão municipal adicionalmente elaborar parecer descrevendo a situação enfrentada, elaborado por servidor público vinculado à gestão do Cadastro Único, as situações podem variar sendo uma das opções a situação de calamidade pública, ou impedimento de chegada ao domicílio, no ano passado o Governo Federal ampliou por meio de valor adicional para realização do trabalho de visita domiciliar. A técnica elucidou sobre o processo paralelo ao de revisão cadastral, com os municípios que estão com pendência na Prestação de Contas do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD/M-PBF, de Prestação de Contas, que houveram ações de apoio técnico como e-mail, informações técnicas, ofícios, reuniões on-line pela Secretaria do Desenvolvimento Social e Família do Estado do Paraná e Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, restando ainda três municípios para regularização. No mesmo sentido, os municípios com pendência na prestação de Contas na aba Gestão em 2022, que tiveram prazo estipulado para regularização do Conselho e Gestão até o dia 29 de fevereiro de 2024, totalizam em 27 municípios. A técnica informou sobre outro processo paralelo iniciado pelo Governo Federal que são os indicadores Municípios Prioritários (MUPs), onde a seleção dos municípios é realizada pela SENARC por meio da metodologia de classificação de Score de Valor Crítico envolvendo a mensuração de seis indicadores, sendo eles taxa de Atualização Cadastral média de janeiro a dezembro de 2023, taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar média do acompanhamento bimestral em 2023, taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde média dos dois últimos 2 semestres 2 º sem/ 2022 e 1 º sem/ 2023,execução dos Recursos do IGD M Parcelas em conta Saldo em conta corrente em dezembro de 2023 /último valor recebido do IGD-M até dezembro de 2023, taxa de Unipessoais no Programa Bolsa Família Percentual famílias unipessoais no Programa, no município, em dezembro de 2023 e aapacidade de atuação na gestão de benefícios Relação entre usuários SIBEC existentes no municípios usuários SIBEC recomendados para o município, em dezembro de 2023. Ademais, a representante explicou que os municípios são classificados em cada indicador, conforme o desempenho do município, ele recebe uma pontuação, aqueles com situações mais críticas (mais graves) recebem o Score de 16 pontos no indicador, aqueles em melhor situação recebem o Score de 1 pontos no indicador, ja aqueles em posição intermediária recebem o Score de 4 pontos no indicador, considerando a pontuação obtida em cada um dos seis indicadores, são classificados como Municípios Prioritários aqueles que alcançam um Score total maior ou igual a 45 pontos. Magali destaca que, para atingir essa pontuação, ele deve ter sido classificado na situação mais crítica em, pelo menos, dois indicadores. Ainda, na taxa de atualização cadastral são divididos o score conforme os seguintes critérios: 10% maiores médias – primeiro decil da distribuição estadual – score valor 1, 80% médias intermediárias – oito decis intermediários da distribuição estadual – score valor 4, 10% menores médias – último decil da distribuição estadual – score valor 16, e assim sucessivamente para taxa de acompanhamento da frequência escolar e atualização agenda da saúde. Quanto ao recurso do IGD são: municípios com saldo de até sessenta mil reais ou com até seis parcelas em conta – score valor 1, municípios com saldo maior que 6 até 18 parcelas em conta – score valor 4, e, municípios em mais de 18 parcelas em conta – score valor 16. Com relação a taxa de unipessoais no Programa Bolsa Família, são: município com taxa de unipessoal em dezembro de 2023 menores ou iguais a 16% - score valor 1, municípios com menos de 500 famílias e taxa de unipessoais maior que 16% ou município com qualquer número de famílias que tiver a taxa de unipessoais entre 16 e 25% - score valor 4, e, municípios com uma taxa de unipessoais menor que 25% e com um número total de famílias beneficiárias maior ou igual a 500 – score valor 16. Já na capacidade de atuação na gestão de benefícios são: 10% maiores – primeiro decil da distribuição estadual – score valor 1, 80% intermediários– oito decis intermediários da distribuição estadual – score valor 4, 10% menores – último decil da distribuição estadual – score valor 16. No próximo slide, Magali apresentou municípios com score crítico que alcançaram pontuação 16, sendo dividido em índice, número de municípios e indicador, sendo nessa ordem: Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar – TAFE – 16 municípios - Taxas entre 0,62 a 0,78, taxa de Atualização Agenda Saúde - TAAS - 18 municípios - Taxas entre 0,53 a 0,72, Taxa de Atualização Cadastral – TAC – 18 municípios - Taxas entre 0,67 a 0,77, Saldo IGD-M/PBF – 69 municípios - entre 18 e 76 parcelas em conta, Beneficiárias PBF – Unipessoal – 7 municípios - Entre 26% a 32,5% na folha de pagamento PBF, Capacidade de gestão do SIBEC – 75 municípios - Entre 50% a 16% de profissionais usuários do SIBEC recomendados (de 75 municípios - 63 são pequeno porte 1). Posteriormente Magali informou sobre o Panorama dos municípios prioritários no Programa Bolsa Família no Paraná, sendo 02 municípios de Grande Porte, 10 unicípios de Pequeno Porte II, 10 municípios Pequeno Porte I, e 74 municípios Pequeno Porte I. Aproveitou a oportunidade para informar sobre as capacitações que estão sendo previstas no ano de 2024, portanto é o cronograma: a capacitação de instrutores que ocorrerá nos dias 18 a 22/03/2024 e 22 a 26/04/2024, em Curitiba, para os profissionais dos núcleos regionais e municípios parceiros ou com

grande demanda de capacitação de entrevistadores para atuarem como multiplicadores do Curso de Formulários do Cadúnico., com 60 vagas e duas turmas totalizando 40 horas. A capacitação dos formulários do Cadastro Único que ocorrerá em 19 a 22/03/2024 em Apucarana, dias 09 a 12/04 em Curitiba, dias 16 a 19/04 em Paranavaí, para profissionais municipais que realização a entrevista com as famílias, com 90 vagas, 3 turmas totalizando 32 horas de carga horária. A realização do Seminário dos Municípios Prioritários, que ocorrerá nos dias 14 e 15 e 16 e 17/05/2024 em Curitiba para gestores e técnicos da Assistência Social, Saúde e Educação do PBF, Financeiro e Conselho Municipal de Assistência Social de 86 municípios identificados como prioritários para apoio técnico, com 470 vagas, 2 turmas, totalizando 16 horas de carga horária. Capacitação do Sistema do Cadastro Único V7, que ocorrerá de 07/05 a 12/06/2024, em Curitiba para os operacionalizadores municipais do sistema do Cadastro Único – V7, com 125 vagas, 05 turmas, totalizando 16 horas. Por último a capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão – SIBEC que ocorrerá em abril nos dias 02/04 a 19/06/2024 em Curitiba, para os operacionalizadores municipais do sistema – Gestão benefícios PBF, com 300 vagas, 12 turmas, totalizando 16 horas de carga horária. Posteriormente ao cronograma, a técnica informou sobre ações previstas na Portaria MDS nº 954, de 29 de dezembro de 2023, dos municípios com decreto de situação de emergência ou estado de calamidade, informou como os municípios devem solicitar ações especiais de pagamento do programa bolsa família, onde as ações são autorizadas mediante ofício e e-mail, onde a gestão local deve enviar ofício para a coordenação estadual do Programa Bolsa Família, com o Decreto estadual ou federal que reconhece ou homologa a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, do município

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

afetado, caso a situação de calamidade permaneça após o período de dois meses, é necessário o envio de uma nova solicitação. Informou que o prazo para validação das ações iniciais é de dois meses, a respeito do pagamento informa que a liberação do pagamento para todas as famílias beneficiárias do município afetado logo no primeiro dia do calendário, a autorização para saque sem cartão e sem uso de documentos (para beneficiários que os tenham perdido), com uso da Declaração Especial de Pagamento emitida pela gestão municipal válida por 30 dias, com relação as agências da caixa a portaria estabelece sobre a disponibilidade de unidade itinerante de pagamento nos casos em que aconteceu algum problema com as agências, e, ficam prorrogados os prazos para atualização cadastral e repercussão nos benefícios do Bolsa Família. Por último, Magali informou o panorama dos municípios que estão com ações especiais para pagamento do PBF, que são 12 municípios no total. Finalizado a apresentação, foi o encaminhamento o compartilhamento com os membros da CIB/PR e CAOPAS/MPPR, conjuntamente com a base de dados MUPs. O próximo ponto de pauta foi explanado pela Coordenadora da CIB, Renata Mareziuzek, conforme deliberado, foi estabelecido um cronograma de ações para cumprimento dos municípios, onde no ano de 2024 ficaram estabelecidas 3 fases, a coordenadora informou que alguns municípios não conseguiram concluir e que terão alteração no recebimento do recurso, a consolidação do relatório de identificação dos municípios regulares, e os que não conseguiram fazer a transição de contas. Estão aguardando o retorno do Banco do Brasil para apresentação do relatório na CIB, o plano de ação estará aberto a partir do dia 06 de março de 2024 à 04 de maio de 2024 (60 dias), para fazer o plano de ação e adesão, sendo os municípios já contemplados e 76 municípios que tiveram ampliação de valores, devendo fazer as devidas alterações. Por último informou que será trazido nas próximas reuniões o panorama do preenchimento do plano de ação. O quinto ponto de pauta abordou a pauta conjunta entre CIB, Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social e Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná (COMESP), sobre os Serviços Regionalizados de Acolhimento na modalidade Família Acolhedora e para Mulheres em Situação de Violência. Nesse sentido, a explanação realizada pela diretora do COMESP, Daniela Cavalcanti, que contextualizou sobre as articulações que foram feitas entre a COMESP e os gestores municipais de assistência social da região metropolitana de Curitiba, na Câmara Técnica, que gerou a sugestão de implantação do Serviço Regionalizado de Acolhimento na Modalidade Família Acolhedora. Como desdobramento da pauta houve a definição de data para realização do Grupo de Trabalho Consórcios, sendo marcado para o dia 20 de março as 9h30 com a composição atual da CIB e COMESP. Ademais, para revisão da nota técnica sobre consórcio na reunião do GT, e atualização do estudo de famílias acolhedoras no Estado do Paraná, realizado em junho/2023 para ser apresentado na reunião do GT. O sexto ponto de pauta foi explanado por Renata, que abordou o Encontro FNAS pelo Brasil, promovido pelo Governo Federal e Fundo Nacional de Assistência Social, nos dias 25 e 26 de março de 2024 presencialmente na UNIBRASIL (Curitiba/PR), haverá neste encontro a explanação sobre o Piso Único de Assistência Social. O mesmo foi dividido em duas turmas foram divididas entre os dois dias, um dia destinado aos municípios próximos à capital e outro dia para o restante do Estado. As inscrições estarão abertas nesta semana, destinadas aos técnicos da assistência social, e profissionais do setor financeiro (contador) e planejamento do município, com possibilidade de abertura de mais vagas para os municípios que compõem o COGEMAS. Posteriormente à declaração de ciência da pauta, houve o último ponto de pauta, abordado pelo Chefe da Divisão de Proteção Social Básica, Leonardo Ferreira, que informou que o programa estava em responsabilidade da Coordenação da Política da Criança e do Adolescente, e houve o reordenamento para a Divisão de Proteção Social BásicaParecer da CIB: Ciente. Por fim, houveram agradecimentos por parte da diretoria executiva do COGEMAS/PR e Coordenação da CIB. Esta Ata foi elaborada por Marjorie Elizabeth Zalewski Torres Cavalheiro – Apoio Técnico da CIB/PR.

50240/2024



Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

EDITAL TC Nº 026/2024 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 141813/2021-SID 17.718.686-4/Kened Severino Afonso - CPF/CNPJ: 030.164.589-26 - Aplicação: Programa Proteção do Solo – Projeto: SID 16.989.345-4;

AIA 146223/2022-SID 19.378.113-6/Eliane Ferreira Rodrigues - CPF/CNPJ: 024.925.739-40 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 161106/2023-SID 20.703.404-5/Claudinei da Silva Melo - CPF/CNPJ: 026.765.959-89 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 132088/2021-SID 18.401.295-2/Município de Ivaiporã - CPF/CNPJ: 75.741.330/0001-37 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6;

AIA 161272/2023-SID 20.937.690-3/Marcelo Martin de Souza - CPF/CNPJ: 030.996.479-26 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 144807/2022-SID 18.638.866-0/Fernando Scheletter - CPF/CNPJ: 807.204.639-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 163517/2023-SID 20.959.442-0/Hilário Kissel - CPF/CNPJ: 982.782.409-06 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 163515/2023-SID 20.959.219-3/Hilário Kissel - CPF/CNPJ: 982.782.409-06 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 142462/2021-SID 17.954.520-9/Clóvis do Carmo - CPF/CNPJ: 527.395.329-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 127598/2021-SID 18.246.185-7/Industrias Reunidas Cristo Rei LTDA - CPF/CNPJ: 75.875.781/0001-67 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 127600/2021-SID 18.246.214-4/Industrias Reunidas Cristo Rei LTDA - CPF/CNPJ: 75.875.781/0001-67 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 132797/2022-SID 18.976.028-0/Município de Vera Cruz do Oeste - CPF/CNPJ: 78.101.821/0001-01 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 131597/2022-SID 19.664.721-0/Macedo Comércio de Combustíveis Ltda - CPF/CNPJ: 21.543.656/0001-20 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 141115/2021-SID 17.845.508-0/Adriel Luiz de Oliveira - CPF/CNPJ: 087.139.839-70 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 132124/2021-SID 18.452.323-2/Jpeç Ghisoni - CPF/CNPJ: 972.947.999-20 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-3;

AIA 148768/2023-SID 20.322.736-1/Celso Cortina - CPF/CNPJ: 524.524.849-20 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 147091/2022-SID 19.690.273-2/Jair Reis - CPF/CNPJ: 202.037.809-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 145282/2022-SID 18.922.122-3/André Soares dos Santos - CPF/CNPJ: 069.972.839-85 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 139980/2020-SID 16.994.997-2/Cleber Henrique dos Santos - CPF/CNPJ: 008.976.769-12 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6;

AIA 138468/2020-SID 16.669.446-9/Gilberto Bozzi Melendi - CPF/CNPJ: 702.061.989-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

Curitiba, 10 de maio de 2.024

49600/2024

EDITAL TC Nº 027/2024 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 129066/2023-SID 21.398.298-2/Agropecuária Nossa Senhora Aparecida SS Ltda - CPF/CNPJ: 10.727.418/0001-59 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 121617/2020-SID 16.357.188-9/Ana Clara Franzner Chiodini - CPF/CNPJ: 006.219.329-57 - Aplicação: Programa Sinais da Natureza – Projeto: SID 16.747.060-2;

AIA 123045/2019-SID 16.029.055-2/Andreico Dalla Rosa - CPF/CNPJ: 044.621.709-38 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.484-0;

AIA 162132/2023-SID 20.699.183-6/Boleslau Dibax Piotrowski - CPF/CNPJ: 178.225.569-91 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9;

AIA 133865/2023-SID 20.079.612-8/Indústria de Papel e Papelão Simone Ltda - CPF/CNPJ: 80.222.672/0002-61 - Aplicação: Programa Proteção do Solo – Projeto: SID 16.989.345-4;

AIA 130231/2021-SID 17.794.987-6/Avelino Badotti Neto - CPF/CNPJ: 021.431.119-83 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.484-0;

AIA 149172/2023-SID 20.504.865-0/Benhur Tonial - CPF/CNPJ: 911.401.539-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 147989/2023-SID 19.997.101-8/Aline dos Santos Teodoro Me - CPF/CNPJ: 36.223.699/0001-04 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 133859/2022-SID 19.862.228-1/Lar Lapeano de Saude LTDA - CPF/CNPJ: 75.189.597/0001-63 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 128651/2021-SID 18.038.138-4/Vanessa Rosa de Souza - CPF/CNPJ: 061.078.739-02 - Aplicação: Programa Proteção do Solo – Projeto: SID 16.989.345-4;

AIA 128269/2021-SID 18.167.602-7/Dalmavel - Indústria e Comércio de Generos Alimentícios - CPF/CNPJ: 03.373.709/0001-20 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.352-2;

AIA 133686/2022-SID 19.627.541-0/Abatedouro de Bovinos Lagoa Grande LTDA - CPF/CNPJ: 01.562.539/0001-05 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 138838/2020-SID 16.745.347-3/Armando Augusto Cruz - CPF/CNPJ: 297.561.388-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 133344/2023-SID 20.753.645-8/Frigorífico Tmj Ltda - CPF/CNPJ: 47.183.789/0001-27 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 127010/2021-SID 18.197.748-5/Laticínios Boa Esperança Ltda - CPF/CNPJ: 01.860.419/0001-86 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 132831/2022-SID 19.186.800-5/Manoel Sebastião Passaura - CPF/CNPJ: 244.236.296-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.352-2;

AIA 149295/2023-SID 20.560.863-0/Tarcísio Paulo Corlassoli - CPF/CNPJ: 766.007.349-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 161080/2023-SID 20.584.649-2/Leite Atacadista Produtos Para Saude Eireli - CPF/CNPJ: 26.091.502/0001-69 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 101698/2012-SID 07.973.766-6/Eduardo Bernardino Mucci - CPF/CNPJ: 833.378.330-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 164410/2023-SID 21.139.442-0/Dgep Empreendimentos e Participações Ltda - CPF/CNPJ: 03.538.026/0001-86 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

Curitiba, 10 de maio de 2.024

49601/2024

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 166, DE 10 DE MAIO DE 2024

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5.711, de 06 de maio de 2024, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022

- Considerando o Termo de Cooperação nº 001/2024 – SETU/IAT;
- Considerando o protocolo nº 22.057.999-9,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o servidor Jorge Alexandre Humeniuk da Silva, RG nº 8637361-0, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5586, de 25 de abril de 2024, para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado do Turismo – SETU em Umuarama.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25 de abril de 2024.

JOSÉ LUIZ SCROCCARO
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

49630/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EDITAL TC Nº 028/2024

O **Instituto Água e Terra – IAT** cumprindo o estabelecido no *Artigo 147, do Decreto nº 6.514/2008 e Portaria 064/2015-IAP*, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram ***Termo de Compromisso de Restauração de Dano Ambiental,*** relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
Ademir Claudio Palinski	Planalto	146550	19.463.429-3
Ademir Rickli Junior	Diamante do Sul	160520	20.203.304-0
Agroibema Agricultura e Pecuária Alimentar LTDA	Ibema	147419	19.770.786-0
André Henrique Saidler Cudik	Santo Antônio da Platina	146969	19.661.894-5
André Henrique Saidler Cudik	Santo Antônio da Platina	146970	19.661.898-8
Andre Luis da Silva	Três Barras do Paraná	145633	19.075.520-7
Antônio Sertório Filho	Mandaguari	148937	20.538.172-4
Apx Empreendimentos Ltda	Campo Largo	163240	21.450.067-1
Claudomir Santos dos Reis	Godoy Moreira	149184	20.513.288-0
Claudomir Santos dos Reis	Godoy Moreira	149183	20.513.514-6
Eli Remboski	Capitão Leônidas Marques	128294	18.463.485-6
Fernando Gustavo Manzzano	Santa Amélia	132296	19.007.708-0
João Carlos Buhrer	Tijucas do Sul	148849	20.383.444-6
João Carlos Buhrer	Tijucas do Sul	148850	20.383.420-9
José Antonio Ribeiro de Almeida	Arapoti	162294	21.408.190-3
Manoel Nunes de Morais Netto	Santa Amélia	146882	19.580.312-9
Manoel Sebastião Passaura	Guarapuava	132831	19.186.800-5
Milca Kétycia de Queiroz Silva	Santana do Itararé	148909	20.417.408-3
Milca Kétycia de Queiroz Silva	Santana do Itararé	148880	20.417.884-4
Osvaldecy Pisapio	Cascavel	128304	18.560.236-2
Osvaldo Lazzarim	Umuarama	146850	19.566.526-5
Ouro Branco Serviços Ltda	Tijucas do Sul	148458	20.259.888-9
Panagro Empreendimentos Florestais Ltda	Agudos do Sul	149239	20.532.839-4
Roseli Keni Rup de Souza	Planalto	163700	20.571.058-2
Sergio Smaha	Prudentópolis	136173	16.065.496-1
Tarcísio Paulo Corlassoli	Guarapuava	149295	20.560.863-0
Tatiana Kuchnir Renauer Batista	Boa Ventura de São Roque	147673	19.897.611-3
Valdemar Antonio Pereira	Três Barras do Paraná	160585	20.541.319-7
Vanessa Rosa de Souza	Cruzeiro do Oeste	128651	18.038.138-4

Curitiba, de 10 de maio 2.024.

49603/2024

NOTIFICAÇÃO 00130/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 27/11/2023 às 8:45 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **131754** (protocolo SID 21.386.459-9) em desfavor do CPF 48.724.551/0001-24/**Comércio de Combustível e Conveniência Alvorada Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00131/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/06/2023 às 10:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **163984** (protocolo SID 20.700.517-7) em desfavor do CPF 687.489.659-87/**João Adonir Antunes**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00132/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 21/08/2023 às 11:15 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **164811** (protocolo SID 20.993.427-2) em desfavor do CPF 061.075.429-73/**Jose Oalerson Donato**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00133/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 02/05/2023 às 11:30 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 48 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **160728** (protocolo SID 20.413.603-3) em desfavor do CPF 842.601.069-53/**Marcelo Augusto Carra**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

49599/2024

RESOLUÇÃO CONJUNTA
SEDEST/SESA/SEED/SETI/IAT/IDR/ADAPAR Nº 005/2024

Súmula: Institui Grupo de Trabalho - GT para estruturação do "Programa Permanente de Saúde Única no Estado do Paraná.

O **Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável**, nomeado pelo Decreto nº 30, de 3 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;
O **Secretário de Estado da Saúde**, nomeado pelo Decreto nº 13, de 1º de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;
O **Secretário de Estado da Educação,** nomeado pelo Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;
O **Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação,** nomeado pelo Decreto nº 20, de 1º de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;
O **Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra**, nomeado pelo Decreto nº 54, de 4 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019;
O **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná,** nomeado pelo Decreto nº 97, de 10 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;
O **Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária,** nomeado pelo Decreto nº 68, de 5 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

CONSIDERANDO o conceito estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Saúde Única, que abrange as interconexões entre saúde humana, animal e ambiental, em uma abordagem interdisciplinar ao longo do tempo, a nível local, nacional e global;
CONSIDERANDO que a Saúde Única é uma abordagem global multisetorial, transdisciplinar, transcultural, integrada e unificadora que visa equilibrar e otimizar de forma sustentável a saúde de pessoas, animais e ecossistemas;
CONSIDERANDO que a saúde de humanos, animais domésticos e selvagens, plantas e o meio ambiente estão intimamente ligados e são interdependentes;
CONSIDERANDO que a abordagem em Saúde Única deve mobilizar vários setores, em diferentes níveis da sociedade para trabalhar em conjunto, promover o bem-estar e enfrentar ameaças à saúde e aos ecossistemas;
CONSIDERANDO a necessidade coletiva de água limpa, energia e ar, alimentos seguros e nutritivos, agindo sobre as mudanças climáticas e contribuindo para o desenvolvimento sustentável;
CONSIDERANDO que ações em Saúde Única operam nos níveis local, regional, nacional e global e reconhece a interconexão entre pessoas, animais, plantas e meio ambiente compartilhado;
CONSIDERANDO que os problemas complexos na interface humano-animal-ambiente podem ser melhor resolvidos por meio da comunicação, cooperação, complementação, coordenação, organização e colaboração multidisciplinar;
CONSIDERANDO o contido no protocolo registrado sob o nº 21.487.264-1;

R E S O L V E M:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho - GT, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST, para estruturação do "Programa Permanente de Saúde Única no Estado do Paraná".

Art. 2º O GT será composto pelos seguintes membros**:**

I - Da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST:
a) Fernanda Góss Braga
b) Daniela Patricia Tozetto

II - Da Secretaria de Estado da Saúde - SESA:
a) Emanuelle Gemin Pouzato
b) Marcelo Pillonetto

III - Da Secretaria de Estado da Educação - SEED:
a) Rosineide Frez
b) Deli Vieira Silveira

IV- Da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI:
a) Fabiano Gonçalves Costa
b) Lucas de Oliveira Araújo

V - Do Instituto Água e Terra - IAT:
a) Rafael Andreguetto
b) Girlene Maria Pazini Jacob

VI- Do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IDR - IAPAR/EMATER:
a) Miriam Fuckner
b) Ana Carolina Pedroso de Almeida

VII- Da Agência de Defesa Agropecuária - ADAPAR:

a) Patrícia Muzolon
b) Luiz Ângelo Pasqualin

Art. 3º O GT poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, além de pesquisadores especialistas, quando necessário, para o cumprimento de suas finalidades.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Resolução, para o desenvolvimento das atividades e a conclusão dos trabalhos pelo Grupo de Trabalho.
Parágrafo Único. O prazo a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada do Grupo de Trabalho.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
VALDEMAR BERNARDO JORGE
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

ASSINADO ELETRONICAMENTE
CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
Secretário de Estado da Saúde

ASSINADO ELETRONICAMENTE
ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

ASSINADO ELETRONICAMENTE
RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

ASSINADO ELETRONICAMENTE
EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

ASSINADO ELETRONICAMENTE
NATALINO AVANCE DE SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural

ASSINADO ELETRONICAMENTE
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária

49716/2024

Portaria n° 11452/2024/OP-GOUT. Prot. 21.551.004-2. Captação superficial. Outorgado(s) Celso Hisao Tateiva e Outros - CPF/CNPJ 367.428.999-72. Rio Buriti. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.176.712,14 N 415.613,62 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 27.50 m³/h 06:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Candói.

50134/2024

Portaria n° 11453/2024/OP-GOUT. Prot. 20.250.322-5. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) TOTALMIX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CPF/CNPJ 11.131.609/0003-88. Ivaí. Coordenadas UTM 7.380.778,85 N 429.905,46 E. Validade 2 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Processo fabril. Vazão máxima outorgada 20.00 m³/h 08:30 horas/dia 30 dias/mês. Município Jandaia do Sul. Esta portaria revoga a portaria n° 11430/2022/AP-GOUT.

49895/2024

Portaria n° 11451/2024/OD-GOUT. Prot. 21.377.460-3. Captação superficial. Outorgado(s) Confepar Agro-Industrial LTDA - CPF/CNPJ 76.531.581/0002-30. Mina/Nascente Sem denominação na base. Tibagi. Coordenadas UTM 7.421.332,17 N 478.520,29 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 08:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Londrina.

50133/2024

Portaria n° 11449/2024/OD-GOUT. Prot. 20.192.244-5. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) SATRON DO BRASIL INDUSTRIA METAL MECANICA LTDA - CPF/CNPJ 07.637.273/0001-90. Tibagi. Coordenadas UTM 7.423.428,00 N 467.594,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 4.50 m³/h 01:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cambé. Esta portaria revoga a portaria n° 146/2020.

49890/2024

Portaria n° 11458/2024/OD-GOUT. Prot. 20.250.317-9. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) MORENA ROSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES S.A - CPF/CNPJ 15.095.271/0005-79. Ivaí. Coordenadas UTM 7.381.333,99 N 335.252,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Processo fabril. Vazão máxima outorgada 4.00 m³/h 13:38 horas/dia 30 dias/mês. Município Cianorte.

50140/2024

Portaria n° 11460/2024/OD-GOUT. Prot. 22.098.453-2. Captação superficial. Outorgado(s) Celma de Assis Rossato - CPF/CNPJ 942.731.899-68. Córrego Romão. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.326.959,91 N 792.729,44 E. Validade 11/04/2030. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 40.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Terra Roxa. Esta portaria revoga a portaria n° 11092/2024/OD-GOUT.

50132/2024

Portaria n° 11454/2024/OD-GOUT. Prot. 20.709.697-0. Captação superficial. Outorgado(s) Frimesa Cooperativa Central - CPF/CNPJ 77.595.395/0022-71. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.278.150,61 N 800.121,92 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 60.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Marechal Cândido Rondon. Esta portaria revoga a portaria n° 10854/2021/OP-GOUT.

50006/2024

Portaria n° 11450/2024/OD-GOUT. Prot. 20.199.065-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) ISOGAMA INDUSTRIA QUIMICA LTDA - CPF/CNPJ 80.228.893/0001-66. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.163.709,00 N 684.691,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 7.00 m³/h 12:00 horas/dia 30 dias/mês. Município São José dos Pinhais.

49894/2024

Portaria n° 11457/2024/OD-GOUT. Prot. 22.047.517-4. Captação superficial. Outorgado(s) Clodoaldo Aguitoni - CPF/CNPJ 020.763.419-00. Rio Solene. Piquiri. Coordenadas UTM 7.282.225,75 N 240.355,61 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 36.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Assis Chateaubriand. Esta portaria revoga a portaria n° 240/2021.

50153/2024

Portaria n° 11461/2024/OD-GOUT. Prot. 21.897.781-2. Captação superficial. Outorgado(s) CESAR ABITANTE - CPF/CNPJ 028.527.679-45. Mina/Nascente Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.237.324,21 N 768.833,81 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Santa Helena.

50141/2024

Portaria n° 11455/2024/OP-GOUT. Prot. 18.689.273-9. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) BRAVA DIESEL LTDA - CPF/CNPJ 37.404.774/0001-98. Piquiri. Coordenadas UTM 7.355.652,97 N 249.503,09 E. Validade 2 anos. Finalidade Limpeza, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 4.00 m³/h 01:22 horas/dia 31 dias/mês. Município Perobal. Esta portaria revoga a portaria n° 10947/2021/AP-GOUT.

49889/2024

Portaria n° 10073/2024/REV-GOUT. Prot. 22.156.354-9. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) COMERCIAL AGRÍCOLA ANHUMAÍ LTDA - CPF/CNPJ 82.050.170/0001-45. Rio Suruquá. Ivaí. Coordenadas UTM 7.440.856,00 N 347.946,00 E. Validade 35 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 50.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Tamboara. Esta portaria revoga a portaria n° 2195/2019.

49766/2024

Portaria n° 11456/2024/OD-GOUT. Prot. 22.047.502-6. Captação superficial. Outorgado(s) Clodoaldo Aguitoni - CPF/CNPJ 020.763.419-00. Rio Perobas. Piquiri. Coordenadas UTM 7.282.331,92 N 239.690,90 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 25.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Assis Chateaubriand. Esta portaria revoga a portaria n° 239/2021.

50142/2024

Portaria n° 11459/2024/OD-GOUT. Prot. 22.114.521-6. Captação superficial. Outorgado(s) Felipe jose Strapasson - CPF/CNPJ 088.015.839-58. Rio Pardo. Ribeira. Coordenadas UTM 7.203.947,95 N 701.975,95 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 155.07 m³/h 11:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Campina Grande do Sul. Esta portaria revoga a portaria n° 10595/2022/OP-GOUT.

50154/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GABRIEL SANTANA DA SILVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:VILA DO FAROL Bairro:ILHA DO MEL Cep:83251000 Município:Paranaguá.

49785/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ALYSSON THOMASI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA ROCHEDA, KM 5, LOTE 277 278 Bairro:Rural Cep:86975000 Município:Mandaguari.

49742/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
BOTICA COMERCIAL FARMACÊUTICA LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de perfumarias e cosméticos a ser implantada Endereco:AV. RUI BARBOSA, 4110 Bairro:PARQUE DA FONTE Cep:83065260 Município:São José dos Pinhais.

49783/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Restauração em pavimentação torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Estrada Pinhalzinho Bairro:Rural Cep:85260000 Município:Manoel Ribas.

49792/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CONSTRUÇÃO DE TRILHA ECOTURÍSTICA, COM BANCOS,MESAS, GRUTA E DECK DE MADEIRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Ivaiporã Bairro: Cep:86870000 Município:Ivaiporã.
49838/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SUPERMERCADO UNIÃO LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplenagem a ser implantada Endereco:Rua Marechal Deodoro da Fonseca esquina com Rua Industrial Domingos Forte Bairro:Rocio Cep:84600000 Município:União da Vitória.
49754/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SAMANTHA NAZARE DE PAIVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AV. BRIG. FARIA LIMA Nº 3.600, 3º, 4º E 5º ANDARES.
49818/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LINHA DE DISTRIBUIÇÃO PR-182 torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:RODOVIA PR-182 TRECHO ENTRE km 46+170m e 50+140m Bairro: Cep:87900000 Município:Loanda.
49764/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:PR 589 Bairro:PR Cep:85930000 Município:Nova Santa Rosa.
49837/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SAMANTHA NAZARE DE PAIVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AV. BRIG. FARIA LIMA Nº 3.600, 3º, 4º E 5º ANDARES.
49819/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LINHA DE DISTRIBUIÇÃO PR-182 torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:RODOVIA PR-182 TRECHO ENTRE km 46+170m e 50+140m Bairro: Cep:87900000 Município:Loanda.
49835/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
picador móvel individual torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:Fazenda Caratuval Bairro: Cep:84990000 Município:Arapoti.
49817/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ - DER/PR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:AVENIDA IGUAÇU, 420.
49834/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA IRREGULAR DE ESTRADA RURAL MUNICIPAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA DO BORBA Bairro:Rural Cep:86910000 Município:Marumbi.
49833/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PRAD - Sítio Suganuma torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:Seção Amoreira Bairro: Cep:86240000 Município:São Sebastião da Amoreira.
49787/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:PR 589 Bairro:PR Cep:85930000 Município:Nova Santa Rosa.
49738/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TST EM ESTRADA RURAL. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA DO DISTRITO DE BREDAPOLIS Bairro:ZONA RURAL Cep:87380000 Município:Janiópolis.
49756/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TST EM ESTRADA RURAL. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL DE VALINHOS Bairro:ZONA RURAL Cep:87290000 Município:Luiziana.
49755/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CYNTHIA DE CASSIA MADALOZO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA ALMIRANTE GONÇALVES DE OLIVEIRA N°79 Bairro:VILA SANTO ANTONIO Cep:83350000 Município:Morretes.
49784/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PRAD - Sítio Suganuma torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:Seção Amoreira Bairro: Cep:86240000 Município:São Sebastião da Amoreira.
49805/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CYNTHIA DE CASSIA MADALOZO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA ALMIRANTE GONÇALVES DE OLIVEIRA N°79 Bairro:VILA SANTO ANTONIO Cep:83350000 Município:Morretes.
49802/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
BOTICA COMERCIAL FARMACÊUTICA LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de perfumarias e cosméticos a ser implantada Endereco:AV. RUI BARBOSA, 4110 Bairro:PARQUE DA FONTE Cep:83065260 Município:São José dos Pinhais.
49801/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ORLANDO SCHETINO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:PRAIA DO FAROL Bairro:ILHA DO MEL Cep:83251000 Município:Paranaguá.
49814/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SAMANTHA NAZARE DE PAIVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AV. BRIG. FARIA LIMA Nº 3.600, 3º, 4º E 5º ANDARES.
49747/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL XV DE NOVEMBRO Bairro:ZONA RURAL Cep:87960000 Município:Marilena.
49830/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ASAURI SANTANA DA SILVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ILHA DO MEL Bairro:VILA DO FAROL Cep:83251000 Município:Paranaguá.
49815/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GABRIEL SANTANA DA SILVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:VILA DO FAROL Bairro:ILHA DO MEL Cep:83251000 Município:Paranaguá.
49803/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CONSTRUÇÃO DE TRILHA ECOTURÍSTICA, COM BANCOS,MESAS, GRUTA E DECK DE MADEIRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Ivaiporã Bairro: Cep:86870000 Município:Ivaiporã.
49739/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ORLANDO SCHETINO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:PRAIA DO FAROL Bairro:ILHA DO MEL Cep:83251000 Município:Paranaguá.
49743/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ANDRADE E MARTINS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:BR-277 KM-540.
49786/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE TOLEDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA OT-485 - MORRO DO OTÁVIO, CERRO DA LOLA, S/Nº Bairro:DIST. DEZ DE MAIO Cep:85900970 Município:Toledo.
49806/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:LOTE RURAL Nº23 E 24 GLEBA Nº09, NUCLEO RIO DO VEADO, FAZENDA ITAÚNA-4 Bairro: Cep:87528000 Município:Alto Paraíso.
49829/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

CARGILL AGRICOLA S/A - Implantação de sistemas de melhoria torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Rodovia BR-376 (km 506) Bairro: Cep:84043450 Município:Ponta Grossa.

49828/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

ALYSSON THOMASI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA ROCHEDA, KM 5, LOTE 277 278 Bairro:Rural Cep:86975000 Município:Mandaguari.

49813/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TST EM ESTRADA RURAL. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA DO DISTRITO DE BREDAPOLIS Bairro:ZONA RURAL Cep:87380000 Município:Janiópolis.

49827/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

SAMANTHA NAZARE DE PAIVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AV. BRIG. FARIA LIMA Nº 3.600, 3º, 4º E 5º ANDARES.

49824/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TST EM ESTRADA RURAL. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL DE VALINHOS Bairro:ZONA RURAL Cep:87290000 Município:Luiziana.

49826/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

SUPERMERCADO UNIÃO LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplenagem a ser implantada Endereco:Rua Marechal Deodoro da Fonseca esquina com Rua Industrial Domingos Forte Bairro:Rocio Cep:84600000 Município:União da Vitória.

49825/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

Restauração em pavimentação torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Estrada Pinhalzinho Bairro:Rural Cep:85260000 Município:Manoel Ribas.

49810/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

ANDRADE E MARTINS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:BR-277 KM-540.

49804/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

MUNICÍPIO DE TOLEDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA OT-485 - MORRO DO OTÁVIO, CERRO DA LOLA, S/Nº Bairro:DIST. DEZ DE MAIO Cep:85900970 Município:Toledo.

49788/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ - DER/PR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:AVENIDA IGUAÇU, 420.

49763/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA IRREGULAR DE ESTRADA RURAL MUNICIPAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA DO BORBA Bairro:Rural Cep:86910000 Município:Marumbi.

49762/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL XV DE NOVEMBRO Bairro:ZONA RURAL Cep:87960000 Município:Marilena.

49759/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:LOTE RURAL Nº23 E 24 GLEBA Nº09, NUCLEO RIO DO VEADO, FAZENDA ITAÚNA-4 Bairro: Cep:87528000 Município:Alto Paraíso.

49758/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

CARGILL AGRICOLA S/A - Implantação de sistemas de melhoria torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Rodovia BR-376 (km 506) Bairro: Cep:84043450 Município:Ponta Grossa.

49757/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

SAMANTHA NAZARE DE PAIVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AV. BRIG. FARIA LIMA Nº 3.600, 3º, 4º E 5º ANDARES.

49753/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

SAMANTHA NAZARE DE PAIVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AV. BRIG. FARIA LIMA Nº 3.600, 3º, 4º E 5º ANDARES.

49748/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

picador móvel individual torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:Fazenda Caratuval Bairro: Cep:84990000 Município:Arapoti.

49746/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

ASAURI SANTANA DA SILVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ILHA DO MEL Bairro:VILA DO FAROL Cep:83251000 Município:Paranaguá.

49744/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8582 com validade até 03/05/2029, para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada na Endereco:lote nº (22-A)-1 e (22-B-1), ROD, PRC 466, LADISLAU GIL FERNANDEZ Bairro: Cep:86870000 Município:Ivaiporã no município de Ivaiporã/PR.

49776/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALUIZIO EDUARDO DA CRUZ, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 320998 com validade até 11/05/2030, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Chacara Sao Jose, S/N no município de Abatiá/PR.

49774/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIA GILCEIA NESI - EPP, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 320949 com validade até 10/05/2030, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente a ser implantada na Localidade Fazenda Rondon - Rodovia PR 170 - Km 554, s/nº no município de General Carneiro/PR.

49768/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ODY PARK - PARQUE AQUÁTICO LTDA. - EPP, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 320926 com validade até 10/05/2028, para Comércio e Serviço - Hotéis e similares a ser implantada na Rodovia PR 317, s/n no município de Iguaraçu/PR.

49684/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IMPLANTAÇÃO DE RUA MARGINAL BR-277, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8573 com validade até 26/04/2030, para Rodovias a ser implantada na Endereco:RODOVIA - BR 277 KM576,106 AO KM 576,554 Bairro:CENTRO Cep:85810011 Município:Cascavel no município de Cascavel/PR.

49765/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8582 com validade até 03/05/2029, para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada na Endereco:lote nº (22-A)-1 e (22-B-1), ROD, PRC 466, LADISLAU GIL FERNANDEZ Bairro: Cep:86870000 Município:Ivaiporã no município de Ivaiporã/PR.

49734/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IMPLANTAÇÃO DE RUA MARGINAL BR-277, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8573 com validade até 26/04/2030, para Rodovias a ser implantada na Endereco:RODOVIA - BR 277 KM576,106 AO KM 576,554 Bairro:CENTRO Cep:85810011 Município:Cascavel no município de Cascavel/PR.

49836/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SALETE GUIADECKI, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 320688 com validade até 09/05/2028, para Tratamento, armazenamento temporário e disposição final de resíduos sólidos industriais, urbanos e de serviços de saúde - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos a ser implantada na RUA JOSE RODRIGUES, 99 no município de Vitorino/PR.

49674/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE GUAMIRANGA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8580 com validade até 30/04/2030, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:RUA DIOGO EMANUEL DE ALMEIDA, 234 no município de Guamiranga/PR.

49790/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA PARA ATIVIDADE DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RURAL, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8590 com validade até 09/05/2026, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:ESTRADA SERINGUEIRA Bairro:RURAL Cep:87550000 Município:Altônia no município de Altônia/PR.

49789/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE GUAMIRANGA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8580 com validade até 30/04/2030, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:RUA DIOGO EMANUEL DE ALMEIDA, 234 no município de Guamiranga/PR.

49808/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8582 com validade até 03/05/2029, para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada na Endereco:lote nº (22-A)-1 e (22-B-1), ROD, PRC 466, LADISLAU GIL FERNANDEZ Bairro: Cep:86870000 Município:Ivaiporã no município de Ivaiporã/PR.

49778/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA PARA ATIVIDADE DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RURAL, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8590 com validade até 09/05/2026, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:ESTRADA SERINGUEIRA Bairro:RURAL Cep:87550000 Município:Altônia no município de Altônia/PR.

49807/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RECUPERAÇÃO DE EROSÃO AGUA DA MINA, a Licença de Instalação - LI nº 24196 com validade até 25/04/2028, para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada na Endereco:MUNICIPIO DE LOANDA Bairro: Cep:87900000 Município:Loanda no município de Loanda/PR.

49823/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RECUPERAÇÃO DE EROSÃO AGUA DA MINA, a Licença de Instalação - LI nº 24196 com validade até 25/04/2028, para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada na Endereco:MUNICIPIO DE LOANDA Bairro: Cep:87900000 Município:Loanda no município de Loanda/PR.

49752/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KLABIN S/A, a Licença de Instalação - LI nº 24201 com validade até 08/05/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Localidade denominada Baianinho Bairro:Zona Rural Cep:04538132 Município:Ortigueira no município de Ortigueira/PR.

49812/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUTO POSTO KAMAU LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 320970 com validade até 10/05/2026, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na Data de Terras n° 16, da Quadra n° 38-A, Gleba Atlântida, S/N no município de Iporã/PR.

49689/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALMARE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 320742 com validade até 09/05/2029, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Lote 291/292-C, - no município de Marialva/PR.

49676/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KLABIN S/A, a Licença de Instalação - LI nº 24201 com validade até 08/05/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Localidade denominada Baianinho Bairro:Zona Rural Cep:04538132 Município:Ortigueira no município de Ortigueira/PR.

49741/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à A.PILGER & CIA LTDA, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 320687 com validade até 09/05/2028, para Industrial - Alimentos a ser implantada na LOCALIDADE DO PASSO DO SOL, S/N no município de Chopinzinho/PR.

49673/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERAÇÃO REI DO CAL LTDA, a Licença de Operação - LO nº 37172 com validade até 29/04/2029, para Produção de cal e calcáreo instalada na Endereco:LOCALIDADE DE CANAVIAL/ QUEIMADAS Bairro:ZONA RURAL Cep:83535000 Município:Campo Magro no município de Campo Magro/PR.

49800/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA, a Licença de Operação - LO nº 320909 com validade até 10/05/2030, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins instalada na ROD. PR 281, S/N, LOTE 121, GLEBA 67 FB, S/N no município de Salto do Lontra/PR.

49687/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GUERRO & PAGNUSSAT LTDA, a Licença de Operação - LO nº 320560 com validade até 09/05/2028, para Industrial - Alimentos instalada na RUA LAURINDO DALMOLIN, 63 no município de Coronel Vivida/PR.

49671/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CERÂMICA TAMARANA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 37174 com validade até 08/05/2028, para Explotação e beneficiamento instalada na Endereco:SÍTIO SÃO JOSÉ 2 (LOTE 469 B1 E 469 C2) Bairro:Gleba G Apucaraninha Cep:86125000 Município:Tamarana no município de Tamarana/PR.

49735/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CERÂMICA TAMARANA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 37174 com validade até 08/05/2028, para Explotação e beneficiamento instalada na Endereco:SÍTIO SÃO JOSÉ 2 (LOTE 469 B1 E 469 C2) Bairro:Gleba G Apucaraninha Cep:86125000 Município:Tamarana no município de Tamarana/PR.

49779/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A., a Licença de Operação - LO nº 37169 com validade até 22/04/2030, para Linhas de distribuição instalada na Endereco:VILA GAÚCHA Bairro:BOA VISTA Cep:81200240 Município:Marechal Cândido Rondon no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

49831/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERAÇÃO REI DO CAL LTDA, a Licença de Operação - LO nº 37172 com validade até 29/04/2029, para Produção de cal e calcáreo instalada na Endereco:LOCALIDADE DE CANAVIAL/ QUEIMADAS Bairro:ZONA RURAL Cep:83535000 Município:Campo Magro no município de Campo Magro/PR.

49782/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A., a Licença de Operação - LO nº 37169 com validade até 22/04/2030, para Linhas de distribuição instalada na Endereco:VILA GAÚCHA Bairro:BOA VISTA Cep:81200240 Município:Marechal Cândido Rondon no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

49760/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUMICENTER SISTEMAS ELETRÔNICOS DE ILUMINAÇÃO LTDA., a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 284227 com validade até 09/11/2026, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rodovia PR-280, 10430 no município de Pato Branco/PR.

49675/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PEDREIRA PÉROLA LTDA - EPP, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 308796 com validade até 01/11/2027, para Industrial - Industrias diversas instalada na RODOVIA PR 170, KM 7,5, sn no município de Guarapuava/PR.

49795/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REDE ALVORADA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 270891 com validade até 31/05/2026, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na ROD PR 082 KM 01, S/N no município de Engenheiro Beltrão/PR.

49677/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COOPERATIVA AGROPECUARIA TRADIÇÃO, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 253313 com validade até 13/09/2026, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rodovia PR-493, S/N no município de Pato Branco/PR.

49669/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 320965 com validade até 10/05/2027, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na Rodovia PR-534, KM 46 no município de Centenário do Sul/PR.

49688/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KLABIN S.A., a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 320899 com validade até 09/05/2027, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na Estância Paredão - AEP, S/N no município de São Jerônimo da Serra/PR.

49681/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SONIA REGINA GUZZONI DROZDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 320816 com validade até 09/05/2026, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Rua das Araras, 379 no município de União da Vitória/PR.

49678/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERACAO CERRO AZUL, a Licença Prévia - LP nº 43724 com validade até 23/04/2029, para Explotação a ser implantada na Endereco:Rua José Sprada, 10799 Bairro:Córrego Fundo/Morro Azul Cep:83529899 Município:Almirante Tamandaré no município de Almirante Tamandaré/PR.

49750/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à OLENIKI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, a Licença Prévia - LP nº 318121 com validade até 10/05/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Est Jacob Munhak, s/n no município de Cascavel/PR.

49668/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JURKONIS - EIRELI - EPP, a Licença Prévia - LP nº 320870 com validade até 09/05/2025, para Industrial - Ind. têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos a ser implantada na Avenida Julieta dos Santos Pardini, 450 no município de Maringá/PR.

49679/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ESEG - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, a Licença Prévia - LP nº 320911 com validade até 10/05/2025, para Comércio e Serviço - Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados a ser implantada na Rua Emílio de Menezes, 234 no município de Ponta Grossa/PR.

49682/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS SUL AMERICA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 320912 com validade até 10/05/2025, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na RODOVIA DO CAFÉ BR-376 KM 103, 435 no município de Ponta Grossa/PR.

49683/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GRUPO H3, a Licença Prévia - LP nº 320935 com validade até 10/05/2027, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Distrito Vila Nova, S/n no município de Toledo/PR.

49686/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROBERTO CUNHA NASCIMENTO, a Licença Prévia - LP nº 43731 com validade até 02/05/2029, para Explotação e beneficiamento a ser implantada na Endereco:FAZENDA BUTIA, ESTRADA DE TEIXEIRA SOARES A IMBITUVA, KM 15 Bairro:FAZENDA BUTIA Cep:84530000 Município:Teixeira Soares no município de Ponta Grossa/PR.

49740/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FORTALEZA COMERCIO DE AREIA EIRELI, a Licença Prévia - LP nº 43725 com validade até 24/04/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Chácara Usina Velha Bairro:Zona Rural Cep:84300000 Município:Tibagi no município de Tibagi/PR.

49745/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, a Licença Prévia - LP nº 43726 com validade até 24/04/2029, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:RODOVIA PR 407, KM 19, 215 Bairro:BALNEÁRIO PRAIA DE LESTE Cep:83255000 Município:Pontal do Paraná no município de Pontal do Paraná/PR.

49751/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SILVIO ALBERTO DE GREGÓRIO, a Licença Prévia - LP nº 43727 com validade até 24/04/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Zona Rural Bairro:Zona Rural Cep:84260000 Município:Telêmaco Borba no município de Telêmaco Borba/PR.

49761/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALCIDES FIORENZANO E CIA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 320956 com validade até 10/05/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Sítio Santo Antônio - Estrada dos Teixeiras, S/N no município de Carlópolis/PR.

49769/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROBERTO CUNHA NASCIMENTO, a Licença Prévia - LP nº 43731 com validade até 02/05/2029, para Explotação e beneficiamento a ser implantada na Endereco:FAZENDA BUTIA, ESTRADA DE TEIXEIRA SOARES A IMBITUVA, KM 15 Bairro:FAZENDA BUTIA Cep:84530000 Município:Teixeira Soares no município de Ponta Grossa/PR.

49777/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Extração de basalto, a Licença Prévia - LP nº 43732 com validade até 03/05/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Estrada para a Fazenda São Luiz Bairro:São Francisco de Sales Cep:85530000 Município:Clevelândia no município de Clevelândia/PR.

49780/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Extração de basalto, a Licença Prévia - LP nº 43733 com validade até 03/05/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Estrada para Fazenda São Luiz Bairro:São Francisco Sales Cep:85530000 Município:Clevelândia no município de Clevelândia/PR.

49781/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Extração de basalto, a Licença Prévia - LP nº 43732 com validade até 03/05/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Estrada para a Fazenda São Luiz Bairro:São Francisco de Sales Cep:85530000 Município:Clevelândia no município de Clevelândia/PR.

49798/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Extração de basalto, a Licença Prévia - LP nº 43733 com validade até 03/05/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Estrada para Fazenda São Luiz Bairro:São Francisco Sales Cep:85530000 Município:Clevelândia no município de Clevelândia/PR.

49799/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FORTALEZA COMERCIO DE AREIA EIRELI, a Licença Prévia - LP nº 43725 com validade até 24/04/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Chácara Usina Velha Bairro:Zona Rural Cep:84300000 Município:Tibagi no município de Tibagi/PR.

49816/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERACAO CERRO AZUL, a Licença Prévia - LP nº 43724 com validade até 23/04/2029, para Explotação a ser implantada na Endereco:Rua José Sprada, 10799 Bairro:Córrego Fundo/Morro Azul Cep:83529899 Município:Almirante Tamandaré no município de Almirante Tamandaré/PR.

49821/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, a Licença Prévia - LP nº 43726 com validade até 24/04/2029, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:RODOVIA PR 407, KM 19, 215 Bairro:BALNEÁRIO PRAIA DE LESTE Cep:83255000 Município:Pontal do Paraná no município de Pontal do Paraná/PR.

49822/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SILVIO ALBERTO DE GREGÓRIO, a Licença Prévia - LP nº 43727 com validade até 24/04/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Zona Rural Bairro:Zona Rural Cep:84260000 Município:Telêmaco Borba no município de Telêmaco Borba/PR.

49832/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 320974 com validade até 10/05/2029, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde a ser implantada na Rodovia BR 476, km 3, s/n no município de União da Vitória/PR.

49772/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DAN HEISS PARTICIPACOES LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 320977 com validade até 10/05/2026, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Auto Via João Paulo Reolon, 3538 no município de União da Vitória/PR.

49773/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FORTEPAR OPERACOES PORTUARIAS SA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 320897 com validade até 09/05/2026, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes a ser implantada na Avenida Ayrton Senna da Silva, 3140 no município de Paranaguá/PR.

49680/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RENATO ANTONIO SCOMMEGNA BERTOCCO, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 8578 com validade até 29/04/2029, para IRRIGAÇÃO a ser implantada na Endereco:FAZENDA BRAÇO DO NORTE - ESTRADA SÃO SEBASTIÃO KM 20. Bairro:RURAL Cep:87860000 Município:Planaltina do Paraná no município de Planaltina do Paraná/PR.

49809/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOAO BATISTA ROSSO, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 321008-R1 com validade até 11/05/2030, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na PARTE DO LOTE RURAL, 24 no município de Medianeira/PR.

49775/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOSÉ STUSKI & CIA LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 320928-R1 com validade até 10/05/2030, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na ROD PR 151 KM 451, S/N no município de São Mateus do Sul/PR.

49685/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RENATO ANTONIO SCOMMEGNA BERTOCCO, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 8578 com validade até 29/04/2029, para IRRIGAÇÃO a ser implantada na Endereco:FAZENDA BRAÇO DO NORTE - ESTRADA SÃO SEBASTIÃO KM 20. Bairro:RURAL Cep:87860000 Município:Planaltina do Paraná no município de Planaltina do Paraná/PR.

49791/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GUSTAVO ZACALUSNY, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 30587 com validade até 06/01/2025, para Maricultura instalada na Endereco:LOTE RURAL N° 04 Bairro:LINHA LOPEI Cep:85900000 Município:Toledo no município de Toledo/PR.

49793/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 320973-R1 com validade até 10/05/2030, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde instalada na Rodovia BR 476, km 3, s/n no município de União da Vitória/PR.

49771/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BETA PLASTIC LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 320467-R3 com validade até 09/05/2028, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na Rodovia BR-158, 3916 no município de Pato Branco/PR.

49670/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PARANÁ XISTO S.A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 8127 com validade até 10/05/2029, para Explotação e beneficiamento instalada na Endereco:RUA MANOEL CUNHA BITTENCOURT, 2099 Bairro:VILA BUASKI Cep:83900000 Município:São Mateus do Sul no município de São Mateus do Sul/PR.

49749/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGROPECUARIA IPE LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 33000 com validade até 25/04/2028, para IRRIGAÇÃO instalada na Endereco:EST. DO TRIUNFO KM 18 - FAZENDA TRES CORAÇÕES Bairro:ZONA RURAL Cep:87160000 Município:Mandaguaçu no município de Mandaguaçu/PR.

49737/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GUSTAVO ZACALUSNY, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 30587 com validade até 06/01/2025, para Maricultura instalada na Endereco:LOTE RURAL N° 04 Bairro:LINHA LOPEI Cep:85900000 Município:Toledo no município de Toledo/PR.

49736/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ARGENTA, BONOTT & CIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 320686-R2 com validade até 09/05/2028, para Industrial - Ind. da madeira instalada na PR 280 Km 62,5, S/N no município de Palmas/PR.

49672/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PARANÁ XISTO S.A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 8127 com validade até 10/05/2029, para Explotação e beneficiamento instalada na Endereco:RUA MANOEL CUNHA BITTENCOURT, 2099 Bairro:VILA BUASKI Cep:83900000 Município:São Mateus do Sul no município de São Mateus do Sul/PR.

49820/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGROPECUARIA IPE LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 33000 com validade até 25/04/2028, para IRRIGAÇÃO instalada na Endereco:EST. DO TRIUNFO KM 18 - FAZENDA TRES CORAÇÕES Bairro:ZONA RURAL Cep:87160000 Município:Mandaguaçu no município de Mandaguaçu/PR.

49811/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à METALÚRGICA PÉROLA LTDA - EPP, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 320959-R1 com validade até 10/05/2028, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na RUA JOÃO MANOEL DOS SANTOS, 704 no município de Cambará/PR.

49770/2024

Secretaria da Educação

SECRETARIA DE ESTADO EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 409/2024 – DG/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 5.º da Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, com fundamento no disposto na Lei Estadual n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, e considerando o contido no protocolado n.º 21.986.652-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores Sivaldo Forteski, RG n.º 6.663.XXX-4 e CPF n.º 017.940.XXX-X5, e Paulo Cesar Waltrick, RG n.º 5.555.XXX-0 e CPF n.º 017.229.XXX-X8, para atuarem, nessa ordem, como gestor e fiscal do Contrato n.º 2880/2024 – SEED, celebrado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação, e a empresa MCR Sistemas e Consultoria Ltda., CNPJ 04.198.254/0001-17, o qual tem por objeto a contratação de licenças de softwares por assinatura e de uso perpétuo, especificamente a aquisição de 30 (trinta) Licenças Adobe Creative Cloud, por meio da participação na Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n.º 1355/2022 – SRP/DECON/SEAP, Aviso n.º 091/2023 – DECON/SEAP, lote 1, no valor total de R$ 424.230,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta reais) para atender a demandas da SEED.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

49845/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo n.º 22.125.786-3

Assunto: Revogação de ato que autorizou a servidora Daniele Batista dos Santos a prestar serviço na 199.ª Zona Eleitoral de São José dos Pinhais.

REVOGO, na data de 7 de maio de 2024, o afastamento da servidora Daniele Batista dos Santos, RG n.º 6.165.337-6, detentora de um cargo de Agente Educacional II – AG02-12/LF01, do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB/SEED, que se encontrava afastada para atuar na 199.ª Zona Eleitoral de São José dos Pinhais, autorizada por meio do Despacho publicado no Diário Oficial n.º 11.624 de 21 de março de 2024, tendo reassumido suas funções no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul em 7/5/2024, mediante Termo de Reassunção.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

49598/2024

RESOLUÇÃO N.º 2790/2024 – GS/SEED

Súmula: Designa servidores para compor Comissão Paritária.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual n.º 21.648, de 25 de setembro de 2023, na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, de 19 de dezembro de 2023, e Resolução 599/2024 – GS/SEED de 07 de fevereiro de 2024, bem como ao contido no Protocolado n.º 21.128.848-5,

R E S O L V E

Art. 1.º Designar Solange Maria da Conceição Ribas, RG n.° 4.165.XXX-1, Margarete Virgínia Gonçalves, RG n.° 3.653.XXX-0, Elza Cristina de Almeida, RG n.°6.448.XXX-0, todas servidoras da Coordenação de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicância da Secretaria de Estado da Educação, para compor a Comissão Paritária Definitiva para apuração de Descumprimentos de Competências nos âmbitos Pedagógicos; Administrativo/Financeiro e Democrático, fixados na lei no. 21.648/2023, e insuficiência nas atribuições constantes na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, atribuídas, em tese, ao servidor Juciel Vilmar Jungles dos Santos, RG n.º 6.443.XXX-0/PR, professor do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 2 e LF 3, na função de diretor geral; Sandro Vieira Guzzoni, RG n.º 5.880.XXX-0/PR, Professor do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 92; e, Roberto Albach, RG n.º 5.516.XXX-5/PR, Professor do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 1, ambos em exercício da função de diretores auxiliares no Colégio Estadual São José da Lapa, do município de Lapa, pertencente ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, nos anos 2021 - 2024.
Art. 2º Designar Solange Maria da Conceição Ribas como Presidente da Comissão Paritária.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de maio de 2025..

João Luiz Giona Junior
Decreto no. 3664/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

49402/2024

RESOLUÇÃO N.º 2799/2024 – GS/SEED

Súmula: Designa servidores para compor a Comissão de Apuração do Núcleo Regional de Educação.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual n.o 21.648, de 25 de setembro de 2023, na Resolução n.o 8.835/2023 – GS/SEED, de 19 de dezembro de 2023, Resolução n.o 599 – GS/SEED, de 07 de fevereiro de 2024, bem como ao contido do Protocolado n.o 21.785.470-9,

R E S O L V E

Art. 1.º Designar Ana Maria Molini, RG n.º 3.677.XXX-8/PR; Odirlei Silva de Souza, RG n.º 8.479.XXX-9/PR e Larissa Fonseca Figueira, Rg n.º 8.819.XXX-2/PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a Comissão do Núcleo Regional de Educação, para apurar possível descumprimento das competências previstas na Resolução n.o 8.835/2023 – GS/SEED, pela servidora: Cecília Maria Stoppa, RG n.º 4.251.XXX-8/PR, Professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, no exercício da função de Diretora, lotada no Colégio Estadual CECM Carolina Lupion – EFM, município Cambará, jurisdicionado do Núcleo Regional de Jacarezinho, nos anos letivos de 2021 – 2024.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Decreto no. 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

50107/2024

RESOLUÇÃO Nº 2803/2024 – GS/SEED

Súmula: Altera a Resolução n.º 2762/2024 – GS/SEED.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 08/2024, de Processo Administrativo Disciplinar, e considerando o contido no protocolado n.º 21.284.410-1

R E S O L V E:

Art. 1º – Alterar o art. 1º da Resolução nº 2762/2024 - GS/SEED, de 10 de maio de 2024, publicada em Diário Oficial do Estado de 13 de maio de 2024, que passa a constar conforme o seguinte texto:
I - Art 1º - Designar Juliane Maria Fonseca Silva, RG n.° 7.899.XXX-6 - PR, Angela Leticia Nezzo Ramos da Silva, RG n.° 6.501.XXX-6 - PR, Erika Vicentim Correa, RG n.° 10.543.XXX-4 - PR, todas servidoras da Coordenação de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicância da Secretaria de Estado da Educação, para compor a Comissão Paritária Definitiva para apuração de Descumprimentos de Competências nos âmbitos Pedagógicos; Administrativo/Financeiro e Democrático, fixados na lei n.° 21.648/2023, e insuficiência nas atribuições constantes na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, atribuídas, em tese, a servidora Renata Magalhães Frota Alves, RG n.° 13.525.XXX-2 – PR, professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, no exercício da função de Diretora, lotada e em exercício no Colégio Estadual Olavo Bilac, do município de Cambé, pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Londrina, nos anos letivos de 2022 – 2024.
Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Decreto no. 3664/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

50102/2024

RESOLUÇÃO N.º 2786/2024 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 21.643.629-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar Marcelo José de Castilho, Sérgio Langer Bueno, RG n.º 3.896.XXX-4, e Érika Vicentin Corrêa, RG n.º 10.543.XXX-4, todos em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Setor de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Educação.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

49846/2024

RESOLUÇÃO N.º 2792/2024 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 57/2024, de Sindicância, considerando o contido no protocolado n.º 21.820.562-3,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o servidor Diego Caffé de Moura, RG n.º 9.442.XXX-6, professor, contratado pelo Processo Seletivo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Simplificado - PSS, LF 07, por infração do art. 285, inciso XV, do mesmo Diploma Legal, com as devidas anotações em sua ficha funcional.
Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

49849/2024

RESOLUÇÃO N.º 2794/2024 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 40/2024, de Sindicância, considerando o contido no protocolado n.º 20.944.116-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado, em face do servidor Jorge Aparecido Pereira, RG n.º 7.086.XXX-0, com as devidas anotações em sua ficha funcional.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

50074/2024

RESOLUÇÃO N.º 2795/2024 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 48/2024, de Sindicância, considerando o contido no protocolado n.º 21.485.678-6,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado, em face da servidora Flávia Cardoso dos Santos, RG n.º 13.543.XXX-7, professora, contratada pelo Processo Seletivo Simplificado - PSS.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

50077/2024

RESOLUÇÃO N.º 2796/2024 - GS/SEED
Súmula: *instauração de Sindicância.*
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 22.111.103-6,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Ana Paula Pirolo Ramos, RG n.º 7.304.XXX-0 e Marcela Messas Avena Kopko, RG n.º 5.011.XXX-4, ambas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Presidente Vargas, município de Pinhal do São Bento, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

49871/2024

RESOLUÇÃO N.º 2798/2024 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 22.151.746-6,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Beatriz Pereira Téles Aguilera, RG n.º 6.099.XXX-3/PR e Vera Isabel Pereira Pimentel, RG n.º 4.639.XXX-9/PR, ambas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ibaiti, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Sagrada Família, município de Londrina, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Londrina.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

50064/2024

RESOLUÇÃO N.º 2837/2024 - GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância PSS.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 21.969.368-0,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar Fábio dos Santos Celestino de Oliveira, RG n.º 12.484.XXX-4/PR, Débora Regina de Almeida, RG n.º 6.728.XXX-5/PR, e Adriane Valéria Kiszka Scheffer, RG n.º 3.661.XXX-5/PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Hugo Saccoman Klinkowski, RG n.º 9.393.XXX-8/PR, LF n.º 2, professor contratado pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS, por, supostamente, infringir o art. 293, inciso V, alínea "c" e "e", da Lei Estadual n.º 6.174/1970, bem como ferir os preceitos éticos do magistério, previstos no art. 5º, da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976.
Art. 2.º O servidor, caso comprovada a irregularidade mencionada, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos VI, c/c art. 293, inciso V, da Lei Estadual n.º 6.174/70, bem como o art. 17, da Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, e inciso I da cláusula nona, do Contrato de Trabalho, sendo cabível, portanto, rescisão contratual.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba,13 de maio de 2024.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

50216/2024

RESOLUÇÃO N.º 2838/2024 - GS/SEED
Súmula: *Instaura Processo Administrativo Disciplinar.*
O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º **19.858.601-3**,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Ana Paula Pirolo Ramos, RG n.º 7.304.XXX-0, Marcela Messas Avena Kopko, RG n.º 5.011.XXX-4 e Rosinei Rodrigues, RG n.º 4.259.XXX-8, todas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades notificadas no protocolo em epígrafe, atribuídas ao servidor Claudio Eduardo Kramar, RG n.º 5.911.XXX-3, CPF n.º XXX.688.979-XX, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério - QPM, Disciplina de Língua Portuguesa, LF 01; atualmente Diretor Geral do Colégio Estadual Cruzeiro do Sul, no município de Curitiba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba/PR, por em tese, infringindo o art. 279, inciso III, IV e art. 285, inciso III do Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná – Lei Estadual n.º 6.174/70, bem como os preceitos éticos do magistério, previstos no art. 5.º, nos incisos V e VII, da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976, portanto se assim ficar configurado, o servidor estará sujeito a uma das sanções previstas no artigo 291, incisos I ao III c/c com art. 293, incisos I ao III, todos da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

.João Luiz Giona Junior
Res. N.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

50222/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.540/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.043.014-0,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Fundamental – Fase II, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Moyses Lupion – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Avenida Conde Matarazzo, 980, do Município de Antonina, NRE de Paranaguá.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2723/2019, de 18/07/2019, com vigência até 24/05/2029.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2021, a Resolução n.º 4808/2006, de 27/10/2006, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.541/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.043.120-0,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Moyses Lupion – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Avenida Conde Matarazzo, 980, do Município de Antonina, NRE de Paranaguá.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2723/2019, de 18/07/2019, com vigência até 24/05/2029.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2021, a Resolução n.º 4808/2006, de 27/10/2006, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.568/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 19.184.789-0,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Meio Ambiente – Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança, subsequente ao Ensino Médio, presencial, no Centro de Educação Profissional Newton Freire Maia, situado na Estrada da Graciosa, Km 20, do Município de Pinhais, NRE de Área Metropolitana Norte.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 75/2016, de 11/01/2016, com vigência até 31/12/2025.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2021, a Resolução n.º 948/2006, de 20/03/2006, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.589/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1071/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.971.261-8,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área das altas habilidades/superdotação, no Colégio Estadual Cívico-Militar Professor Newton Guimarães – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Guarujá, 228, do Município e NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1118/2019, de 26/03/2019, com vigência até 17/04/2028.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.590/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1094/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.993.545-5,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Souza Naves – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Monteiro Lobato, 421, do Município de Rolândia, NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2416/2018, de 28/05/2018, com vigência até 05/11/2027.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.591/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1109/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 22.039.490-5,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área das altas habilidades/superdotação, no Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Londrina Professor José Aloísio Aragão – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Piauí, 720, do Município e NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e pela Universidade Estadual de Londrina, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1826/2019, de 15/05/2019, com vigência até 21/03/2029.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.592/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1077/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.822.769-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, da Escola Vivian Marçal Mercês – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Avenida Mamoré, 1090, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação do Deficiente Motor - ADM, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 965/2017, de 20/03/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1074/2021, de 10/03/2021, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 2.593/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 10/202, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1057/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.453.782-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, da Escola Renascer – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua Imaculada Conceição, 983, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação Beneficente Renascer, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 968/2017, de 20/03/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3606/2020, de 16/09/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.594/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 12/2021 e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 355/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.377.666-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Renascer – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua Imaculada Conceição, 983, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação Beneficente Renascer, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 968/2017, de 20/03/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 968/2017, de 20/03/2017, com vigência até 31/12/2021.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2022 até 31/12/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.595/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 595/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.893.111-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, da Escola Integração e Treinamento do Adulto – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua Orlando Perucci, 1472, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela APAE de Curitiba – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 972/2017, de 20/03/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1626/2021, de 14/04/2021, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50147/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.596/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 02/2016, 12/2021 e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1081/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.378.293-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, da Escola São Francisco de Assis – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua Paulo Turkiewicz, 668, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 996/2017, de 21/03/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1075/2021, de 10/03/2021, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.597/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1059/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.636.002-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Professora Etelvina Cordeiro Ribas – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Miguel Raicoski Sobrinho, s/n, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1571/2021, de 13/04/2021, com vigência até 03/07/2028.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 2677/2022, de 18/05/2022, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.598/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1059/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.636.002-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos

globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Professora Etelvina Cordeiro Ribas – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Miguel Raicoski Sobrinho, s/n, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1571/2021, de 13/04/2021, com vigência até 03/07/2028.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 4380/2022, de 18/05/2022, com vigência até 12/12/2023.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 12/12/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.599/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 542/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.706.546-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área visual, na Escola Estadual Tiradentes – Ensino Fundamental, situada na Rua Interventor Manoel Ribas, 250, do Município e NRE de Pitanga.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5310/2021, de 05/11/2021, com vigência até 20/04/2032.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 2985/2020, de 06/08/2020, com vigência até 31/08/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/08/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.600/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.927.073-9,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança, em nível Médio, integrado à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, presencial, no Colégio Estadual Doutor Décio Dossi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Largo da Amoreira, 65, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3820/2015, de 27/11/2015, com vigência até 31/12/2024.
Art. 2º Revogar, a partir de 11/07/2013, a Resolução n.º 1265/2011, de 29/03/2011, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.601/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 608/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.706.753-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais), área da surdez, na Escola Estadual Tiradentes – Ensino Fundamental, situada na Rua Interventor Manoel Ribas, 250, do Município e NRE de Pitanga.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5310/2021, de 05/11/2021, com vigência até 20/04/2032.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 4731/2019, de 13/12/2019, com vigência até 01/09/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 01/09/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.602/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 611/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.424.780-1,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal São Francisco de Assis – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua El Salvador, 471, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7095/2023, de 09/10/2023, com vigência até 09/08/2031.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.603/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 849/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.985.975-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Iguaçu, situado na Rua Farid Stephens, s/n, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1250/2016, de 24/03/2016, com vigência até 13/04/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 3094/2019, de 07/08/2019, com vigência até 31/12/2021.
§ 3º A renovação é concedida até o final do ano de 2025. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.605/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 618/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.097.715-5,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Estadual Tiradentes – Ensino Fundamental, situada na Rua Interventor Manoel Ribas, 250, do Município e NRE de Pitanga.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5310/2021, de 05/11/2021, com vigência até 20/04/2032.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 5777/2018, de 10/12/2018, com vigência até 02/02/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 02/02/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.606/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 418/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.690.601-2,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas a 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência visual, no Colégio Estadual do Campo São Francisco de Assis – Ensino Fundamental e Médio, situado na Estrada Nair Ferreira Leal da Trindade, s/n, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5228/2022, de 26/08/2022, com vigência até 31/12/2024.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/02/2024, a Resolução n.º 4673/2020, de 01/12/2020, que autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento na instituição de ensino.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50150/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.607/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 850/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.827.775-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Luiz Júlio – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Mato Grosso, s/n, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3465/2022, de 15/06/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 3172/2021, de 26/07/2021, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.
§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino foi concedida pela Resolução n.º 3466/2022, de 15/06/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.608/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 02/2016, 12/2021 e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1037/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.860.538-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, da Escola Israel Camargo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua Rui Barbosa, 1116, do Município de Agudos do Sul, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3677/2017, de 10/08/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4514/2020, de 26/11/2020, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.609/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1037/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.860.538-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, da Escola Israel Camargo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua Rui Barbosa, 1116, do Município de Agudos do Sul, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3677/2017, de 10/08/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4514/2020, de 26/11/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.610/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.961.611-2,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, com até 20% de atividades não presenciais, no Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua dos Estudantes, 1800, do Município de Santa Terezinha de Itaipu, NRE de Foz do Iguaçu.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4587/2016, de 17/10/2016, com vigência até 02/02/2027.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 6212/2021, de 16/12/2021, que continua em vigor a oferta do referido Curso nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino, que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra –

Ensino Fundamental e Médio.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.611/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 109/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.840.545-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Cívico-Militar Carlos Drumond de Andrade – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Cláudio Coutinho, 2020, no Município e NRE de Foz do Iguaçu.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2816/2016, de 25/07/2016, com vigência até 07/03/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do referido ensino foi concedida pela Resolução n.º 694/2020, de 09/03/2020, com vigência até 18/10/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 19/10/2024 a 18/10/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.612/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021 e o Parecer n.º 110/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.849.159-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual do Campo Santa Rosa do Ocoi – Ensino Fundamental e Médio, situado à Rua 15 de Outubro, s/n, do município de São Miguel do Iguaçu, NRE de Foz do Iguaçu.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5173/2022, de 25/08/2022, com vigência até 12/04/2032.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do citado ensino foi concedida pela Resolução n.º 3965/2019, de 16/10/2019, com vigência até 08/11/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 09/11/2024 a 08/11/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.613/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 205/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.733.131-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual do Campo João Francisco da Silva – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida João Talevi, 340, no Município de Tibagi, NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3757/2019, de 24/09/2019, com vigência até 04/09/2028.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do citado ensino foi concedida pela Resolução n.º 4463/2019, de 21/11/2019, com vigência até 13/06/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 14/06/2024 a 13/06/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.614/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 177/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.338.446-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Alimentos – Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Professor João Ricardo Von Borell Du Vernay – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Andrade Neves, 124, no Município e NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3381/2022, de 13/06/2022, com vigência até 11/05/2032.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 1396/2020, de 04/05/2020, com vigência até 30/06/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/07/2024 a 30/06/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.615/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, o Parecer n.º 170/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.408.559-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Eixo Tecnológico: Segurança, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional de Ponta Grossa, situado na Rua Júlia da Costa, 229, no Município e NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 2320/2019, de 24/06/2019, com vigência até 02/07/2029.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do citado curso foi concedida pela Resolução n.º 1594/2020, de 12/05/2020, com vigência até 01/07/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 02/07/2024 a 01/07/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.616/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, o Parecer n.º 171/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.412.819-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Informática – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional de Ponta Grossa, situado na Rua Júlia da Costa, 229, no Município e NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 2320/2019, de 24/06/2019, com vigência até 02/07/2029.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do citado curso foi concedida pela Resolução n.º 2330/2020, de 22/06/2020, com vigência até 01/07/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 02/07/2024 a 01/07/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.617/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, o Parecer n.º 175/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.407.191-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Eletromecânica – Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional de Ponta Grossa, situado na Rua Júlia da Costa, 229, no Município e NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 2320/2019, de 24/06/2019, com vigência até 02/07/2029.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do citado curso foi concedida pela Resolução n.º 2331/2020, de 22/06/2020, com vigência até 16/07/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 17/07/2024 a 16/07/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50151/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.618/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 201/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.412.959-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Informática – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional de Ponta Grossa, situado na Rua Júlia da Costa, 229, no Município e NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 2320/2019, de 24/06/2019, com vigência até 02/07/2029.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 2332/2020, de 22/06/2020, com vigência até 01/06/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é no período de 02/06/2024 a 31/12/2024. A direção da instituição de ensino deverá solicitar após essa última data a cessação deste curso.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.619/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 173/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.950.825-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Informática – Eixo Tecnológico: Informação e comunicação, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional Seiji Hatanda, situado na Rua Theodomiro Eugênio Asth, 180, no Município e NRE Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 3338/2019, de 22/08/2019, com vigência até 21/12/2028.
§ 2º O reconhecimento do curso foi concedido pela Resolução n.º 3340/2019, de 23/08/2019, com vigência até 03/03/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é a partir de 04/03/2024 até 31/12/2024. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a cessação deste curso após o término desse período.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.620/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.910.756-0,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 953/2020, de 30/03/2020, que autorizou o funcionamento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional Seiji Hatanda, situado na Rua Theodomiro Eugenio Asth, 180, do Município e NRE de Ibaiti.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 3338/2019, de 22/08/2019, com vigência até 21/12/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.621/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1085/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.953.194-0,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Professor Segismundo Antunes Netto – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Espírito Santo, 306, do Município de Siqueira Campos, NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 898/2017, de 15/03/2017, com vigência até 02/08/2025.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade, no turno vespertino, é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.622/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 70/2024 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.045.782-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Professora Olympia Morais Tormenta – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Rudolf Keilhold,173, do Município e NRE de Londrina.
§ 1º A instituição é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 8376/2023, de 27/11/2023, com vigência até 09/10/2033.
§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 656/2020, de 09/03/2020, com vigência até 23/09/2023.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 24/09/2023 a 23/09/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do/s ato/s 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.624/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 851/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.919.430-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Montessori, situado na Rua Presidente Castelo Branco, 531, do Município de Sertaneja, NRE de Cornélio Procópio.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4956/2022, de 17/08/2022, com vigência até 18/01/2033.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 2784/2021, de 28/06/2021, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação é concedida até o final do ano de 2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.625/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 578/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.240.637-6,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria Lydia Cescato Bomtempo, situado na Rua Edgar Bardal, s/n, do Município de Assaí, NRE de Cornélio Procópio.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional pela Resolução n.º 3907/2021, de 30/08/2021, com vigência até 17/09/2029.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.626/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 09/2002, 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 589/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.703.351-9,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Indígena Cacique Kofëj – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado no Posto Indígena São Jerônimo, do Município São Jerônimo da Serra, NRE de Cornélio Procópio.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1609/2022, de 06/04/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.627/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154 de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, e o Parecer n.º 199/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.840.083-5,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Estética – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, presencial, com implantação gradativa, destinado aos estudantes que concluíram o Ensino Médio, no Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza, situado na Rua Coronel Guilherme de Paula, 530, do Município e NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 2449/2016, de 17/06/2016, com vigência até 20/06/2026.
§ 2º Ao concluir o curso, conforme organização curricular aprovada, o estágio profissional supervisionado e comprovada a conclusão do Ensino Médio, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Estética.
§ 3º A autorização é pelo prazo de 18 (dezoito) meses, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.628/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer Normativo n.º 01/2018 e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2014, 12/2021, e o Parecer n.º 125/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.607.859-6,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares da Escola Municipal Rural Sementes do Amanhã – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Comunidade Orgânico – Silo, do Município de Quedas do Iguaçu, NRE de Laranjeiras do Sul, com as ofertas da Educação Infantil e Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1661/2020, de 14/05/2020, com vigência até 27/06/2024.
§ 2º Houve cessação temporária pelo Ato Administrativo n.º 345/2023, de 15/06/2023, no período de 01/01/2022 a 31/12/2023.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2022, a Resolução n.º 2252/2014, de 14/05/2014, que credenciou a instituição de ensino para a oferta da Educação Básica e as autorizações concedidas para o funcionamento das ofertas citadas no Art. 1º, ficando extinta a referida instituição.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, do mesmo Município.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50155/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.629/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 156/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.136.120-4,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Informática – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza, situado na Rua Coronel Guilherme de Paula, 530, do Município e NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 2449/2016, de 17/06/2016, com vigência até 20/06/2026.
§ 2º A Resolução n.º 4171/2019, de 28/10/2019, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 20/11/2023.
§ 3º O reconhecimento é desde 20/11/2019 até 31/12/2024, exclusivamente, para fins de cessação. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.630/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 533/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.378.963-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Vila Alta – Ensino Fundamental e Ensino Médio, situado na Rua XV de Novembro, 663, do Município de Alto Paraíso, NRE de Umuarama.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1494/2019, de 15/04/2019, com vigência até 02/01/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 182/2020, de 08/01/2020, com vigência até 03/10/2023.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 03/10/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.631/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 614/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.714.215-6,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Professora Maria Rodrigues Travaglia – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Minas Gerais, 37, do Município de Nova Olímpia, NRE de Umuarama.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3233/2021, de 27/07/2021, com vigência até 13/05/2029.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.632/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 625/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.463.073-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Rui Barbosa – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Estrada São Pedro, do Município de Altônia, NRE de Umuarama.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2143/2019, de 04/06/2019, com vigência até 07/03/2028.
§ 2º A autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 2144/2019, de 04/06/2019, com vigência até 27/06/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 27/06/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.633/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, 03/2022, 06/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP, o Parecer n.º 412/2023 – CEMEP e o Parecer n.º 76/2024, BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.439.666-1,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento e reconhecer, de forma excepcional, o Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, com implantação simultânea, no Colégio Estadual Almirante Tamandaré – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Rocha Pombo, 85, do Município de Cruzeiro do Oeste, NRE de Umuarama.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3456/2017, de 02/08/2017, com vigência até 06/09/2027.
§ 2º A autorização e o reconhecimento são concedidos pelo prazo de 02 (dois) anos, no período de 01/01/2024 a 31/12/2025. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Autorizar o funcionamento e reconhecer, de forma excepcional, o Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, com implantação simultânea na instituição de ensino citada no Art. 1º.
Parágrafo único: A autorização e o reconhecimento são concedidos pelo prazo de 02 (dois) anos, no período de 01/01/2024 a 31/12/2025. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.635/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1113/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.108.471-5,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e deficiência visual, altas habilidades/superdotação, surdocegueira e surdez, no Centro Municipal de Educação Infantil Fani Lerner, situado na Rua Januário Plastner Trannin, 42, do Município de Adrianópolis, NRE de Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 305/2022, de 02/02/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.637/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 102/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.756.774-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 17/04/2024 até 16/04/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Luz, situado na Rua Rui Barbosa, 1069, do Município de Inácio Martins, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1120/2019, de 26/03/2019, com vigência até 16/04/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.638/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 853/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.756.774-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Luz, situado na Rua Rui Barbosa, 1069, do Município de Inácio Martins, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2637/2024, de 06/05/2024, com vigência até 16/04/2034.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1120/2019, de 26/03/2019, com vigência até 16/04/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 16/04/2024 até 16/04/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 16/04/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.639/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 101/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.794.896-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 17/09/2024 até 16/09/2031, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo de Barra Vermelha – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Barra Vermelha, no Município de Prudentópolis, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5295/2022, de 29/08/2022, com vigência até 16/09/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.640/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, o Parecer n.º 105/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.766.257-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 15/08/2024 até 14/08/2031, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo de Cachoeirinha – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na localidade de Cachoeirinha, no Município de Prudentópolis, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º
1055/2021, de 10/03/2021, com vigência até 14/08/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50156/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.641/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 106/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.752.368-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 15/08/2024 até 14/08/2031, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo de Perobas – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Perobas, no Município de Prudentópolis, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5372/2021, de 09/11/2021, com vigência até 14/08/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.642/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 121/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.744.822-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 12/07/2024 até 11/07/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo de Ponte Nova – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Ponte Nova, do Município de Prudentópolis, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3566/2020, de 15/09/2020, com vigência até 11/07/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.643/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 100/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.744.757-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 15/08/2024 até 14/08/2031, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo de São Francisquinho – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade São Francisquinho, no Município de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Prudentópolis, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1895/2021, de 27/04/2021, com vigência até 14/08/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.644/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1054/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.913.732-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Barão de Capanema – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Afonso Ditzel, 870, do Município de Prudentópolis, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 546/2020, de 03/03/2020, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 752/2021, de 15/02/2021, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.645/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.898.430-4,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, no Colégio Estadual Professor Dário Veloso – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Coronel João Gualberto, 224, do Município de Mallet, NRE de Irati.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 238/2017, de 24/01/2017, com vigência até 13/02/2027.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2022, a Resolução n.º 1757/2011, de 03/05/2011, que autorizou o funcionamento das ofertas na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.646/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, e o Parecer n.º 203/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.729.691-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Flauzina Dias Viégas – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Mauá, 125, do Município e NRE de Paranavaí.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 709/2017, de 07/03/2017, com vigência até 27/07/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1421/2020, de 04/05/2020, com vigência até 25/08/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 25/08/2024 a 25/08/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.647/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 09/2002, 03/2006, 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 852/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.663.008-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Estadual Indígena Nimboeaty Mborwitxa Awa Tirope – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Terra Indígena Yvyporã Laranjinha, do Município de Abatiá, NRE de Jacarezinho.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4094/2020, de 21/10/2020, com vigência até 18/01/2028.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4095/2020, de 21/10/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) foi concedida pela Resolução n.º 4094/2020, de 21/10/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 4º A renovação da autorização para o funcionamento dos ensinos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.648/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 854/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.856.079-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola de Tempo Integral Padre Luiz Gonzaga de Souza Vieira – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Hermenegildo Cavazzani, 835, do Município de Ribeirão do Pinhal, NRE de Jacarezinho.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação de Amparo à Criança e ao Adolescente de Ribeirão do Pinhal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2821/2021, de 29/06/2021, com vigência até 11/03/2030.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 3266/2019, de 19/08/2019, com vigência até 16/09/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 17/09/2024 até 16/09/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.649/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1070/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.704.398-0,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Carolina Lupion – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Jorge Barros, 1095, do Município de Carlópolis, NRE de Jacarezinho.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 718/2018, de 26/02/2018, com vigência até 10/12/2027.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.650/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016, 12/2021, e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1072/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.684.898-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, da Escola Renascer – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Avenida Francisco Pedro da Luz, 180, do Município de Candói, NRE de Guarapuava.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4220/2017, de 04/09/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4748/2020, de 03/12/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50157/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.651/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1110/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.971.558-7,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Pedro Araújo Neto - Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Presidente Kennedy, 200, do Município de General Carneiro, NRE de União da Vitória.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4375/2023, de 06/07/2023, com vigência até 20/11/2033.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.653/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 568/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.597.433-2,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Hermínia Rolim Lupion – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Prefeito Jácomo Masquetti, 148, do Município de Sabáudia, NRE de Apucarana.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2263/2019, de 13/06/2019, com vigência até 01/07/2028.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.654/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.531.730-9

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, no Colégio Estadual Osmar Guaracy Freire – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Serra do Mar, 90, do Município e NRE de Apucarana.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2880/2023, de 08/05/2023, com vigência até 08/01/2034.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 6211/2021, de 16/12/2021, e continua vigente para as demais ofertas de Cursos, nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.655/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 02/2014, 2/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.964.282-2,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares do Centro de Educação Infantil Cantinho do Céu, situado na Rua Péricles, 97, do Município e NRE Apucarana, com a oferta da Educação Infantil.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida por Nunes Faustin & Cia. Ltda. e foi autorizada a funcionar pela Resolução n.º 804/1999, de 09/03/1999, com vigência até 31/12/2001.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2002, a Resolução n.º 804/1999, de 09/03/1999, que autorizou o funcionamento da instituição de ensino para a oferta da Educação Infantil, ficando extinta a referida instituição.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.656/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.916.490-4,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, na Escola Municipal José de Alencar – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Apucarana, 415, do Município e NRE de Apucarana.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica, pela Resolução n.º 3374/2018, de 19/07/2018, com vigência até 11/05/2027.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2019, a Resolução n.º 4247/2008, de 17/09/2008, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.657/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.921.662-9,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, na Escola Municipal Fábio Henrique da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Jair Fidelis Marques, 240, do Município e NRE de Apucarana.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica, pela Resolução n.º 3265/2019, de 19/08/2019, com vigência até 05/06/2027.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2023, a Resolução n.º 5780/2008, de 15/12/2008, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.658/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 553/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.919.437-4,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas à 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, área da surdez, Ensino Fundamental e Médio, no Colégio Estadual Cívico-Militar Anita Garibaldi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua dos Estudantes, 62, do Município de Jardim Alegre, NRE de Ivaiporã.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1543/2022, de 05/04/2022, com vigência até 31/12/2024.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2024, a Resolução n.º 2592/2015, de 19/08/2015, que autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento na instituição de ensino.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.659/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 605/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.409.715-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual do Campo de Barra Preta – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Ivaiporã, s/n, no Município de Jardim Alegre, NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, que obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3532/2017, de 07/08/2017, com vigência até 05/10/2027.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 2788/2019, de 22/07/2019, com vigência até 04/04/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 04/04/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.660/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.932.848-6,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Planejamento e Controle de Produção – Eixo Tecnológico: Produção Industrial, integrado ao Ensino Médio, no Centro Estadual de Educação Profissional Paulo Renato de Souza, situado na Rua Agostinho Areco, 49, do Município de Terra Roxa e NRE de Toledo.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional em Nível Médio, pela Resolução n.º 239/2019, de 31/01/2019, com vigência até 27/11/2028.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 7700/2022, de 28/11/2022, e continua vigente para as demais ofertas de Cursos, nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.661/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.921.290-9

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Agronegócio – Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, integrado ao Ensino Médio, no Colégio Agrícola Estadual de Toledo – Ensino Médio e Profissional Integrado, situado na Estrada Narciso Antônio Casarotto, 1911, do Município e NRE de Toledo
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução n.º 952/2017, de 20/03/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 6260/2021, de 20/12/2021, e continua vigente para as demais ofertas de Cursos, nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50159/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.662/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.949.479-3

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em

Planejamento e Controle de Produção – Eixo Tecnológico: Produção Industrial, integrado ao Ensino Médio, no Colégio Estadual Jardim Europa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua General Câmara, 879, do Município e NRE de Toledo.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5074/2016, de 11/11/2016, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 7700/2022, de 28/11/2022, e continua vigente para as demais ofertas de Cursos, nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.670/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.079.817-8,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Programação de Jogos Digitais – Eixo Tecnológicos: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, presencial, com até 20% de atividades escolares não presenciais para o período diurno e com até 30% de atividades escolares não presenciais para o período noturno, no Colégio Estadual Arnaldo Busato – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Rosa Stedile, 520, do Município de Coronel Vivida, NRE de Pato Branco.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4771/2016, de 31/10/2016, com vigência até 02/02/2027.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 7698/2022, de 08/12/2022, que continua em vigor para o credenciamento para ofertar o Curso Técnico em Programação de Jogos Digitais – Eixo Tecnológicos: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, presencial, com até 20% de atividades escolares não presenciais para o período diurno e com até 30% de atividades escolares não presenciais para o período noturno, nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.671/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.911.421-6,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial e até 20% de atividades não presenciais, no Colégio Estadual Arnaldo Busato – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Rosa Stedile, 520, do Município de Coronel Vivida, NRE de Pato Branco.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4771/2016, de 31/10/2016, com vigência até 02/02/2027.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 6234/2021, de 17/12/2021, que continua em vigor para o credenciamento para ofertar o Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial e até 20% de atividades não presenciais, nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.672/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.931.031-5,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 08/02/2024, a denominação do Centro Municipal de Educação Infantil Jesus Menino, situado na Rua Rio de Janeiro, s/n, do Município de Roncador, NRE de Campo Mourão, para Centro Municipal de Educação Infantil Izidoro Puretz.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4506/2023, de 12/07/2023, com vigência até 17/07/2028.
§ 2º A alteração da denominação está amparada na/o Lei/Decreto Municipal n.º 1.471/2024, de 08/02/2024.
Art. 2º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com o ato regulatório citado.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.673/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1106/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.722.086-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Gurilândia – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Guarapuava, 1582, do Município e NRE de Campo Mourão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 156/2022, de 19/01/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 1263/2017, de 29/03/2017, com vigência até 31/12/2020.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.675/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1112/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.726.891-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área das altas habilidades/superdotação, na Escola Municipal Gurilândia – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Guarapuava, 1582, do Município e NRE de Campo Mourão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 156/2022, de 19/01/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 1263/2017, de 29/03/2017, com vigência até 31/12/2020.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.679/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 859/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 18.086.553-5,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil São Francisco, situado na Rua Sebastião Ribas de Oliveira, s/n, do Município de Campo Bonito, NRE de Cascavel.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5025/2016, de 09/11/2016, com vigência até 05/12/2026.
§ 2º A autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 5025/2016, de 09/11/2016, com vigência até 05/12/2021.
§ 3º A renovação é concedida até o final do ano de 31/12/2025. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 05/12/2025.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.680/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 860/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.078.210-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal Lauro Luiz – Ensino Fundamental, situada na Rua 13 de Maio, 311, do Município de Campo Bonito, NRE de Cascavel.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1903/2021, de 27/04/2021, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1903/2021, de 27/04/2021, com vigência até 31/12/2022.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2023 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.681/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1075/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.621.092-1,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Newton Sampaio – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Antonio Vilela da Silva, 295, do Município de São José da Boa Vista, NRE de Wenceslau Braz.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3758/2022, de 30/06/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.682/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1079/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.656.989-0,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Anita Canet – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Major Vergilio, 283, do Município de Jaguariaíva, NRE de Wenceslau Braz.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1086/2020 de 07/04/2020, com vigência até 09/10/2028.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50160/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.684/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021**,** ambas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 16.108.888-9,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Resolução n.º 38/2020, de 06 de janeiro de 2020, do Colégio Estadual Tiradentes – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Argentina, 611, do Município de Cafezal do Sul, NRE de Umuarama, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.
§ 1º No Art.1º onde se lê: "Autorizar", leia-se: "Renovar a autorização para";
§ 2º O § 2º do Art. 1º fica alterado de: "A autorização para funcionamento é por 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente Resolução", para "A autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 1614/2015, de 23/06/2015, com vigência até 01/07/2019".
§ 3º O § 3º do Art. 1º fica alterado de: "A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização para funcionamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º" para **"**A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 01/07/2024".
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.695/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 57/2024 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.345.092-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Santa Felicidade – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Bortolo Paulin, 227, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1549/2023, de 14/03/2023, com vigência até 26/12/2032.
§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 519/2020, de 02/03/2020, com vigência até 24/04/2023.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 25/04/2023 a 24/04/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.696/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 108/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.681.114-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Domingos Zanlorenzi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Padre Paulo Warkocz, 670, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2953/2017, de 10/07/2017, com vigência até 30/04/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1444/2020, de 05/05/2020, com vigência até 15/12/2023.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 16/12/2023 a 15/12/2027. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.697/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os Decretos Federais n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e n.º 9057, de 25 de maio de 2017, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 o Parecer n.º 174/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.298.930-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Eletrônica – Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, do Instituto Monitor, situado na Rua XV de Novembro, 621, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Instituto Educacional Monitor Ltda. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 1762/2024, de 02/04/2024, com vigência até 05/11/2028.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Eletrônica – Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, a distância, foi concedido pela Resolução n.º 1974/2020, de 26/05/2020, com vigência até 06/11/2023.

§ 3º A renovação do reconhecimento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 07/11/2023 a 06/11/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.698/2024– GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 114/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual da Educação e o contido no protocolado n.º 19.053.664-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Colégio Estadual Santa Rosa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua João Tobias de Paiva Neto, 515, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1112/2020, de 08/04/2020, com vigência até 07/02/2028.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2403/2021, de 31/05/2021, com vigência até 07/02/2022.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 08/02/2022 a 07/02/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.699/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 154/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.316.972-8,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Centro de Educação Profissional Grau Técnico – Unidade Portão, situado na Avenida República Argentina, 2907, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida por Portão Cursos Técnicos Ltda. e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 4926/2021, de 18/10/2021, com vigência até 20/10/2031.
§ 2º A Resolução n.º 4928/2021, de 18/10/2021, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 20/06/2023.
§ 3º O reconhecimento é desde 20/10/2021 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 21/06/2023 a 20/06/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.700/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 181/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.485.161-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Teatro – Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida João Gualberto, 250, no Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2323/2018, de 22/05/2018, com vigência até 19/11/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 4134/2019, de 24/10/2019, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação do reconhecimento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 a 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.701/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 115/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 19.150.637-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), do Colégio Madre Cecília Cros – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Benvenuto Gusso, 1634, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Congregação das Missionárias Filhas da Sagrada Família de Nazaré e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2954/2017, de 10/07/2017, com vigência até 29/11/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 88/2018, de 08/01/2018, com vigência até 31/12/2022.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2023 a 31/12/2027. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.703/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 187/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.685.362-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Domingos Zanlorenzi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Padre Paulo Warkocz, 670, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2953/2017, de 10/07/2017, com vigência até 30/04/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1444/2020, de 05/05/2020, com vigência até 15/12/2023.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 16/12/2023 a 15/12/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.704/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, 03/2022, 06/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP, o Parecer n.º 412/2023 – CEMEP, e o Parecer n.º 208/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 20.819.498-4,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, na forma de Experimento Pedagógico, com implantação simultânea, no Colégio Estadual Professora Iara Bergmann – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Reinaldo de Carvalho Bola, 101, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3981/2016, de 20/09/2016, com vigência até 14/10/2026.
§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir da data da publicação do ato. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50161/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.705/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os Decretos Federais n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e n.º 9057, de 25 de maio de 2017, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 o Parecer n.º 172/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.841.192-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Transações Imobiliárias – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, do Centro de Educação Profissional Exitum, situado na Rua Itupava, 90, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola Paranaense de Educação a Distância Ltda. – ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 3013/2022, de 01/06/2022, com vigência até 26/10/2025.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Transações Imobiliárias – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, a distância, foi concedida pela Resolução n.º 2951/2020, de 03/08/2020, com vigência até 02/02/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 03/02/2024 a 02/02/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.706/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.784.652-8,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Padre João Wislinski – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Francis Bacon, 07, do Município e NRE de Curitiba.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7484/2023, de 24/10/2023, com vigência até 31/12/2028.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2024, a Resolução n.º 1583/2022, de 06/04/2022, que autorizou o funcionamento das ofertas na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.707/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.784.652-8,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, na forma de Experimento Pedagógico, no Colégio Estadual Cívico-Militar Padre João Wislinski – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Francis Bacon, 07, do Município e NRE de Curitiba.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7484/2023, de 24/10/2023, com vigência até 31/12/2028.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2024, a Resolução n.º 7561/2023, de 30/10/2023, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.708/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1119/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.764.215-9,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal do Campo Olavo Bilac – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Pantaleão, s/n, do Município de Sapopema, NRE de Telêmaco Borba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3187/2021, de 26/07/2021, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.710/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 04/2021, 10/2021, 12/2021, 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.874.244-0,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, na Escola Municipal José Marques de Macedo – Ensino Fundamental, situada na Avenida Paraná, s/n, do Município de São Pedro do Paraná, NRE de Loanda.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1440/2020, de 05/05/2020, com vigência até 15/08/2029.
§ 2º Houve cessação temporária pelo Ato Administrativo n.º 01/2018, de 12/01/2018, no período de 01/01/2018 a 31/12/2019.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2020, a Resolução n.º 3303/2012, de 29/05/2012, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.711/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022**,** todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 17.162.105-4,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Resolução n.º 2214/2021, de 18/05/2021, do Colégio Estadual Gratulino de Freitas – Ensino Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Dr. João Cândido, 348, do Município de Guaratuba, NRE de Paranaguá, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.
Parágrafo único: No Art. 1º, incluir: § 5º: Adequar a nomenclatura da instituição de ensino, que, em decorrência da autorização concedida, passa a denominar-se: Colégio Estadual Gratulino de Freitas – Ensino Fundamental, Ensino Médio, Normal e Profissional.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.712/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1128/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.989.764-2,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal São José – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida São João, 2, do Município de Peabiru, NRE de Campo Mourão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 308/2022, de 02/02/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.728/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 631/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.456.220-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Ignês de Souza Caetano – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Rui Barbosa, 25, do Município e NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 572/2017, de 23/02/2017, com vigência até 09/07/2027.
§ 2º A autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 853/2019, de 07/03/2019, com vigência até 25/03/2024.
§ 3º A renovação é concedida até o final do ano de 2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.729/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1042/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.484.110-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Estadual do Campo Júlio Emerenciano – Ensino Fundamental, situada na Rua Cambé, s/n, no Município de São João do Ivaí, NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, que obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4085/2020, de 21/10/2020, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 2789/2019, de 22/07/2019, com vigência até 04/03/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 04/03/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.730/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 873/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.646.820-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Ignês de Souza Caetano – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Rui Barbosa, 25, do Município e NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 572/2017, de 23/02/2017, com vigência até 09/07/2027.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4834/2020, de 09/12/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.731/2024 – GS/SEED

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1033/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.461.482-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal do Campo Dom João VI – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Rolândia, s/n, do Município e NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3774/2020, de 22/09/2020, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 851 07/03/2019, com vigência até 25/03/2024.
§ 3º A renovação é concedida até o final do ano de 2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50162/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.732/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022 e 03/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.996.157-0,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Fundamental – Fase I, na Escola Municipal José Idésio Brianezi – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Rio Alonzo, 55, do Município e NRE de Apucarana.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1501/2022, de 04/04/2022, com vigência até 09/08/2032.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2023, a Resolução n.º 1453/2009, de 24/04/2009, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.733/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 876/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.048.991-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal Getúlio Vargas – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Tucunduva, 1033, do Município de Nova Santa Rosa, NRE de Toledo.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2371/2020, de 22/06/2020, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2371/2020, de 22/06/2020, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.734/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 877/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.052.818-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal do Campo Prudente de Morais – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Barra Santa Salete, do Município de Manoel Ribas, NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3725/2023, de 12/06/2023, com vigência até 31/12/2033.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2636/2021, de 16/06/2021, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.735/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 878/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.051.274-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal do Campo Ari Kfuri – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Alameda Machado de Assis, s/n, do Município de Manoel Ribas, NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4172/2023, de 03/07/2023, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, e do Ensino Fundamental (anos iniciais), foi concedida pela Resolução n.º 1944/2021, de 29/04/2021, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento dos ensinos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.737/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 02/2016, 12/2021 e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1132/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.958.015-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, da Escola Elenita Almeida Ferreira – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua Afonso de Almeida Rocha, 1853, do Município de Coronel Domingos Soares, NRE de Pato Branco.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1911/2017, de 02/05/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5006/2020, de 11/12/2020, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.740/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 02/2016, 12/2021, e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1078/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.911.483-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, da Escola Zilda Arns Neumann – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Avenida Deputado Arnaldo Busato, 980, do Município de Santa Helena, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e obteve a última renovação do credenciamento para a Educação Básica pela Resolução n.º 5531/2016, de 12/12/2016, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2415/2020, de 23/06/2020, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.741/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 02/2016, 12/2021 e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1061/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.899.933-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, da Escola Raio de Luz – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Avenida Rio Grande, 101, do Município de São Pedro do Iguaçu, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3584/2017, de 08/08/2017, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4257/2021, de 16/09/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 0/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.763/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1118/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.782.096-0,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Áurea Del Cortez Benck – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Professora Ivana Martins dos Anjos, 210, do Município de Guaíra, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2647/2020, de 21/07/2020, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.764/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.926.889-0,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, na Escola Municipal Professora Idalice Moreira Prates – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua João Matiuzzi, 425, do Município e NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1713/2021, de 20/04/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º Houve cessação temporária pelo Ato Administrativo n.º 298/2021, de 17/11/2021, no período de 01/01/2022 a 31/12/2023.

Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2024, a Resolução n.º 4355/2008, de 19/09/2008, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.766/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 882/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.826.278-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Líder, situado na Rua Maranhão, 1717, no Município de Marechal Cândido Rondon, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1947/2024, de 10/04/2024, com vigência até 20/05/2034.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 3801/2020, de 22/09/2020, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.767/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.070.303-7,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Fundamental – Fase II e o Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, no Colégio Estadual de Arapuã – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Professor José Olímpio de Oliveira, 106, do Município de Arapuã, NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 427/2017, de 17/02/2017, com vigência até 26/09/2026.

§ 2º Houve cessações temporárias pelos Atos Administrativos n.º 224/2020, de 08/09/2020, e n.º 146/2022, de 04/05/2022 no período de 01/01/2020 a 31/12/2023.

Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2024, a Resolução n.º 3553/2010, de 20/08/2010, que autorizou o funcionamento das ofertas na instituição de ensino.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.768/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 883/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.964.017-0

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Alegria do Saber, situado na Praça Severino Belonci, 45, do Município de Califórnia e NRE de Apucarana.
§ 1º A instituição é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2695/2019, de 16/07/2019, com vigência até 04/11/2028.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 03 (três) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 883/2021, de 03/03/2021, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Ampliar a oferta da Educação Infantil para o atendimento de crianças de 02 (dois) anos.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

50164/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo n.º 22.147.221-7

Com fundamento no disposto na Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, e considerando o contido no protocolado em epígrafe, designo o servidor Renato Antonio Cipriano, RG n.º 6.874.XXX-2, para exercer, a partir da data de publicação deste Ato, a função de diretor interino do Colégio Estadual Professor Ricardo Lunardelli, do Município de Porecatu, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Londrina.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

50342/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

RESOLUÇÃO N.º 2.830/2024 – GS/SEED

Súmula: Afasta servidores das funções de diretor e diretor auxiliar.

O **Secretário de Estado da Educação,** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2024, com fulcro no art. 29 da Lei n.º 21.648, de 25 de setembro de 2023, e considerando o contido no protocolado n.º 22.147.221-7,

R E S O L V E:

Art. 1.º Afastar definitivamente, da função de diretor, Edson Reinaldo Bordignon, RG n.º 5.649.XXX-4; da função de diretor auxiliar, Raquel Adriana de Lima Moura, RG n.º 5.883.XXX-9, e Alessandro Piovesana, RG n.º 9.495.XXX- 8, servidores do Colégio Estadual Professor Ricardo Lunardelli, do Município de Porecatu, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Londrina.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

50334/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Extrato – Termo Aditivo aos Termos de Colaboração celebrados com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e coirmãs.
Objeto: Alteração dos valores e da forma de custeio dos termos de Colaboração, conforme quadro a seguir:

Curitiba, 9 de maio de 2024.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

N°	ORDEM	TERMO	PROTOCOLO	NRE	MUNICÍPIO	MANTENEDORA	MANTIDA	VALOR R$
1	1°	202300050	22.052.278-4	ASSIS CHATEAUBRIAND	ASSIS CHATEAUBRIAND	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE DEFICIENTES ÁUDIO-VISUAIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND	ESCOLA BILÍNGUE P SURD RAIO DE SOL, E-EI EF MOD	-29.895,26
2	1°	202300109	22.054.055-3	CORNÉLIO PROCÓPIO	SANTO ANTÔNIO PARAÍSO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO	ESCOLA PARAISO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	76.115,69
3	1°	202300110	22.054.079-0	CORNÉLIO PROCÓPIO	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA	ESCOLA PREFEITO JOÃO MARIA PROENÇA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	-619.568,13
4	1°	202300186	22.053.157-0	GOIOERÊ	JURANDA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JURANDA	ESCOLA DIENE CRISTINA DA SILVA COSTA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	258.069,86
5	1°	202300245	22.054.050-2	LARANJEIRAS DO SUL	QUEDAS DO IGUAÇU	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE QUEDAS DO IGUACU	ESCOLA ELVIRA ANDREGHETTO SEVERGNINI - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	271.099,04
6	1°	202300359	22.059.711-3	PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	ASSOCIAÇÃO PONTAGROSSENSE DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA DEFICIENTE	ESCOLA NOLY ZANDER - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	-193.012,52
7	1°	202300384	22.055.371-0	UMUARAMA	CRUZEIRO DO OESTE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CRUZEIRO DO OESTE	ESCOLA IRMÃ ANA TOMCZAK - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	-4.217,14
8	1°	202300388	22.055.789-8	UMUARAMA	IVATÉ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVATÉ	ESCOLA AMOR E PAZ - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	521.108,47

50228/2024

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE, DE ACORDO COM O ARTIGO 245, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

0 A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 245, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 411 DE 10/05/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
ADRIANA VASSI ALVES	69858449	1	NII11	220838382	30/04/2024	29/04/2026	730

49711/2024

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 240, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 410 DE 10/05/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
LUCIANA HELENA DE OLIVEIRA	0434776491093		NII11	221517610	13/05/2024	12/05/2026	730
VALDENICE DOMINGUES FREIRE DA SILVA	46138430	1	NIII09	221497678	27/06/2024	26/06/2026	730
VALDENICE DOMINGUES FREIRE DA SILVA	46138430	2	NIII09	221497678	27/06/2024	26/06/2026	730

49713/2024

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 240, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 412 DE 10/05/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
SIMONE KOLM CIESIELSKI	100084490	3	NII06	221364732	03/06/2024	02/06/2026	730

49714/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1592 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 7173
Nome do Estabelecimento: CENTRO ED PROFIS ANISIO J. PEDRUSSI-CEAP
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
REGINA DOS SANTOS PEDROSO BETIM	94675383PR	76	069007173C001	14	08/05/2024	2023

CURITIBA, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): MARINEZ APARECIDA CONTE
Nº Ato do(a) Secretário(a): ATO Nº 02/15 DATA ATO 03/08/2015
Nome do(a) Diretor(a): HELENA FRANÇA PEDRUSSI
Nº Ato do(a) Diretor(a): ATO Nº 01/01 Data ato:17/11/2001

49850/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1598 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 23869
Nome do Estabelecimento: INSTITUTO MONITOR
Nome do Curso: TEC EM CONTABILIDADE-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
JHENIFFER MARQUES SABARA	129712112PR	210	069023869D001	3	07/05/2024	2024
LUÍS LEANDRO NADALIM TEIXEIRA	125333745PR	211	069023869D001	4	07/05/2024	2024

CURITIBA, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): LARISSA ANDRIELLE NADOLNY
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/2022
Nome do(a) Diretor(a): VALÉRIA LOPES TEIXEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2021

49920/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1589 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 480
Nome do Município: CASCAVEL
Código do Estabelecimento: 4399
Nome do Estabelecimento: CENTRO EST EDUC PROFIS PEDRO B NETO
Nome do Curso: TEC EM ELETRONICA-INT ET CPI

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA CLARA FREITAS MOTA	138791084PR	321	048004399D001	64	26/03/2024	2023
ARTHUR BACOVICZ NOVAES PENA	146014895PR	322	048004399D001	64	26/03/2024	2023
ARTHUR ROTHENBURG	135816086PR	323	048004399D001	64	26/03/2024	2023
EMANUELL HENRIQUE ROSSETTO	131754558PR	324	048004399D001	64	26/03/2024	2023
FELIPE AUGUSTO MORAIS	140196991PR	325	048004399D001	64	26/03/2024	2023
HENRIQUE RIBEIRO	137993589PR	326	048004399D001	65	26/03/2024	2023
ISABELA MARTINS ZAMBONI	129381582PR	327	048004399D001	65	26/03/2024	2023
JOAO GUILHERME SEUBERT	153262691PR	328	048004399D001	65	26/03/2024	2023
JOAO VICTOR BARBOSA TEIXEIRA DOS SANTOS	147693095PR	329	048004399D001	65	26/03/2024	2023
JULIANO RODRIGUEZ VARELA	134039876PR	330	048004399D001	65	26/03/2024	2023
KAREN GOEDERT	132861315PR	331	048004399D001	66	26/03/2024	2023
KAUA FERREIRA ROCHA	148446032PR	332	048004399D001	66	26/03/2024	2023
MARIA EDUARDA DE LIMA ROCHA	148446040PR	333	048004399D001	66	26/03/2024	2023
MATHEUS YUDI LUTIKOSKI UEHARA	146894194PR	334	048004399D001	66	26/03/2024	2023
NICOLAS FERNANDES DA ROCHA	148405263PR	335	048004399D001	66	26/03/2024	2023
PAULO HENRIQUE COUTO NATARI	111738912PR	336	048004399D001	67	26/03/2024	2023
RAQUEL CAVALHEIRO	141794230PR	337	048004399D001	67	26/03/2024	2023
VITOR HUGO SOARES	134954965PR	338	048004399D001	67	26/03/2024	2023
YURI GASTAO MARION NASCIMENTO	128156666PR	339	048004399D001	67	26/03/2024	2023

CASCAVEL, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): ELIZANDRA APARECIDA DE ANDRADE
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 01225
Nome do(a) Diretor(a): MONICA VIRGINIA MISSAU
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 01904

49858/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1588 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 23656
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS HERRERO
Nome do Curso: TEC EM SAUDE BUCAL-INT ET ASS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
MARIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA MARCONDES	074.414.559-79PR	7	069023656D001	2	29/04/2024	2023

CURITIBA, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): LUCY TEREZINHA FRACASSO MORAES
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº 001/2000 DATA: 13/03/2000
Nome do(a) Diretor(a): SERGIO HERRERO MORAES
Nº Ato do(a) Diretor(a): Ato 002/2000 Data Ato :13/03/2000

49869/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1590 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24560
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS IBREP/PR
Nome do Curso: TEC EM TRANSACOES IMOB-S ET GN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão

FRANCIELLE ROBERTA FRANCO	89545048PR	111	069024560D001	2	03/05/2024	2024
GABRIELLY MUNHOZ MOREIRA DA SILVA	145930413PR	112	069024560D001	2	03/05/2024	2024
IGOR SENTONE FERREIRA SANTOS	124135109PR	113	069024560D001	2	03/05/2024	2024
JAQUELINE MARQUES LAZAI	87194159SC	114	069024560D001	2	03/05/2024	2024
JOÃO MACIEL DE SOUZA GONÇALVES LOPES	146305539PE	115	069024560D001	2	03/05/2024	2024
PATRÍCIA DE OLIVEIRA PIETROSKI DOS SANTOS	137815753MA	116	069024560D001	3	03/05/2024	2024
RENAN SOUZA OLIVEIRA	139023668PR	117	069024560D001	3	03/05/2024	2024

CURITIBA, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): LUCIA DE FÁTIMA SILVA DA COSTA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 04/2019 02/05/2019
Nome do(a) Diretor(a): CHAIANY FARIAS
Nº Ato do(a) Diretor(a): Ato 003/2019 Data Ato :02/05/2019

49874/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1591 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 23869
Nome do Estabelecimento: INSTITUTO MONITOR
Nome do Curso: TEC EM TRANSACOES IMOB-S ET GN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA MARIA DE AMARAL MILEK	39771900PR	220	069023869D001	5	07/05/2024	2024
CARMEM LUCIA FRANCISCO	23495395SP	212	069023869D001	4	07/05/2024	2024
CLECIO SILVA DE ALMEIDA	276338AP	213	069023869D001	4	07/05/2024	2024
ELISANGELA CAVALCANTI FERREIRA	61498222PR	214	069023869D001	4	07/05/2024	2024
GIOVANI GUICHARD LORENZEN	1466396SC	221	069023869D001	6	07/05/2024	2024
JOÃO VICTOR DA CRUZ VIEIRA	130800092PR	222	069023869D001	6	07/05/2024	2024
JOÃO VITOR MACHADO	137528304PR	215	069023869D001	4	07/05/2024	2024
JOSE IVAM CHANDELIER	43310542PR	216	069023869D001	5	07/05/2024	2024
LAURA CHRISTINA DIEGUEZ PASSOS BUSSULO	110869606PR	217	069023869D001	5	07/05/2024	2024
MUNIQUE DAIANE CONTI PERISSATO	64707364XSP	218	069023869D001	5	07/05/2024	2024
RAFAELA ALVES DOS SANTOS	133796991PR	223	069023869D001	6	07/05/2024	2024
VAGNER LISBÔA	86378248PR	219	069023869D001	5	07/05/2024	2024

CURITIBA, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): LARISSA ANDRIELLE NADOLNY
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/2022
Nome do(a) Diretor(a): VALÉRIA LOPES TEIXEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2021

49879/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1600 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2570
Nome do Município: SAO JOSE DOS PINHAIS
Código do Estabelecimento: 28883
Nome do Estabelecimento: CENTRO DE ENSINO GRAU TECNICO - SPJ
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
GUSTAVO HENRIQUE CESAR	127774358PR	81	257028883D001	4	26/04/2024	2023
NATALI VITORIA RAMOS REIS	111520470PR	86	257028883D001	5	10/05/2024	2024
ROSIMAR DO ROCIO DE LIMA	39242672PR	84	257028883D001	4	10/05/2024	2024

SAO JOSE DOS PINHAIS, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): LUIZ CARLOS DE SOUZA CUSTODIO
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/2023 de 05/01/2023
Nome do(a) Diretor(a): CARLOS AUGUSTO BUENO ORMEROD
Nº Ato do(a) Diretor(a): 02/2019 Data Ato :14/11/2019

49935/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1602 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 180
Nome do Município: ARAUCARIA
Código do Estabelecimento: 26235
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDU PROFIS MENNA BARRETO
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
JANAINA FRANCIELLE DA SILVA CARNEIRO	9.061.155-0PR	8	018026235C001	2	10/05/2024	2022
JENIFER LUANA PROCOPIO DA LUZ	13.544.753-6 PR	6	018026235C001	2	08/05/2024	2023

ARAUCARIA, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): ALINE STEPHANI RODRIGUES
Nº Ato do(a) Secretário(a): 003/2022
Nome do(a) Diretor(a): JONES BRAGHIROLLI MENNA BARRETO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 02/2023

49947/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1597 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 7017
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS EPICOS
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA CAROLINA DOS SANTOS PEREIRA	129285389PR	117	069007017D001	8	10/05/2024	2024
BRUNA ROSA DA SILVA	138531317PR	118	069007017D001	8	10/05/2024	2024
CARINA DO ROCIO LIMA MICAS	87708985PR	119	069007017D001	8	10/05/2024	2024
EDILAINE MARIA LOPES CARDOSO	133470999PR	124	069007017D001	9	10/05/2024	2024
ELIANE ALVES	62755121PR	123	069007017D001	9	10/05/2024	2024
ELISA ARRUDA LEMES	155443545PRPR	120	069007017D001	8	10/05/2024	2024
ELMARI KAMPA FERRACINI ALVES	106363188PR	125	069007017D001	9	10/05/2024	2024
ÉRICA CAROLINE FERREIRA LIMA PINTO	101950522PR	121	069007017D001	9	10/05/2024	2024
EVELIN NARDI	142133300PR	122	069007017D001	9	10/05/2024	2024
FLAVIANI DA ROSA MELO DOS SANTOS	110286066PR	126	069007017D001	10	10/05/2024	2024
GISLAINE JAQUETTI	133227229PR	127	069007017D001	10	10/05/2024	2024
GISLAINE ZACARIAS TATARA	96684436PR	128	069007017D001	10	10/05/2024	2024
JANAINA FERREIRA DO NASCIMENTO	147906781PR	130	069007017D001	10	10/05/2024	2024
JESSICA SANTOS DA ROCHA	126035055PR	133	069007017D001	11	10/05/2024	2024
JOCIANE RAMOS BATISTA	87582752PR	131	069007017D001	11	10/05/2024	2024
LIGIA DE OLIVEIRA RICCI	130669700PR	132	069007017D001	11	10/05/2024	2024
MARILEI CRISTIANE SANTOS	87316211PR	134	069007017D001	11	10/05/2024	2024
PAMELA RAIANA DOS SANTOS SILVA	135234958PR	136	069007017D001	12	10/05/2024	2024
RENATHA MARTINS DE OLIVEIRA	142058391PR	138	069007017D001	12	10/05/2024	2024
ROSANGELA CRISTINA SOBREIRO LEITE	04893207911PR	137	069007017D001	12	10/05/2024	2024
SANDRA BATISTA DE SOUZA	59987275PR	139	069007017D001	12	10/05/2024	2024
SONIA DO ROCIO TENORIO	81151040PR	141	069007017D001	13	10/05/2024	2024
SUÉLLI DA SILVEIRA KLEINSCHMIDT	135905291PR	140	069007017D001	12	10/05/2024	2024

CURITIBA, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): DAIANE DE FATIMA GABARDO BELEMER
Nº Ato do(a) Secretário(a): 001/16 data do ato 30/03/2016
Nome do(a) Diretor(a): FABINE MILARCH DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 05/2011 Data Ato :05/2011

49913/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1601 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14924
Nome do Estabelecimento: EFICAZ - CEM, C-EI EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM ESTETICA-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
GABRIELA DE CARVALHO SILVA	146746853PR	79	153014924D001	13	09/05/2024	2021

MARINGA, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): VALQUIRIA GONÇALVES DE MATOS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/2024 DATA: 02/02/2024
Nome do(a) Diretor(a): AMANDA CEZAR DE CASTRO CHAVES
Nº Ato do(a) Diretor(a): 07/16 Data Ato :18/04/2016

49943/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1596 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1932
Nome do Município: PINHAIS
Código do Estabelecimento: 30081
Nome do Estabelecimento: CENTRO DE EDUC PROF VECHI & FRATIN
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIELE GARCIA DOS SANTOS	99439459PR	1	193230081D001	1	07/05/2024	2023
ALESSANDRA MARIA GUEDES PEREIRA	144625102SP	3	193230081C001	1	09/05/2024	2023
ANGELICA BARBOSA MARAFIGO	102303873PR	6	193230081C001	2	09/05/2024	2023
BRUNA RAFAELA DA SILVA DIAS TAVARES	104985343PR	4	193230081C001	1	09/05/2024	2023
CLEITON ALVES CAMILO	12.703.759-0PR	7	193230081C001	2	09/05/2024	2023
CLEUSA FERREIRA RODRIGUES DA SILVA	58416622PR	5	193230081C001	1	09/05/2024	2023
EMYLEE NAYARA PEREIRA DOMINGUES DA LUZ	133667571PR	8	193230081C001	2	09/05/2024	2023
HELOISA BRUSNICKI SKOVRONSKI	133854754PR	9	193230081C001	2	09/05/2024	2023
JANAINA CRISTINA DE LIMA	89753716PR	10	193230081C001	2	09/05/2024	2023
LARISSA COUTINHO DA SILVA	14.664.297-7PR	11	193230081C001	3	09/05/2024	2023
LUCIANO CEZARIO DA SILVA	92172511PR	12	193230081C001	3	09/05/2024	2023
MARIELLE FERREIRA BUENO	97989702PR	14	193230081C001	3	09/05/2024	2023
MARLENE SILVERIO DE ANDRADE	63921408PR	13	193230081C001	3	09/05/2024	2023
MIRIAM SALETE NEVES LISS	80028652PR	15	193230081C001	3	09/05/2024	2023
NELCI JANETE PAVILAKI	98218218PR	16	193230081C001	4	09/05/2024	2023
NILDA TEIXEIRA DE LIMA	66290620PR	17	193230081C001	4	09/05/2024	2023
REGIANE ALVES DOS SANTOS	61682910PR	18	193230081C001	4	09/05/2024	2023
SHAYLA MARIANA CARNEIRO	494765227SP	20	193230081C001	4	09/05/2024	2023
SILVANO STOCK SCHNEIDER	4480207PR	19	193230081C001	4	09/05/2024	2023
THALITA CORDEIRO MARTINS TOSTA	102212533PR	21	193230081C001	5	09/05/2024	2023

PINHAIS, 13 de Maio de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): ELISANGELA CARBONERA CHAVES
Nº Ato do(a) Secretário(a): 001/2018 DATA ATO: 23/10/2018
Nome do(a) Diretor(a): GIOVANA FRATIN
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 01/2018 Data Ato :23/10/2018

49897/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1604 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1380
Nome do Município: LONDRINA
Código do Estabelecimento: 13491
Nome do Estabelecimento: LONDRINENSE, C-EI EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM RADIOLOGIA-SUB ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

BRUNO BELAI RIBEIRO	140252980PR	34	138013491D001	5	10/05/2024	2024
GLAUCIANE ALVES DE OLIVEIRA	134554045PR	41	138013491D001	7	10/05/2024	2024
LUCINEIA DA LUZ MOREIRA	70875934PR	35	138013491D001	5	10/05/2024	2024
NICOLE JHULYE CHAVES MOYSES	39504456XSP	36	138013491D001	6	10/05/2024	2024
RAFAEL KAUIN RAMOS	123945000PR	37	138013491D001	6	10/05/2024	2024
RENATO CESAR SOARES DE PAULA	99924527PR	38	138013491D001	6	10/05/2024	2024
VINICIUS DE ALMEIDA CHAVES	133287809PR	40	138013491D001	6	10/05/2024	2024
VIVIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA	81376905PR	39	138013491D001	6	10/05/2024	2024

LONDRINA, 13 de Maio de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): MCHELLE DE ALCANTARA E SILVA CONTATO
Nº Ato do(a) Secretário(a): 27/04/2022
Nome do(a) Diretor(a): ELEAZAR FERREIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Ato Designação 02/1999 15/09/1999

49970/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1605 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14731
Nome do Estabelecimento: SANTA MARIA GORETTI, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA CLAUDIA DE SOUZA	123261275PR	91	153014731C001	5	09/05/2024	2023
ANA PAULA BARBOZA	101655776PR	92	153014731C001	5	09/05/2024	2023
ANDRESSA CRISTINA DA SILVA FERREIRA MUNIZ	106835640SP	93	153014731C001	5	09/05/2024	2023
ARIANE ROBERTA SANTOS DA SILVA	140609714PR	94	153014731C001	5	09/05/2024	2023
CARLOS MATTHEUS MENDONÇA ROCHA	159862526PR	95	153014731C001	5	09/05/2024	2023
DANIELA GRACY RAMOS DE MELO	18893988MT	96	153014731C001	6	09/05/2024	2023
DANIELE DOS SANTOS LIMA	89108489PR	97	153014731C001	6	09/05/2024	2023
DANIELE GOTARDO	143143627PR	98	153014731C001	6	09/05/2024	2023
EDINALIA PAES LIMA SANTOS	88245717PR	99	153014731C001	6	09/05/2024	2023
EDLAINE KATIUCIA GURITA DOS SANTOS	87958671PR	100	153014731C001	6	09/05/2024	2023
ELIZABETE OLIVEIRA DIAS	58098183PR	101	153014731C001	7	09/05/2024	2023
IGOR SOARES DOS SANTOS	100334402PR	102	153014731C001	7	09/05/2024	2023
JOSÉ ROBERTO DA SILVA	91113821PR	103	153014731C001	7	09/05/2024	2023
LUCAS SILVA DUARTE	142775506PR	104	153014731C001	7	09/05/2024	2023
MARCIA DE FREITAS RODRIGUES	78078278PR	105	153014731C001	7	09/05/2024	2023
PAOLA SERRA NOVAES	146703135PR	106	153014731C001	8	09/05/2024	2023
PRISCILA DOS SANTOS DA SILVA	89694175PR	107	153014731C001	8	09/05/2024	2023
REGINA VICENTINA DE VICENTE	71500713PR	108	153014731C001	8	09/05/2024	2023
TAINARA ROBERTA BORDIERI	134341777PR	109	153014731C001	8	09/05/2024	2023

MARINGA, 13 de Maio de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): MARGARETH APARECIDA SOUZA HARTKOPF
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº Nº 00137
Nome do(a) Diretor(a): EDILSON APARECIDO LIBERATO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03364

49990/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1595 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2570
Nome do Município: SAO JOSE DOS PINHAIS
Código do Estabelecimento: 24814
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS MENNA BARRETO
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão

JESSICA FERREIRA CORRÊA DA SILVA	10.471.938-4PR	3	257024814C001	1	08/05/2024	2014
JULIANE MARIA PYKOSZ	9.110.280-3PR	4	257024814C001	1	10/05/2024	2019
NATASHA LIMA GROS	12.874.584-0PR	1	257024814C001	1	08/05/2024	2019
RAFAELA FERREIRA KALKMANN	9.977.535-1PR	2	257024814C001	1	08/05/2024	2020

SAO JOSE DOS PINHAIS, 13 de Maio de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): ADRIANE MARIA LUSTOSA VICENTIN
Nº Ato do(a) Secretário(a): 02/2023
Nome do(a) Diretor(a): JONES BRAGHIROLLI MENNA BARRETO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Ato 003/2018 Data Ato: 01/10/2018

49964/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1603 - 13/05/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14731
Nome do Estabelecimento: SANTA MARIA GORETTI, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CARLA HELENA LEITE GENERAL	137684039PR	74	153014731C001	1	09/05/2024	2023
CAROLINA DA CUNHA CAPITÓ	124261570PR	75	153014731C001	1	09/05/2024	2023
DEISIANE OLIVEIRA DE CASTRO	20087697330CE	76	153014731C001	2	09/05/2024	2023
ELIARA DE SOUZA OLIVEIRA DOS SANTOS	136066234PR	77	153014731C001	2	09/05/2024	2023
ELOANE ESTÉFANE CARRENO	127488606PR	78	153014731C001	2	09/05/2024	2023
GEISSIANE LORRAINE FERRARINI	140286648PR	79	153014731C001	2	09/05/2024	2023
GIOVANA LOBIANCO ANGOTT	143831973PR	80	153014731C001	2	09/05/2024	2023
KELLY MARTINS CORDEIRO	145983037PR	81	153014731C001	3	09/05/2024	2023
LAURA HELENA VARANIS CASTELO CHORE	157874560PR	82	153014731C001	3	09/05/2024	2023
LETÍCIA OLIVEIRA SOUZA	139743334PR	83	153014731C001	3	09/05/2024	2023
LILIANE RODRIGUES BRAGA	135069477PR	84	153014731C001	3	09/05/2024	2023
LORENA NERIS DIONOR PINTO	140556947PR	85	153014731C001	3	09/05/2024	2023
MAURIANE MANO NASCIMENTO	129321156PR	86	153014731C001	4	09/05/2024	2023
NICOLY DA SILVA PINTO	145920442PR	87	153014731C001	4	09/05/2024	2023
PRISCILA RODRIGUES DO NASCIMENTO	92426742PR	88	153014731C001	4	09/05/2024	2023
VALERIA CRISTINA DE SOUZA	85114689PR	89	153014731C001	4	09/05/2024	2023
VERA LUCIA SOUZA FAVORETO	79351075PR	90	153014731C001	4	09/05/2024	2023

MARINGA, 13 de Maio de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): MARGARETH APARECIDA SOUZA HARTKOPF
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº Nº 00137
Nome do(a) Diretor(a): EDILSON APARECIDO LIBERATO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03364

49955/2024



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 0154/2024 – FUNDEPAR

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023, assim como nos termos da Lei Estadual n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 6.972 de 29 de maio de 2017 e, considerando:

I – O que estabelece a Constituição Federal em seus artigos 5º, inciso LV, e 37, *caput* e a Constituição do Estado do Paraná nos artigos 1º, inciso I, 12, inciso I e artigo 27, *caput*;

II – Os preceitos das Leis Federais n.º 8.666/1993; n.º 9.784/1999; n.º 10.520/ 2002; n.º 14.133/2021; na Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações; assim como no Decreto Federal n.º 10.024/2019;

III – O disposto nas Leis Estaduais n.º 15.608/2007; n.º 18.418/2014; n.º 19.848/2019 e n.º 20.656/2021, bem como nos Decretos Estaduais n.º 1.352/2015, n.º 33/2015, n.º 4.505/2016; n.º 10.086/22;

IV – O artigo 5º da Portaria n.º 0388/2023 – FUNDEPAR, publicada no D.O.E. n.º 11.541 de 14 de novembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar o prazo para conclusão dos **Autos n.º 52/2023** de Processo Administrativo, movido em face de Empresa **CONSTRUTORA V. MARTINS LTDA. - ME, CNPJ n.º 13.989.257/0001-60**, Protocolo n.º 21.343.215-0. Publique-se. Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto n.º 3.270/2023

49906/2024

PORTARIA N.º 0155/2024 – FUNDEPAR

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023, assim como nos termos da Lei Estadual n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 6.972 de 29 de maio de 2017 e, considerando:

I – O que estabelece a Constituição Federal em seus artigos 5º, inciso LV, e 37, *caput* e a Constituição do Estado do Paraná nos artigos 1º, inciso I, 12, inciso I e artigo 27, *caput*;

II – Os preceitos das Leis Federais n.º 8.666/1993; n.º 9.784/1999; n.º 10.520/ 2002; n.º 14.133/2021; na Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações; assim como no Decreto Federal n.º 10.024/2019;

III – O disposto nas Leis Estaduais n.º 15.608/2007; n.º 18.418/2014; n.º 19.848/2019 e n.º 20.656/2021, bem como nos Decretos Estaduais n.º 1.352/2015, n.º 33/2015, n.º 4.505/2016; n.º 10.086/22;

IV – O artigo 5º da Portaria n.º 0381/2023 – FUNDEPAR, publicada no D.O.E. n.º 11.545 de 21 de novembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar o prazo para conclusão dos **Autos n.º 53/2023** de Processo Administrativo, movido em face de Empresa **M. V. L. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – ME, CNPJ n.º 10.721.733/0001-79**, Protocolo n.º 21.343.320-2. Publique-se.Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto n.º 3.270/2023

49944/2024

PORTARIA N.º 0156/2024 – FUNDEPAR

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023, assim como nos termos da Lei Estadual n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 6.972 de 29 de maio de 2017 e, considerando:

I – O que estabelece a Constituição Federal em seus artigos 5º, inciso LV, e 37, *caput* e a Constituição do Estado do Paraná nos artigos 1º, inciso I, 12, inciso I e artigo 27, *caput*;

II – Os preceitos das Leis Federais n.º 8.666/1993; n.º 9.784/1999; n.º 10.520/ 2002; n.º 14.133/2021; na Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações; assim como no Decreto Federal n.º 10.024/2019;

III – O disposto nas Leis Estaduais n.º 15.608/2007; n.º 18.418/2014; n.º 19.848/2019 e n.º 20.656/2021, bem como nos Decretos Estaduais n.º 1.352/2015, n.º 33/2015, n.º 4.505/2016; n.º 10.086/22;

IV – O artigo 5º da Portaria n.º 0384/2023 – FUNDEPAR, publicada no D.O.E. n.º 11.541 de 14 de novembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar o prazo para conclusão dos **Autos n.º 54/2023** de Processo Administrativo, movido em face de Empresa **ENGE TAU CONSTRUTORA EIRELI - ME (atualmente ENGE TAU CONSTRUTORA LTDA – EPP), CNPJ n.º 14.416.340/0001-02**, Protocolo n.º 21.343.388-1. Publique-se. Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto n.º 3.270/2023

49948/2024

PORTARIA N.º 0157/2024 – FUNDEPAR

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023, assim como nos termos da Lei Estadual n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 6.972 de 29 de maio de 2017 e, considerando:

I – O que estabelece a Constituição Federal em seus artigos 5º, inciso LV, e 37, *caput* e a Constituição do Estado do Paraná nos artigos 1º, inciso I, 12, inciso I e artigo 27, *caput*;

II – Os preceitos das Leis Federais n.º 8.666/1993; n.º 9.784/1999; n.º 10.520/ 2002; n.º 14.133/2021; na Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações; assim como no Decreto Federal n.º 10.024/2019;

III – O disposto nas Leis Estaduais n.º 15.608/2007; n.º 18.418/2014; n.º 19.848/2019 e n.º 20.656/2021, bem como nos Decretos Estaduais n.º 1.352/2015, n.º 33/2015, n.º 4.505/2016; n.º 10.086/22;

IV – O artigo 5º da Portaria n.º 0387/2023 – FUNDEPAR, publicada no D.O.E. n.º 11.541 de 14 de novembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar o prazo para conclusão dos **Autos n.º 55/2023** de Processo Administrativo, movido em face de Empresa **CONSTRUTORA V. MARTINS LTDA. - ME, CNPJ n.º 13.989.257/0001-60**, Protocolo n.º 21.343.470-5. Publique-se. Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto n.º 3.270/2023

49953/2024

PORTARIA N.º 0158/2024 – FUNDEPAR

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023, assim como nos termos da Lei Estadual n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 6.972 de 29 de maio de 2017 e, considerando:

I – O que estabelece a Constituição Federal em seus artigos 5º, inciso LV, e 37, *caput* e a Constituição do Estado do Paraná nos artigos 1º, inciso I, 12, inciso I e artigo 27, *caput*;

II – Os preceitos das Leis Federais n.º 8.666/1993; n.º 9.784/1999; n.º 10.520/ 2002; n.º 14.133/2021; na Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações; assim como no Decreto Federal n.º 10.024/2019;

III – O disposto nas Leis Estaduais n.º 15.608/2007; n.º 18.418/2014; n.º 19.848/2019 e n.º 20.656/2021, bem como nos Decretos Estaduais n.º 1.352/2015, n.º 33/2015, n.º 4.505/2016; n.º 10.086/22;

IV – O artigo 5º da Portaria n.º 0389/2023 – FUNDEPAR, publicada no D.O.E. n.º 11.541 de 14 de novembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar o prazo para conclusão dos **Autos n.º 56/2023** de Processo Administrativo, movido em face de Empresa **CONSTRUTORA V. MARTINS LTDA. - ME, CNPJ n.º 13.989.257/0001-60**, Protocolo n.º 21.343.533-7. Publique-se. Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto n.º 3.270/2023

49958/2024

PORTARIA N.º 0159/2024 – FUNDEPAR

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023, assim como nos termos da

Lei Estadual n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 6.972 de 29 de maio de 2017 e, considerando:

I – O que estabelece a Constituição Federal em seus artigos 5º, inciso LV, e 37, *caput* e a Constituição do Estado do Paraná nos artigos 1º, inciso I, 12, inciso I e artigo 27, *caput*;

II – Os preceitos das Leis Federais n.º 8.666/1993; n.º 9.784/1999; n.º 10.520/ 2002; n.º 14.133/2021; na Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações; assim como no Decreto Federal n.º 10.024/2019;

III – O disposto nas Leis Estaduais n.º 15.608/2007; n.º 18.418/2014; n.º 19.848/2019 e n.º 20.656/2021, bem como nos Decretos Estaduais n.º 1.352/2015, n.º 33/2015, n.º 4.505/2016; n.º 10.086/22;

IV – O artigo 5º da Portaria n.º 0385/2023 – FUNDEPAR, publicada no D.O.E. n.º 11.541 de 14 de novembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar o prazo para conclusão dos **Autos n.º 57/2023** de Processo Administrativo, movido em face de Empresa **CONSTRUTORA ZIMERMANN LTDA – EPP, CNPJ n.º 25.074.985/0001-20**, Protocolo n.º 21.343.597-3. Publique-se. Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto n.º 3.270/2023

49960/2024

PORTARIA N.º 0160/2024 – FUNDEPAR

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023, assim como nos termos da Lei Estadual n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 6.972 de 29 de maio de 2017 e, considerando:

I – O que estabelece a Constituição Federal em seus artigos 5º, inciso LV, e 37, *caput* e a Constituição do Estado do Paraná nos artigos 1º, inciso I, 12, inciso I e artigo 27, *caput*;

II – Os preceitos das Leis Federais n.º 8.666/1993; n.º 9.784/1999; n.º 10.520/ 2002; n.º 14.133/2021; na Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações; assim como no Decreto Federal n.º 10.024/2019;

III – O disposto nas Leis Estaduais n.º 15.608/2007; n.º 18.418/2014; n.º 19.848/2019 e n.º 20.656/2021, bem como nos Decretos Estaduais n.º 1.352/2015, n.º 33/2015, n.º 4.505/2016; n.º 10.086/22;

IV – O artigo 5º da Portaria n.º 0386/2023 – FUNDEPAR, publicada no D.O.E. n.º 11.541 de 14 de novembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar o prazo para conclusão dos **Autos n.º 59/2023** de Processo Administrativo, movido em face de Empresa **CONSTRUTORA V. MARTINS LTDA. - ME, CNPJ n.º 13.989.257/0001-60**, Protocolo n.º 21.343.687-2. Publique-se. Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto n.º 3.270/2023

49963/2024

PORTARIA N.º 0153/2024 – FUNDEPAR

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual N.º 3.270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei N.º 18.418 de 29/12/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual N.º 6.972 de 29 de maio 2017,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente e o protocolo 21.022.975-2, atuarem como gestores e fiscais do Contrato N.º 100/2024 – FUNDEPAR, celebrado coma empresa J.M. Wundervalda & CIA LTDA, para execução de serviços de engenharia no Colégio Estadual Alberto da Silva Paraná, do município de Ventania:

I - Gestor Titular: Sueli Aparecida Martins – RG 2.157.578-0 e Suplente: Giselle Fabricio Carneiro Vieira – RG 6.853.238-8;

II - Fiscal Titular: Jony Mercis da Silva - CREA/PR 171.925/D e Suplente: Jean Duarte Farias – CREA/PR 189.771/D, ambos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério - QPM.

III – Apoio Técnico de Fiscalização: August Konrad Fechner– CREA/PR 131.032/D, pertencente ao quadro do Serviço Social Autônomo Paranaeducação.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria N.º 0487/2023 - FUNDEPAR, publicada no DIOE N.º 11.565 de 19 de dezembro de 2023.

Publique-se.
Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora Presidente
FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

50046/2024

PORTARIA N.º 0162/2024 – FUNDEPAR

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual N.º 3.270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei N.º 18.418 de 29/12/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual N.º 6.972 de 29 de maio 2017,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente e o protocolo 21.574.579-1, atuarem como gestores e fiscais do Contrato N.º 114/2024 – FUNDEPAR, celebrado coma empresa LN Construtora de Obras LTDA, para execução de serviços de engenharia no Colégio Estadual Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, do município de Barracão:

I - Gestor Titular: Maria de Lourdes Bertani – RG 1.718.341-9 e Suplente: Alzemiro Prando – RG 4.679.077-4;

II - Fiscal Titular: Edo Hobus - CREA/PR 160.039/D e Suplente: Jean Duarte Farias – CREA/PR 189.771/D, ambos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério – QPM;

III – Apoio Técnico de Fiscalização: Vinicius Maronezi – CREA/PR 134.638/D, pertencente ao quadro do Serviço Social Autônomo Paranaeducação.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora Presidente
FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

50072/2024

PORTARIA N.º 0163/2024 – FUNDEPAR

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual N.º 3.270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei N.º 18.418 de 29/12/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual N.º 6.972 de 29 de maio 2017,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente e o protocolo 21.276.014-5, atuarem como gestores e fiscais do Contrato N.º 115//2024 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa E4 Construção e Manutenção de Edifícios LTDA, para execução de serviços de engenharia no Colégio Estadual Professora Reni Correia Gamper, do município de Manoel Ribas:

I - Gestor Titular: Valber Vinicius França Clarimundo – RG 6.579.113-7 e Suplente: Edimar de Souza Rodrigues – RG 9.345.874-5;
II - Fiscal Titular: Jony Mercis da Silva - CREA/PR 171.925/D e Suplente: Jair Ribeiro Junior – CREA/PR 137.305/D, ambos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério – QPM;

III – Apoio Técnico de Fiscalização: Paulo Otavio Ghizoni – CREA/PR 84.140/D, pertencente ao quadro do Serviço Social Autônomo Paranaeducação.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora Presidente
FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

50055/2024

PORTARIA N.º 0164/2024 – FUNDEPAR

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual N.º 3.270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei N.º 18.418 de 29/12/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual N.º 6.972 de 29 de maio 2017,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente e o protocolo 20.624.523-9, atuarem como gestores e fiscais do Contrato N.º 113//2024 – FUNDEPAR, celebrado coma empresa PZA Engenharia LTDA, para execução de serviços de engenharia no Colégio Estadual Pe. Cláudio Morelli, do município de Curitiba:

I - Gestor Titular: Laura Patrícia Lopes – RG 6.280.055-0 e Suplente: Wolney Rogerio Pereira Junior – RG 6.307.442-0;

II - Fiscal Titular: Sergio Luiz Soto - CREA/PR 18.9771/D e Suplente: Jean Duarte Farias – CREA/PR 189.771/D, ambos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério – QPM;

III – Apoio Técnico de Fiscalização: Camila Castanha – CREA/PR 192.007/D, pertencente ao quadro do Serviço Social Autônomo Paranaeducação.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora Presidente
FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

50039/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA N.º 0165/2024 – FUNDEPAR

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418 de 29/12/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 6.972 de 29 de maio 2017,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente e o protocolo 19.711.834-2, atuarem como gestores e fiscais do Contrato n.º 079/2023 – FUNDEPAR, celebrado coma empresa WHX Construções LTDA, para execução de serviços de engenharia no Colégio Estadual Cívico Militar Moyses Lupion, no município de Antonina:

I - Gestor Titular: Paulo Severino Penteado – RG 9.199.108-0 e Suplente: Antonio Sérgio Regis– RG 4.047.875-2;

II - Fiscal Titular: Sergio Luiz Soto - CREA/PR 31.032/D e Suplente: Jean Duarte Farias – CREA/PR 189.771/D, ambos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério – QPM;

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n.º 0147/2023 - FUNDEPAR, publicada no DIOE n.º 11.417 de 12 de maio de 2023.

Publique-se.

Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora Presidente
FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

50035/2024



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Fazenda

PORTARIA Nº 110 DTE/SEFA, de 10 de Maio de 2024

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de Maio de 2024, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC ESPECIAL" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3° Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC - SERVIÇOS" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies "2", "3", e "4", com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna "Demais Espécies" desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 10 de Maio de 2024.

Marcos Buarque Montenegro
Diretor do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 110

ÓRGÃO 15 - Casa Militar
UNIDADE GESTORA 150000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	500.000,00	500.000,00	2024FF000109
Total		**500.000,00**	

ÓRGÃO 16 - Controladoria Geral do Estado
UNIDADE GESTORA 160000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	75.000,00	75.000,00	2024FF000109
Total		**75.000,00**	

ÓRGÃO 27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
UNIDADE GESTORA 270000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	600.000,00	600.000,00	2024FF000109
Total		**600.000,00**	

ÓRGÃO 39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública
UNIDADE GESTORA 390000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	2.000.000,00	2.000.000,00	2024FF000109
Total		**2.000.000,00**	

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 410000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	75.000,00	75.000,00	2024FF000109
Total		**75.000,00**	

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 413300

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
569	739.000,00		739.000,00	2024FF000109
550		1.500.000,00	1.500.000,00	2024FF000109
Total			**2.239.000,00**	

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior UNIDADE GESTORA 453200			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	7.000.000,00	7.000.000,00	2024FF000109
Total		**7.000.000,00**	

ÓRGÃO 51 - Secretaria de Estado da Cultura UNIDADE GESTORA 516000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
716	3.000.000,00	3.000.000,00	2024FF000109
Total		**3.000.000,00**	

ÓRGÃO 59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa UNIDADE GESTORA 596100			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
761	100.000,00	100.000,00	2024FF000109
Total		**100.000,00**	

ÓRGÃO 69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável UNIDADE GESTORA 693100			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
720	544.868,43	544.868,43	2024FF000109
Total		**544.868,43**	

49650/2024

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R: Vicente Machado, 445 – 1º andar – Curitiba – PR

PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS – PLENO

Número: 00033/2024 **SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL**
Data/Hora: 04/06/2024 17:00 **Afixada em: 10/05/2024**

---

01) RELATOR (A) ROGÉRIO DOS SANTOS CROSCATO

PAF: 6633326-4 - COMPANHIA SULAMERICANA DE DISTRIBUIÇÃO
Procurador(es) : MARCIO RODRIGO FRIZZO
Representante : ADEMIR FURLANETTO
Recurso : Rec. Revisão Contrib

49720/2024

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS – CCRF
R: Vicente Machado, 445 – 1º andar – Curitiba – PR

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS

FISCAIS – CCRF

R: Vicente Machado, 445 - 1º Andar - Curitiba – PR

PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 1ª

Câmara

Errata de edital de julgamento

O Conselho de contribuintes e Recursos Fiscais torna público a seguinte exclusão no edital de Julgamento, publicado no DIOE n. 11658, em 10/5/2024, no que se refere o número de edital e às datas de julgamento e afixação:
Onde se lê:

Número: 0022/2024 **SESSÃO:ORDINÁRIA**
Data/Hora: 24/4/2024 17:00 **Afixada em: 02/04/2024**

01) RELATOR(A): CARLOS EDUARDO MAKOUL GASPERIN
PAF: 7205109-2 ROGERIO ESTEMPINHAKI / SOUZA CRUZ LTDA
Representante Fiscal: CLÁUDIO CARLOS WELZEL
Recurso: Recurso ordinário

Número: 0023/2024 **SESSÃO:ORDINÁRIA**
Data/Hora: 29/4/2024 17:00 **Afixada em: 02/04/2024**

02) RELATOR(A): CARLOS EDUARDO MAKOUL GASPERIN
PAF: 6628591-0 CARLOS MARCO DISTRIBUIDORA LTDA / ELZA HARTMANN DA SILVA
Representação Fiscal: DANIEL YUTAKA YAMAMOTO
Recurso Ordinário

O Referido auto de infração foi publicado erroneamente sendo que os referidos processos já foram julgados na data de 29/04/2024.
Diante do exposto, requer a invalidação do Edital 11658.

49593/2024

Protocolo: 20.898.825-5
Interessada: C.C.S. TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 00.964.350/0002-59
CAD/ICMS: 90638668-20
Assunto: Programa Paraná Competitivo. Enquadramento. Expansão. Diferimento do ICMS.

DESPACHO Nº 753/2024-SEFA/GS

I. Com base e nos termos do Relatório AAET/DIF n. 050/2024, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de concessão de tratamento tributário diferenciado feito pela empresa C.C.S. TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A., inscrita no CNPJ sob o n. 00.964.350/0002-59 e no CAD/ICMS sob o n. 90638668-20, conforme protocolo n. 20.898.825-5, de enquadramento no Programa Paraná Competitivo, com a aplicação do tratamento tributário diferenciado de diferimento do ICMS, limitado ao prazo de 48 (quarenta e oito) meses;
II. Cientifique-se a requerente para manifestação, no prazo de até dez dias, sob pena de se considerar desistência tácita;
III. Em aceitando, publique-se no Diário Oficial do Estado;
IV. Arquive-se pelo prazo legal.
É o despacho.

SEFA/GS, 26 de abril de 2024.

Renê de Oliveira Garcia Junior
Secretário de Estado da Fazenda

49994/2024

PORTARIA SEFA/CG N. 8/2024

O CORREGEDOR-GERAL, com fundamento no art. 115, inc. III e art. 118-A, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 131, de 29 de setembro de 2010,

RESOLVE:

I - Instaurar Comissão de Sindicância para apuração dos fatos descritos no protocolizado n. 21.657.317-0;

II - Designar como Corregedores ad hoc Gustavo Malafaia do Carmo, RG 14.732.471-5, Auditor Fiscal AF-D, e Osmahir Pereira Rosa, RG 346.566-7, Auditor Fiscal AF-I, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Sindicância referida no inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Corregedoria-Geral da SEFA - Curitiba, 13 de maio de 2024.

Laércio Lopes de Araujo
Corregedor-Geral

50315/2024

Secretaria de Infraestrutura e Logística

APPA

PORTARIA Nº 161/2024/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,

CONSIDERANDO o Ofício nº 017-2024 – SINTRAPORT, referente à Portaria de liberação dos Diretores eleitos no pleito do SINTRAPORT para o período de 2024/2027 conforme ACT em vigência, apresentado no processo protocolado sob nº 22.024.903-4.
RESOLVE:
Art 1º AUTORIZAR os empregados públicos do Quadro Efetivo da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA a ficarem à disposição do Sindicato dos Trabalhadores Empregados na Administração e nos Serviços de Capatazia dos Portos, Terminais Privativos e Retro-Portuários no Estado do Paraná – SINTRAPORT, a partir do dia 10 de maio de 2024, data efetiva da Posse da Nova Diretoria, até o dia 9 de maio de 2027, de acordo com a Cláusula Décima Quinta – Dirigentes Sindicais do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2025.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	NÍVEL
RODRIGO DOS SANTOS VANHONI	2028	ANALISTA PORTUÁRIO	500 – D
DAMIA CAROLINE DOS SANTOS NUNES	2166	AGENTE PORTUÁRIO	502 – C
MAURICIO JUSTINO RENO DA SILVA	1459	GUARDA PORTUÁRIO	205 – G
MARCELO FERNANDO CORREA JIMENEZ	2022	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO I	210 – G
GELSON LUIS CORDEIRO	1851	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	301 – G

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 2 de maio de 2024.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 162/2024/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO as atribuições da Autoridade Portuária nos Portos de Paranaguá e Antonina;
CONSIDERANDO a intenção de incluir os Portos do Paraná nas linhas de Navios de Cruzeiros, a fim de fomentar a economia e o turismo do litoral paranaense;
CONSIDERANDO a necessidade desta Autoridade zelar pela segurança operacional, segurança do trabalho e ambiental na área alfandegada;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas e regulamentos que norteiam as atividades portuárias;
CONSIDERANDO a proteção e segurança das instalações portuárias, através do obrigatório atendimento das operações ao regime de Alfandegamento, ao ISPS CODE e a Legislação Ambiental;
CONSIDERANDO as Portarias ALF/PGA nº 22, de 09 de fevereiro de 2022, e nº 30, de 26 de junho de 2012;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa SRF/RFB nº 137, de 23 de novembro de 1998, que dispõe do tratamento tributário e o controle aduaneiro em viagem de cruzeiro pela costa brasileira;
CONSIDERANDO a utilização de área externa ao recinto alfandegado da APPA, para a realização do receptivo de passageiros, tripulantes e bagagens, provenientes ou destinados a embarcação de cruzeiro marítimo atracado no Porto de Paranaguá, denominada Mega Rocio (sob gestão da Prefeitura Municipal de Paranaguá); e
CONSIDERANDO que as operações com navios de cruzeiros devem ser planejadas, programadas e principalmente monitoradas para que possam ser realizadas com controle e segurança, sem intervir nas demais operações portuárias do Porto de Paranaguá.
RESOLVE:
Art 1º ESTABELECER as Normas de Operação de Navios de Cruzeiros, Embarque e Desembarque de Passageiros e Tripulantes, em Viagens de Turismo, e acesso às Áreas Primárias no Porto de Paranaguá, que estará disponível no site eletrônico https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Operacional/Pagina/Normas-gerais.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 6 de maio de 2024.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 163/2024/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR IGOR COSTA DE TOLEDO, Matrícula 9910, SUHAIL BEN NABIL ZAHOUI, Matrícula 9855, e NELSON ALVES RODRIGUES, Matrícula 2106, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Recebimento Definitivo dos serviços prestados pela empresa BRF ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, autorizada na Ordem de Serviço nº 029-2023, processo protocolado sob nº 19.426.894-7, Pregão Eletrônico nº 2273/2022, Ata de Registro de Preços nº 013-2023.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 6 de maio de 2024.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 164/2024/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO os fatos e fundamentos apresentados no processo protocolado sob nº 22.115.926-8.
RESOLVE:
Art 1º INSTAURAR Procedimento Averiguatório a ser conduzido pela Comissão Permanente, designada na Portaria nº 039/2024, para apuração de eventual responsabilidade funcional de quem tenha dado causa ao pagamento por indenização, quanto à participação no EMUPAR – Encontro de Municípios Paranaenses 2024, eis que a apuração da responsabilidade funcional é determinada expressamente pelo RILC da APPA.
Art 2º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão é de 30 (trinta) dias.
Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 6 de maio de 2024.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 165/2024/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DESLIGAR, por motivo de falecimento, o empregado público ELIABE MIRANDA TEODORO, Matrícula 1571, Assistente Administrativo I, da Gerência de Manutenção Geral, da Diretoria de Engenharia e Manutenção, a partir de 27 de abril de 2024, conforme Certidão de Óbito Matrícula 084376 01 55 2024 4 00203 126 0044960 65.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 6 de maio de 2024.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 166/2024/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º ATUALIZAR a Norma de Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos de Paranaguá e Antonina – Edição 2024.
Art 2º A nova versão – Revisão VIII – Maio/2024 – apresentada em português e com controle de edição para facilitar a identificação de futuras revisões, estará disponível no site eletrônico https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Operacional/Pagina/Normas-gerais.
Art 3º Revoga-se a Portaria nº 029/2024/APPA, de 2 de fevereiro de 2024.
Art 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de maio de 2024.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

50051/2024

Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital

TERMO DE COOPERAÇÃO N°. 035/2024

Súmula: Termo de Cooperação n°. 035/2024 entre Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital e o Município de Campo Largo.

O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, inscrita no CNPJ/MF nº 49.179.446/0001-14, situada na Rua Mateus Leme, 1561, Curitiba/PR, CEP 80530-010, doravante denominada SEI, neste ato representado pelo Titular, MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 726.408.989-49, nomeado conforme Decreto nº 642/2023 e o MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 76.105.618/0001-88, com sede na Rua do centenário, 2171, CEP 83601-000, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor Maurício Roberto Rivabem, inscrito no CPF/ME sob o nº 836.772.409-72, doravante denominado MUNICÍPIO, com fundamento na Lei Federal 14.133/2021, na Lei Estadual nº 20.541/2023, no Decreto Estadual nº 10.086/2022,

RESOLVEM:

Celebrar o presente Instrumento, nos termos da Resolução nº. 104/2023 – SEI alterada pela Resolução nº. 016/2024 e pela Resolução nº. 056/2024, que institui o Projeto de Transformação Digital nos Municípios do Paraná. Este tem a

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

finalidade de repasse de solução para a implementação tecnológica, ferramenta que proporciona a centralização de dados em uma plataforma digital, que auxilie e disponibilize dados, com objetivo de ampliar a atratividade de investimentos dos municípios, bem como capaz de receber e gerir os dados enviados pelo cliente através de APIs e importação de arquivos gerando um *bigdata* de informação sobre potencial de investimento em cidades contendo todas os municípios e empresas brasileiras.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Marcelo Rangel de Oliveira
Secretário de Inovação, Modernização e Transformação Digital

Maurício Roberto Rivabem
Prefeito do município de Campo Largo

50114/2024

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

ATO DE AUTORIZO Nº 031/2024-DG/SEMIPI

PROTOCOLO: 21.948.404-6
ASSUNTO: Solicitação de contratação de empresa especializada para locação, instalação, operação por profissional capacitado e retirada do painel de LED, inclusive quanto ao fornecimento de todos os equipamentos, materiais e quantidade de horas de atuação do profissional responsável por operar os equipamentos necessários ao pleno funcionamento do painel de LED, por Dispensa de Licitação, em razão do valor, em atendimento a I Conferência dos Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT, realizada pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa – SEMIPI.
Considerando os elementos contidos no presente processo de solicitação de contratação de serviços de locação, instalação e operação de Painel de Led, por dispensa de licitação.
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida;
Considerando a existência de recursos financeiros, atestado por meio das informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer favorável da Assessoria Técnica que atesta que foram cumpridas as recomendações para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual 21352/2023 e Resolução nº 051/2023-SEMIPI/GAB;
APROVO o Termo de Referência de Dispensa de mov. 37;
Nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o serviço público, AUTORIZO a presente contratação direta e, manifesto concordância na continuidade do presente processo de dispensa de licitação, na forma eletrônica, em sua fase externa junto ao sistema "compras.gov".

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Diego Buligon
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
(assinatura eletrônica)

50028/2024

ATO DE AUTORIZO Nº 032/2024-DG/SEMIPI

PROTOCOLO: 21.948.323-6
ASSUNTO: Solicitação de contratação de empresa especializada para locação, instalação, operação por profissional capacitado e retirada do painel de LED, inclusive quanto ao fornecimento de todos os equipamentos, materiais e quantidade de horas de atuação do profissional responsável por operar os equipamentos necessários ao pleno funcionamento do painel de LED, por Dispensa de Licitação, em razão do valor, em atendimento a 5ª Edição da 2ª Temporada da Caravana Paraná Unido pelas Mulheres, programa de Estado executado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa – SEMIPI.
Considerando os elementos contidos no presente processo de solicitação de contratação de serviços de locação, instalação e operação de Painel de Led, por dispensa de licitação.
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida;
Considerando a existência de recursos financeiros, atestado por meio das informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer favorável da Assessoria Técnica que atesta que foram cumpridas as recomendações para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual 21352/2023 e Resolução nº 051/2023-SEMIPI/GAB;
APROVO o Termo de Referência de Dispensa;
Nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o serviço público, AUTORIZO a presente contratação direta e, manifesto concordância na continuidade do presente processo de dispensa de licitação, na forma eletrônica, em sua fase externa junto ao sistema "compras.gov".

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Diego Buligon
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
(assinatura eletrônica)

50030/2024

Secretaria do Planejamento

RESOLUÇÃO N.º 022/2024/SEPL
Designa gestor e fiscal para o Termo de Cooperação Técnica nº 020/2024-SEPL/SEI/SEED/SETI/FUNDAÇÃO ARUACÁRIA

O SECRETÁRIO DE ESTADO EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual n.° 21.352, de 1° de janeiro de 2023, bem como as atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 004/2023/SEPL, de 19 de janeiro de 2023,
Considerando o contido no e-protocolo n.º 21.811.597-7,

R E S O L V E:

Art. 1°. Designar **Luciano Arantes Sanches**, RG 6030006-2, CPF 897664749-15, como gestor do Termo de Cooperação n.º 020/2024 – SEPL/SEI/SEED/SETI/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, conforme publicado no Diário Oficial edição n. º 11.654, do dia 07 de maio de 2024;
Art. 2°. Designar **Aparecido Violi**, portador do RG 4485365-5 e do CPF 495448889-34, como fiscal do Termo de Cooperação n.º 020/2024 – SEPL/SEI/SEED/SETI/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, conforme publicado no Diário Oficial edição n. º 11.654, do dia 07 de maio de 2024;
Art. 3°. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 10 de maio de 2024.

FELIPE FLESSAK
Diretor-Geral / SEPL

49941/2024

Secretaria da Saúde

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 17.544.477-7

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 7º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Parecer nº 01/2022 PGE e Resolução nº 30/2022 PGE, celebrar o **Termo de Cooperação**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Município de Marechal Cândido Rondon, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.205.814/0001-24, em cumprimento ao objeto proposto de manutenção de Unidade de Coleta externa fixa da Unidade de Coleta e Transfusão de Toledo no Município de Marechal Cândido Rondon, visando a coleta de sangue total em candidatos à doação de sangue, para fins transfusionais em pacientes atendidos pela Hemorrede do Estado do Paraná.

2. O presente Termo de Cooperação não envolve repasse de recursos.

3. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências contidas na Lista de Verificação contida na Resolução nº 30/2022 PGE, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

49942/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.392.650-0

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual

nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização da** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes, situado à Rua Almirante Frederico de Oliveira, nº 74, bairro Vila Santo Antônio, município de Morretes., inscrito no CNPJ sob o nº 68.599.703/0001-11, CNES nº 6237967, através de Contrato para **Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/ Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.**

2. **RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 7.262,37 (sete mil duzentos sessenta dois reais trinta sete centavos), sendo R$ 87.148,44 (oitenta sete mil cento quarenta oito reais quarenta quatro centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/ Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ R$ 87.148,44 (oitenta sete mil cento quarenta oito reais quarenta quatro centavos).

5. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

49938/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.405.089-7

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização da Apae Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Sucesso**, situada à Rua Belizário Gonçalves Mendonça, S/N, bairro Vila Bom Fim, na cidade de Bom Sucesso, inscrita no CNPJ sob o nº 01.277.659/0001-52, CNES nº 3278972, através de Contrato para **Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.**

2. **RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 30.268,41 (trinta mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/ Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 363.220,92 (trezentos e sessenta e três mil, duzentos e vinte reais e noventa e dois centavos).

5. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

49930/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.409.490-8

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização da** Escola Antônio Raimundo Quintilhano – Apae Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Itacolomi, situado à Avenida 28 de Setembro, nº 1421, bairro Centro, na cidade de N0ova Itacolomi, inscrito no CNPJ sob o nº 02.775.095/0001-40, CNES nº 3381099, através de Contrato para **Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado do Paraná.**

2. **RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 16.220,46 (dezesseis mil e duzentos e vinte reais e quarenta e seis centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 194.645,52 (cento e noventa e quatro mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

5. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

49933/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.493.316-0

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização** da Apae de Florestópolis – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florestópolis, situado à Rua Manoel Tudela, nº 1173, bairro José Carnelossi, na cidade de Florestópolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.973.229/0001-08, CNES nº 3356884, através de Contrato para **Prestação**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado do Paraná.

2. **RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 22.688,28 (vinte e dois mil e seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/ Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 272.259,36 (duzentos e setenta e dois mil e duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos).

5. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

49937/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.620.608-8

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização o** IMADI/INSTITUTO MADRE DE DIO, situado à Avenida Iguaçu, nº 261, Centro, na cidade de São Miguel do Iguaçu, inscrito no CNPJ sob o nº 16.669.792/0001-21, CNES nº 0462799, através de Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares em atenção aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

2. **RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 186.706,15 (cento e oitenta e seis mil setecentos e seis reais e quinze centavos), com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado/Fonte 500, totalizando o valor anual de R$ 2.240.473,80 (dois milhões, duzentos e quarenta mil quatrocentos e setenta e três reais e oitenta centavos).

5. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

49940/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.442.238-7

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Parecer Referencial nº 003/2023 – PGE, **celebrar o Termo de Convênio**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Centro de Excelência a Atenção Geriátrica e Gerontológica Cegen, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.233.166/0001-34, em cumprimento ao objeto proposto que dispõe sobre a prestação de benesse de assistência financeira complementar pelo Estado do Paraná às entidades que participaram no exercício de 2022, com o objetivo de permitir-lhes continuar prestando os serviços de assistência à saúde no cenário pós-pandemia da Covid-19, nos termos da Lei nº 21.292 de 07/12/2022 e Decreto nº 12.888 de 22/12/2022, por meio da aquisição de insumos de Material Farmacológico e Material Hospitalar.

2. O valor para a execução do presente Convênio importa R$ 173.312,58 (cento e setenta e três mil e trezentos e doze reais e cinquenta e oito centavos) com recursos da SESA/FUNSAUDE, proveniente da Fonte 500 do Tesouro do Estado.

3. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

50257/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.469.364-0

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização da** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de União da Vitoria, situado à Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, nº S/N, bairro São Bernardo, município de União da Vitoria, inscrito no CNPJ sob o nº 73.793.812/0001-05, CNES nº 2568802, através de Contrato para **Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/ Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.**

2. **RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 23.041,68 (vinte três mil quarenta um real sessenta oito centavos), sendo com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 276.500,16 (duzentos setenta seis mil quinhentos reais dezesseis centavos).

5. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

50250/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.615.461-1

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 – PRC/PGE, a **realização da Contratualização da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIJUCAS DO SUL/ESCOLA ESPECIALIZADA LIÇÃO DE VIDA**, situado à Rua Jocelim Camargo, nº 385, Bosque da Saúde, na cidade de Tijucas do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 02.828.669/0001-00, CNES nº 9538798, através de Contrato para **Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/ Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado do Paraná.**

2. **RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 7.474,41 (sete mil quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/ Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 89.692,92 (oitenta e nove mil seiscentos e noventa e dois reais e noventa e dois centavos).

5. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

50261/2024

ERRATA
RESOLUÇÃO FUNEAS Nº 5 – 2 DE ABRIL DE 2024
Publicada no DIOE nº 11.632 de 04/04/2024

ONDE SE LÊ:

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Curador, relativa à Prestação de Contas Anual do Exercício 2023 da FUNEAS, tomada em sessão ordinária de 26 de março de 204;

LEIA-SE:

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Curador, relativa à Prestação de Contas Anual do Exercício 2023 da FUNEAS, tomada em sessão ordinária de 26 de março de 2024;

Curitiba, 3 de maio de 2024.

(assinado digitalmente)
CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
(Dr. Beto Preto)
Presidente do Conselho Curador

50075/2024

ERRATA
RESOLUÇÃO SESA Nº 522/2024
Publicada no DOE nº 11650, de 30/04/2024.

O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 522/2024, PARA NELA FAZER CONSTAR QUE:

ONDE SE LÊ:

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 522/2024

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DESTINADO A PROVER A INFRAESTRUTURA ADEQUADA AOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS NO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DO FINANCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR TOTAL
AMPÉRE	REFORMA	R$ 300.000,00

LEIA-SE:

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 522/2024

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DESTINADO A PROVER A INFRAESTRUTURA ADEQUADA AOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS NO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DO FINANCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR TOTAL
AMPÉRE	REFORMA	R$ 50.000,00
AMPÉRE	AMPLIAÇÃO	R$ 250.000,00

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

50353/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Segurança Pública

EDITAL Nº 155/2024 – POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE DELEGADO DE POLÍCIA, INVESTIGADOR DE POLÍCIA (TRANSFORMADO NO CARGO DE AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA NOS TERMOS DO ARTIGO 76 DA LEI COMPLEMENTAR 259/2023 DO ESTADO DO PARANÁ) E PAPILOSCOPISTA, TODOS DO QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA CIVIL – QPPC – DO ESTADO DO PARANÁ.

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO - EM CUMPRIMENTO A DETERMINAÇÃO JUDICIAL - PARA A ETAPA DE PERÍCIA MÉDICA/EXAME PRÉ-ADMISSIONAL

O **Presidente da Comissão de Concurso Público da Polícia Civil do Paraná** regido pelo Edital nº 002/2020, devidamente autorizado pelo egrégio Conselho Superior da Polícia Civil (subitem 23.2), no uso de suas atribuições, para bem cumprir determinação judicial contida nos autos 0002168-17.2023.8.16.9000 TJPR, **RESOLVE**:

1 **Convocar** o candidato **FLÁVIO DUTRA DE MELO, inscrição 02863, do cargo de Delegado de Polícia, Região: Interior do Estado, da categoria de concorrência: Pessoa com deficiência - PCD,** para a etapa de PERÍCIA MÉDICA/EXAME PRÉ-ADMISSIONAL, o que deve ser providenciado, impreterivelmente, no período das **09h do dia 10 de maio de 2024 às 8h59min do dia 25 de maio de 2024**.

2 **Informar** que o convocado deverá imprimir a **FICHA DE INFORMAÇÕES MÉDICAS - FIM** (cf. modelo do Anexo II), preencher/responder todos os seus itens - com toda a verdade e autenticidade -, procedendo então com a necessária assinatura, para só após digitalizá-la (a Ficha), encaminhando-a, após, devidamente respondida e assinada, junto com os resultados dos exames, imagens e das avaliações descritas no item 6), ao PROTOCOLO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ, exclusivamente pelo sistema e-Protocolo, no período improrrogável constante no item 1, com o Título/assunto: **ENVIO DE DOCUMENTOS PARA A ETAPA DE PERÍCIA MÉDICA/EXAME PRÉ-ADMISSIONAL - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 02/2020 - CANDIDATO_____.**

3 **Ressaltar** que o encaminhamento de todos os documentos, exames, imagens e avaliações, deverá se dar exclusivamente pelo sistema e.Protocolo do Estado do Paraná, endereçado ao Protocolo Geral da Polícia Civil do Paraná, cuja nomenclatura de destino é: Órgão: **DPC - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL; Local: DPC/PTG - PROTOCOLO GERAL**, conforme consta do informativo no Anexo III deste Edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento constante do e-Protocolo, assim como o atendimento de eventuais solicitações complementares, no prazo regular. **Ainda, o candidato deverá se atentar, e cumprir, a ordem de juntada dos documentos: 1º) *CHECKLIST* (cf. modelo no Anexo I), 2º) FICHA DE INFORMAÇÕES MÉDICAS (cf. modelo do Anexo II) e,** 3º) **OS RESULTADOS DOS EXAMES, IMAGENS E DAS AVALIAÇÕES (COM OS LAUDOS DAS AVALIAÇÕES E DOS TESTES), conforme constante na ordem do *checklist (Anexo I)***.

4 **Alertar** o candidato que o não encaminhamento da referida **Ficha de Informações Médicas - FIM,** bem ainda do *checklist* e dos resultados dos exames, imagens e das avaliações (**atente-se que os documentos e imagens devem estar legíveis**), **importará na impossibilidade de realização do Exame Pré-admissional, sendo considerado - pela necessária isonomia entre todos os concorrentes -, que o candidato não atendeu o chamamento desta etapa, via de consequência, será eliminado do certame**.

5 **Reiterar** que, nos termos do subitem 20.1 do edital 02/2020, a presente etapa é de responsabilidade da Divisão de Perícia Médica da Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência CSO/SEAP, e para a sua realização, valer-se-á das informações constantes da Ficha de Informações Médicas – FIM e dos resultados dos exames, imagens e das avaliações a serem apresentados pelo convocado, além de outras informações já na posse da Banca Examinadora.

6 **Informar** que, em relação aos exames de laboratório, de imagem e demais avaliações médicas, a Divisão de Perícia Médica da Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado da Administração e Previdência CSO/SEAP, analisará especificamente a relação abaixo aduzida, que deverá ser providenciado e apresentado pelo convocado, às suas expensas, quais sejam:

Exames laboratoriais:

- Hemograma completo;

- Glicose;

- Ureia;

- Creatinina;

Avaliações:

- **Avaliação oftalmológica** com resultado de teste de acuidade visual e respectivos Laudos firmados por Oftalmologista, devendo constar o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade;

- **Avaliação otorrinolaringológica** com resultado de teste de audiometria e respectivos Laudos firmados por Otorrinolaringologista, devendo constar o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade;

- **Avaliação cardiovascular** com resultado de teste de ECG e respectivos Laudos firmados por Cardiologista, devendo constar o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade;

- **Avaliação psiquiátrica** com Laudo firmado por Psiquiatra no qual é mencionado o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade;

- **Avaliação ortopédica** que deve obrigatoriamente citar a ausência, ou não, de possíveis deformidades estruturais e anomalias morfológicas consideradas incompatíveis com o exercício das atribuições do cargo ao qual concorre, firmado por Ortopedista no qual é mencionado o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade;

- **Avaliação neurológica** com Laudo firmado por Neurologista ou Neurocirurgião no qual é mencionado o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade; e

- **Exame toxicológico** do tipo "larga janela de detecção", que deve descrever resultado negativo para um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias para as seguintes substâncias: *cannabis sativa*: maconha, metabólicos do delta -9 THC, cocaína e derivados, anfetaminas (inclusive metabólicos e seus derivados) e opiáceos.

7 **Ressaltar** que, em relação ao exame toxicológico, as datas dos exames constantes nos Laudos, declaração ou atestado, não podem ser superior a 60 dias da data da entrega dos documentos pelo candidato, e deve conter, obrigatoriamente, a descrição do exame toxicológico (original), do tipo "larga janela de detecção", com resultado negativo para um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, para as seguintes substâncias: *Cannabis sativa* l. (maconha), metabólicos do delta -9 THC, cocaína e derivados, anfetaminas (inclusive metabólicos e seus derivados) e opiáceos. Serão aceitos os exames emitidos no formato digital/eletrônico, desde que com o respectivo QR Code e/ou chave de verificação, ou com outro recurso de verificação de autenticidade utilizado comumente pelo órgão/instituição expedidora, ou ainda, poderá ser autenticado em cartório; imprescindível que o candidato se acautele para constar no(s) documento(s) o resultado negativo para todas as substâncias tóxicas acima relacionadas, não podendo deixar de nominar nenhuma delas.

8 **Ressaltar**, ainda, que o prazo de 60 dias descrito no item acima (7) é exclusivo para o exame toxicológico, pois em relação aos demais exames laboratoriais, de imagem e demais avaliações, as datas de realizações poderão ser de - até o máximo de 90 (noventa) dias - da data de apresentação.

9 **Ressaltar,** uma vez mais, que as avaliações médicas devem ser emitidas por Médicos Especialistas regularmente inscritos no respectivo Conselho Regional de Medicina, e com Registro de Qualificação de Especialista - RQE.

10 **Informar** que o resultado desta etapa de Perícia Médica/Exame Pré-admissional será publicado no site do NC-UFPR (www.nc.ufpr.br).

11 **Informar,** também, que em sendo considerado inapto pela Divisão de Perícia Médica da Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado da Administração e Previdência CSO/SEAP**,** o candidato poderá interpor pedido de revisão endereçado à CSO/SEAP, por intermédio do e-protocolo digital, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado, facultando a juntada de outros documentos e/ou exames que entender por necessário.

12 **Reiterar,** ainda, que é de inteira responsabilidade do candidato a interpretação deste Edital, bem ainda o atendimento do contido nesta convocação, além do acompanhamento constante das publicações, demais convocações, instruções e comunicados ao longo do período de validade do certame, dele não podendo alegar desconhecimento ou discordância.

13 Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

14 E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Curitiba, PR, 09 de maio de 2024.

(Assinado no original)

FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR
Presidente da Comissão de Concurso

ANEXO I

CHECKLIT

NOME: _____

RG: _____ **UF:** _____

CARGO: _____

	DOCUMENTAÇÃO ATINENTE AO EDITAL 155/2024	**Apresentado? Se sim, assinale.**
1	**Ficha de Informações Médicas – Anexo II**	
Exames laboratoriais:		**Apresentado? Se sim, assinale.**
2	Hemograma completo	
3	Glicose	
4	Uréia	
5	Creatinina	
Avaliação Médica		
6	**Avaliação Oftalmológica** com resultado de teste de acuidade visual e respectivos Laudos firmados por Oftalmologista, devendo constar o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade.	
7	**Avaliação otorrinolaringológica** com resultado de teste de audiometria e respectivos Laudos firmados por Otorrinolaringologista devendo constar o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade	
8	**Avaliação cardiovascular** com resultado de teste de ECG e respectivos Laudos firmados por Cardiologista devendo constar o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade	
9	**Avaliação psiquiátrica** com Laudo firmado por Psiquiatra no qual é mencionado o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade	
10	**Avaliação ortopédica** que deve obrigatoriamente citar a ausência, ou não, de possíveis deformidades estruturais e anomalias morfológicas consideradas incompatíveis com o exercício das atribuições do cargo ao qual concorre, firmado por Ortopedista no qual é mencionado o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade	
11	**Avaliação neurológica** com Laudo firmado por Neurologista ou Neurocirurgião no qual é mencionado o número de inscrição do especialista examinador no CRM e o número do RQE da referida especialidade.	
12	**Exame toxicológico** do tipo "larga janela de detecção", que deve descrever resultado negativo para um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias para as seguintes substâncias: *cannabis sativa*: maconha, metabólicos do delta -9 THC, cocaína e derivados, anfetaminas (inclusive metabólicos e seus derivados) e opiáceo	

Local:_____Data:____/_____/____

_____

Assinatura do Candidato

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR – DSS
DIVISÃO DE PERÍCIA MÉDICA - DPM

ANEXO II AO EDITAL Nº 155/2024

ATENÇÃO ! ! ! Leia antes de começar a responder
As informações prestadas nesta ficha fazem parte integrante do Concurso Público, são de inteira responsabilidade do candidato e devem ser fornecidas com autenticidade. A Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional, ao proceder a avaliação do contido nesta Ficha e fundada em critérios médicos, poderá exigir do candidato exames complementares hábeis a esclarecer as informações ora aqui prestadas.

NOME: _____

RG._____ CPF _____ Data de Nascimento: _____/ _____/ _____ .

Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem. Estado Civil: _____ Naturalidade: _____

Cargo : _____

Endereço/telefone: _____

_____

Email:_____

1. Antecedentes Clínicos/Cirúrgicos (Assinale com X em todos os itens e especifique abaixo)

1. Doenças do Coração	( ) SIM	( ) NÃO	12. Fez ou faz Tratamento Psiquiátrico	( ) SIM	( ) NÃO
2. Pressão Alta	( ) SIM	( ) NÃO	13. Fez ou faz Tratamento Psicológico	( ) SIM	( ) NÃO
3. Doenças do pulmão	( ) SIM	( ) NÃO	14. Doenças da Audição/Ouvidos/Labirintites	( ) SIM	( ) NÃO
4. Asma/Bronquite/Rinite	( ) SIM	( ) NÃO	15. Doenças da Visão/Olhos	( ) SIM	( ) NÃO
5. Alergias	( ) SIM	( ) NÃO	16. Diabetes	( ) SIM	( ) NÃO
6. Doenças do Fígado	( ) SIM	( ) NÃO	17. Doenças do Estômago / Intestinos	( ) SIM	( ) NÃO
7. Doenças do Rim	( ) SIM	( ) NÃO	18. Já fez Tratamento de Fraturas	( ) SIM	( ) NÃO
8. Tumores	( ) SIM	( ) NÃO	19 Submeteu-se a alguma Cirurgia	( ) SIM	( ) NÃO
9. Doenças Reumáticas/artrose/osteoporose	( ) SIM	( ) NÃO	20. Esteve Internado nos últimos 2 anos	( ) SIM	( ) NÃO
10. Convulsões / Desmaios	( ) SIM	( ) NÃO	21. Possuí algum problema congênito (de nascença)	( ) SIM	( ) NÃO
11. Doenças Neurológicas	( ) SIM	( ) NÃO	22. Doenças da Pele	( ) SIM	( ) NÃO
23. Já fez ou faz Tratamento da Coluna Cervical, Dorsal, Lombar, Ombros, Cotovelos, Joelhos, Punhos ou Hérnia de Disco?				( ) SIM	( ) NÃO
24. Apresenta alguma Doença Óssea ou Neuromuscular que limite a atividade laboral?				( ) SIM	( ) NÃO
25. Já fez ou faz Tratamento de Úlceras Varicosas ou Trombose de Membros Inferiores?				( ) SIM	( ) NÃO
26. Encontra-se em LICENÇA MÉDICA no Paraná ou outro Estado (INSS ou outro Órgão Pericial Oficial)?				( ) SIM	( ) NÃO
27. Já esteve em benefício de qualquer natureza por motivo de saúde? (Pericia INSS, Perícia Federal, Estadual ou Municipal)				( ) SIM	( ) NÃO

ATENÇÃO ! ! ! SE QUALQUER DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO ACIMA FOR "SIM", ESCLAREÇA ABAIXO:

ITEM	ESPECIFIQUE (mencionar data do episódio, o tratamento na época e qual a situação atual)

2. **Condições e Hábitos de Vida: (Assinale com X em todos os itens e especifique, se for o caso)**

				ESPECIFICAR (se for o caso)
1.	Fuma	( ) SIM	( ) NÃO	
2.	Pratica esportes	( ) SIM	( ) NÃO	
3.	Alimenta-se bem	( ) SIM	( ) NÃO	

4.	Mora em residência com água e esgoto	( ) SIM	( ) NÃO	
5.	Faz uso de algum medicamento de forma contínua?	( ) SIM	( ) NÃO	

3. Antecedentes de Doenças na Família (Pai, mãe, irmãos):

			ESPECIFIQUE
1. Pressão alta	( ) SIM	( ) NÃO	
2. Doenças do coração	( ) SIM	( ) NÃO	
3. Reumatismo	( ) SIM	( ) NÃO	
4. Diabete	( ) SIM	( ) NÃO	
5. Doenças do pulmão	( ) SIM	( ) NÃO	
6. Doenças cerebrais	( ) SIM	( ) NÃO	

4. Houve alguma modificação no seu estado de saúde nos últimos anos? ( ) SIM ( ) NÃO

Qual modificação e quando aconteceu?

_____

_____

5. Apresenta no momento alguma impossibilidade de assumir de forma plena o cargo ou função a que está se propondo?

( ) SIM ( ) NÃO

Especifique:_____

_____

_____

6. Já possuí outro cargo Público além deste que está assumindo? ( ) SIM ( ) NÃO

Caso a resposta seja positiva, especificar (qual é o cargo e qual a esfera de atuação se municipal, federal ou estadual):

_____

_____

7. Declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me aos exames clínicos e laboratoriais que venham a ser solicitados, a partir desta data, pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, através da Divisão de Perícia Médica, para comprovação ou elucidação do afirmado na presente declaração, bem como estou ciente que posso ser responsabilizado nas esferas administrativa, civil e criminal pela incorreção de qualquer uma das informações prestadas.

Local: _____ Data: _____/_____/_____ .

_____

(Assinatura do Candidato)

ANEXO III

INFORMATIVO DE ACESSO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA E.PROTOCOLO DO ESTADO DO PARANÁ PARA ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS

O candidato deverá, por primeiro, realizar o cadastro no sistema, seguindo o passo a passo do próprio sistema e.protocolo (clique aqui)

1. Incluir nº de RG ao lado do seu nome (no campo de interessado);

2. No campo: descrição da solicitação deverá constar : "AO GARH/DPC" – Envio de documentos – QPPC – NOME E CARGO;

3. Antes de incluir os documentos, o candidato deverá PREENCHER o *check list*, incluindo primeiro o *check list,* e depois os demais documentos na devida ordem, em PDF.

IMPORTANTE: Todos os formulários que solicitam data e assinatura devem ser preenchidos e assinados com a data que estão sendo incluídos.

Local de envio do e.Protocolo: Órgão/Entidade de destino:
Órgão: DPC – DEPARTAMENTO DE POLICIA CIVIL
Local: DPC/PTG – PROTOCOLO GERAL.

Tutorial de cadastro do e-Protocolo e demais orientações: https://www.administracao.pr.gov.br/eProtocolo

49605/2024

NÚMERO DE PORTARIA DE INQUÉRITO POLICIAL

PORTARIA	PROTOCOLO CORREGEDORIA DE ASSUNTOS DISCIPLINARES	PROTOCOLO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL	PROCEDIMENTO	DELEGADO DE POLÍCIA DESIGNADO PARA PRESIDÊNCIA
113/2024	312/2024	-	INQUÉRITO POLICIAL	LEANDRO VADALÁ ALMEIDA

48804/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

VIII CONCURSO ESTADUAL DE VÍDEOS CONTRA ÀS DROGAS
Edital nº. 001/2024

A Secretaria de Estado da Segurança Pública, por intermédio do Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 2º, da Lei Estadual nº. 19.068, de 05 de julho de 2017, visando estimular a reflexão e os esclarecimentos sobre os malefícios do consumo de drogas ilícitas e os efeitos negativos do abuso das drogas lícitas para toda a sociedade, torna público a abertura das inscrições para o VIII Concurso Estadual de Vídeos Contra às Drogas, nos termos do presente edital, publicado em Diário Oficial e disponível no portal www.politicasobredrogas.pr.gov.br.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O VIII Concurso Estadual de Vídeos Contra às Drogas será regido pelo presente edital, disponível no portal www.politicasobredrogas.pr.gov.br e publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 2º – As dúvidas relacionadas ao concurso ou ao presente edital poderão ser sanadas pelo correio eletrônico politicasobredrogas@sesp.pr.gov.br, pelo telefone (41) 3313-1646 e/ou via WhatsApp (41) 99232-2065.

Art. 3º – O presente concurso abrange todo o território estadual.

CAPÍTULO II
DO OBJETO DO CONCURSO

Art. 4º – A Lei Estadual nº. 19.068/2017 obriga as empresas exibidoras de cinema a divulgar, anualmente, filmes publicitários de esclarecimentos sobre os malefícios do consumo de drogas ilícitas e os efeitos negativos do abuso das drogas lícitas para toda a sociedade. A exibição deverá ocorrer durante todo o mês de junho, em todas as sessões das salas de cinema do Estado do Paraná, período no qual se institui o mês Junho Paraná Sem Drogas, dedicado a ações de esclarecimento e incentivo à prevenção e ao tratamento contra o uso indevido de drogas (Lei Estadual nº. 19.121/2017).

Parágrafo único: Compete a Secretaria de Estado da Segurança Pública, por intermédio do Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD, organizar e divulgar as campanhas nas quais serão escolhidos os filmes publicitários a serem exibidos.

Art. 5º – A campanha a que se refere o parágrafo único do artigo anterior, se realizará pelo VIII Concurso Estadual de Vídeos Contra às Drogas, no qual, alunos do ensino médio das instituições de ensino público e privado, criarão vídeos de prevenção ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas.

CAPÍTULO III
DAS CATEGORIAS

Art. 6º – As obras participantes serão divididas em duas categorias:
I – Instituição de Ensino Pública;
II – Instituição de Ensino Privada;

CAPÍTULO IV
DA INSCRIÇÃO
Seção I
Das Formas de Inscrição

Art. 7º – A inscrição poderá ser realizada de duas formas:
I – Inscrição Física: realizada nos termos do artigo 9º ao 14 e parágrafos;
II – Inscrição On-line: realizada nos termos do artigo 15 ao 17 e parágrafos.
Parágrafo único: Toda documentação necessária para inscrição está disponível para download no portal do Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – www.politicasobredrogas.pr.gov.br na aba “Concurso de Vídeos”.

Seção II
Da Documentação Necessária

Art. 8º – Para a realização das inscrições, serão necessários os seguintes documentos:

I – Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Anexo I);
II – Termo de Cessão de Direitos para o Uso de Imagem e Voz, individual, por pessoa que apareça na obra (Anexo II e III);
III – Termo de Cessão e Transferência de Direitos Autorais da obra enviada ao Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD, assinado pelo(s) autor(res) da mesma (Anexo IV e V);
IV – CD/DVD, Pen Drive ou qualquer outro dispositivo portátil de armazenamento de dados, contendo a obra.

§ 1º – Será necessário incluir o termo de que trata o inciso II, se as pessoas envolvidas forem capaz de se reconhecerem na obra, ainda que o reconhecimento só seja possível apenas pela identificação da voz, tatuagem, marca de nascença, roupa, local e outras pessoas reconhecíveis, por exemplo.

§ 2º – Para fins de assinatura do Termo de Cessão e Transferência de Direitos Autorais da obra enviada (inciso III), considera-se autor a pessoa criadora de obra literária, artística ou científica, conforme artigo 11, "caput", da Lei nº. 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais. Ainda, nos termos do artigo 16 da citada lei, são coautores da obra audiovisual o autor do assunto ou argumento literário, musical ou lítero-musical e o diretor.

Seção III
Da Inscrição Física

Art. 9º – A inscrição física se realizará com o recebimento de envelope contendo todos os documentos e itens relacionados no artigo 8º, incisos I ao IV, observados os pormenores de seus parágrafos.

Art. 10 – O envelope deverá ser encaminhado ou entregue pessoalmente até o dia 01 de novembro de 2024, no Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD (Rua Coronel Dulcídio, n.º 800 – 5º andar, Batel – CEP: 80.420-170, Curitiba – PR), das 09 às 12 horas e das 13h30min às 18 horas, de segunda a sexta, em dias úteis, podendo ser utilizado qualquer meio de transporte/entrega, desde que se registre a data de envio e que contemple comprovante de recebimento.

§ 1º – Para fins de validação da inscrição será considerado o dia de postagem do envelope.

§ 2º – Os envelopes que não forem recebidos até o dia 14 de novembro de 2024 (Confirmação das Inscrições – artigo 18, inciso III), não serão avaliados, independentemente da data de envio.

Art. 11 – O CD/DVD, Pen Drive ou dispositivo portátil deverá ter descrito na sua parte externa, as seguintes informações:

I – Título da obra;
II – Nome da instituição de ensino;

Art. 12 – A instituição de ensino se responsabilizará totalmente pelo envio ou entrega da(s) obra(s) que será(ão) inscrita(s) no concurso.

Art. 13 – O Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas não se responsabiliza pelas obras que forem extraviadas e/ou danificadas durante o transporte.

Art. 14 – Os envelopes que não contiverem todos os itens exigidos nos incisos I a IV, do artigo 8º desse edital, bem como, que apresentarem dados incorretos, incompletos, ilegíveis ou inverídicos, serão automaticamente desclassificados durante o processo de triagem.

Paragrafo único – Não serão consideradas realizadas as inscrições que enviarem documentos, termos, obras e demais itens, de forma fracionada, devendo ser entregues em etapa única.

Seção IV
Da Inscrição On-line

Art. 15 – A inscrição on-line poderá ser realizada até as 18h00min do dia 01 de novembro de 2024, com o preenchimento do Formulário de Inscrição (formulário do Google Drive) disponibilizado no portal do Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – www.politicasobredrogas.pr.gov.br na aba "Concurso de Vídeos", onde serão realizados os *uploads* dos documentos/arquivos listados artigo 8º, incisos I ao IV, observados os pormenores de seus parágrafos.

§ 1º – A Ficha de Inscrição e os Termos de Cessão deverão estar em formato PDF e ter tamanho máximo 1GB.

§ 2º – O arquivo da obra deverá estar em formato MP4 e ter tamanho máximo de 10GB.

§ 3º – Para fins de validação da inscrição será considerada a data e hora originados pelo Google Drive (Carimbo de Data/Hora) no momento da inscrição, não sendo consideradas as inscrições realizadas após o período determinado no artigo 15.

Art. 16 – A instituição de ensino se responsabilizará totalmente pelo preenchimento e *upload* dos arquivos necessários para a inscrição no concurso.

Art. 17 – Os Formulários de Inscrição que não contiverem todos os itens exigidos nos incisos I ao IV, do artigo 8º deste edital, que apresentarem dados incorretos, incompletos, ilegíveis ou inverídicos, bem como, que forem apresentados corrompidos e/ou não puderam ser abertos, serão automaticamente desclassificados durante o processo de triagem.

CAPÍTULO V
DAS ETAPAS

Art. 18 – O VII Concurso Estadual de Vídeos Contra às Drogas ocorrerá nas seguintes etapas:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I – Edital de Abertura – 01 de abril de 2024;
II – Inscrições – até 01 de novembro de 2024, às 18h00min;
III – Confirmação das Inscrições – 14 de novembro de 2024,
IV – Avaliação Final e Divulgação dos Vencedores – 05 de dezembro de 2024;
V – Envio da Documentação com Firma Reconhecida (somente para os primeiros colocados de cada categoria) – até 13 de dezembro de 2024;
VI – Envio de Certificados por E-mail – até o dia 20 de dezembro de 2024;
VII – Entrega de Certificados para os vencedores – conforme disponibilidade do NEPSD;
VIII – Exibição das obras vencedores de cada categoria nas salas de cinema – Junho de 2025.

CAPÍTULO VI
DA PARTICIPAÇÃO

Art. 19 – Os inscritos no VIII Concurso Estadual de Vídeos Contra às Drogas devem ser alunos matriculados:

I – na 1ª à 3ª série do Ensino Médio;
II – na 1ª à 4ª série do Ensino Médio Integrado;
III – na 1ª à 4ª série do Curso de Formação de Docentes – Currículo Pleno;
IV – no Ensino Médio de Ação Pedagógica Descentralizada – APED dos Centros Socioeducativos – CENSE's.

§ 1º – Para fins de participação, cada unidade do Centro Socioeducativo - CENSE será considerada como uma instituição de ensino.

§ 2º – As instituições de ensino deverão oportunizar a participação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais incluídos na rede regular de ensino.

Art. 20 – Cada instituição de ensino definirá um(a) professor(a), pedagogo(a) ou diretor(a) que será o orientador(a) principal do projeto e responsável pelo envio de todo material necessário para a participação.
Parágrafo único: Será permitido apenas um orientador principal por obra, não vedando a participação acessória de outros profissionais, os quais não terão seus nomes incluídos na ficha de inscrição.

Art. 21 – Cada instituição de ensino poderá concorrer com tantas quantas obras forem elaboradas por seus alunos.

Art. 22 – Cada obra poderá ter a participação de no máximo (05) cinco alunos que serão regularmente inscritos no concurso.

§ 1º – Não será vedada a participação de mais alunos, servidores da instituição de ensino e/ou membros da comunidade, os quais serão considerados figurantes na obra e não terão seus nomes incluídos na ficha de inscrição, devendo, porém, ser observada a necessidade de envio do Termo de Cessão de Direitos Para o Uso de Imagem e Voz citada no inciso II, do artigo 8º e parágrafos.

§ 2º – Poderão participar, numa mesma obra, alunos de todos os anos e cursos citados nos incisos do artigo 19, desde que matriculados na mesma instituição de ensino, ficando vedada a participação do mesmo aluno como inscrito no concurso, em mais de uma obra.

CAPÍTULO VII
DAS ESPECIFICAÇÕES DA OBRA

Art. 23 – A obra deverá apresentar as seguintes especificações:

I – ter no mínimo 50 (cinquenta) e no máximo 60 (sessenta) segundos (contando introdução e créditos da obra);
II – conter legenda em português gramaticalmente correto;
III – ser em formato de vídeo, filmagem, animação, clipe ou qualquer outra forma de expressão audiovisual;
IV – ser realizado em modo paisagem;
V – conter referências às drogas lícitas e/ou ilícitas;
VI – ser apresentada em mídia CD/DVD, Pen Drive ou qualquer outro dispositivo portátil de armazenamento de dados (para inscrição física), e exclusivamente no formato mp4, contendo apenas uma obra em cada;
VII – ser inédita;
VIII – ser produzida em língua portuguesa;
IX – não possuir plágio e/ou paródia;
X – conter áudio.

§ 1º. Considerando que a acessibilidade audiovisual é uma parte importante da promoção da inclusão e da igualdade de acesso à informação e ao entretenimento para todo mundo, sugere-se aos participantes a inclusão da tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos vídeos submetidos ao presente concurso. Embora a ausência desse recurso não resulte em desclassificação da obra, o NEPSD incentiva seu uso reconhecendo a importância da acessibilidade e encorajando os participantes a contribuírem para um ambiente mais inclusivo e acessível.

§ 2º – Caso seja do interesse, fica facultado a indicação dos autores e participantes inscritos nos créditos finais da obra.

§ 3º – Para a obra inscrita pelo Centro Socioeducativo – CENSE, os créditos citados no parágrafo primeiro poderão conter somente o nome da unidade participante e do professor-orientador, sendo vedada a indicação dos alunos participantes, uma vez que sua identidade deve ser preservada, nos termos do artigo 247 do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

CAPÍTULO VIII
DOS CRITÉRIOS DE DESCLASSIFICAÇÃO

Art. 24 – Serão desclassificadas e não participarão da Avaliação Final, as inscrições e/ou obras que:

I – forem apresentadas fora do prazo de envio definidos nos artigos 10 e 15;
II – se enquadrarem nos casos mencionados nos artigos 14 e 17 e seus respectivos parágrafos;
III – não respeitem/contemplem TODOS os itens das especificações da obra, definidos pelo artigo 23 e incisos;
IV – apresentarem defeitos no CD/DVD/Pen Drive ou dispositivo portátil de armazenamento de dados e/ou na gravação, bem como, no arquivo de vídeo, que impossibilitem ou prejudiquem sua reprodução;
V – fizerem referência a símbolos nacionais, estaduais e/ou municipais (hino/brasão/bandeira);
VI – utilizarem marcas registradas e/ou governamentais;
VII – utilizarem obras de edições anteriores;
VIII – utilizarem mensagens de natureza apelativa e/ou preconceituosa;
IX – apresentarem imagens de terceiros que não autorizaram expressamente o seu uso.

CAPÍTULO IX
DA AVALIAÇÃO
Seção I
Dos Critérios de Avaliação

Art. 25 – A avaliação das obras obedecerá aos seguintes critérios:

I – Grau de assimilação da mensagem com a proposta do concurso – Refere-se a quanto a mensagem transmitida é absorvida, incorporada, compreendida pelos telespectadores, garantindo a relação entre as ideias expressadas na obra e a proposta do concurso;
II – Qualidade informativa – Refere-se ao quanto a informação passada na obra pode impactar positivamente na vida dos telespectadores;
III – Relevância da mensagem – Refere-se a quão importante é a mensagem que está sendo transmitida na obra;
IV – Criatividade – Entende-se por criatividade, a capacidade de criar, produzir e/ou inventar coisas novas;
V – Originalidade – Entende-se por originalidade a capacidade de inovar, de ser autêntico, de criar o que ainda não foi imaginado, de inspiração própria;
VI – Qualidade técnica sonora e visual – Sonora: refere-se a sensação que o som produz no ouvido humano, dividindo-se em altura, intensidade e timbre. Visual: refere-se a nitidez, enquadramento, luz, estabilidade da imagem, resolução e compatibilidade entre as legendas e os áudios;

Art. 26 – Cada avaliador poderá computar apenas uma nota por critério (I, II, III, IV, V, VI), sendo que a média aritmética simples obtida, será definida como Nota da Obra – Por Avaliador. Cada Nota da Obra – Por Avaliador, será somada e dividida pelo número de avaliadores, para obtenção da Nota Final da Obra, a qual será utilizada para a classificação final, conforme fórmula abaixo:

$$NO = \frac{(I) + (II) + (III) + (IV) + (V) + (VI)}{6}$$

$$NF = \frac{(NO1) + (NO2) + (NO3) + (NO4) + (NO5) + (NO6)}{6}$$

Legenda:
NO = Nota da Obra – Por Avaliador
NO1= Nota da Obra – Avaliador 1

NO2 = Nota da Obra – Avaliador 2...
NF = Nota Final da Obra – Classificatória

Parágrafo único – As notas atribuídas deverão estar compreendidas entre 7,0 e 10,0, sendo 7,0 a mais baixa e 10,0 a mais alta, podendo conter apenas uma casa decimal.

Seção II
Da Banca Avaliadora e Da Avaliação Final

Art. 27 – O Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD convidará representantes de até 6 (seis) entidades diretamente ligadas aos propósitos do concurso, os quais comporão a Banca Avaliadora.

Art. 28 – Todas as obras classificadas serão submetidas ao crivo da banca avaliadora, que observará os critérios do artigo 25.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Seção III
Da Classificação

Art. 29 – As três melhores notas obtidas nos termos do artigo 26, de cada categoria (Instituição de Ensino Pública e Instituição de Ensino Privada) serão classificadas como 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) colocado, respectivamente, em ordem decrescente.

Art. 30 – Caso ocorra empate entre duas ou mais obras em alguma das 3 primeiras colocações, será utilizado como critério de desempate a melhor nota obtida no inciso I, do artigo 25.

§ 1º – Permanecendo o empate, será utilizado como critério de desempate a melhor nota obtida no inciso II, do artigo 25 e assim, sucessivamente.

§ 2º – Ocorrendo empate em todos os critérios, a obra será exibida novamente e reavaliada, sendo considerada vencedora do desempate, aquela que tiver melhor nota.

§ 3º – As novas notas serão consideradas apenas para fins de desempate, sendo que a nota final permanecerá a atribuída inicialmente.

CAPÍTULO X
DOS RESULTADOS

Art. 30 – O resultado final será divulgado no site do Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD: www.politicasobredrogas.pr.gov.br, nas redes sociais, Instagram: @politicasobredrogaspr e
Facebook: www.facebook.com/nepsdpr/, no dia 05 de dezembro 2024, após a realização da Avaliação Final.

Art. 31 – O Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD comunicará o resultado aos 03 (três) primeiros classificados de cada categoria, por e-mail e/ou ligação telefônica.

Parágrafo único – Os demais participantes que desejarem obter os resultados deverão solicitá-los pelo e-mail politicasobredrogas@sesp.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 3313-1646, a partir da data de divulgação dos resultados.

Art. 32 – Após a divulgação dos resultados, as instituições de ensino que ocuparem a primeira colocação, em ambas as categorias, deverão enviar o(s) Termo(s) de Cessão de Direitos para o Uso de Imagem e Voz, individual(is) (Anexo II e III) e o(s) Termo(s) de Cessão e Transferência de Direitos Autorais da obra enviada ao Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD (Anexo IV e V), assinado(s) pelo(s) autor(res) da mesma, com firma reconhecida em cartório (semelhança ou verdadeira), até o dia 13 de dezembro de 2024.

§ 1º – Independentemente da forma de inscrição (física ou on-line) os termos acima mencionados deverão ser, exclusivamente, em formato físico, podendo ser encaminhados ou entregues pessoalmente no Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – Rua Coronel Dulcídio, n.º 800 – 5º andar, Batel – CEP: 80.420-170, Curitiba – PR – das 09 às 12 horas e das 13h30min às 18 horas, de segunda a sexta, em dias úteis, podendo ser utilizado qualquer meio de transporte/entrega, desde que se registre a data de envio e que contemple comprovante de recebimento.

§ 2º – A instituição de ensino que não atender ao solicitado nesse artigo será automaticamente desclassificada do concurso, passando a primeira colocação para a obra seguinte, oportunidade em que serão exigidos os documentos nos mesmos moldes.

CAPÍTULO XI
DA PREMIAÇÃO

Art. 33 – Todas as instituições de ensino regularmente inscritas no concurso serão premiadas com:

I - Certificado de Participação;
II – publicação da obra no canal do Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD no YouTube (https://www.youtube.com/channel/UC6uvVRaxiqyDW8nQQRCG5pQ);
III – publicação nas redes sociais Instagram: @politicasobredrogaspr e Facebook: www.facebook.com/nepsdpr/.

Art. 34 – As três melhores obras de cada categoria (Instituição de Ensino Pública e Instituição de Ensino Privada) serão premiadas com certificados de 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) lugar.

§ 1º– Para a primeira colocada de cada categoria, ocorrerá solenidade de entrega dos certificados, em local e data a serem estabelecidos pelo Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD, conforme disponibilidade administrativa.
§ 2º – As três primeiras colocadas de cada categoria poderão receber brindes doados pela Receita Federal, ficando tal premiação vinculada a disponibilidade da doação pela mesma.

Art. 35 – Em conformidade com a Lei Estadual nº. 19.068 de 05 de Julho de 2017, as obras que ficarem em primeiro lugar de cada categoria, serão exibidas em todas as sessões das salas de cinema do Estado do Paraná, durante os 30 (trinta) dias do mês de Junho de 2025, período no qual se institui o mês “Junho Paraná Sem Drogas”.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 – Ao efetuar a inscrição neste concurso, os participantes declaram terem lido e aceitado todos os termos deste edital, sem qualquer tipo de ônus para o Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD.

Art. 37 – Ao Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD, reserva-se o direito de divulgação das obras, bem como a cessão de uso das obras a terceiros, sem qualquer tipo de ônus e sem a necessidade de notificação aos participantes, assegurada a divulgação da autoria e o reconhecimento dos devidos créditos na forma do artigo 26 e incisos, da Lei nº. 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

§ 1º – A cessão total dos direitos do(s) autor(es) sobre as obras mencionadas neste edital fica(m) desde já autorizada, com amparo legal no artigo 50 da Lei nº. 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

§ 2º – O objeto da presente cessão são todas as obras concorrentes do V III Concurso Estadual de Vídeos Contra às Drogas, não somente as obras premiadas.

§ 3º – O exercício do direito do cessionário far-se-á em todo território nacional e internacional e por tempo indeterminado.

§ 4º – As cessões de uso das obras dos participantes serão gratuitas, tendo em vista o objetivo do concurso.

Art. 38 – Os participantes declaram que as obras inscritas no VIII Concurso Estadual de Vídeos Contra às Drogas não infringem direitos de terceiros, não incorrem em plágio, com reprodução total ou parcial, ficando o Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD eximido de quaisquer ônus relativos à responsabilidade por quaisquer arguições sobre a autoria da obra inscrita, devendo os participantes responderem, penal e civilmente pelas possíveis irregularidades apresentadas.

Art. 39 – As obras enviadas não serão devolvidas, sob nenhuma hipótese.

Art. 40 – Os casos omissos ao presente edital serão apurados pela Comissão Organizadora designada pela chefia do Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD.

Art. 41 – Das decisões da Comissão Organizadora não caberão recursos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

Renato Bastos Figueiroa
Delegado de Polícia
Coordenador do Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD

49595/2024

RESOLUÇÃO Nº 001/2024-FESD

Designa membros do Conselho Diretor do Fundo Estadual Sobre Drogas à compor a Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 001/2024-FESD.

O Presidente do **CONSELHO DIRETOR DO FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 17.244, de 17 de julho de 2012.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR os membros abaixo, para compor a Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 001/2024-FESD, que visa selecionar duas instituições representantes da Sociedade Civil Organizada para compor o Conselho Diretor do Fundo Estadual Sobre Drogas – FESD no biênio 2023-2024.

I – Juliane Maria Fonseca Silva, RG 7.899.720-6, representante titular da Secretaria de Estado da Educação, na qualidade de Presidente;

II – Achley Wzorek, RG 6110052/SC, representante suplente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná;

III – Daniel Bueno Kurzlop, RG 9.811.210-3, representante titular da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI – Luiz Carlos Hauer, RG 1.227.659-1, representante titular do Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 08 de maio de 2024

Renato Bastos Figueiroa
Presidente do Conselho Diretor do Fundo Estadual Sobre Drogas – FESD

49635/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N° 235/2024

Licença para concorrer a cargo eletivo.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II, VII e X da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e, e ainda as disposições constantes na Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e o contido no eProtocolo nº 22.135.106-1:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença, para concorrer a cargo eletivo de vereador, nos termos do Art. 208, Inciso X, da Lei Estadual nº 6.174/1970, ao servidor EDSON FREITAS LUIZ, CPF. XXX.XXX.838-00, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária, do Quadro Próprio da Polícia Civil, pelo período compreendido entre 06 de julho a 06 de outubro de 2024.

Parágrafo único. A presente licença fica condicionada à posterior apresentação de documentos comprobatórios de filiação partidária. Ata de Convenção do Partido Político contendo a indicação do nome do servidor a cargo eletivo e o respectivo Registro de Candidatura junto ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE, nos termos da legislação eleitoral vigente.

Curitiba-Paraná, 10 de maio de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

49724/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

O CHEFE DO NUCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

NOTIFICA:

O senhor Emerson José Lourenço, RG: 58174963, que foi ocupante do cargo de Agente De Polícia Judiciaria, QPPC, a comparecer no Núcleo de Recursos Humanos Setorial, sito a Rua Coronel Dulcídio, nº 800, 2º andar, Batel, Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse, em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.
E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 23 de Abril de 2024

Juliano Kutiansk
Chefe do GRHS/SESP

41507/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

Prot. 058/2024/CPC – RETIFICAÇÃO - Relação de Procedimentos Disciplinares a serem sorteados na sessão de 16 de maio de 2024.

01 - 059/2023/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (02 volumes) em desfavor de **GILBERTO MANSILHA RAMOS,** Agente de Polícia Judiciária.
02- 037/2023/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (04 volumes) em desfavor de **DEOCLÉCIO DETROS**, Delegado de Polícia **(aposentado)**, **VALMIR BARATTO,** Agente de Polícia Judiciária. **(aposentado).**
03 - 045/2023/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (02 volumes 02 apensos) em desfavor de **JAIR ZUCCO**, Agente de Polícia Judiciária**.**

Curitiba, 10 de maio de 2024.

VALMIR SOCCIO
Delegado de Polícia
Secretário Geral do Conselho

49223/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 389 – DRH, 10 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 21.929.968-0,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR, a Portaria nº 305 de 02 de abril de 2024, publicada no DIOE nº 11.633 de 05 de abril de 2024, de modo que, na parte onde se lê: "no período de 22 de abril de 2024 a 21 de maio de 2024", leia-se: "no período de 22 de abril de 2024 a 05 de maio de 2024".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Reginaldo Peixoto
Diretor-Geral da Polícia Penal.

50045/2024

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Michel Rodrigo Good, RG: 10.266.970-3, que foi ocupante do cargo de Cabo da Polícia Militar do Paraná, simbologia QPMG 1-0, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110, ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 33044700, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 24 de abril de 2024.

1º Ten. QOPM Matheus Marques de Almeida,
Chefe da Subseção de Implantação – DP1.

(Ref. Boletim-Geral nº 220 de 28 de novembro de 2023 E-Protocolo nº 20.719.684-3)

41599/2024

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Carlos Eduardo de Freitas Dutra, RG: 9.562.369-7, que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, simbologia QPMG 1-0, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110, ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 33044700, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 23 de abril de 2024.

1º Ten. QOPM Matheus Marques de Almeida,
Chefe da Subseção de Implantação – DP1.

(Ref. Boletim-Geral nº 211 de 14 de novembro de 2023 E-Protocolo nº 20.550.179-7)

40856/2024

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Rodrigo José Juliano, RG: 10.159.733-4, que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, simbologia QPMG 1-0, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110, ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 33044700, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 23 de abril de 2024.

1º Ten. QOPM Matheus Marques de Almeida,
Chefe da Subseção de Implantação – DP1.

(Ref. Boletim-Geral nº 074 de 18 de abril de 2024 E-Protocolo nº 21.870.468-9)

41293/2024

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Rafael Eduardo Lass Soares, RG: 8.305.592-8, que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, simbologia QPMG 1-0, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110, ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 33044700, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 03 de maio de 2024.

1º Ten. QOPM Matheus Marques de Almeida,
Chefe da Subseção de Implantação – DP1.

(Ref. Boletim-Geral nº 068 de 10 de abril de 2024 E-Protocolo nº 21.878.515-8)

45561/2024

P O R T A R I A Nº 859-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo nº 22.102.007-3;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

CARLOS ALBERTO DO AMARAL, RG 3364008-0, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): DELEGACIA DE POLÍCIA DO 12.º DISTRITO, da Divisão Policial da Capital.

PARA: DELEGACIA DE POLÍCIA DO 7.º DISTRITO, da mesma Divisão.

JACKSON RENATO DA SILVA, RG 5099411-2, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): DELEGACIA DE POLÍCIA DO 7.º DISTRITO, da Divisão Policial da Capital.

PARA: DELEGACIA DE POLÍCIA DO 12.º DISTRITO, da mesma Divisão.

Curitiba, 06 de maio de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 901-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 06 de maio do corrente ano e conforme disposições contidas no artigo 72, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D E S I G N A R

GERALDO EVANGELISTA DE SOUZA JUNIOR, RG 12777102-2, Delegado de Polícia 2ª classe, exercendo suas funções na 6.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FOZ DO IGUAÇU, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela Delegacia de Polícia de SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, da mesma Subdivisão e Divisão, "*conforme Ofício n. 5067/2024 da 6.ª Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu, e despacho da Divisão Policial do Interior, encartado no Protocolo Digital 22.109.844-6*".

Curitiba, 08 de maio de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 904-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução nº 246/2023;

Considerando protocolo nº 21.590.589-6, resolve,

D E S I G N A R

RAMON GALVÃO ZEFERINO, RG 16248286-6, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 14.ª Subdivisão Policial de GUARAPUAVA, da Divisão Policial do Interior, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe – FPP9 da DELEGACIA DA MULHER DE GUARAPUAVA, da Divisão de Polícia Especializada, durante férias da titular ANA CAROLINA HASS DE MIRANDA CASTRO, RG 6510547-0, Delegada de Polícia 3ª classe, no período de 08/04/2024 a 07/05/2024.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 905 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 22.142.837-4, resolve,

D E S I G N A R

DIEGO COELHO ANTUNES RIBEIRO, RG 16248129-0, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 22.ª Delegacia Regional de Polícia de ALTO PARANÁ, da 8.º Subdivisão Policial de PARANAVAÍ, Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 25.ª Delegacia Regional de Polícia de NOVA ESPERANÇA e pelas Delegacias de Polícia de ATALAIA, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, FLORAÍ e UNIFOR, todas da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular DIEGO LUIZ RIBEIRO TRONCHA, RG 16248234-3, Delegado de Polícia de 4ª

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

classe, durante o período de 01/07/2024 a 30/07/2024.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 908-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

Considerando os protocolos sob nº 22.139.576-0 e 22.028.401-8, resolve,

R E T I F I C A R

a portaria nº 788-DPC, de 18/04/2024, que designou *"LUANA LOUZADA PEREIRA LOPES, RG 14644855-0 – Delegada de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DA MULHER DE APUCARANA, da Divisão de Polícia Especializada, para responder cumulativamente como Delegado Chefe da DELEGACIA DA MULHER DE ARAPONGAS, da mesma Divisão, durante Licença para Tratamento de Saúde da titular CAMILLA COSTA, RG 16248130-4 – Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 08/05/2024 a 24/05/2024"*,

ONDE SE LÊ: "no período de 08/05/2024 a 24/05/2024",

LEIA-SE: "no período de 05/06/2024 a 21/06/2024".

Curitiba, 10 de maio de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 909 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 22.148.969-1, resolve,

D E S I G N A R

FABIO TADEU DAMBROS, RG 6519452-0, PAPILOSCOPISTA POLICIAL, exercendo suas funções no INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ, para responder como DIRETOR pelo referido INSTITUTO, durante férias do titular MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO, RG 3669193-0, DELEGADO DE POLÍCIA 1ª CLASSE, NO PERÍODO DE 14/05/2024 a 03/06/2024.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

49719/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 22.079.768-6

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 720,00 (Setecentos e vinte reais)**, em favor do 3SGT. QPMG1 **Ailton Amâncio Vieira**, inscrito no CPF: XXX.XXX.859-33, conforme motivação da Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50346/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 21.960.799-7
I. INDENIZO, com base no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, o débito em favor da Previdência Social – INSS, no valor total de **R$ 1.830,06 (mil oitocentos e trinta reais e seis centavos)**, que deveria ter sido retido na fonte quando do pagamento da Nota Fiscal de fls. 6-7, alusiva aos serviços executados na 11ª medição da obra de construção da sede da Polícia Científica e Centro de Anatomia da UEPG, conforme Documento de Arrecadação de Receitas Federais de fls. 131;
II. Destaco que, em razão da incidência de valores de acréscimo à despesa, decorrente da mora sobre o pagamento, deverá, em observância ao princípio da estrita legalidade, ser procedida apuração dos fatos para eventual responsabilidade funcional e necessária indicação de autoria sobre o ressarcimento ao erário, visando cessar o prejuízo causado;
III. Eventual identificação voluntária do agente causador do prejuízo, para posterior ressarcimento, dispensará a necessidade de abertura de procedimento apuratório;
IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao órgão responsável para proceder com o pagamento.

Curitiba – Paraná, 13 de maio de 2024
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral SESP/PR

50067/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 21.964.023-4
I. INDENIZO, com base no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, o débito em favor da Previdência Social – INSS, no valor total de **R$ 123,03 (cento e vinte e três reais e três centavos)**, que deveria ter sido retido na fonte quando do pagamento da Nota Fiscal de fls. 6-7, alusiva aos serviços executados na 8ª medição da obra de construção da sede da Polícia Científica e Centro de Anatomia da UEPG, conforme Documento de Arrecadação de Receitas Federais de fls. 103;
II. Destaco que, em razão da incidência de valores de acréscimo à despesa, decorrente da mora sobre o pagamento, deverá, em observância ao princípio da estrita legalidade, ser procedida apuração dos fatos para eventual responsabilidade funcional e necessária indicação de autoria sobre o ressarcimento ao erário, visando cessar o prejuízo causado;
III. Eventual identificação voluntária do agente causador do prejuízo, para posterior ressarcimento, dispensará a necessidade de abertura de procedimento apuratório;
IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao órgão responsável para proceder com o pagamento.

Curitiba – Paraná, 13 de maio de 2024
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral SESP/PR

50323/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.996.873-6

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 2.880,00 (Dois mil oitocentos e oitenta reais)**, em favor dos servidores nominados na tabela acostada à fls 5-7, mov. 5-6, deste protocolo.

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50358/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 22.078.137-2

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais)**, em favor do Cb. QPMG1 **Angelica Galdino Leite**, inscrito no CPF: XXX.XXX.139-38, conforme motivação da Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50359/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 21.075.298-6

I – ADJUDICO, nos termos dos artigos 13, inciso VII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o objeto deste procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, autuado sob n° **989/2023,** visando a aquisição de Gêneros Alimentícios do Corpo de Bombeiros para a cidade de Curitiba-PR.

para os lotes 01,02,16,17, a empresa **VILLAS CESTAS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ nº 42.671.235/0001-55,** apresentou a proposta no valor total de R$ 341.633,16 (trezentos e quarenta e um mil e seiscentos e trinta e três reais e dezesseis centavos)..

Para os lotes 03, 04, a empresa **WSILVA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA CNPJ nº 29.513.872/0001-35,** apresentou a proposta no valor total de R$ 91.905,54 – (noventa e um mil, novecentos e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Para os lotes 05, 14 e 15 , a empresa **JEFFERSON RODRIGO SCHULZ LTDA, CNPJ nº 26.507.156/0001-57 ,** apresentou a proposta no valor total de R$ 138.196,40 (cento e trinta e oito mil, cento e noventa e seis reais e quarenta centavos).

Para os lotes 06,07,08,09,10,11,12,13 a empresa **E. LAZZAROTTO & CIA LTDA , CNPJ nº 09.045.155/0001-19 ,** apresentou a proposta no valor total de R$ 772.595,89 – (setecentos e setenta e dois mil e quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos).

II - HOMOLOGO, com base nos artigos 13, inciso VIII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e nos termos do ato que declarou a empresa vencedora (mov. 164), o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob n° **989/2023,** visando a aquisição de Gêneros Alimentícios do Corpo de Bombeiros para a cidade de Curitiba-PR.

para os lotes 01,02,16,17, a empresa **VILLAS CESTAS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ nº 42.671.235/0001-55,** apresentou a proposta no valor total de R$ 341.633,16 (trezentos e quarenta e um mil e seiscentos e trinta e três reais e dezesseis centavos)..

Para os lotes 03, 04, a empresa **WSILVA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA CNPJ nº 29.513.872/0001-35,** apresentou a proposta no valor total de R$ 91.905,54 – (noventa e um mil, novecentos e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Para os lotes 05, 14 e 15 , a empresa **JEFFERSON RODRIGO SCHULZ LTDA, CNPJ nº 26.507.156/0001-57 ,** apresentou a proposta no valor total de R$ 138.196,40 (cento e trinta e oito mil, cento e noventa e seis reais e quarenta centavos).

Para os lotes 06,07,08,09,10,11,12,13 a empresa **E. LAZZAROTTO & CIA LTDA , CNPJ nº 09.045.155/0001-19 ,** apresentou a proposta no valor total de R$ 772.595,89 – (setecentos e setenta e dois mil e quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos).

III – Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.
IV – PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Centro de Licitações para as providências legais e posterior remessa para o órgão demandante convocar a licitante vencedora para assinatura do contrato.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Coronel PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública
Decreto n° 012/2023

49612/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 21.872.837-5

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 0399/2024-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0399/2021 firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado e a empresa **SANCRISTO – COLETA DE RESÍDUOS EIRELI**, CNPJ nº 14.147.098/0001-19, sediada no Município de Dourados/MS – cujo objeto corresponde à prestação de serviços de coleta de resíduos da área de saúde em unidades penais de londrina, ponta grossa e cruzeiro do oeste, para atender à demanda do departamento penitenciário do paraná – DEPPEN, visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de 27/05/2024 até 26/05/2025, mantendo-se o valor mensal do contrato, no importe de **R$ 48.650,40 (quarenta e oito mil seiscentos e cinquenta reais e quarenta centavos)** e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta de Termo Aditivo apresentada (fls. 145/146);
II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

49721/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 21.918.977-0

I. AUTORIZO, nos termos do art. 7º, incisos V e VI, do Decreto Estadual nº 7.303/2021 e art. 1º, inciso IV, da Resolução PGE nº 67/2022, conforme Informação 0338/2024-AT/SESP, a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e as empresas: **Vasp J Representações e Comércio de Equipamentos Ltda**, CNPJ 10.841.010/0001-03, no valor de R$ 43.721,00 (quarenta e três mil setecentos e vinte e um reais), **Dental Alta Mogiana – Comércio de Produtos Odontológicos Ltda**, CNPJ 05.375.249/0001-03, no valor de R$ 104.580,00 (cento e quatro mil quinhentos e oitenta reais), **Dental Maria Ltda-ME**, CNPJ 09.222.369/0001-13, no valor de R$ 55.840,25 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos), **Suprema Dental Importação, Exportação e Comércio de Produtos Odontológicos Ltda**, CNPJ 28.820.255/0001-10, no valor de R$ 78.731,89 (setenta e oito mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos), **Dental Prime – Produtos Odontológicos Médicos Hospitalares Ltda**, CNPJ 21.504.525/0001-34, no valor de R$ 169.344,05 (cento e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e quaro reais e cinco centavos), **Mega Dental Importação, Exportação e Comércio de Produtos Odontológicos Ltda**, CNPJ 25.341.162/0001-14, no valor de R$ 173.884,50 (cento e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos) e **Argos Ltda**, CNPJ 42.262.411/0001-03, no valor de R$ 5.798,00 (cinco mil, setecentos e noventa e oito reais), totalizando um **valor global de R$ 631.899,69 (seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos)**, conforme Minutas dos Contratos (fls. 415/475 e 486/495).
II. Para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

49690/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 22.007.913-9

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 105, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 0898/2024-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração de Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0159/2019, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado e a empresa **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, CNPJ n°

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

78.533.312/0001-58– cujo objeto corresponde à prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação para atender as necessidades do Instituto de Identificação do Paraná - IIPR – visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de 14/06/2024 até 13/06/2025, mantendo-se o valor mensal do contrato, no importe de R$ 19.710,42 (dezenove mil setecentos e dez reais e quarenta e dois centavos) e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls. 125/126);

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

49569/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 20.371.180-8

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 965/2024 – AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor do Município de Pato Branco-PR, credor de taxa de coleta de lixo vinculada ao imóvel localizado na Rua Xavantes, 269, Pato Branco-PR – no valor estimado de **R$ 3.344,84 (três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)**, referente aos anos de 2020 a 2023;

II. Destaco que análise quanto a necessidade de instauração de procedimento administrativo, para apuração de eventual responsabilidade funcional, bem como indicação de autoria sobre ulterior ressarcimento dos valores de acréscimo, será realizada após o pagamento da indenização tem tela;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, *datado eletronicamente*.

(assinado eletronicamente)

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP.

49643/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.789.808-0

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2021 e nos termos da Informação 0766/2024-AT/SESP e artigo 1º, inciso IV, da Resolução PGE nº 67/2022, a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e as empresas: **a) SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 00.656.468/0001-39, sediada no Município de Curitiba-PR, no valor de R$ 830,00 (oitocentos e trinta reais); **b) CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ nº 44.734.671/0022-86**, sediada no Município de Itapira-SP, no valor de R$ 526,00 (quinhentos e vinte e seis reais); **c) LABORATÓRIOS B. BRAUN S.A**, CNPJ nº 31.673.254/0010-95, sediada no Município de São Gonçalo-RJ, no valor de R$ 47.342,40 (quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e dois reais, quarenta centavos) e **d) FRESENIUS KABI BRASIL LTDA**, CNPJ nº 49.324.221/0001-04, sediada no Município de Barueri-SP, no valor de R$ 20.400,00 (vinte mil, quatrocentos reais) – em utilização à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 101/2023 – visando a aquisição de polivitamínicos, oligoelementos e nutrição parenteral para atender a demanda do Hospital da Polícia Militar – HPM – no valor global de R$ 69.098,40 (sessenta e nove mil e noventa e oito reais e quarenta centavos), conforme Minutas dos Contratos apresentadas (fls. 312/321, 322/331, 332/341, 342/351).

II. Para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos de conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

49691/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 22.008.954-1

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 112, §12, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e nos termos da Informação nº 0895/2024 – AT/SESP, a celebração do **Quarto Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 0127/2023**, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 1148/2020, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa **R.C.A PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 69.207.850/0001-61 – cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e outros, para atender as necessidades das unidades da Polícia Civil da Capital – visando o reajuste , resultado de repactuação, no importe de 9,73% (nove inteiros e setenta e três centésimos por cento) referente a data base 01/03/2024, conforme Aviso nº 04/2024 – DOS/SEAP (fls.04/10) – passando o valor mensal de R$ 3.957,93 (três mil e novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos) para **R$ 4.343,04 (quatro mil trezentos e quarenta e três reais e quatro centavos)**, a partir de 01/03/2024, conforme Minuta do Quarto Termo de Apostilamento (fls. 79/80);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 13 de maio de 2024.

Coronel PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública.

49727/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 21.907.367-4

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base na Informação nº 305/2023-PGE (fls. 16/30), aprovada pela Procurador-Geral do Estado por meio do Despacho nº. 0934/2023-PGE e Informação nº. 850/2024-AT/SESP, a celebração do **Termo de Cooperação**, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência da Polícia Militar do Paraná e o **Município de Arapongas/PR**, inscrito no CNPJ/MF n.° 76.958.966/0001-06, cujo objeto visa "*incrementar ações, no município de Arapongas, destinadas ao enfrentamento da violência e da criminalidade, à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os partícipes, por meio do intercâmbio de informações, dados, tecnologia, imagens e o estabelecimento de procedimentos de cooperação técnica e operacional*", através do **Projeto Olho Vivo**, conforme minuta de Termo de Cooperação acostada às fls. 31/42 e respectivo Plano de Trabalho apresentado às fls. 43/51.

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

49654/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.077.768-5

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta reais),** em favor dos seguintes militares: Sd. QPBM **William Roberto Campos Silva**, CPF XXX.XXX..239-06, Sd. QPBM **Wildérick de Moraes,** CPF: XXX.XXX.339-3, Sd. QPBM **Marlon dos Reis Prado,** CPF XXX.XXX.379-16, Sg. QPBM **Luciano Carlos Pereira,** CPF: XXX.XXX.419-65, Cb. QPBM **José Gomes Lopes Júnior,** CPF XXX.XXX.384-02, Cb. QPBM **Eduardo Aguiar Isla**, CPF XXX.XXX.579-23 e Sg. QPBM **Ademar Filho Ladwing da Silva**, CPF XXX.XXX.139-97, conforme motivação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHA-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, datado eletronicamente

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

49926/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 21.968.338-3

I. CONHEÇO do recurso interposto pelo Sd. QPMG 1-0 Paulo César Soares, RG 9.753.530-6 (fls. 03/15);

II. NEGO PROVIMENTO ao pedido, nos termos da Informação nº. 963/2024-AT/SESP, mantendo a decisão exarada pelo Comandante-Geral da PMPR;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar para conhecimento, dar ciência aos interessados e demais providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, 13 de maio de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

49905/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.983.948-0

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base na Informação nº. 0836/2024-AT/SESP, a celebração do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública e, de outro lado, **o Município de Cascavel/PR**, inscrito no CNPJ/MF n.° 76.208.867/0001-07, cujo objeto entre os partícipes, visa a comunhão de esforços para incrementar ações, por meio do **"Projeto Olho Vivo"**, naquela municipalidade, destinadas ao enfrentamento da violência e da criminalidade, à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os partícipes, por meio do intercâmbio de informações, dados, tecnologia, imagens e o estabelecimento de procedimentos de cooperação técnica e operacional, **conforme minuta de Termo de Cooperação de fls. 09/20 e Plano de Trabalho respectivo apresentado às fls. 21/29.**

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

49589/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 21.473.599-7

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 875/2024 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor de **MARIANNA ABREU MANNA**, inscrita sob CPF n°. XXX.XXX.227-84 o valor total de **R$ 87,17 (oitenta e sete reais e dezessete centavos)**, a título de diária em razão de deslocamento realizado a bem do serviço público, no período de 26/12/2023 até 27/12/2023.

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela autoridade requerente, não há justa causa para a apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

49597/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 21.738.959-3

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 0872/2024 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor de **JACKELINE CORSI MELO**, portadora do CPF n°. XXX.XXX.099-03 – do valor de **R$ 106,95 (cento e seis reais e noventa e cinco centavos),**a título de diária em razão de deslocamento realizado a bem do serviço público, na data de 19/10/2023;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela autoridade requerente, não há justa causa para a apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

49596/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 22.059.110-7

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais)**, em favor do Cb. QPMG1 **Marcos Antonio da Silva**, CPF: XXX.XXX.199-00, conforme motivação da Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

49594/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.289.779-5

I. INDENIZO, com base na Informação nº 742/2024 AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor da empresa **MARC MEDICINA DO TRABALHO**, inscrita no CNPJ sob nº 01.824.660/0001-50, no valor de **R$ 7.380,00 (sete mil, trezentos e oitenta reais)**, referente à prestação de serviços de avaliação de candidatos ao CFO – 2024 da PMPR, mediante a contratação de dois profissionais médicos, com especialidade em oftalmologia, para realizar a análise dos exames oftalmológicos definidos em edital regulador, bem como, avaliação oftalmológica presencial durante o período de 28 a 01 de março de 2024, conforme Nota Fiscal nº 5780 (Fl. 247);

II. Destaco que, em razão da inobservância dos critérios legais para criação de despesa – ausência de prévio empenho –, deverá a unidade de origem, em observância ao princípio da estrita legalidade, proceder com a devida apuração dos fatos para eventual responsabilidade funcional;

III. PULIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

49967/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 22.082.449-7

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base na Informação nº. 973/2024-AT/SESP, a celebração do **Termo de Cooperação Técnica** e respectivo **Plano de Trabalho** a ser celebrado entre o **Estado do Acre** e o **Estado do Paraná**, por intermédio do **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre** e desta **Secretaria de Segurança Pública**, com a interveniência do **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná**, que tem como objeto estabelecer parceria visando a "CAPACITAÇÃO EM COMBATE A INCÊNDIO EM SILOS GRANELEIROS, que será realizado no Estado do Acre, envolvendo diversos participantes/militares do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre", conforme Minuta do Termo de Cooperação acostada às fls. 11/13 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 15/18.

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

50120/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.782.167-3

I. AUTORIZO, nos termos do art. 7º, incisos V e VI, do Decreto Estadual nº 7.303/2021, nos termos da Informação 2034/2023-AT/SESP, a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e as empresas: **a) GGL INDUSTRIA DE MOVEIS DE ACO LTDA** – CNPJ nº. 02.985.342/0001-33, sediada no Município de Ponta Grossa-PR, no valor de R$ 20.155,00 (vinte mil, cento e cinquenta e cinco reais); **b) MACALE TRANSPORTE E COMERCIO LTDA –** CNPJ nº. 19.018.615/0001-73, sediada no Município de Almirante Tamandaré-PR, no valor de R$ R$ 129.58480 (cento e vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos); **c) BELNIAKI & CIA LTDA –** CNPJ nº. 38.438.034/0001-35, sediada no Município de Araucária-PR**,** no valor de R$ 759.970,50 (setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta reais e cinquenta centavos); e, **d) EKOMOB COMERCIO EIRELI – EPP –** CNPJ nº. 15.825.521/0001-55, sediada no Município de Navegantes-SC**,** no valor de R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) – em utilização à Ata de Registro de Preços **oriunda do Pregão Eletrônico nº 1415/2022** – visando a aquisição de mobiliários, para atender a demanda do Comando-Geral da Polícia Militar-CGPM, **no valor global de R$ 1.134.710,03 (um milhão, cento e trinta e quatro mil e setecentos e dez reais e três centavos)**, conforme respectivas Minutas de Contrato apresentadas (fls. 286/296; 276/285; 308/317 e 297/307);

II. Para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

50200/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 21.685.500-0

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 0819/2024 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor de **IGOR MÁRIO TRATCH** – portador do CPF n° XXX.XXX.609-04 – no valor de **R$ 83,70 (oitenta e três reais e setenta centavos)**, a título de diária em razão de deslocamento realizado a bem do serviço público, no dia de 10/10/2023 a 10/10/2023;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela autoridade requerente, não há justa causa para a apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, datado eletronicamente

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50199/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n º 21.721.043-7

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §5º, do Decreto Estadual nº 4189/2016 e ainda, com fulcro no art. 104, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 169/2024-PRC/AUT/PGE, o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 1225/2023, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **FAGUNDEZ DISTRIBUIÇÃO LTDA**., inscrita no CNPJ nº 07.953.689/0001-18, cujo objeto é a aquisição de notebooks e periféricos para atender as necessidades da SESP/SEDE, visando a prorrogação do prazo de vigência, pelo prazo de 41 (quarenta) dias, a partir de **16/02/2024 até 28/03/2024**, conforme minuta às fls. 31/32;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade beneficiária;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, datado e assinado eletronicamente.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

50212/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.763.028-2

I. INDENIZO, com base na Informação nº 0790/2024 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor da empresa **GVR ADMINISTRAÇÃO E LOCAÇÃO**

DE BENS S/S LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.371.070/0001-70, o valor de **R$ 27.178,56 (vinte e sete mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)**, em razão do uso do imóvel situado à Rua Lupercio Pozato, n.º 555, Londrina, sem cobertura contratual, que abriga o 30º Batalhão de Polícia Militar, subordinado ao 2º Comando Regional de Polícia Militar – em atendimento às necessidades da PMPR, após findo o prazo do Contrato nº 465/2016 – relativamente ao período de dezembro de 2023;
II. Em razão apuração prévia por meio da Sindicância COGER n.º 1183/2023, não há justa causa para nova apuração de responsabilidade;
III. PUBLIQUE-SE;
IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 13 de maio de 2024
Cel. QOPM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

50225/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 22.021.255-6
I. INDENIZO, com base no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, o débito em favor da Previdência Social – INSS, no valor total de **R$ 335,73 (trezentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos)**, que deveria ter sido retido na fonte quando do pagamento da Nota Fiscal de fls. 14, alusiva à Execução de Muro da Coordenação de Informática da Polícia Civil, conforme Documento de Arrecadação de Receitas Federais de fls. 117;
II. Destaco que, em razão da incidência de valores de acréscimo à despesa, decorrente da mora sobre o pagamento, deverá, em observância ao princípio da estrita legalidade, ser procedida apuração dos fatos para eventual responsabilidade funcional e necessária indicação de autoria sobre o ressarcimento ao erário, visando cessar o prejuízo causado;
III. Eventual identificação voluntária do agente causador do prejuízo, para posterior ressarcimento, dispensará a necessidade de abertura de procedimento apuratório;
IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao órgão responsável para proceder com o pagamento.

Curitiba – Paraná, 13 de maio de 2024
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral SESP/PR

50112/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.415.013-1

I. INDENIZO, com base na Informação nº 0835/2024 AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor da empresa **BOM DEGUSTY ASSESSORIA E ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 09.122.224/0001-40, no valor de **R$ 11.241,91 (onze mil duzentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos)**, referente à prestação de serviços de nutrição, cocção e fornecimento transportado de refeições destinadas aos apenados e servidores da 31ª DRP – Delegacia Regional de Polícia de Porecatu, conforme Nota Fiscal nº 29647(fl. 03), vinculada ao Contrato Administrativo nº 0029/2019 (fls. 17/32)**;**

II. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

50100/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 22.029.577-0

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 0939/2024-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0370/2023, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado e a empresa **ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANCA LTDA**, CNPJ n° 05.457.677/0001-77, cujo objeto corresponde à prestação de serviços de vigilância armada para atender as necessidades da Polícia Científica do Paraná – visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de 23/05/2024 até 23/05/2025, mantendo-se o valor mensal do contrato, no importe de R$ 205.934,78 (duzentos e cinco mil novecentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos) e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls. 113/114);
II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.
Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

50032/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 21.013.928-1

I. TORNO SEM EFEITO o Despacho de fl. 680, publicado na Edição nº 11562, de 14 de dezembro de 2023, do Diário Oficial do Executivo (fl. 120), em atendimento ao requerido no Despacho nº 081/2024 – CRS/PMPR, sob os fundamentos da Informação nº 28/2024 – PGE/PCRH;
II. PUBLIQUE-SE
III. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.;

Curitiba-Paraná, datado eletronicamente
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

49997/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 21.816.797-7
I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 789/2024 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, sob os fundamentos do inciso X, do art. 5º, da Lei Estadual 20.937/21, o pagamento de auxílio-alimentação ao **Sd. QPM 1-0 Cezar Matias Soares, CPF nº XXX.XXX.079-57**, no valor global de **R$ 10.408,44 (dez mil quatrocentos e oito reais e quarenta e quatro centavos)**, relativo ao período de Agosto de 2022 a Janeiro de 2024, face à decisão prolatada no Habeas Corpus n° 5032841- 42.2022.4.04.0000/PR, que determinou sua realocação em serviços administrativos, na Polícia Militar do Paraná.
II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela autoridade requerente, não há justa causa para a apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;
III. PUBLIQUE-SE;
IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 13 de maio de 2024.
Cel. QOPM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

50252/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.338.587-9

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base na Informação nº. 951/2024-AT/SESP, a celebração do **Termo de Cooperação Técnica** entre o Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria de Segurança Pública** e interveniência da **Polícia Militar do Estado do Paraná**, que tem como objeto o "*estabelecimento de condições para uma ação conjunta entre as esferas de governo convergentes, visando ao fomento e a otimização de atividades da Polícia Militar no Município de Araucária, Estado do Paraná, a fim de que seja possível proporcionar atendimento adequado, segurança ao cidadão e a manutenção da ordem pública, com a instalação da 2ª Companhia do 17º Batalhão de Polícia Militar*", conforme Minuta do Termo de Cooperação acostada às fls. 65/70 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 71/75.
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;
III. PUBLIQUE-SE no prazo legal;
IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 13 de maio de 2024.
Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

50131/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 22.030.617-8

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 0888/2024 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor do proprietário **ARLINDO EGON BORGMAN**, CPF XXX.XXX.379-72 e da proprietária **EDITH BORGMANN**, CPF XXX.XXX.489-53, no valor de **R$ 6.566,32 (seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos)**, em razão do uso de imóvel situado à Rodovia PR-467 – KM 26,1 – Linha Quinta das Seleções, S/N°, Marechal Cândido Rondon, que abriga sede do Batalhão de Polícia de Fronteira - BPFron – em atendimento às necessidades da PMPR, durante vigência o prazo do Contrato nº 850/2019 – relativamente ao período de dezembro de 2023, conforme Quarto Termo Aditivo (fl. 12).;

II. Em razão da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PULIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50229/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 21.486.413-4

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 0884/2024 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor de **THIAGO QUIRINO ANTUNES DA SILVA,** portador do CPF n° xxx.xxx.169-57 **–** no valor da diária de **R$ 87,17 (oitenta e sete reais e dezessete centavos)**, a título de diária em razão de deslocamento realizado a bem do serviço público, na data de 19/12/2023;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela autoridade requerente, não há justa causa para a apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50232/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 21.742.818-1

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 0846/2024 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor de **ELIAS FRANCISCO PIRES –** portador do CPF n° xxx.xxx.439-04 – no valor de **R$ 853,90 (oitocentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)**, a título de diária em razão de deslocamento realizado a bem do serviço público, no período de 07/12/2023 a 09/12/2023.

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela autoridade requerente, não há justa causa para a apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50231/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 21.819.105-3

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 912/2024 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor do servidor **GILMAR DECHINI VAGETTI**, inscrito no CPF sob o n°. XXX.XXX.081-68, no valor de **2.876,61 (dois mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos)**, a título de diárias em razão de deslocamento realizado a bem do serviço público, no período da Operação Verão 2023/2024;

II. PUBLIQUE-SE;

III. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50230/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 22.080.780-0

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 720,00 (Setecentos e vinte reais)**, em favor do 1SGT. QPMG1 **Ronnie Petterson Patti**, inscrito no CPF: XXX.XXX.599-90, conforme motivação da Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50337/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 22.081.903-5

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 1.620,00 (Hum mil seiscentos e vinte reais)**, em favor dos servidores nominados na tabela acostada à folha 4, mov. 4, deste protocolo.

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50360/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERALGABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 22.081.863-2

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais)**, em favor do Sd. QPM 1-0 **Patrick Alves dos Santos Orlandini de Andrade** , inscrito no CPF: XXX.XXX.789-89, conforme motivação da Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade

funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50333/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 22.083.755-6

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 180,00 (Cento e oitenta reais)**, em favor do 2SGT. PM RR **Alexandre Viana**, inscrito no CPF: XXX.XXX.839-15, conforme motivação da Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50355/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 22.084.207-0

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 540,00 (Quinhentos e quarenta reais)**, em favor do Cb. QPMG1 **Luciene Silva de Souza**, inscrito no CPF: XXX.XXX.159-55, conforme motivação da Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

50348/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.609.623-1

I. AUTORIZO, nos termos do art. 7º, incisos V e VI, do Decreto Estadual nº 7.303/2021, nos termos da Informação 955/2024-AT/SESP, a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **NRTT - SOLUCOES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 36.366.620/0001-96, sediada no Município de São Paulo-SP – em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 1672/2022 – pretendendo a aquisição de veículos diversos adaptados para atender a demanda do Comando-Geral da Polícia Militar – CGPM, no valor global de **R$ 2.847.015,45 (dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinze reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme Minuta do Contrato acostada às fls. 394/405;

II. Preliminarmente à formalização do ajustes deve o setor de Contratos da Pasta, apurar se as contratadas preencham todas as condições de habilitação, nos termos do artigo 66, § 2º, da Lei Estadual nº 15.608/2007, juntando para tanto, novo CRC, com status de "Regular", mediante prévia atualização dos dados cadastrais que estejam vencidos ou, alternativamente, apresentação nos autos de atestado, lavrado pelo agente responsável pela contratação, declarando que conferiu e que a contratada preenche todas as condições de habilitação definidas no edital;

III. Para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

50309/2024

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 906 DE 10/05/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
ALEXSANDRO DE BOM PEREIRA				90	18/10/2011	17/10/2016	01/07/2024	28/09/2024
125904904	1	NAUNICA	217649854					

49586/2024

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 907 DE 10/05/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
AMANDA DE MORAES FREITAS MEGURO				90	30/07/2014	29/07/2019	14/09/2024	12/12/2024
138082164	1	NAUNICA	220965449					

49587/2024

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

***DESPACHO* Nº 379/2024 – SETR - RETIFICADO**

Referente ao Protocolo nº 21.657.787-6

I. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 37 do Decreto nº 10.086/2022, com fundamentos na Informação nº 127/2024-NFS/SETR (mov. 13) e no Despacho nº 054/2024-AT/SETR (mov. 41), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 029/2021, **o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Foz do Iguaçu, referente ao período de 06.11.2023 a 05.01.2024, em benefício à MADEIREIRA TAROBA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 75.639.435/0001-80, no valor total de R$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais),** em que pese a existência de débitos junto ao Município de Foz do Iguaçu, conforme Certidão Positiva de Tributos Municipais nº 2213406/2024.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. **PUBLIQUE-SE,** de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. **Ao NAS/SETR** para providências.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

Mauro Moraes

Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

49377/2024

***DESPACHO* Nº 425/2024 – SETR**

Referente ao Protocolo nº 22.052.750-6

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 171 do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 332/2024-NFS/SETR (mov. 27) e na Informação nº 331/2024-AT/SETR (mov. 37) **a repactuação do valor do Contrato Administrativo nº 1360/2023, o qual tem por objeto a contratação serviços continuados limpeza, asseio e conservação,** formalizado junto a empresa RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º 69.207.850/0001-61, no valor mensal de **R$ 8.934,26 (oito mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos) e total de R$ 107.211,12 (cento e sete mil, duzentos e onze reais e doze centavos) total do período 12 (doze) meses,** reajustando o valor mensal do contrato para R$ 102.001,08 (cento e dois mil, um real e oito centavos), desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. **PUBLIQUE-SE,** de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. **Ao NAS/SETR** para providências.

Curitiba, 08 de maio de 2024.

Mauro Moraes

Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

49638/2024

Receita Estadual do Paraná

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº 00019/2024

Nos termos do inciso III, do parágrafo 2º, do artigo 57, da Lei n. 11580/96; art 43 da Lei n. 18.877/2016; art. 11-A e alínea ‘’a’’ , do inciso XI, do artigo 17 da Lei n. 14.260/2003; inciso III, do art. 35 da Lei n. 18.573/2015 e Lei n. 4.320/1964, notificamos os contribuintes abaixo relacionados para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste edital no Diário Oficial Executivo do Estado do Paraná, efetuem o pagamento dos créditos inscritos em dívida ativa, acrescidos de juros de mora, previstos no art. 38 da Lei n. 11.580/1996. Transcorrido o prazo acima mencionado, as certidões de dívida ativa estarão sujeitas a:
a) protesto extrajudicial, nos termos do parágrafo único do art.1º, da Lei n. 9.492/97 e Provimento 230/12, da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná, com incidência de emolumentos e demais despesas;
b) execução fiscal, nos termos da Lei n. 6.830/80, com a cobrança de custas judiciais, honorários e penhora de bens;
c) inscrição no Cadastro Informativo Estadual - Cadin, nos termos da Lei n. 18.466/2015.

A REBESCO & CIA LTDA - 21700388-11 - 03265305-7 - ICMS - PAF 6608083-8 - 142.847,20 - 03265306-5 - ICMS - PAF 6608082-0 - 12.371,39 - 03265307-3 - ICMS - PAF 6608081-1 - 12.126,70 - 03265308-1 - ICMS - PAF 6608079-0 - 3.789,70 - **ADAIR JOSE GONSALVES - 022175929-80 -** 03588784-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00044523 - 646,50 - **ADALBERTO ANTONIUS - 019597609-63 -** 03588857-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00064122 - 5.564,64 - **ADEMAR RODOLFO LOPES - 90866895-26 -** 03588951-5 - ICMS - PAF 6642169-4 - 770,48 - 03588958-2 - ICMS - PAF 6642172-4 - 800,64 - 03588959-0 - ICMS - PAF 6642173-2 - 814,15 - **ADEMIR SANDRIN - 778153949-49 -** 03588953-1 - ICMS - PAF 6642340-9 - 142,52 - **ADILSON HILARIO PONTELLO - 362909809-63 -** 03588960-4 - ITCMD - PAF 6640494-3 - 20.292,05 - **ADRIANY TORRES DALZOTO - 878857941-72 -** 03588988-4 - ITCMD - PAF 6642774-9 - 37.300,68 - **AFONSO DE ASSIS - 111917839-87 -** 03588829-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00113808 - 8.449,99 - **AGRICOLA MIRANTE LTDA - 36980776/0001-62 -** 03588799-7 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF. DEBITO 0247720231 - 691,90 - **AGROINDUSTRIA DE CARNES NOBRES ESPLANADA LTDA ME - 00429957/0001-58 -** 03588870-5 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 9003920222 - 128.111,24 - **AGROPECUARIA CAMPO MODERNO LTDA. - 23526857/0001-45 -** 03588777-6 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF. DEBITO 0103920231 - 696,86 - **ALAN PATRICK ROQUE - AGROPECUARIA - 32204101/0001-70 -** 03588898-5 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0022920231 - 1.533,09 - **ALEXANDRE ALBERNAZ FIGUEIREDO - 032171117-37 -** 03588985-0 - ITCMD - PAF 6642704-8 - 23.726,76 - **ALEXEY VILELA SACHWEH - 621050199-00 -** 03588817-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00047428 - 94.488,65 - **ALVARO DA SILVA - 074095329-04 -** 03588883-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00048675 - 1.580,70 - **ALVINO BOLLAUF - 059130989-00 -** 03588786-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00118907 - 4.787,48 - **ANDERSON NOGUEIRA DA SILVA - 093129059-70 -** 03588795-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00137235 - 1.363,53 - **ANDREIA DE LARA - 033290649-35 -** 03588913-2 - ICMS - EPAF 80039174 - 25.588,15 - **ANDREZA ELOIZA PACHECO - 108948959-58 -** 03588956-6 - ICMS - PAF 6642376-0 - 3.247,31 - **ANTONIO ALTAIR BELLE - 593775779-34 -** 03588981-7 - ICMS - PAF 7206441-0 - 199,28 - **ANTONIO DO NASCIMENTO POÇAS - 835177239-91 -** 03588961-2 - ITCMD - PAF 6640495-1 - 64.141,35 - **ANTONIO SILVA DA COSTA - 197511179-68 -** 03588835-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00059652 - 1.595,41 - **ARAMEBRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90401487-76 -** 03588914-0 - ICMS - GIA 06/2023 - 523.234,59 - 03588915-9 - ICMS - GIA 01/2023 - 661.627,28 - 03588916-7 - ICMS - GIA 02/2023 - 433.611,25 - 03588917-5 - ICMS - GIA 11/2022 - 177.915,22 - **ARLINDO MANOEL DOS SANTOS - 594787481-49 -** 03588778-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00071157 - 1.210,30 - **ARMINDO WUTZKE - 119175399-91 -** 03588873-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00084601 - 12.270,46 - **AVELINO CECATO - 135823059-53 -** 03588890-0 - IAP - AUTO INFRACAO 90002882 - 597.717,49 - **BIOBIS BIOTECNOLOGIA LTDA ME - 31275218/0001-82 -** 03588864-0 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0075020231 - 209,05 - **BIOTRAKX BIOTECNOLOGIA E CIENCIAS AGRONOMICA EIRELI - 34672275/0001-93 -** 03588826-8 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0078320231 - 1.811,87 - **BWB COMERCIO MUSICAL DIGITAL LTDA - 90848693-57 -** 03588930-2 - ICMS - GIA 06/2020 - 48.861,70 - 03588931-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 28.113,59 - 03588932-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 17.664,42 - 03588933-7 - ICMS - GIA 10/2020 - 26.254,33 - 03588934-5 - ICMS - GIA 11/2020 - 477,43 - 03588935-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.924,73 - 03588936-1 - ICMS - GIA 01/2021 - 13.280,18 - 03588937-0 - ICMS - GIA 02/2021 - 3.761,62 - 03588938-8 - ICMS - GIA 03/2021 - 11.180,11 - 03588939-6 - ICMS - GIA 04/2021 - 18.499,72 - 03588940-0 - ICMS - GIA 05/2021 - 23.976,99 - 03588941-8 - ICMS - GIA 06/2021 - 21.395,20 - 03588942-6 - ICMS - GIA 07/2021 - 19.528,14 - **CARLOS ALBERTO GEISEL - 831262019-20 -** 03588957-4 - ICMS - PAF 6642379-4 - 1.425,15 - **CARLOS DIRCEU DE MASSOLIN PACHECO - 725043909-04 -** 03588811-0 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM.TJ 0019892-76.2024 - 184,62 - 03588814-4 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM.TJ 0019577-48.2024 - 1.465,60 - 03588836-5 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM.TJ 0162189-43.2023 - 2.311,56 - **CARLOS ROMANEL - 068633459-00 -** 03588776-8 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM.TJ 0163008-77.2023 - 738,51 - **CELITA PERIN BAROSSI - 009232949-70 -** 03588908-6 - ICMS - EPAF 80039166 - 4.484,50 - **CEPEVIL LTDA - 04850833/0001-00 -** 03588881-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00075487 - 38.693,62 - **CERAMICA PROGRESSO EIRELI - EPP - 00056621/0001-97 -** 03588833-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00065697 - 10.796,40 - 03588834-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00070870 - 11.996,00 - 03588852-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00070872 - 9.018,95 - **CERVEJARIA PETROPOLIS S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 90512073-59 -** 03588983-3 - ICMS - PAF 6637097-6 - 3.005.912,52 - **CESAR A TORRES DELGADO SERVICOS LTDA - 91005537-21 -** 03588946-9 - ICMS - PAF 6642463-4 - 856,12 - **CLAUDEMIR BERTO JOSE - 159083818-10 -** 03588779-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00139352 - 42.343,51 - **CLAUDIO JOSE SIEBRE - 038438069-77 -** 03588955-8 - ICMS - PAF 6642374-3 - 705,93 - **CLAUDIO MARCONDES NETO - 058770139-04 -** 03588910-8 - ICMS - EPAF 80039336 - 94.588,52 - **CLEBER JUNIOR DA ROSA - 037839669-22 -** 03588868-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00105577 - 2.040,77 - 03588884-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00105578 - 1.020,38 - **CLEIDE ROSANE TREVIZANI - 037490269-04 -** 03588912-4 - ICMS - EPAF 80039204 - 21.289,03 - **CLEVERSON TURETTA - 953796229-68 -** 03588806-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00057302 - 526,90 - 03588856-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00057301 - 526,90 - **CLOVIS RADATZ - 782377699-53 -** 03588899-3 - IAP - AUTO

INFRACAO 00108043 - 9.354,58 - **COMPURAMA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - 90947276-82 -** 03588905-1 - ICMS - GIA 03/2024 - 22.457,80 - **COOATOL COMERCIO DE INSUMOS AGROPECUARIOS LTDA - 09285041/0001-46 -** 03588872-1 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0230620231 - 1.107,04 - **COOATOL COMERCIO DE INSUMOS AGROPECUARIOS LTDA - 09285041/0005-70 -** 03588896-9 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0230720231 - 691,90 - **DAVI MARQUES BELLESE - 033225342-27 -** 03588966-3 - ITCMD - PAF 6640832-9 - 18.868,51 - **DEBORA GECEILA PATUSSI RIBEIRO - 023777259-02 -** 03588945-0 - ICMS - PAF 6642410-3 - 1.425,15 - **E T R COMERCIO DE AREIA LTDA - 04199738/0001-80 -** 03588775-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00116535 - 67.129,07 - 03588780-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00116540 - 143.791,48 - 03588810-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00116536 - 57.516,59 - 03588825-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00116537 - 11.183,78 - 03588827-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00116661 - 22.367,56 - 03588831-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00116539 - 178.940,50 - 03588865-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00116662 - 28.758,29 - 03588877-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00116663 - 43.137,44 - 03588886-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00116538 - 14.379,14 - **EDNILSON SANTOS LIMA - 049592689-21 -** 03588970-1 - ICMS - PAF 6642775-7 - 1.899,79 - **ELIANE APARECIDA DA SILVA LUPEPSA - 800962809-30 -** 03588790-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00090977 - 13.767,94 - **ELIAS ALVES DOS SANTOS - 722042499-04 -** 03588971-0 - ICMS - PAF 6642799-4 - 1.549,12 - **ELISEU BOSAK - 048510719-81 -** 03588849-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00118208 - 160.346,12 - 03588874-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00118210 - 10.689,74 - **ELIZABETH CAVALHEIRO CONQUE - 876918769-04 -** 03588912-4 - ICMS - EPAF 80039204 - 21.289,03 - **EMILIO RAMPAZZO NETO - 209567389-15 -** 03588962-0 - ITCMD - PAF 6640496-0 - 64.141,35 - **ERIC MASSAHARU NISHIMURA - 855278669-91 -** 03588975-2 - ICMS - PAF 6642859-1 - 5.585,61 - **F CHICHINELLI DISTRIBUIDORA - 14033665/0001-06 -** 03588907-8 - ICMS - EPAF 80039395 - 12.522,11 - 03588908-6 - ICMS - EPAF 80039166 - 4.484,50 - 03588909-4 - ICMS - EPAF 80039182 - 9.861,09 - 03588910-8 - ICMS - EPAF 80039336 - 94.588,52 - 03588911-6 - ICMS - EPAF 80039026 - 16.022,13 - 03588912-4 - ICMS - EPAF 80039204 - 21.289,03 - 03588913-2 - ICMS - EPAF 80039174 - 25.588,15 -- **FABIO ANTONIO REMPEL - 050203339-80 -** 03588952-3 - ICMS - PAF 6642311-5 - 2.850,31 - **FABIO CHICHINELLI - 049457399-60 -** 03588907-8 - ICMS - EPAF 80039395 - 12.522,11 - 03588908-6 - ICMS - EPAF 80039166 - 4.484,50 - 03588909-4 - ICMS - EPAF 80039182 - 9.861,09 - 03588910-8 - ICMS - EPAF 80039336 - 94.588,52 - 03588911-6 - ICMS - EPAF 80039026 - 16.022,13 - 03588912-4 - ICMS - EPAF 80039204 - 21.289,03 - 03588913-2 - ICMS - EPAF 80039174 - 25.588,15 - **FANI MAZZARON RUFATO - 578990969-87 -** 03588944-2 - ITCMD - PAF 6642851-6 - 10.158,89 - **FARMACIA BETA GUAIRA LTDA - 19043733/0001-31 -** 03588912-4 - ICMS - EPAF 80039204 - 21.289,03 - **FARMACIA FARMA CLARA LTDA - 15494938/0001-82 -** 03588908-6 - ICMS - EPAF 80039166 - 4.484,50 - **FARMACIA FARMANOSSA LTDA - 05250785/0001-74 -** 03588910-8 - ICMS - EPAF 80039336 - 94.588,52 - **FERNANDA MARIA ALVES - 086655989-28 -** 03588958-2 - ICMS - PAF 6642172-4 - 800,64 - **FERNANDO C PEREIRA - COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS - 19922585/0001-25 -** 03588909-4 - ICMS - EPAF 80039182 - 9.861,09 - **FERNANDO DE CARVALHO PEREIRA - 007511349-02 -** 03588909-4 - ICMS - EPAF 80039182 - 9.861,09 - **FERNANDO ROCHA DRIESSEN - 058865479-59 -** 03588968-0 - ICMS - PAF 6642450-2 - 565,43 - **FIDENCIO LIBER - 002537962-37 -** 03588785-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00092084 - 5.281,40 - 03588882-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00092085 - 13.203,50 - **FRIGORIFICO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA. - 02158777/0001-04 -** 03588844-6 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0000920232 - 84.512,24 - **GERALDO PEDRO DA ROCHA - 747725549-04 -** 03588787-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00052878 - 713,64 - **GERSON RICARDO ROCHA - 519970969-00 -** 03588822-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00079340 - 5.784,23 - **GILBERTO LUIZ BUENO - 249492088-45 -** 03588832-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00033836 - 832,58 - **GILBERTO LUIZ MANICA - 446750549-00 -** 03588969-8 - ICMS - PAF 6642728-5 - 3.129,09 - **GILBERTO SALES GERIONI - 622645249-87 -** 03588794-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00135718 - 1.811,11 - **GISLAINE APARECIDA FERREIRA - 794692809-20 -** 03588789-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00068141 - 1.580,70 - 03588809-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00068140 - 526,90 - **GUILHERME FRANCISCO DA CRUZ & CIA LTDA - 76493113/0001-38 -** 03588860-8 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0096420231 - 836,25 - **GUILLERMO FEDERICO LOIS - 499775989-91 -** 03588830-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00117602 - 8.147,08 - **GUSTAVO CARLOTTO - 088026019-09 -** 03588972-8 - ICMS - PAF 6642800-1 - 844,97 - **HENRY ALEXANDRE BAYER - 106982709-67 -** 03588984-1 - ITCMD - PAF 6642703-0 - 11.524,42 - **HERMANO HENRIQUE FURMAN - 086669409-99 -** 03588837-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00117611 - 11.211,95 - **HILKARIO WAYHS - 328613549-68 -** 03588821-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00110118 - 8.018,32 - **ILHA DO MEL HOSPEDAGEM LTDA - ME - 17359037/0001-03 -** 03588871-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00119829 - 22.400,01 - **ISRAEL GONACVES DE MELO - 279663309-82 -** 03588902-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00070983 - 2.131,38 - **IVANIR MONDARDO MONSANI - 906494439-34 -** 03588987-6 - ITCMD - PAF 6642772-2 - 19.253,64 - **J FARIAS LTDA - 41299600/0002-60 -** 03588847-0 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0107120231 - 348,43 - **J. P. NAPOLI ZIEGEMANN - 35199029/0001-29 -** 03588845-4 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0103220231 - 209,05 - **JANIO ASSIS FUCKNER - 421118898-49 -** 03588828-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00109449 - 5.256,20 - **JOAO JOEL DE LIMA - 842205209-10 -** 03588904-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00055264 - 594,70 - **JOAO PEDRO MARQUES BELLESE - 007076142-60 -** 03588965-5 - ITCMD - PAF 6640831-0 - 18.868,51 - **JONAS OSMAR WINTER - 017783779-98 -** 03588788-1 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 105824 - 1.573,29 - **JORGE DOS ANJOS GONSALVES - 413777299-15 -** 03588901-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00065839 - 883,51 - **JOSE ASSIS DE OLIVEIRA FILHO - 746863809-87 -** 03588791-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00087930 - 158.811,79 - **JOSE ELIDIO RUFATO NETO - 042397159-03 -** 03588944-2 - ITCMD - PAF 6642851-6 - 10.158,89 - **JOSE MIGUEL MONSANI - 370425569-68 -** 03588987-6 - ITCMD - PAF 6642772-2 - 19.253,64 - **JOSE ROBERTO DA SILVA SANTOS - 330625447-91 -** 03588985-0 - ITCMD - PAF 6642704-8 - 23.726,76 - **JOSE ROBERTO DOS SANTOS - 360242369-72 -** 03588963-9 - ITCMD - PAF 6640497-8 - 64.141,35 - **JOSIMAR GAZOLLA PICANÇO - 402742339-91 -** 03588892-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00032570 - 2.107,60 - **JULIO CESAR SZENDELA - 087458229-64 -** 03588947-7 - ICMS - PAF 6642646-7 - 835,64 - **JULMAR ANDRE ALVES - 829442459-53 -** 03588900-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00058680 - 7.128,95 - **KLEBER LOURENCO AMSTALDEN - 049310819-08 -** 03588862-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00082854 - 45.201,55 - **LAUVIR CENCI - 422747539-20 -** 03588950-7 - ICMS - PAF 6642168-6 - 946,82 - **LEODORO JOSE BAYER - 356329929-34 -** 03588984-1 - ITCMD - PAF 6642703-0 - 11.524,42 - **LEONEL CORREA - 097552929-34 -** 03588891-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00056663 - 475,76 - **LIG-ROES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - 04207388/0001-57 -** 03588878-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00057444 - 4.037,70 - **LILIAN ROBERTA BELLESE - 631215652-49 -** 03588964-7 - ITCMD - PAF 6640830-2 - 18.868,51 - 03588965-5 - ITCMD - PAF 6640831-0 - 18.868,51 - 03588966-3 - ITCMD - PAF 6640832-9 - 18.868,51 - **LINCOLN FIGUEIRA DA SILVA - 119950499-80 -** 03588840-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00138078 - 3.339,80 - **LINDOMAR GOMES DA SILVA - 073052869-31 -** 03588851-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00119114 - 31.491,58 - **LINN INDUSTRIA MADEIREIRA LTDA - 90866342-09 -** 03588979-5 - ICMS - PAF 7206435-6 - 41.393,08 - **LJM COMERCIO E REPRESENTACAO DE FERTILIZANTES E DERIVAD - 27612138/0001-06 -** 03588782-2 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF. DEBITO 0101920231 - 1.533,12 - **LUCAS DE ABREU - 017496199-54 -** 03588843-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00069969 - 6.777,68 - 03588976-0 - ICMS - PAF 6642886-9 - 558,56 - **LUCILIA IDALENCIO DE SOUZA - 014383249-28 -** 03588948-5 - ICMS - PAF 6642161-9 - 1.425,02 - **LUCILO HENRIQUE - 024756779-53 -** 03588815-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00055528 - 4.838,53 - 03588888-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00055530 - 4.838,53 - **LUIS FERNANDO FREYHARDT - 044373769-00 -** 03588973-6 - ICMS - PAF 6642801-0 - 563,31 - **LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO - 555803439-49 -** 03588807-1 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM. TJ 0137106-25.2023 - 918,74 - **LUIZ ALBERTO GUEBUR DALZOTO - 395827449-87 -** 03588988-4 - ITCMD - PAF 6642774-9 - 37.300,68 - **LUIZ APARECIDO NEVES - 607210579-34 -** 03588895-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00077343 - 1.784,10 - **LUIZ CARLOS ALVES BALDUINO - 910943139-04 -** 03588812-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00117158 - 6.319,49 - **LUIZ CARLOS RODRIGUES - 019653719-30 -** 03588893-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00048530 - 1.580,70 - **LUIZ IVAN DE SOUZA E SILVA - 462809799-20 -** 03588781-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00117823 - 1.314,35 - **LUIZ MELCHIADES DINIZ DE OLIVEIRA JUNIOR - 82462201/0001-75 -** 03588796-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00085107 - 2.765,83 - 03588848-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00085106 - 11.063,32 - **LUIZ ONOFRE CASAGRANDE - 300900839-20 -** 03588805-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00107295 - 14.778,91 - 03588903-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00107294 - 1.321,98 - **LUIZ ZIMER - 411007600-59 -** 03588816-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00028835 - 737,66 - **MADEIREIRA COLVAN LTDA - 00089633/0001-18 -** 03588858-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00079370 - 26.162,64 - **MANOEL GERALDO NUNES - 146834900-72 -** 03588850-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00116244 - 276,52 - **MARCIA DE ALMEIDA MARTINS BAZANELLA - 923247469-72 -** 03588920-5 - ITCMD - PAF 6641513-9 - 22.695,89 - **MARCIO JOSE DOS SANTOS - 865604849-04 -** 03588913-2 - ICMS - EPAF 80039174 - 25.588,15 - **MARCIO JOSE DOS SANTOS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTIC - 17176163/0001-22 -** 03588913-2 - ICMS - EPAF 80039174 - 25.588,15 - **MARCIO SALOMONI VICENTE - 032665519-07 -** 03588887-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00070145 - 1.210,30 - **MARCIO TAJARIOL - 067919039-29 -** 03588982-5 - ICMS - PAF 6642497-9 - 700,67 - **MARCOS BRAGA - 007376709-32 -** 03588846-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00048529 - 1.580,70 - **MARCOS ROBERTO MIRI - 809613989-49 -** 03588876-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00118299 - 1.423,57 - **MARIA JANETE WOTROBA - 016320769-00 -** 03588800-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00119698 - 10.951,14 - **MARIA NEUZA DOS SANTOS - 030862929-97 -** 03588855-1 - FUNREJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0095842-28.2023 - 5.476,15 - **MARLI MARIA DA ROSA - 015376859-29 -** 03588959-0 - ICMS - PAF 6642173-2 - 814,15 - **MARLI TEREZINHA PAN - 640376149-87 -** 03588907-8 - ICMS - EPAF 80039395 - 12.522,11 - **MARLI TEREZINHA PAN - 01431934/0001-40 -** 03588907-8 - ICMS - EPAF 80039395 - 12.522,11 - **MASI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - 36990487/0001-44 -** 03588842-0 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0104820231 - 696,87 - **MICHELI MILCHESKI & CIA LTDA - ME - 90810810-82 -** 03540676-0 - ICMS - GIA 06/2023 - 28.223,64 - 03540677-8 - ICMS - GIA 07/2023 - 30.132,30 - **MICHELI MILCHESKI & CIA LTDA - ME - 90503217-86 -** 03540678-6 - ICMS - GIA 06/2023 - 39.709,20 - 03540679-4 - ICMS - GIA 07/2023 - 35.587,81 - **MIGUEL MARQUES BELLESE - 022623732-05 -** 03588964-7 - ITCMD - PAF 6640830-2 - 18.868,51 - **MIGUEL OLINIUK - 015688689-87 -** 03588859-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00075454 - 3.312,51 - **NELCI DA SILVA LOPES - 254109209-10 -** 03588839-0 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM.TJ 0162992-26.2023 - 1.155,78 - 03588861-6 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM.TJ 0144254-87.2023 - 1.155,78 - **NELSON ABDALA JABUR - 746767929-72 -** 03588802-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00119341 - 14.660,35 - **NEWFLEXO IND. E COM. DE ETIQUETAS - LTDA - 90430537-50 -** 03579635-5 - ICMS - GIA 01/2024 - 79.104,44 - **NICHETTI & NICHETTI FERRAGENS E EQUIPAMENTOS LTDA - 27619297/0001-24 -** 03588875-6 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0221320231 - 1.533,14 - **NICHETTI - COMERCIO DE RACAO LTDA - 27000771/0002-16 -** 03588879-9 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0218720231 - 1.393,75 - **NOVA MUSICAL COMERCIO DIGITAL LTDA - 90852833-64 -** 03588921-3 - ICMS - GIA 01/2022 - 25.177,45 - 03588922-1 - ICMS - GIA 02/2022 - 32.315,30 - 03588923-0 - ICMS - GIA 03/2022 - 13.761,78 - 03588924-8 - ICMS - GIA 04/2022 - 36.868,21 - 03588925-6 - ICMS - GIA 05/2022 - 23.126,55 - 03588926-4 - ICMS - GIA 06/2022 - 30.224,44 - 03588927-2 - ICMS - GIA 07/2022 - 22.698,00 - **NOVA VIDA DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA. - 07194270/0001-20 -** 03588889-6 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0196120231 - 6.227,09 - **ODETIO DOS SANTOS - 333853949-53 -** 03588885-3 - IAP - AUTO INFRACAO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

00078430 - 942,13 - **OLIVIO PONTES GONCALVES - 182450809-34 -** 03588897-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00041922 - 4.329,65 - **OSMAR VON RYN - 027937449-64 -** 03588980-9 - ICMS - PAF 7205146-7 - 18.866,95 - **PATRICIA DE MELO CARDOSO COSTA - 095369799-18 -** 03588820-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00135623 - 11.253,58 - **PAULO EDUARDO MIQUILINO RODRIGUES - 111482209-41 -** 03588929-9 - JUSTICA - PROTOCOLO 21.975.472-8 - 501,78 - **PEDRO PAES DA SILVA - 574623219-04 -** 03588867-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00116922 - 7.779,98 - **PJ PB RESTAURANTE E GRILL LTDA - 90648282-71 -** 03588943-4 - ICMS - GIA 06/2022 - 3.846,81 - **PROSPERA - COMERCIAL HORTIFRUTI LTDA - 23867515/0001-99 -** 03588803-9 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0221420231 - 830,28 - **R M SAMBATI CIA LTDA - 03529639/0001-57 -** 03588911-6 - ICMS - EPAF 80039026 - 16.022,13 - **RAUL MARCIO SAMBATI - 719660729-53 -** 03588911-6 - ICMS - EPAF 80039026 - 16.022,13 - **REGINALDO FRANQUIN - 056413369-80 -** 03588841-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00120082 - 73.849,77 - **RODRIGO AUGUSTO WAGNER DE SOUZA - 088969509-10 -** 03588804-7 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM.TJ 0135433-94.2023 - 232,37 - **ROMEU AIRES MASDZGALLA MULLER - 036252769-50 -** 03588854-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00082297 - 90.925,96 - 03588869-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00095054 - 14.290,76 - **ROMUALDO NUNES LOPES - 90804351-07 -** 03588950-7 - ICMS - PAF 6642168-6 - 946,82 - **ROSILDA APARECIDA DE OLIVEIRA MACHADO - 670384509-30 -** 03588853-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00109712 - 10.819,32 - **RUDINEI SILVA PEREIRA - 047237339-06 -** 03588977-9 - ICMS - PAF 6642940-7 - 4.104,34 - **SANDRA TEREZINHA CAVAGNI RUBLOWSKI LTDA - 90877078-11 -** 03588948-5 - ICMS - PAF 6642161-9 - 1.425,02 - 03588949-3 - ICMS - PAF 6642162-7 - 1.775,91 - **SEBASTIAO SERGIO SILVA - 596198729-91 -** 03588813-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00080546 - 18.347,04 - 03588863-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00096703 - 9.435,62 - 03588880-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00096702 - 1.310,50 - **SEBASTIAO SILVIO FERREIRA DE ALMEIDA - 390995129-53 -** 03588808-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00083114 - 14.804,90 - **SENDESKI E SCHWANKA ALUMINIO INDUSTRIAL LTDA - 90418395-43 -** 03588989-2 - ICMS - GIA 05/2023 - 37.233,30 - 03588990-6 - ICMS - GIA 06/2023 - 74.016,62 - **SERCOMTEL S.A - TELECOMUNICACOES - 60104948-16 -** 03379168-2 - ICMS - GIA 11/2021 - 2.487.913,26 - 03379169-0 - ICMS - GIA 10/2021 - 2.454.026,34 - 03379170-4 - ICMS - GIA 09/2021 - 2.442.053,19 - 03379171-2 - ICMS - GIA 08/2021 - 2.409.172,42 - 03407132-2 - ICMS - GIA 12/2021 - 2.525.000,28 - 03407133-0 - ICMS - GIA 01/2022 - 2.328.342,28 - 03407134-9 - ICMS - GIA 02/2022 - 2.254.222,26 - 03407135-7 - ICMS - GIA 03/2022 - 2.240.364,13 - 03431189-7 - ICMS - GIA 04/2022 - 2.036.383,35 - 03431190-0 - ICMS - GIA 05/2022 - 2.307.344,37 - 03431191-9 - ICMS - GIA 06/2022 - 2.842.108,14 - 03431192-7 - ICMS - GIA 07/2022 - 2.821.970,87 - 03461215-3 - ICMS - GIA 08/2022 - 2.261.102,00 - 03461216-1 - ICMS - GIA 09/2022 - 1.647.217,22 - 03461217-0 - ICMS - GIA 10/2022 - 1.737.584,84 - 03461218-8 - ICMS - GIA 11/2022 - 1.866.700,41 - 03509987-5 - ICMS - GIA 12/2022 - 1.731.402,68 - 03509988-3 - ICMS - GIA 01/2023 - 1.348.627,29 - 03509989-1 - ICMS - GIA 02/2023 - 1.392.368,16 - 03509990-5 - ICMS - GIA 03/2023 - 1.454.162,22 - 03547140-5 - ICMS - GIA 07/2023 - 1.894.581,12 - 03547141-3 - ICMS - GIA 06/2023 - 1.868.565,45 - 03547142-1 - ICMS - GIA 05/2023 - 1.757.037,04 - 03547143-0 - ICMS - GIA 04/2023 - 1.317.165,03 - 03568074-8 - ICMS - GIA 08/2023 - 1.759.652,52 - 03568075-6 - ICMS - GIA 09/2023 - 1.789.361,68 - 03568076-4 - ICMS - GIA 10/2023 - 1.870.519,53 - 03568077-2 - ICMS - GIA 11/2023 - 1.942.017,83 - **SERGIO RIBEIRO - 609972069-34 -** 03588801-2 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM.TJ 0126025-79.2023 - 190,99 - **SIDINEI GONSALVES DE ARAUJO - 077351309-45 -** 03588792-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00120583 - 1.446,63 - **SILVANA LEITE ZAVALIA - 031720739-39 -** 03588949-3 - ICMS - PAF 6642162-7 - 1.775,91 - **SILVERIO PIETCHAK - 113365369-34 -** 03588774-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00077900 - 1.319,20 - 03588793-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00082892 - 2.638,40 - **SOELI CORREIA - 797493139-68 -** 03588954-0 - ICMS - PAF 6642370-0 - 570,06 - **TATIANE VOGEL TRANSPORTES - 90893258-78 -** 03588967-1 - ICMS - PAF 6642437-5 - 1.679,58 - **TEREZA MITSUKO INAMINE - 427642629-49 -** 03588986-8 - ITCMD - PAF 6642770-6 - 13.743,83 - **TEREZINHA HELENA DE GOIS - 373928839-68 -** 03588960-4 - ITCMD - PAF 6640494-3 - 20.292,05 - 03588961-2 - ITCMD - PAF 6640495-1 - 64.141,35 - 03588962-0 - ITCMD - PAF 6640496-0 - 64.141,35 - 03588963-9 - ITCMD - PAF 6640497-8 - 64.141,35 - **THIAGO SANTANA SILVA - 070827999-69 -** 03588783-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00118840 - 13.873,79 - **TM DISTRIBUIDORA E TRANSPORTES RODOVIARIOS - LTDA - 29215098/0001-86 -** 03588797-0 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0224520231 - 1.383,80 - **TRANS-PASSARINHO LTDA EPP - 02288111/0001-70 -** 03588978-7 - ICMS - PAF 7206045-8 - 5.190,45 - **TRIFLORA REPRESENTACOES LTDA - 40949244/0001-30 -** 03588928-0 - ICMS - EPAF 80030592 - 11.206,53 - **UOL UNIVERSO ONLINE S A - 01109184/0001-95 -** 03588823-3 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM.TJ 0035543-51.2024 - 903,20 - **USI KUNIYOSHI - 215148968-00 -** 03588986-8 - ITCMD - PAF 6642770-6 - 13.743,83 - **VALDEMAR TOMAS DE LIMA - 841920899-04 -** 03588866-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00041920 - 6.628,80 - **VALDEMIRO PARANHOS ANDRADE - 083490238-99 -** 03588818-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00048672 - 1.580,70 - **VALDIR LASKOSKI - 028092519-08 -** 03588951-5 - ICMS - PAF 6642169-4 - 770,48 - **VETFACIL PRODUTOS VETERINARIOS LTDA - 42545779/0001-70 -** 03588824-1 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0132920231 - 418,12 - **VIABRASIL FABRICACAO E COM DE TINTAS LTDA - 90470012-66 -** 03588995-7 - ICMS - GIA 01/2023 - 20.486,62 - 03588996-5 - ICMS - GIA 02/2023 - 8.815,97 - 03588997-3 - ICMS - GIA 11/2022 - 59.948,04 - 03588998-1 - ICMS - GIA 12/2022 - 39.732,81 - **WIVERSON ROBASSA - 019530219-21 -** 03588819-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00118855 - 748,77 - **ZELA HORSZYN TURKOT - 017720329-30 -** 03588974-4 - ICMS - PAF 6642804-4 - 704,14 .

Curitiba, 12 de maio de 2024.

Ezequiel Rodrigues dos Santos
Inspetor Geral de Arrecadação

49934/2024

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 104/2024 – IDR-Paraná

O Diretor-presidente, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições, e com fundamento nas disposições da Lei Complementar n° 217/2019, do Decreto 4634 de 12 de maio de 2020 e no protocolado nº 21.979.357-0,

R E S O L V E :

Art.1º. CONCEDER licença capacitação ao servidor Adriano Augusto de Paiva Custodio, RG nº 135923850/PR, por 90 (noventa) dias, no período de 18/06/2024 a 16/09/2024, conforme constante no processo nº 21.979.357-0.

Registre-se e Publique-se

Curitiba, 10 de maio de 2024

(assinado digitalmente)
Richard Golba
Diretor-presidente

49660/2024

Sociedades de Economia Mista

CELEPAR

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR
CNPJ: 76.545.011/0001-19

ASSUNTO: Publicação dos processos administrativos disciplinares da Celepar.
OBJETIVO: Atendimento ao §3º do art. 187 da Lei 20656/2021.
CELEPAR INFORMA: O Diretor-Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando o disposto no § 3º do artigo 121 do Regulamento Interno de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – RISPAD, comunica a decisão do processo administrativo disciplinar: PAD 20.965.455.5 - demissão por justa causa dos empregados Ramon Durigan e Rodrigo Souza da Silva

49888/2024



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Em Tempo

DETRAN

PORTARIA N.º 910 /2024 – DP/DETRAN

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, a utilização de bens públicos de propriedade da Autarquia, efetivo funcional e, o desenvolvimento de campanhas de arrecadação para fins de cooperação mútua e suporte ao atendimento das consequências derivadas dos eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO – DETRAN/PR**, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pelo Art. 22, inciso I, da Lei n.º 9.053/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a declaração de estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul, ocasionada em razão dos eventos climáticos como chuvas intensas, alagamentos, granizo, inundações, enxurradas e vendavais, conforme consignado ao Decreto Estadual/RS n.º 57.596, de 1º de maio de 2024;

Considerando o disposto no Decreto Legislativo n.º 036, de 07 de maio de 2024;

Considerando o disposto ao Artigo 2º, §1º da Lei n.º 12.608/2012, da Câmara dos Deputados;

Considerando a cooperação mútua entre os entes federados, a necessária articulação conjunta para assistência às vítimas de desastres naturais e calamidades formalmente reconhecidas, bem como o necessário suporte para reestabelecimento de serviços essenciais;

Considerando o contido do caderno protocolar sob n.º 22.163.667-8;

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, em caráter excepcional e temporário, a utilização de bens públicos de propriedade da Autarquia, efetivo funcional e, o desenvolvimento de campanhas de arrecadação de suprimentos e itens essenciais junto às unidades do DETRAN/PR, para fins de cooperação mútua e suporte ao atendimento das consequências derivadas dos eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º. Caberá a cada Diretoria da entidade – Diretoria Administrativa e Financeira – DAF, Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, Diretoria de Tecnologia e Desenvolvimento – DTD, Diretoria de Operações – DOP –, em conjunto às Coordenadorias vinculadas, dentro do âmbito de sua competência, a gestão das ações necessárias para atendimento da cooperação proposta ao presente ato, sem prejuízo da continuidade e eficiência na prestação do serviço público sob sua responsabilidade.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, perdurando seus efeitos pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos.

Datado e assinado eletronicamente
Adriano Furtado
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

50603/2024

